



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Direito

Jonathas da Silva Ferreira

Um olhar foucaultiano sobre a pesquisa empírica quantitativa no Direito

Rio de Janeiro

2017

Jonathas da Silva Ferreira

Um olhar foucaultiano sobre a pesquisa empírica quantitativa no Direito



Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de mestre, ao Instituto de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria e Filosofia do Direito.

Orientador: Prof. Ricardo Nery Falbo

Rio de Janeiro
2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

F383

Ferreira, Jonathas da Silva.

Um olhar foucautiano sobre a pesquisa empírica quantitativa no Direito / Jonathas da Silva Ferreira. - 2017.

142 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1.Estudos foucaultianos - Teses. 2.Estatística –Teses. 3.Big Data– Teses.
I.Falbo, Ricardo Nery. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 37:01

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jonathas da Silva Ferreira

Um olhar foucaultiano sobre a pesquisa empírica quantitativa no direito

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria e Filosofia do Direito

Aprovada em 10 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Ricardo Nery Falbo
Faculdade de Direito – UERJ

Professor Dr. Enzo Bello
Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. José Ricardo Cunha
Faculdade de Direito – UERJ

Professor Dr. Alexandre Mendes
Faculdade de Direito – UERJ

Rio de Janeiro
2017

A verdade é uma coisa deste mundo: ela é produzida apenas em virtude de múltiplas formas de constrangimento. E ela induz efeitos regulares de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela aceita e que ela faz com que funcionem como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que nos permitem distinguir entre afirmações falsas e verdadeiras; os meios pelos quais cada uma delas é sancionada; as técnicas e procedimentos que atribuem valor na aquisição da verdade, o status daqueles que são encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. - Michel Foucault

Esta obsessão com as chances de perigo, e com tratamentos para mudar as probabilidades, descende diretamente dos anais de informação e controle esquecidos do século XIX. Esse imperialismo de probabilidades só poderia ocorrer quando o próprio mundo se tornasse numérico. Ganhamos uma sensação fundamentalmente quantitativa para a natureza, como ela é e como deveria ser. - Ian Hacking

RESUMO

FERREIRA, J. S. Um Olhar Foucaultiano sobre a Pesquisa Empírica Quantitativa no Direito. 2017. 142 f. Dissertação. (Mestrado em Curso) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esta pesquisa problematiza a pesquisa empírica quantitativa no Direito, particularmente nos seus reflexos no funcionamento da Justiça. No vocabulário de Michel Foucault, problematizar envolve manter uma distância crítica que permita analisar, na sua singularidade histórica, as relações com o verdadeiro/falso de certas práticas. Assim, com esse objetivo de diagnóstico, esta pesquisa busca entender como a Justiça passou a ser avaliada pelos critérios atuais. Adotando como modelo o projeto Supremo em Números da FGV Direito-Rio, busca-se determinar quais são as formas de poder que se exercem por meio dessa forma de saber e como elas podem atuar.

Palavras-chave: Pesquisa Empírica no Direito. Jurimetria. Foucault. Poder. Estatística. *Big*

Data.

ABSTRACT

FERREIRA, J. S. A Foucauldian Look at Quantitative Empirical Research in Law. 2017. 142 f. Dissertação. (Mestrado em Curso) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This research problematizes the Empirical legal studies movement, particularly its reflections on the functioning of Justice. In Michel Foucault's vocabulary, problematizing involves maintaining a critical distance to analyze, in its historical singularity, the relations with the true / false of certain practices. Thus, with this diagnostic objective, this research seeks to understand how the Justice has come to be evaluated by the currents criterias. Adopting as a model the project “Supremo em Números” of FGV Right-Rio, seeks to determine which are the forms of power that are exercised through this form of knowledge and how they can act.

Keywords: Empirical legal studies. Jurimetrics. Foucault. Power. Statistics. *Big Data*.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	07
1	INFLUÊNCIAS E OPOSIÇÕES DE FOUCAULT	13
1.1	Foucault e Kant	14
1.2	Foucault e a Epistemologia Francesa	27
2	FASES DO PENSAMENTO DE FOUCAULT	29
2.1	A Fase Arqueológica	30
2.2	A Fase Genealógica	41
2.3	A Fase Ética	56
3	GENEALOGIA DO BIG DATA	57
3.1	Contribuição Alemã	58
3.2	Contribuição Inglesa	59
3.3	Contribuição Francesa	61
3.4	Nova Contribuição Inglesa	85
3.5	Contribuição Norte-Americana	88
4	DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	96
4.1	Origem Histórica da FGV	98
4.2	O Indipo e o CEPED	98
4.3	As Escolas de Direito da FGV	108
4.4	Medindo o Judiciário no Brasil	112
4.5	O Projeto Supremo em Números	114
5	ANÁLISE	117
	CONCLUSÃO	135
	REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

A “Pesquisa Empírica em Direito” é uma abordagem de estudo jurídico que envolve o uso de metodologia de pesquisa baseada em observação ou experiência no mundo, como as comumente utilizadas em outras ciências sociais como Sociologia e Economia. Essa abordagem tem sua origem na tradição de pesquisa empírica norte-americana, onde se denomina *Empirical Legal Studies* – ELS, em oposição a uma tradição teórica europeia continental de origem romano-germânica. Quando há o predomínio de métodos empíricos quantitativos, o termo Jurimetria (no inglês *Jurimetrics*) tem sido cada vez mais utilizado.

A escola do Realismo Jurídico Norte-americano (*American Legal Realism*) foi o primeiro movimento a trazer o empiricismo para o estudo jurídico, tendo permitido a abertura do Direito a contribuições de outras áreas acadêmicas (GEORGE, 2005). A partir do Realismo Jurídico Norte-americano, foi aberto o caminho para o emprego de técnicas empíricas utilizadas em Ciências Sociais para estudar o Direito. Desse movimento decorreram escolas de pensamento como *Law and Economics*, *Law and Society* e atualmente o *New Legal Realism*.

A ELS busca fundamentos em dados observados para testar hipóteses teoricamente informadas e tentar encontrar, por inferência, fatos desconhecidos. Assim, pesquisas jurídicas que empregam simples referências empíricas não as tornam representativas da ELS (SUCHMAN, 2010), uma vez que mesmo pesquisas jurídicas puramente teóricas ou tradicionais invariavelmente fazem referências “empíricas”, ou seja, baseadas em observação ou experiência, sem necessariamente fazerem uso de métodos de inferência para obterem suas conclusões (EPSTEIN, 2013, p.12). Além disso, pesquisas empíricas sobre o Direito há longa data são realizadas fora da área Jurídica, por outras Ciências Sociais, como, por exemplo, no caso da Sociologia desde Durkheim e Weber (SUCHMAN, 2010). A proposta do movimento do ELS é relacionar essa abordagem inferencial sobre os dados observados empiricamente e alternativas normativas do Direito, podendo tanto atuar descritivamente quanto prescritivamente, identificando fatores envolvendo a criação de normas jurídicas quanto o efeito de tais normas. Assim, a missão da ELS é utilizar metodologia empírica para aconselhar partes litigantes, criadores de políticas públicas e a sociedade como um todo sobre como o sistema jurídico funciona, em substituição à doutrina jurídica, experiências pessoais ou senso comum (EISENBERG, 2004). A visão metodológica da ELS é mais quantitativa do que qualitativa, mais confirmatória do que exploratória, e mais contemporânea do que histórica (SUCHMAN, 2010, p.557).

Por se tratar de um campo multidisciplinar, as experiências nesse campo historicamente se iniciaram com o trabalho conjunto entre profissionais de Direito e de outros ramos como Matemática e Estatística, sendo justamente a necessidade dessa educação multidisciplinar apontada, por pesquisadores da área, como uma das causas para a resistência à expansão da ELS (DE MULDER, 2010).

No Brasil, um exemplo representativo desse campo de pesquisa é o “Projeto Supremo em Números” do Centro de Justiça e Sociedade (CJUS) da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (FGV Direito Rio). Por meio de uma pesquisa sobre outra pesquisa, objetivar-se-á identificar elementos que indiquem como a abordagem empírica quantitativa, com ênfase pela adotada pelo projeto tema deste trabalho, busca se legitimar frente a outras abordagens teóricas e qualitativas sobre o funcionamento do STF, quais são os pressupostos subjacentes à metodologia, as suas limitações e benefícios, bem como as consequências dessa abordagem.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é considerar o esquema de observação de pesquisas empíricas que veem o Judiciário “em números” e, partir daí, identificar como as diferenciações adotadas permitem cognições específicas, inevitavelmente excluindo outras. Como o projeto Supremo em Números se propõe a “produzir propostas regulatórias sobre a gestão e o direito processual de acesso”¹ ao STF, também se buscará problematizar a relação entre conhecimento, ciência e poder.

Como objetivos específicos, esta pesquisa envolverá levantar como a pesquisa empírica quantitativa se apresenta e em que concepção de Ciência ela se baseia. Também se buscará explicitar as origens do uso da Ciência na definição de políticas públicas e explorar as dimensões políticas da pesquisa quantitativa em geral.

Em resumo, o que se propõe neste projeto é uma pesquisa sobre uma pesquisa, realizando uma análise crítica da metodologia, ou seja, da perspectiva utilizada pelo projeto Supremo em Números.

Este trabalho, segundo a noção de “diagnóstico do presente” elaborada por Michel Foucault, não busca formular verdades ou avaliar o grau de certeza de um conhecimento, mas sim contextualizá-lo historicamente “desnaturalizando-o”. Ou seja, entender como certos saberes e práticas – que não são atuais – foram capazes de serem aceitos em certo momento e passaram a ser vistos como naturais e autoevidentes.

O particular objeto da nossa pesquisa é a pesquisa empírica quantitativa em Direito,

1 Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/5487556485165852285298. Acesso em: 22 de maio de 2016.

particularmente a voltada para a Administração da Justiça. Em vez de se ocupar com o rigor das análises feitas nessas pesquisas, ainda que o enfoque seja no Projeto Supremo em Números, o que se busca, neste trabalho, é entender como foi possível se passar a falar da Administração da Justiça “em números”, uma forma de abordá-la que hoje se coloca como uma necessidade, mas que tem uma origem determinável e uma forma peculiar, sendo muito mais uma contingência do que algo natural. Antes dessa aplicação específica no Direito, busca-se entender como a prática de gerar medições, particularmente da forma colocada pela Estatística, tornou-se tão arraigada e da onde vem sua autoridade. Em resumo, pensar criticamente o papel atual da métrica.

A pesquisa empírica quantitativa em geral, não necessariamente no Direito, tem sido cada vez mais privilegiada no meio acadêmico, seja por uma maior concessão de linhas de financiamento, seja por sua pretensão de objetividade atrair uma maior audiência. Isso gera uma retroalimentação em que um maior interesse gera mais financiamentos de pesquisa, mais pesquisadores se interessam pelos métodos, mais eventos se formam em torno do tema e assim sucessivamente. A importância desse fato não está apenas na conseqüente disputa por linhas de financiamento ou por posições na academia, mas também na audiência, na capacidade de ser ouvido e de influenciar tomadores de decisão.

Desta maneira, dois blocos de trabalho foram realizados nessa pesquisa. Antes de se definir o foco do trabalho, foi feito um levantamento histórico da Fundação Getúlio Vargas, das suas escolas de Direito e do Projeto Supremo em Números que é desenvolvido na Escola de Direito do Rio de Janeiro. Foi feita uma entrevista com o atual coordenador do Projeto, Ivar Hartmann, em seu escritório da FGV Direito Rio na tarde de 15 de dezembro de 2015. Todo esse levantamento empírico foi útil para melhor delimitar o tema da pesquisa em sua fase inicial.

Diante do tema da pesquisa empírica quantitativa em Direito no Brasil, utilizando como referência a desenvolvida pelo Projeto Supremo em Números, sentiu-se a necessidade de se desenvolver elementos teórico-conceituais para servirem de instrumental analítico à pesquisa. Primeiramente, perceberam-se duas noções que se mostram essenciais ao tipo de pesquisa como a desenvolvida pela FGV: gestão e estatística.

Assim, a parte teórica da pesquisa envolveu duas subdivisões que se articulam, como será visto ao longo do trabalho. A gestão foi abordada por meio da noção de governabilidade desenvolvida por Michel Foucault em seu curso "*Segurança, território, população*" ministrado no Collège de France em 1978, bem como a elaboração dessa noção no âmbito das práticas neoliberais no curso “O Nascimento da Biopolítica” ministrado no ano seguinte

também do Collège de France. Com relação à Estatística, foram utilizados trabalhos de referência envolvendo o desenrolar histórico das técnicas, as críticas que se colocaram diante da utilização delas na regulação social – estando aí a articulação com a noção de governabilidade – e as técnicas de mineração de dados e o *big data* que aumentaram a capacidade de análise de dados da Estatística por meio de recursos computacionais.

A escolha de Foucault como pensador-chave da análise a que este trabalho se propõe reside no fato de que a análise dos mecanismos de poder foi foco de suas pesquisas em certa fase do desenvolvimento de seus trabalhos. Considerando todo um vocabulário criado pelo pensador, bem como as contribuições que exemplificam o início de toda uma nova série de novos questionamentos que se colocarão após maio de 1968 na França, faz-se necessário esclarecer a evolução dos conceitos por ele desenvolvidos antes de aplicá-los nesta pesquisa. Esse estudo permite contextualizar os conceitos desenvolvidos pelo pensador em vez de utilizá-los isoladamente, como se retirados de uma “caixa de ferramentas conceitual” (SILVEIRA, 2011, P.118), permitindo uma maior coerência das análises e uma melhor compreensão deste trabalho pela audiência. Considerando o caráter secundário dessas definições, mas que se mostram essenciais para o entendimento da perspectiva aqui adotada, após a apresentação sintetizada dos conceitos, normalmente são feitas remissões a trechos de obras ou de cursos dados por Foucault buscando facilitar a compreensão dos mesmos, uma vez que haveria perda de conteúdo ou de clareza tentar reescrever, com outras palavras, explicações daquele que ficou famoso por atrair hordas de pessoas para o Collège de France mesmo diante da complexidade dos temas e de suas análises.

Diferente abordagem será adotada com relação à Estatística. Diante do público-alvo deste trabalho ser a comunidade jurídica, tratar um tema que normalmente está associado aos cursos de Ciências Naturais exige uma abordagem mais conceitual, diferente, portanto, da comumente adotada. Ainda que algumas noções de probabilidade sejam utilizadas, elas não envolvem formulações complexas que exijam conhecimento específico. Nessa etapa do trabalho são privilegiadas obras de Alain Desrosières, francês, estatístico, sociólogo e historiados das ciências de Ian Hacking, canadense premiado por seus estudos na área da Filosofia da Ciência, particularmente na área de Estatística e de Probabilidade. Tanto Desrosières quanto Hacking reconhecem a influência de Michel Foucault em suas pesquisas. O que se pretende é estudar a genealogia do emprego dessas novas ferramentas de análise de dados na administração da Justiça não como um desenrolar natural e sem crises de uma racionalização de processos, mas mostrar as linhas de tensão que existem e existiram em torno desse debate.

Em síntese, são três os objetivos deste trabalho: entender as condições de aparecimento do discurso estatístico na administração da Justiça, ou seja, por que hoje é natural ouvir falar de uma Justiça “em números”; entender como esse discurso possui, como qualquer outro, uma certa perspectiva, o que permite ver certas coisas, mas também omite outras. Desse modo, objetiva-se entender qual é o efeito de enquadramento gerado por esse discurso baseado em dados. Por fim, qual é articulação dessas práticas discursivas com as não discursivas, ou seja, como o discursivo vai se refletir nos comportamentos e as consequências que pode provocar. Ao estudar as relações entre o saber e o poder nessa perspectiva, não se buscará mostrar como essas relações devam ser, mas sim mostrar como elas têm sido. Daí decorre a importância da reconstrução do contexto de debate e da realização de um levantamento histórico. Com relação ao debate, mostra-se fundamental tornar visíveis os discursos empregados e o significado dado pelos emissores desses discursos.

Uma das características e vantagens da chamada metodologia de pesquisa de Michel Foucault é que se desenvolve segundo os requerimentos do objeto e as descobertas do investigador. Assim, após as pesquisas a serem desenvolvidas a respeito da genealogia da Estatística e como ela se entrelaça com a noção de governo das pessoas, será feito um estudo de caso de um projeto específico de pesquisa empírica no Direito no Brasil, o “Projeto Supremo em Números” da FGV Direito Rio. Será feita a análise de relatórios do projeto, entrevistas com pesquisadores, trechos de relatórios ou opinião de pesquisadores nos meios de comunicação, declarações sobre o projeto dadas por agentes públicos, imprensa, membros da instituição ou outros acadêmicos, além de declarações dadas em pesquisas quantitativas similares como o Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Apenas para fins de registro e para fins de consulta, esta pesquisa menciona os autores das sentenças quando disponíveis. A pesquisa se preocupa mais com os discursos, com o que foi escrito ou falado, ou seja, com o arquivo e não com o que está na cabeça dos seus autores. Essa análise visa aos objetivos deste trabalho, ou seja, não envolverá, portanto, avaliar o conteúdo dos discursos segundo uma medida de objetividade ou de cientificidade, mas sim suas condições de possibilidade e as articulações com o não discursivo. Trata-se de uma seleção de discursos (e não a constituição de um corpus) na tentativa de se descobrir onde e como eles apareceram. A realização de um estudo de caso é importante por ser um método conveniente para mostrar a organização das sentenças, do discurso. Assim como nas análises de Foucault, a preocupação é com os objetos, conceitos, ou seja, com os elementos do discurso e como eles ganham autoridade, articulando-se com o não discursivo.

Há uma crescente busca por eficiência, transparência, mecanismos de controle e

accountability, ou seja, obrigação de prestar contas, na Administração Pública em geral. Isso trouxe uma cultura para a abertura das informações, de modo que, por meio da análise dos dados do poder Judiciário mediante certos índices, a sociedade e os órgãos de gestão estratégica do sistema judicial possam identificar problemas e planejar a sua solução (SERBENA, 2013). Diante dessa constatação que se apresenta como natural e necessária, cumpre questionar o porquê da atual dificuldade em apenas imaginar outras formas de gestão, de controle ou transparência diante de uma métrica tão disseminada e repleta de autoridade.

Atualmente, dentro do âmbito do CNJ e do STF, os principais sistemas de coleta de dados do Poder Judiciário brasileiro em operação são: “Justiça em Números”, “Justiça Aberta”, “Resolução n. 88/2009”, “Resolução n. 102/2009”, “Indicadores estratégicos do Poder Judiciário” e “O Supremo em Números” (SERBENA, 2013). Entre esses sistemas, o “Projeto Supremo em Números” é o único externo à Administração Pública, o que confere uma sensação de maior imparcialidade. Além disso, traz o rótulo da FGV, instituição que possui grande credibilidade no país, em razão da sua história no ensino e pesquisa em Administração e Economia, sendo, portanto, de especial importância na definição de políticas públicas. O projeto é representativo, no Brasil, de uma transformação que se inicia no espaço das informações sobre o sistema de Justiça e do seu uso no debate público. Por essa razão o referido projeto é o objeto do estudo de caso neste trabalho.

Apesar do levantamento histórico do Projeto Supremo em Números, da FGV e das suas escolas de Direito ter sido realizado cronologicamente antes da construção dos instrumentos de análise para esta pesquisa, mostrou-se adequado iniciar-se essa dissertação com a parte teórica, apresentando os elementos conceituais que permitirão, ao fim deste texto, uma análise da pesquisa empírica quantitativa. Portanto, inicia-se apresentando a parte teórica para posteriormente se apresentar o objeto da pesquisa. Essa ordem mostra-se mais adequada por dois motivos: o foco da análise, como já dito, não é o projeto ou as pessoas em si, mas sim as condições de possibilidade desse saber e as articulações dele com as práticas da Administração da Justiça. Assim, apesar de ter sido útil na delimitação do tema e na definição dos rumos do trabalho, o caso concreto do Projeto Supremo em Números e a sua história acabou por se mostrar secundário na perspectiva que se adotou para essa pesquisa. Assim como feito nas pesquisas de Foucault, em vez de se dar ênfase a pessoas ou a eventos específicos, aqui se busca mostrar o Projeto como um simples “efeito de superfície” de um contexto muito maior que envolve, resumidamente, governar por números.

Assim, o presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão. O capítulo 1 trata da apresentação de Michel Foucault, destacando

suas principais obras, particularmente as que se relacionam com esta pesquisa, bem como a sua peculiaridade em relação a outros pensadores que lhe eram contemporâneos. Essa etapa mostrou-se fundamental no início desta pesquisa por evitar a importação de conceitos de outros autores que são incompatíveis com as abordagens do pensador francês. O capítulo subsequente aborda as fases em que comumente se dividem o pensamento de Foucault. Posteriormente, a partir das ideias abordadas nos capítulos iniciais, o capítulo 3 trata de uma breve genealogia, no sentido foucaultiano do termo, do tratamento de grandes volumes de dados por meio de ferramentas computacionais. O capítulo 5 trata de um estudo de caso em que um projeto específico de pesquisa empírica no Direito, o “Projeto Supremo em Números” da FGV Direito Rio, é analisado segundo os métodos construídos a partir de conceitos de Michel Foucault. Antes disso, no capítulo 4, é feito um pequeno histórico da criação das Escolas de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Por fim, uma conclusão sintetiza o diagnóstico que propõe a fazer sobre a abordagem empírica quantitativa na Administração da Justiça com base nas contribuições do pensamento de Michel Foucault.

1. INFLUÊNCIAS E OPOSIÇÕES DE FOUCAULT

Michel Foucault (1926 – 1984) teve sua formação universitária marcada pelo Marxismo, pela Fenomenologia e pelo Existencialismo (FOUCAULT, 2009, p. 410). A literatura teve importante papel na sua reorientação filosófica, particularmente Nietzsche, Blanchot e Bataille, o que o fez se afastar das correntes filosóficas que se apoiavam na primazia de um homem transcendental e num modelo de história contínua. Assim, em oposição ao Existencialismo e à Fenomenologia que se apoiavam em experiências vividas, na prioridade absoluta ao sujeito da observação, Foucault vai basear sua análise numa teoria das práticas discursivas. Da mesma forma a noção de descontinuidade nietzschiana vai se opor a uma continuidade da História de raiz Hegeliana/Marxista:

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia - sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência.

Sob formas diferentes, esse tema representou um papel constante desde o século XIX: proteger, contra todas as descentralizações, a soberania do sujeito e as figuras gêmeas da antropologia e do humanismo. (...)

Neste ponto se determina uma empresa cujo perfil foi traçado por *Histoire de la folie*, *Naissance de la clinique*, *Les mots et les choses*, muito imperfeitamente. Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mutações que se operam, em geral, no

domínio da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os limites, os temas próprios da história das ; empresa pela qual se tenta desfazer as últimas sujeições antropológicas; empresa que quer, em troca, mostrar como essas sujeições puderam-se formar. Estas tarefas foram esboçadas em uma certa desordem, e sem que sua articulação geral fosse claramente definida. Era tempo de lhes dar coerência - ou, pelo menos, de colocá-las em prática. O resultado desse exercício é este livro (FOUCAULT, 2008a, p. 14 - 17).

1.1. Foucault e Kant

Sua abordagem de pesquisa arqueológica tem como hipótese uma espécie de estrutura (*épistème*) de cada época. Segundo o autor, a *épistème* da modernidade teria constituído o homem como objeto de saber e como sujeito transcendental que conhece. Portanto, essa *épistème* moderna seria anterior ao próprio homem, que é pensado e falado segundo ela. Foucault busca livrar-se dessas “sujeições antropológicas” que criam uma história feita conscientemente, e que é conservada, pelo homem. A origem dessa centralidade no homem é atribuída, por Foucault, a Kant, pois é ele quem inaugura pensar a finitude humana a partir de si própria, uma finitude “positiva”, fundadora (apesar de ainda relacionada a um sujeito transcendental – ainda não empírico como será na modernidade – pois a consciência cumpre função constituinte de suas representações), que tenta liberar uma essência do homem que pudesse enunciar a si própria, diferentemente do que ocorria na idade clássica e anteriores, onde, apesar de existir um homem, ele não era pensado a partir de si mesmo, mas sim a partir do infinito (a finitude é abordada de uma perspectiva “negativa”, de limite, como erro, pois a finitude, na idade clássica, era contraposta à perfeição divina). Daí Foucault considerar um equívoco o pensamento de que as ciências empíricas surgiram simplesmente da expansão das ciências formais, como a matemática, para outros campos inexplorados. Na realidade, na epistémê clássica – anterior à *épistème* da modernidade –, seria impossível esse saber:

Pode parecer estranho que na época clássica não se tenha tentado matematizar as ciências de observação, ou os conhecimentos gramaticais, ou a experiência econômica. Como se a matematização galileana da natureza e o fundamento da mecânica fossem por si sós suficientes para cumprir o projeto de uma *máthêsis*. Não há nisso nada de paradoxal: a análise das representações segundo suas identidades e suas diferenças, sua ordenação em quadros permanentes situavam, de pleno direito, as ciências do qualitativo no campo de uma *máthêsis* universal. No fim do século XVIII, produz-se uma divisão fundamental e nova: agora que o liame das representações já não se estabelece no movimento mesmo que as decompõe, as disciplinas analíticas acham-se epistemologicamente distintas daquelas que devem recorrer à síntese. Ter-se-á, pois, um campo de ciências a priori, de ciências formais

e puras, de ciências dedutivas que são da alçada da lógica e das matemáticas: por outro lado, vê-se destacar um domínio de ciências a posteriori, de ciências empíricas que só utilizam as formas dedutivas por fragmentos e em regiões estreitamente localizadas. Ora, essa divisão tem por consequência a preocupação epistemológica de reencontrar em outro nível a unidade que se perdera com a dissociação da máthesis e da ciência universal da ordem. (FOUCAULT, 2000, p.337-338)

A idade clássica, fundada na ideia da representação, ficara presa numa tentativa exaustiva colocação em ordem através do jogo de identidades e diferenças. No entanto, essa grande rede de representações começa a se desfazer quando a vida, o trabalho e a linguagem passam a se mostrar irredutíveis à representação. Há algo em comum em Lamarck na História Natural, Adam Smith na Análise das Riquezas e Rask, Grimm e Bopp na Gramática Geral: foi um desnível ínfimo, mas absolutamente essencial e que abalou todo o pensamento ocidental, pois a representação perdeu o poder de criar, a partir de si mesma, no seu desdobramento próprio e pelo jogo que a reduplica sobre si, os liames que podem unir seus diversos elementos. Passa haver regularidades internas que não são transparentes à significação do discurso em cada uma dessas áreas, há critérios de organização interior que acabam por prescrever os caminhos da história, um princípio de evolução próprio, abandonado as classificações hierárquicas que o século XVIII praticava. Haverá uma historicidade própria, interna em cada um deles, não mais uma grande continuidade até uma origem, mas sim descontinuidades das ramificações.

No entanto, essas novas noções de trabalho, de organização e de sistema gramatical, que geram um desnível para fora da função representativa ainda não colocam o ser mesmo do que é representado para fora da representação. Pode-se notar ainda que eles estão presos na *épistème* clássica, pois suas descobertas buscam ainda encontrar uma ordem, mas em um outro nível, mais interno:

Não se deve esquecer que, se Smith, Jussieu e W. Jones se serviram das noções de trabalho, de organização e de sistema gramatical, não foi para sair do espaço tabular definido pelo pensamento clássico, não foi para contornar a visibilidade das coisas e escapar ao jogo da representação que representa a si mesma; foi somente para aí instaurar uma forma de ligação que fosse ao mesmo tempo analisável, constante e fundada. Tratava-se sempre de encontrar a ordem geral das identidades e das diferenças. O grande desvio que irá buscar, do outro lado da representação, o ser mesmo do que é representado não se realizou ainda; somente já está instaurado o lugar a partir do qual ele será possível. Esse lugar, porém, figura sempre nas disposições interiores da representação. (FOUCAULT, 2000, p.329)

Foi a partir de Kant que a representação perdeu o poder de criar, a partir de si

mesma, no seu desdobramento próprio e pelo jogo que a reduplica sobre si, os liames que podem unir seus diversos elementos. A condição desses liames reside doravante no exterior da representação, para além de sua imediata visibilidade, numa espécie de mundo subjacente, mais profundo que ela própria e mais espesso. O ser mesmo do que é representado ficará fora da própria representação (FOUCAULT, 2000, p.327-329). Kant interroga a relação entre as representações na direção do que a torna possível em sua generalidade, as condições que definem sua forma universalmente válida, seus limites de direito. Com a retirada do saber e do pensamento para fora do espaço da representação, passa a haver um desnível entre ser e a representação. Esse desnível faz com que a representação não mais possa definir o modo de ser comum às coisas e ao conhecimento. O ser mesmo do que é representado agora fica fora da própria representação:

É a dissolução, nos últimos anos do século XVIII, desse campo homogêneo de representações ordenáveis, que faz aparecer, correlativamente, duas formas novas de pensamentos. Uma interroga as condições de uma relação entre as representações do lado do que as torna em geral possíveis: põe assim a descoberto um campo transcendental em que o sujeito, que jamais é dado à experiência (pois não é empírico), mas que é finito (pois não tem intuição intelectual), determina na sua relação com um objeto = x todas as condições formais da experiência em geral; é a análise do sujeito transcendental que extrai o fundamento de uma síntese possível entre as representações. (FOUCAULT, 2000, p. 334).

Kant, de maneira original, vai buscar aquilo mesmo a partir do qual toda representação, seja ela qual for, pode ser dada:

Não são, pois, as próprias representações que, segundo as leis de um jogo que lhes pertenceria propriamente, poderiam desenvolver-se a partir de si e, num só movimento, decompor-se (pela análise) e se recompor (pela síntese): somente juízos de experiência ou constatações empíricas podem fundar-se sobre os conteúdos da representação. Qualquer outra ligação, para ser universal, deve fundar-se para além de toda experiência, no a priori que a torna possível. Não que se trate de um outro mundo, mas das condições sob as quais pode existir qualquer representação do mundo em geral. (FOUCAULT, 2000, p.332)

Essa análise feita por Foucault o levará a relacionar as Ciências Humanas à herança Kantiana e não à de Descartes que, segundo Foucault, ainda estava imerso na *épistème* clássica. Em Descartes, Deus assegurava o nexos entre representação e representado, daí uma metafísica do infinito. Por outro lado, em Kant, a consciência do sujeito será constituinte das suas próprias representações; a consciência é finita, mas não precisa mais do infinito divino (metafísica). Já o “eu penso, logo existo” cartesiano indica a articulação direta entre o que se

representa e o que é, característica da *épistème* clássica:

Mas a consequência essencial é que a linguagem clássica como discurso comum da representação e das coisas, como lugar em cujo interior natureza e natureza humana se entrecruzam, exclui absolutamente qualquer coisa que fosse “ciência do homem”. Enquanto essa linguagem falou na cultura ocidental, não era possível que a existência humana fosse posta em questão por ela própria, pois o que nela se articulava eram a representação e o ser. O discurso que, no século XVII, ligou um ao outro o “Eu penso” e o “Eu sou” daquele que o efetivava — esse discurso permaneceu, sob uma forma visível, a essência mesma da linguagem clássica, pois o que nele se articulava, de pleno direito, eram a representação e o ser. A passagem do “Eu penso” ao “Eu sou” realizava-se sob a luz da evidência, no interior de um discurso cujo domínio e cujo funcionamento consistiam por inteiro em articular, um ao outro, o que se representa e o que é. Não há, pois, que objetar a essa passagem nem que o ser em geral não está contido no pensamento, nem que este ser singular tal como é designado pelo “Eu sou” não foi interrogado nem analisado por si próprio. Ou, antes, essas objeções podem realmente nascer e fazer valer seu direito, mas a partir de um discurso que é profundamente outro e que não tem por razão de ser o lia-me entre a representação e o ser; só uma problemática que contorne a representação poderá formular semelhantes objeções. Mas, enquanto durou o discurso clássico, uma interrogação sobre o modo de ser implicado pelo Cogito não podia ser articulada. (FOUCAULT, 2000, p. 428-429)

Com a crítica Kantiana, ocorre a distinção entre o empírico e o transcendental. A análise transcendental de Kant foi o que permitiu romper com a *épistème* clássica, baseada na representação. Em vez de buscar a origem de um conhecimento, percorrendo todo um espaço de representações, a análise transcendental vai ser preocupar com a legitimidade do conhecimento, ou seja, uma questão de direito (e não mais de fato – ou empírica). Kant busca em que condição a experiência é possível e em quais limites um conhecimento é confiável, conforme deixa claro já na introdução da “Crítica da Razão Pura”:

Mas se é verdade que os conhecimentos derivam da experiência, alguns há, no entanto, que não têm essa origem exclusiva, pois poderemos admitir que o nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que a nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona (estimulada somente pelas impressões dos sentidos); aditamento que propriamente não distinguimos senão mediante uma longa prática que nos habilite a separar esses dois elementos. (KANT, 2017, p.3)

Na “Crítica da Razão Pura”, Kant distingue a sensibilidade, por meio da qual os objetos são dados à intuição, do entendimento, faculdade de pensar os objetos da intuição sensível, mediante conceitos:

Nosso conhecimento emana de duas fontes principais do espírito: a primeira consiste na capacidade de receber as representações (a receptividade das impressões), e a segunda, na faculdade de conhecer um objeto por meio dessas representações (a espontaneidade dos conceitos). Pela primeira nos é dado um objeto, pela segunda é

pensado em relação a essa representação (como pura determinação do espírito). Constituem, pois, os elementos de todo nosso conhecimento, a intuição e os conceitos; de tal modo, que não existe conhecimento por conceitos sem a correspondente intuição ou por intuições sem conceitos. Ambos são puros ou empíricos: empíricos se neles se contém uma sensação (que supõe a presença real do objeto); puro, se na representação não se mescla sensação alguma. Pode chamar-se à sensação, a matéria do conhecimento sensível.

A intuição pura, portanto, contém unicamente a forma pela qual é percebida alguma coisa, e o conceito puro a forma do pensamento de um objeto em geral. Somente as intuições e conceitos puros são possíveis “a priori”; os empíricos só o são “a posteriori”.

Se denominamos sensibilidade à capacidade que tem nosso espírito de receber representações (receptividade), quando é de qualquer modo afeta do, pelo contrário, chamar-se-á entendimento à faculdade que temos de produzir nós mesmos representações ou a espontaneidade do conhecimento.

Pela índole da nossa natureza a intuição não pode ser senão sensível, de tal sorte, que só contém a maneira de como somos afetados pelos objetos. O entendimento, pelo contrário, é a faculdade de pensar o objeto da intuição sensível. Nenhuma dessas propriedades é preferível à outra. Sem sensibilidade, não nos seriam dados os objetos, e sem o entendimento, nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem certos conceitos, são cegos.

Assim, é necessário tornar sensíveis os conceitos (quer dizer, fornecer-lhes o objeto dado na intuição), bem como tornar inteligíveis as intuições (submetendo-as a conceitos). Estas duas faculdades ou capacidades não podem trocar de funções. O entendimento não pode perceber e os sentidos não podem pensar coisa alguma. Somente quando se unem, resulta o conhecimento. (KANT, 2017, p. 31)

Essa distinção entre o empírico e o transcendental inaugura uma certa maneira moderna de conhecer as empiricidades e de que, ainda hoje, somos herdeiros. No entanto, na esteira da Crítica, que acabou por limitar a representação ao questionar seus limites de direito, abriu-se a possibilidade de uma nova “metafísica” que vai buscar, não mais as condições para o conhecimento em uma subjetividade transcendental, mas as condições de uma relação entre as representações do lado do ser mesmo que aí se acha representado, os fundamentos de unidade dessas representações, constituindo, para além do objeto, esses “quase-transcendentais” que são para nós a Vida, o Trabalho, a Linguagem:

A Crítica ressalta a dimensão metafísica que a filosofia do século XVIII quisera reduzir unicamente pela análise da representação. Mas abre, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma outra metafísica que teria por propósito interrogar, fora da representação, tudo o que constitui sua fonte e origem; ela permite essas filosofias da Vida, da Vontade, da Palavra, que o século XIX vai desenvolver na esteira da crítica.

Daí uma série quase infinita de consequências. De consequências, em todo o caso, ilimitadas, já que o nosso pensamento hoje pertence ainda à sua dinastia. Em primeiro plano, é preciso, sem dúvida, colocar a emergência simultânea de um tema transcendental e de campos empíricos novos — ou pelo menos distribuídos e fundados de maneira nova. Viu-se como, no século XVII, o aparecimento da máthesis como ciência geral da ordem não só tivera um papel fundador nas disciplinas matemáticas como também fora correlativo da formação de domínios diversos e puramente empíricos como a gramática geral, a história natural e a análise das riquezas; estes não foram construídos segundo um “modelo” que lhes teria prescrito a matematização ou a mecanização da natureza; constituíram-se e dispuseram-se sobre o fundo de uma possibilidade geral: aquela que permitia estabelecer entre as representações um quadro ordenado das identidades e das diferenças. É a dissolução, nos últimos anos do século XVIII, desse campo homogêneo de representações ordenáveis, que faz aparecer, correlativamente, duas

formas novas de pensamentos. Uma interroga as condições de uma relação entre as representações do lado do que as torna em geral possíveis: põe assim a descoberto um campo transcendental em que o sujeito, que jamais é dado à experiência (pois não é empírico), mas que é finito (pois não tem intuição intelectual), determina na sua relação com um objeto = x todas as condições formais da experiência em geral; é a análise do sujeito transcendental que extrai o fundamento de uma síntese possível entre as representações. Em face dessa abertura para o transcendental, e simetricamente a ela, uma outra forma de pensamento interroga as condições de uma relação entre as representações do lado do ser mesmo que aí se acha representado: o que, no horizonte de todas as representações atuais, se indica por si mesmo como o fundamento da unidade delas são esses objetos jamais objetiváveis, essas representações jamais inteiramente representáveis, essas visibilidades ao mesmo tempo manifestas e invisíveis, essas realidades que estão em recuo na medida mesma em que são fundadoras daquilo que se oferece e se adianta até nós: a potência de trabalho, a força da vida, o poder de falar. É a partir dessas formas que rondam nos limites exteriores de nossa experiência que o valor das coisas, a organização dos seres vivos, a estrutura gramatical e a afinidade histórica das línguas vêm até nossas representações e solicitam de nós a tarefa talvez infinita do conhecimento. Buscam-se assim as condições de possibilidade da experiência nas condições de possibilidade do objeto e de sua existência, ao passo que, na reflexão transcendental, identificam-se as condições de possibilidade dos objetos da experiência às condições de possibilidade da própria experiência. A positividade nova das ciências da vida, da linguagem e da economia está em correspondência com a instauração de uma filosofia transcendental. (FOUCAULT, 2000, p. 333 335)

Por meio de sua Analítica Transcendental, Kant buscará analisar os conceitos puros a priori do entendimento, que são condição para o conhecimento. A partir desses conceitos, por meio do entendimento, os objetos recebidos na intuição, por meio da sensibilidade, são reunidos. É justamente da falta desta Analítica que Foucault acusará o Marxismo e o Positivismo (e tantas outras correntes da filosofia moderna que o sucederam como o empirismo, o cientificismo, o utilitarismo – e a decorrente preponderância das abordagens quantitativas), bem como a fenomenologia e o existencialismo, por ignorarem o a priori, ou seja, parte fundamental para a crítica do conhecimento segundo a crítica Kantiana. Assim, segundo Foucault, tais correntes ao se manterem restritas ao mundo empírico, não concluem o projeto Kantiano, pois ignoram o papel constitutivo de mundo pela subjetividade transcendental, apesar de estarem no mesmo solo arqueológico da “Crítica da Razão Pura”, já que decorreram da emergência de campos empíricos que a simples análise da representação clássica não pode mais explicar:

O trabalho, a vida e a linguagem aparecem como tantos “transcendentais”, que tornam possível o conhecimento objetivo dos seres vivos, das leis da produção, das formas da linguagem. Em seu ser, estão fora do conhecimento, mas são, por isso mesmo, condições de conhecimentos; correspondem à descoberta, por Kant, de um campo transcendental e, no entanto, dele diferem em dois pontos essenciais: alojam-se do lado do objeto e, de certo modo, além dele; como a Ideia na Dialética transcendental, totalizam os fenômenos e dizem a coerência *a priori* das multiplicidades empíricas; fundam-nas, porém, num ser cuja realidade enigmática constitui, antes de todo conhecimento, a ordem e o liame daquilo que se presta a conhecer; ademais, eles concernem ao domínio das verdades *a posteriori* e aos princípios de sua síntese — e não à síntese a priori de toda experiência possível. A primeira diferença (o fato de estarem os transcendentais alojados do lado do objeto) explica o nascimento dessas metafísicas que, apesar de sua cronologia pós-kantiana,

aparecem como “pré-críticas”: com efeito, elas se desviam da análise das condições do conhecimento tais como se podem desvelar no nível da subjetividade transcendental; mas essas metafísicas se desenvolvem a partir de transcendentais objetivos (a Palavra de Deus, a Vontade, a Vida), que só são possíveis na medida em que o domínio da representação se acha previamente limitado; elas têm, portanto, o mesmo solo arqueológico que a própria Crítica. A segunda diferença (o fato de que esses transcendentais concernem às sínteses a posteriori) explica o aparecimento de um “positivismo”: é dada à experiência toda uma camada de fenômenos cuja racionalidade e cujo encadeamento repousam sobre um fundamento objetivo que não é possível trazer à luz; podem-se conhecer não as substâncias, mas os fenômenos; não as essências, mas as leis; não os seres, mas suas regularidades. Instaure-se assim, a partir da crítica — ou, antes, a partir desse desnível do ser em relação à representação, de que o kantismo é a primeira constatação filosófica — uma correlação fundamental: de um lado, metafísicas do objeto, mais exatamente, metafísicas desse fundo jamais objetivável donde vêm os objetos ao nosso conhecimento superficial; e, do outro, filosofias que se dão por tarefa unicamente a observação daquilo mesmo que é dado a um conhecimento positivo. Vê-se de que modo os dois termos dessa oposição se dão apoio e se reforçam um ao outro; é no tesouro dos conhecimentos positivos (e sobretudo daqueles que a biologia, a economia ou a filologia podem liberar) que as metafísicas dos “fundos” ou dos “transcendentais” objetivos encontrarão seu ponto de investida; e, inversamente, é na divisão entre o fundo incognoscível e a racionalidade do cognoscível que os positivismos encontrarão sua justificação. O triângulo crítica-positivismo-metafísica do objeto é constitutivo do pensamento europeu desde o começo do século XIX até Bergson. Uma tal organização está ligada, na sua possibilidade arqueológica, à emergência desses campos empíricos de que, doravante, a pura e simples análise interna da representação não pode mais explicar. Ela é, portanto, correlativa de um certo número de disposições próprias à epistémê moderna. (FOUCAULT, 2000, p. 335-337)

Com o desaparecimento do discurso clássico, aparece o homem, ser que conhece e que é objeto de saber. Um sujeito finito e um objeto finito. Diferentemente do discurso clássico, em que o homem finito é definido de maneira negativa, a partir do infinito, na *épistème* moderna, ele ainda será finito, mas definido a partir da positividade de saberes da vida, do trabalho e da linguagem (ciências empíricas da Biologia, Economia e Filologia). Assim, o homem é finito, por limites externos que lhe são impostos (vida, trabalho e linguagem), mas também o conhecimento dessas formas exteriores que limitam o homem só podem ser conhecidas por ele de forma limitada, finita. Esse movimento de uma finitude a outra é a analítica da finitude:

A representação deixou de valer para os seres vivos, para as necessidades e para as palavras, como seu lugar de origem e a sede primitiva de sua verdade; em relação a eles, ela nada mais é, doravante, que um efeito, seu acompanhante mais ou menos confuso numa consciência que os apreende e os restitui. A representação que se faz das coisas não tem mais que desdobrar, num espaço soberano, o quadro de sua ordenação; ela é, do lado desse indivíduo empírico que é o homem, o fenômeno — menos ainda talvez, a aparência — de uma ordem que pertence agora às coisas mesmas e à sua lei interior. Na representação, os seres não manifestam mais sua identidade, mas a relação exterior que estabelecem com o ser humano. Este, com seu ser próprio, com seu poder de se fornecer representações, surge num vão disposto pelos seres vivos, pelos objetos de troca e pelas palavras quando, abandonando a representação que fora até então seu lugar natural, retiram-se na profundidade das coisas e se enrolam sobre si mesmos segundo as leis da vida, da produção e da linguagem. (...)

No fundamento de todas as positivities empíricas e do que se pode indicar como

limitações concretas à existência do homem, descobre-se uma finitude — que em certo sentido é a mesma: ela é marcada pela espacialidade do corpo, pela abertura do desejo e pelo tempo da linguagem; e, contudo, ela é radicalmente outra: nela o limite não se manifesta como determinação imposta ao homem do exterior (por ter uma natureza ou uma história), mas como finitude fundamental que só repousa sobre seu próprio fato e se abre para a positividade de todo limite concreto. (...)

Assim, do coração mesmo da empiricidade, indica-se a obrigação de ascender ou, se se quiser, de descer até uma analítica da finitude, em que o ser do homem poderá fundar, na possibilidade delas, todas as formas que lhe indicam que ele não é infinito. E o primeiro caráter com que essa analítica marcará o modo de ser do homem, ou, antes, o espaço no qual ela se desenrolará por inteiro, será o da repetição — da identidade e da diferença entre o positivo e o fundamental: a morte que corrói anonimamente a existência cotidiana do ser vivo é a mesma que aquela, fundamental, a partir da qual se dá a mim mesmo minha vida empírica; o desejo que liga e separa os homens na neutralidade do processo econômico é o mesmo a partir do qual alguma coisa me é desejável; o tempo que transporta as linguagens, nelas se aloja e acaba por desgastá-las, é esse tempo que alonga meu discurso antes mesmo que eu o tenha pronunciado numa sucessão que ninguém pode dominar. De um extremo ao outro da experiência, a finitude responde a si mesma; ela é, na figura do Mesmo, a identidade e a diferença das positivities e de seu fundamento. Vê-se como a reflexão moderna, desde o primeiro esboço dessa analítica, se inclina em direção a certo pensamento do Mesmo — em que a Diferença é a mesma coisa que a Identidade — exposição da representação, com sua realização em quadro, tal como o ordenava o saber clássico. É nesse espaço estreito e imenso, aberto pela repetição do positivo no fundamental, que toda essa analítica da finitude — tão ligada ao destino do pensamento moderno — vai desdobrar-se: é aí que se verá sucessivamente o transcendental repetir o empírico, o cogito repetir o impensado, o retorno da origem repetir seu recuo; é aí que se afirmará, a partir dele próprio, um pensamento do Mesmo irreduzível à filosofia clássica. (FOUCAULT, 2000, p. 430-434)

E as representações serão anunciadas a uma consciência que agora tenta saber a partir da tradição que lhe foi recebida, do fundo de sua própria história. Com a incorporação da temporalidade, a história, e não mais a ordem, passa a ser o modo de ser de tudo o que nos é dado pela experiência:

Enquanto, no pensamento clássico, a sequência das cronologias não fazia mais que percorrer o espaço prévio e mais fundamental de um quadro que de antemão apresentava todas as suas possibilidades, doravante as semelhanças contemporâneas e observáveis simultaneamente no espaço não serão mais que as formas depositadas e fixadas de uma sucessão que procede de analogia em analogia. A ordem clássica distribuía num espaço permanente as identidades e as diferenças não quantitativas que separavam e uniam as coisas: era essa a ordem que reinava soberanamente, mas a cada vez segundo formas e leis ligeiramente diferentes, sobre o discurso dos homens, o quadro dos seres naturais e a troca das riquezas. A partir do século XIX, a História vai desenrolar numa série temporal as analogias que aproximam umas das outras as organizações distintas. É essa História que, progressivamente, imporá suas leis à análise da produção, à dos seres organizados, enfim, à dos grupos linguísticos. A História dá lugar às organizações analógicas, assim como a Ordem abria o caminho das identidades e das diferenças sucessivas. (FOUCAULT, 2000, p. 298-299).

Daí falar do positivismo como uma “quase estética”, já que situa as condições do conhecimento na natureza da própria sensação, e não no sujeito transcendental, e do marxismo numa “quase dialética”, já que parte do objeto história tal como ele se dá na experiência – e não em termos dos conceitos do entendimento sobre esse objeto. No mesmo problema incorre a análise do vivido Fenomenológica, pois o vivido se aloja no objeto

empírico e não no sujeito transcendental (CANDIOTTO, 2009, p.195-198):

O homem, na analítica da finitude, é um estranho duplo empírico-transcendental, porquanto é um ser tal que nele se tomará conhecimento do que torna possível todo conhecimento. Mas a natureza humana dos empiristas não desempenhava, no século XVIII, o mesmo papel? De fato, o que então se analisava eram as propriedades e as formas da representação que permitiam o conhecimento em geral (é assim que Condillac definia as operações necessárias e suficientes para que a representação se desdobrasse em conhecimento: reminiscência, consciência de si, imaginação, memória); agora que o lugar da análise não é mais a representação, mas o homem em sua finitude, trata-se de trazer à luz as condições do conhecimento a partir dos conteúdos empíricos que nele são dados. Para o movimento geral do pensamento moderno, pouco importa onde esses conteúdos se acham localizados: a questão não está em saber se foram buscados na introspecção ou em outras formas de análise. Pois o limiar da nossa modernidade não está situado no momento em que se pretendeu aplicar ao estudo do homem métodos objetivos, mas no dia em que se constituiu um duplo empírico-transcendental a que se chamou homem. Viu-se então aparecer duas espécies de análises: as que se alojaram no espaço do corpo e que, pelo estudo da percepção, dos mecanismos sensoriais, dos esquemas neuromotores, da articulação comum às coisas e ao organismo, funcionaram como uma espécie de estética transcendental; aí se descobria que o conhecimento tinha condições anatomofisiológicas, que ele se formava pouco a pouco na nervura do corpo, que nele tinha talvez uma sede privilegiada, que suas formas, em todo o caso, não podiam ser dissociadas das singularidades de seu funcionamento; em suma, que havia uma natureza do conhecimento humano que lhe determinava as formas e que podia, ao mesmo tempo, ser-lhe manifestada nos seus próprios conteúdos empíricos. Houve também as análises que, pelo estudo das ilusões da humanidade, mais ou menos antigas, mais ou menos difíceis de vencer, funcionaram como uma espécie de dialética transcendental; mostrava-se assim que o conhecimento tinha condições históricas, sociais ou econômicas, que ele se formava no interior de relações tecidas entre os homens e que não era independente da figura particular que elas poderiam assumir aqui ou ali, em suma, que havia uma história do conhecimento humano que podia ao mesmo tempo ser dada ao saber empírico e prescrever-lhe suas formas. Ora, o que há de particular nessas análises é que não têm, ao que parece, necessidade alguma umas das outras; bem mais, podem dispensar todo recurso a uma analítica (ou a uma teoria do sujeito): elas pretendem poder repousar apenas sobre si mesmas, já que são os próprios conteúdos que funcionam como reflexão transcendental. Mas, de fato, a busca de uma natureza ou de uma história do conhecimento, no movimento em que ela restringe a dimensão própria da crítica aos conteúdos de um conhecimento empírico, supõe o uso de uma certa crítica. Crítica que não é o exercício de uma reflexão pura, mas o resultado de uma série de divisões mais ou menos obscuras. E, antes de tudo, divisões relativamente elucidadas, mesmo se arbitrarias: a que distingue o conhecimento rudimentar, imperfeito, mal equilibrado, nascente, daquele que se pode dizer, se não acabado, ao menos constituído em suas formas estáveis e definitivas (esta divisão torna possível o estudo das condições naturais do conhecimento); a que distingue a ilusão da verdade, a quimera ideológica da teoria científica (esta divisão torna possível o estudo das condições históricas do conhecimento); mas há uma divisão mais obscura e mais fundamental: é a da própria verdade; deve existir, com efeito, uma verdade que é da ordem do objeto — aquela que pouco a pouco se esforça, se forma, se equilibra e se manifesta através do corpo e dos rudimentos da percepção, aquela igualmente que se desenha à medida que as ilusões se dissipam e que a história se instaura num estatuto desalienado; mas deve existir também uma verdade que é da ordem do discurso — uma verdade que permite sustentar sobre a natureza ou a história do conhecimento uma linguagem que seja verdadeira. É o estatuto desse discurso verdadeiro que permanece ambíguo. Das duas uma: ou esse discurso verdadeiro encontra seu fundamento e seu modelo nessa verdade empírica cuja gênese ele retrança na natureza e na história, e ter-se-á uma análise de tipo positivista (a verdade do objeto prescreve a verdade do discurso que descreve sua formação); ou o discurso verdadeiro se antecipa a essa verdade de que define a natureza e a história, esboça-a de antemão e a fomenta de longe, e, então, ter-se-á um discurso de tipo escatológico (a verdade do

discurso filosófico constitui a verdade em formação). A bem dizer, trata-se aí menos de uma alternativa que da oscilação inerente a toda análise que faz valer o empírico ao nível do transcendental. Comte e Marx são realmente testemunhas desse fato de que a escatologia (como verdade objetiva por vir do discurso sobre o homem) e o positivismo (como verdade do discurso definida a partir daquela do objeto) são arqueologicamente indissociáveis: um discurso que se pretende ao mesmo tempo empírico e crítico só pode ser, a um tempo, positivista e escatológico; o homem aí aparece como uma verdade ao mesmo tempo reduzida e prometida. A ingenuidade pré-crítica nele reina sem restrições. É por isso que o pensamento moderno não pôde evitar — e a partir justamente desse discurso ingênuo — a busca do lugar de um discurso que não fosse nem da ordem da redução nem da ordem da promessa: um discurso cuja tensão mantivesse separados o empírico e o transcendental, permitindo, no entanto, visar a um e outro ao mesmo tempo; um discurso que permitisse analisar o homem como sujeito, isto é, como lugar de conhecimentos empíricos mas reconduzidos o mais próximo possível do que os torna possíveis, e como forma pura imediatamente presente nesses conteúdos; um discurso, em suma, que desempenhasse em relação à quase estética e à quase dialética o papel de uma analítica que, ao mesmo tempo, as fundasse numa teoria do sujeito e lhes permitisse talvez articular-se com esse termo terceiro e intermediário em que se enraizariam, ao mesmo tempo, a experiência do corpo e a da cultura. Um papel tão complexo, tão superdeterminado e tão necessário foi desempenhado, no pensamento moderno, pela análise do vivido. O vivido, com efeito, é o espaço onde todos os conteúdos empíricos são dados à experiência; é também a forma originária que os torna em geral possíveis e designa seu enraizamento primeiro; ele estabelece, na verdade, comunicação entre o espaço do corpo e o tempo da cultura, as determinações da natureza e o peso da história, sob a condição, porém, de que o corpo e, através dele, a natureza sejam primeiramente dados na experiência de uma espacialidade irreduzível, e de que a cultura, portadora de história, seja primeiramente experimentada no imediato das significações sedimentadas. Pode-se compreender perfeitamente que a análise do vivido se tenha instaurado, na reflexão moderna, como uma contestação radical do positivismo e da escatologia; que tenha tentado restaurar a dimensão esquecida do transcendental; que tenha pretendido conjurar o discurso ingênuo de uma verdade reduzida ao empírico, e o discurso profético que ingenuamente promete o advento à experiência de um homem, enfim. É também verdade que a análise do vivido não deixa de ser um discurso de natureza mista: endereça-se a uma camada específica mas ambígua, bastante concreta, para que se lhe possa aplicar uma linguagem meticulosa e descritiva, e bastante recuada, entretanto, em relação à positividade das coisas, para que se possa, a partir daí, escapar a essa ingenuidade, contestá-la e buscar-lhe fundamentos. Ela procura articular a objetividade possível de um conhecimento da natureza com a experiência originária que se esboça através do corpo; e articular a história possível de uma cultura com a espessura semântica que, a um tempo, se esconde e se mostra na experiência vivida. Portanto, não faz mais que preencher, com mais cuidado, as exigências apressadas que foram postas quando se pretendeu fazer valer, no homem, o empírico pelo transcendental. Vê-se a rede cerrada que, apesar das aparências, religa os pensamentos de tipo positivista ou escatológico (o marxismo em primeiro lugar) com as reflexões inspiradas na fenomenologia. A aproximação recente não é da ordem da conciliação tardia: ao nível das configurações arqueológicas, eles eram necessários, uns como outros — e uns aos outros — desde a constituição do postulado antropológico, isto é, desde o momento em que o homem apareceu como duplo empírico-transcendental. (FOUCAULT, 2000, p. 438-442).

Diante disso, Foucault entende que, ao problematizar a finitude, a Crítica inaugura uma disposição antropológica, daí Foucault falar da recente invenção do homem. No entanto, por confundirem o empírico com o transcendental, as filosofias que a seguem, caem no "sono antropológico":

A antropologia como analítica do homem teve indubitavelmente um papel constituinte no pensamento moderno, pois que em grande parte ainda não nos

desprendemos dela. Ela se tornara necessária a partir do momento em que a representação perdera o poder de determinar, por si só e num movimento único, o jogo de suas sínteses e de suas análises. Era preciso que as sínteses empíricas fossem asseguradas em qualquer outro lugar que não na soberania do “Eu penso”. Deviam ser requeridas onde precisamente essa soberania encontra seu limite, isto é, na finitude do homem — finitude que é tanto a da consciência quanto a do indivíduo que vive, fala, trabalha. Kant já formulara isso na Lógica quando acrescentara à sua trilogia tradicional uma última interrogação: as três questões críticas (que posso eu saber? que devo fazer? que me é permitido esperar?) acham-se então reportadas a uma quarta e postas, de certo modo, “à sua custa”: Was ist der Mensch?

Essa questão, como se viu, percorre o pensamento desde o começo do século XIX: é ela que opera, furtiva e previamente, a confusão entre o empírico e o transcendental, cuja distinção, porém, Kant mostrara. Por ela, constituiu-se uma reflexão de nível misto que caracteriza a filosofia moderna. A preocupação que ela tem com o homem e que reivindica não só nos seus discursos como ainda no seu *páthos*, o cuidado com que tenta defini-lo como ser vivo, indivíduo que trabalha ou sujeito falante, só para as boas almas assinalam o tempo de um reino humano que finalmente retorna; trata-se, de fato — o que é mais prosaico e menos moral — de uma reduplicação empírico-crítica pela qual se tenta fazer valer o homem da natureza, da permuta ou do discurso como o fundamento de sua própria finitude. Nessa Dobra, a função transcendental vem cobrir, com sua rede imperiosa, o espaço inerte e sombrio da empiricidade; inversamente, os conteúdos empíricos se animam, se refazem, erguem-se e são logo subsumidos num discurso que leva longe sua presunção transcendental. E eis que nessa Dobra a filosofia adormeceu num sono novo; não mais o do Dogmatismo, mas o da Antropologia. Todo conhecimento empírico, desde que concernente ao homem, vale como campo filosófico possível, em que se deve descobrir o fundamento do conhecimento, a definição de seus limites e, finalmente, a verdade de toda verdade. A configuração antropológica da filosofia moderna consiste em desdobrar o dogmatismo, reparti-lo em dois níveis diferentes que se apoiam um no outro e se limitam um pelo outro: a análise pré-crítica do que é o homem em sua essência converte-se na analítica de tudo o que pode dar-se em geral à experiência do homem. (FOUCAULT, 2000, p. 469-471)

Foucault sustentará em “As Palavras e as Coisas” que a figura do homem surge a partir do desaparecimento do discurso clássico, uma criação possível a partir da disposição da *épistème* moderna, criação esta, contudo, que está fadada a desaparecer. O homem surge entre as coisas e as representações:

A análise pôde mostrar a coerência que existiu, durante toda a idade clássica, entre a teoria da representação e as da linguagem, das ordens naturais, da riqueza e do valor. É esta configuração que, a partir do século XIX, muda inteiramente; a teoria da representação desaparece como fundamento geral de todas as ordens possíveis; a linguagem, por sua vez, como quadro espontâneo e quadriculoso primeiro das coisas, como suplemento indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se; uma historicidade profunda penetra no coração das coisas, isola-as e as define na sua coerência própria, impõe-lhes formas de ordem que são implicadas pela continuidade do tempo; a análise das trocas e da moeda cede lugar ao estudo da produção, a do organismo toma dianteira sobre a pesquisa dos caracteres taxinômicos; e, sobretudo, a linguagem perde seu lugar privilegiado e torna-se, por sua vez, uma figura da história coerente com a espessura de seu passado. Na medida, porém, em que as coisas giram sobre si mesmas, reclamando para seu devir não mais que o princípio de sua inteligibilidade e abandonando o espaço da representação, o homem, por seu turno, entra, e pela primeira vez, no campo do saber ocidental. Estranhamente, o homem — cujo conhecimento passa, a olhos ingênuos, como a mais velha busca desde Sócrates — não é, sem dúvida, nada mais que uma certa brecha na ordem das coisas, uma configuração, em todo o caso, desenhada pela disposição nova que ele assumiu recentemente no saber. Daí nasceram todas as quimeras dos novos humanismos, todas as facilidades de uma “antropologia”, entendida como reflexão geral, meio positiva, meio filosófica, sobre o homem.

Contudo, é um reconforto e um profundo apaziguamento pensar que o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma forma nova. (FOUCAULT, 2000, p. 19-20)

Assim, ao realizar um ataque às chamadas “metafísicas do sujeito”, Foucault fará parte de uma nova geração de pensadores que se opõe às correntes filosóficas que floresceram imediatamente ao pós-guerra, particularmente às que marcaram sua formação universitária: o Marxismo, a Fenomenologia e o Existencialismo (FOUCAULT, 2009, p. 410). “As Palavras e as Coisas” consagra Foucault como celebridade na cena cultural francesa, colocando-o em oposição direta com a geração existencialista, particularmente com Jean-Paul Sartre. Foucault vai se ocupar em denunciar a tradição filosófica que se apoiava na figura de uma subjetividade racional de um sujeito autônomo e, em seu lugar, vai sugerir a existência de certos constrangimentos que são as condições de possibilidade para os saberes e sua enunciação. Em oposição à busca kantiana pelas condições transcendentais de possibilidade do conhecimento, Foucault coloca seu “*a priori* histórico” que visará as condições históricas de possibilidade para os saberes, circunstanciais portanto, abdicando assim de uma subjetividade transcendental em prol de uma dispersão histórica. Reside nessa abordagem o germe da crítica foucaultiana que estará presente na maior parte de suas obras, apesar da grande diversidade de temas. Segundo Foucault, o papel da filosofia na modernidade deveria ser uma crítica contra a própria crítica. Em vez de prosseguir no projeto kantiano, buscar, no que se apresenta a nós como sendo aparentemente universal, necessário ou obrigatório, o que tem de arbitrário e contingente:

Mas, se a questão kantiana era saber a que limites o conhecimento deve renunciar a transpor, parece-me que, atualmente, a questão crítica deve ser revertida em uma questão positiva: no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, contingente e fruto das imposições arbitrárias. Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível.

Aquilo que, nós o vemos, traz como consequência que a crítica vai se exercer não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos. Nesse sentido, essa crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafísica: ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. Arqueológica – e não transcendental – no sentido de que ela não procurará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento e de qualquer ação possível; mas tratar os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos. E essa crítica será genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que os fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos. (FOUCAULT, 2008d, p.347-348)

Apesar de romper com a antropologia cuja origem remonta à Crítica, Foucault ainda filia sua obra diagnosticadora do presente à tradição Kantiana. O que Foucault define como

“ontologia histórica de nós mesmos” busca colocar em evidência os limites que são postos à experiência, definindo assim as condições de possibilidade de pensável, do dizível e do factível:

Eu me sentiria tentado a dizer que Kant, no fundo, me parece ter fundado as duas tradições, as duas grandes tradições críticas entre as quais se dividiu a filosofia moderna. Digamos que, em sua grande obra crítica – a das três Críticas, principalmente a da primeira Crítica –, Kant colocou, fundou essa tradição da filosofia crítica que coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível. E, a partir daí, pode-se dizer que toda uma seção da filosofia moderna, desde o século XIX, se apresentou, se desenvolveu como a analítica da verdade. É essa forma da filosofia que vamos encontrar agora na forma da filosofia, digamos, analítica anglo-saxã.

Mas existe, no interior da filosofia moderna e contemporânea, outro tipo de questão, outro modo de interrogação categórica: a que vemos nascer justamente na questão da Aufklärung ou no texto sobre a Revolução. Essa outra tradição crítica não coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível, é uma tradição que coloca a questão de: o que é a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? Qual é o campo atual das experiências possíveis? Não se trata, nesse caso, de uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos.

E me parece que a opção filosófica com a qual nos vemos confrontados atualmente é a seguinte. É preciso optar ou por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade. E é essa forma de filosofia que, de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche, Max Weber, etc., fundou uma forma de reflexão à que, é claro, eu me vinculo na medida em que posso (FOUCAULT, 2010a, p. 21-22).

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *êthos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível. (FOUCAULT, 2008d, p. 351)

Com essa ontologia crítica da nós mesmos, também chamada de diagnóstico do presente, Foucault se filia a uma tradição crítica que ele reconhece semelhante à adotada pela Escola de Frankfurt e que se iniciou com a pergunta de Kant sobre o que nós somos neste nosso tempo:

Creio que a atividade filosófica concebeu um novo polo, e este polo é caracterizado pela pergunta, permanente e perpetuamente renovada: 'O que somos nós hoje?' É este, na minha opinião, o campo da reflexão histórica sobre nós mesmos. Kant, Fichte, Hegel, Nietzsche, Max Weber, Husserl, Heidegger, a Escola de Frankfurt tentaram responder a esta pergunta. Inscrevendo-me nesta tradição, meu propósito é, portanto, o de trazer respostas muito parciais e provisórias a esta pergunta através da história do pensamento ou, mais precisamente, através da análise histórica das relações entre as nossas reflexões e as nossas práticas na sociedade ocidental. (FOUCAULT, 2006b, p.301)

Essa investigação histórica por fatores que atuam como constrangimentos aos saberes humanos, em oposição ao sujeito autônomo racional, fará com que Foucault seja tido como um estruturalista, particularmente nas obras que se debruçam na análise discursiva.

Algumas teses (a primazia do sistema linguístico ou desaparecimento do sujeito), estilos de análise (descrições sincrônicas) e vocabulário (código, estrutura) motivaram seu enquadramento dentro da corrente Estruturalista, apesar de Foucault rechaçar tal etiqueta, apesar de “As Palavras e as Coisas” ter sido considerado um dos produtos mais notáveis e paradigmáticos do Estruturalismo (CASTRO, 2014, p.44). Seu conceito de *épistème* elaborado em “As Palavras e as Coisas”, indicando uma certa disposição que rege os discursos de cada época, e que marca a primeira fase, arqueológica, de seu pensamento, foi tido como um conceito tipicamente estruturalista. Essa relação dúbia com o Estruturalismo é reconhecida pelo próprio Foucault:

O que tentei fazer foi introduzir análises de estilo estruturalista em domínios nos quais elas não tinham penetrado até o presente, ou seja, no domínio da história das ideias, dos conhecimentos, da teoria. Nessa medida, fui levado a analisar em termos de estrutura o nascimento do próprio estruturalismo. Assim, tenho com o estruturalismo uma relação ao mesmo tempo de distância e de reduplicação. De distância, já que falo dele em vez de praticá-lo diretamente, e de reduplicação, já que não quero falar dele sem falar sua linguagem. (FOUCAULT, 2008e, p.57)

Enquanto sua descrição arqueológica é mais centrada na *épistème* em “As Palavras e as Coisas”, em “A Arqueologia do Saber”, é possível perceber Foucault se afastando do método estrutural ao passar para uma concepção de arqueologia mais aberta, saindo da esfera puramente discursiva para abranger as práticas não discursivas, que não eram percebidas pelo Estruturalismo. Após a aproximação de Foucault com os historiadores da Escola dos Annales, suas análises ficam marcadas pela conjunção da história com a noção de estrutura:

O que analiso em um discurso não é o sistema de sua língua, nem, de uma maneira geral, as regras formais de sua construção; pois não me preocupo em saber o que o torna legítimo, ou lhe dá sua inteligibilidade e lhe permite servir à comunicação. A questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos acontecimentos: a lei da existência dos enunciados, o que os torna possíveis – eles e algum outro em seu lugar; as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não (FOUCAULT, 2010b, p. 9).

1.2. Foucault e a Epistemologia Francesa

Assim como o Estruturalismo, a Epistemologia francesa foi de grande influência para Foucault, particularmente por permitir abandonar a velha ideia de continuidade histórica. Os cortes epistemológicos descritos por Bachelard suspendem o acúmulo indefinido dos conhecimentos; prescrevem, desta forma, para a análise histórica, não mais a pesquisa dos começos silenciosos, não mais a regressão sem fim em direção aos primeiros precursores, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos. (FOUCAULT, 2008a, p. 4).

Foucault entende que dois tipos heterogêneos de pensamento coexistiram na França

durante algum tempo: uma filosofia do sujeito e do sentido (Sartre e Merleau-Ponty como representantes) e uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito (destacando-se Cavailles, Bachelard e Canguilhem) (FOUCAULT, 2013, p.370).

No entanto, diferentemente da Epistemologia francesa que busca avaliar a ciência do ponto de vista de sua cientificidade, contando, para tanto, com a análise histórica, a Arqueologia foucaultiana vai justamente criticar a ideia de racionalidade. Assim, a Arqueologia vai se ocupar com as condições de enunciação do discurso que o permitem ser aceito como “verdadeiro” e não os critérios que definiriam a sua suposta objetividade:

Enquanto a epistemologia, pretendendo estar à altura das ciências, postula que a ciência ordena a filosofia, como diz Bachelard, a arqueologia, reivindicando sua independência em relação a qualquer ciência, pretende ser uma crítica da própria ideia de racionalidade; enquanto a história epistemológica, situada basicamente no nível dos conceitos científicos, investiga a produção de verdade na ciência, que ela considera como processo histórico que define e aperfeiçoa a própria racionalidade, a história arqueológica, que estabelece inter-relações conceituais no nível do saber, nem privilegia a questão normativa da verdade, nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual. Abandonando a questão da cientificidade — que define o projeto epistemológico —, a arqueologia realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso da razão. A arqueologia jamais criticou, implícita ou explicitamente, a epistemologia; mas, mesmo respeitando sua especificidade, sempre procurou mostrar como a história epistemológica se encontrava na impossibilidade de analisar convenientemente o tipo de problema que ela pode elucidar. (MACHADO, 2009, p.09)

Além dessa noção de descontinuidade de origem Bachelardiana, mas recebida por meio de Canguilhem que a toma na perspectiva das Ciências da Vida. Foucault também será influenciado pela ideia de correlação entre o saber científico e o espaço institucional que lhe subsidia uma vez que, como espaço de produção de saberes “verdadeiros”, a Ciência deve ser compreendida como produtora de normatividade:

Gostaria de remeter a um texto que vocês vão encontrar na segunda edição do livro de Canguilhem sobre O normal e O patológico (a partir da página 169). Nesse texto, que trata da norma e da normalização, temos um certo lote de ideias que me parecem histórica e metodologicamente fecundas. De um lado, a referência a um processo geral de normalização social, política e técnica, que vemos se desenvolver no século XVIII e que manifesta seus efeitos no domínio da educação, com suas escolas normais; da medicina, com a organização hospitalar; e também no domínio da produção industrial. E poderíamos sem dúvida acrescentar: no domínio do exército. Portanto, processo geral de normalização, no curso do século XVIII, multiplicação dos seus efeitos de normalização quanto à infância, ao exército, à produção, etc. Vocês também vão encontrar, sempre no texto a que me refiro a ideia, que acho importante, de que a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. Conceito polêmico – diz Canguilhem. Talvez pudéssemos dizer político. Em todo caso – e é a terceira ideia que acho ser importante – a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de

poder normativo. (FOUCAULT, 2001, 62)

2. FASES DO PENSAMENTO DE FOUCAULT

A pesquisa de Michel Foucault se desenvolveu particularmente segundo três eixos: saber, poder e subjetivação. Daí decorrem as três fases em que cada um desses eixos foi mais enfatizado: arqueológica, genealógica e dialética da existência. Durante essa transição, Foucault trabalhará prioritariamente, mas não exclusivamente, com a noção de *épistème*, posteriormente com a de dispositivo e, finalmente, com a de prática.

Essas três fases não são estanques, havendo uma constante modificação dos conceitos elaborados por Foucault. Na Arqueologia, por exemplo, o conceito de discurso é mais profundamente elaborado, particularmente a noção de *épistème*. Ao mudar sua concepção de poder (abandonando a forma tradicional negativa, essencialmente jurídica, de proibição, de exclusão, rechaço) e passar a observar o efeito positivo e criador de sentido do poder, particularmente após suas pesquisas para a obra “Vigiar e Punir”, Foucault ingressa na sua fase Genealógica. Nesse momento, o discurso passa a ser visto como um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder, ou ainda, a *épistème* poderia ser vista como um dispositivo exclusivamente discursivo. Em sua terceira fase, ética, Foucault verá o discurso como formador de subjetividade, estando aí incluído o discurso das ciências humanas que “criam” o homem, descobrindo uma verdade no sujeito. Nessa terceira fase, a *épistème* será enquadrada como prática discursiva, enquanto os dispositivos integrariam práticas discursivas e não discursivas. Além das relações de saber e de poder, as práticas incluirão as relações consigo mesmo.

Podemos dizer que, a partir dos anos 1970, o interesse de Foucault deslocou-se do eixo do saber para o eixo do poder e da ética. A tais deslocamentos corresponde a divisão frequente de dois ou três períodos na obra de Foucault: arqueologia e genealogia, ou arqueologia, genealogia e ética. A tais deslocamentos correspondem também seu interesse e preocupação por certas noções características de seu trabalho: *épistème*, dispositivo e prática. Esse é certamente um modo correto de focar o trabalho de Foucault, na condição, no entanto, de que não se acentuem demasiadamente tais deslocamentos. Por deslocamentos não entendemos abandonos, mas sim extensões, ampliações do campo de análise. Com efeito, a genealogia não abandonará o estudo das formas de saber, nem a ética abandonará o estudo dos dispositivos de poder, mas cada um desses âmbitos será reenquadrado em um contexto mais amplo. A noção de dispositivo incluirá a noção de *épistème*, e a noção de prática incluirá a noção de dispositivo. Todo o trabalho de Foucault poderia ser visto como uma análise filosófico-histórica das práticas de subjetivação. (EDGARDO, 2016, p.189)

A fim de se construir os instrumentos de análise para esta pesquisa, faz-se necessário distinguir essas três fases de Foucault, destacando-se os conceitos e as obras mais importantes que foram produzidos. Diante da pluralidade metodológica de Foucault, a contextualização de

suas análises com as fases de seu pensamento, além de facilitar a compreensão da construção do “Foucault deste trabalho”, evitará equívocos como a utilização de conceitos que não guardam relação com o objeto da pesquisa.

2.1. A Fase Arqueológica

A metodologia da Arqueologia foucaultiana pode ser desmembrada em duas etapas. Na primeira etapa, a Arqueologia é negativa, ou seja, rejeita categorias ou rótulos que indiquem uma continuidade, uma unidade ou um pano de fundo oculto. Na segunda etapa, há a descrição dos fatos discursivos para tentar estabelecer uma relação entre eles (uma vez que as dadas de antemão foram descartadas na etapa anterior) e assim obter uma regra para formação de objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias discursivas. São essas regras que, segundo Foucault, permitirão individualizar uma formação discursiva.

Foucault aborda, em sua Arqueologia, formas de “controle discursivo”. Elas incluiriam procedimentos externos de exclusão como as que restringem o objeto do discurso (“tabu”), seu autor e as circunstâncias em que ele pode ocorrer (contexto desfavorável ao posicionamento ou contestação). Adicionalmente, as oposições razão-loucura e verdadeiro-falso restringem a circulação dos segundos (loucura e falso) em comparação aos primeiros (razão e verdadeiro). Além dos procedimentos de exclusão, haveria os de controle, internos ao discurso, que levam à “rarefação”. Neles, os discursos exercem controles sobre outros discursos como no caso dos comentários, das posições subjetivas que determinam quem pode ter certo tipo de discurso (autor) ou a condições a serem atendidas para o discurso ser aceito como verdadeiro (disciplina).

A Arqueologia volta-se mais para a ordem do discursivo e a *épistème* era o seu objeto. Segundo o autor, a *épistème* está relacionada a uma “experiência nua da ordem” (FOUCAULT, 2000, p.18) ou a “códigos fundamentais de uma cultura” (FOUCAULT, 2000, p.15). Essa noção referente a uma certa forma de pensar fica mais clara quando, por exemplo, nota-se a perturbação que causa a classificação adotada pela enciclopédia chinesa citada pelo argentino Jorge Luiz Borges:

Esse texto cita “uma certa enciclopédia chinesa” onde será escrito que “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas”. No deslumbramento dessa taxinomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar

isso. (FOUCAULT, 2000, p.8)

Essa disposição que rege os discursos de uma época, tornando-os coerentes, familiares, possíveis é o que Foucault denomina *épistème*. Trata-se de um lugar intermediário entre as palavras e as coisas, como diz o título da obra, ou seja, entre o modo como falamos as coisas e como as percebemos. Pode-se notar que nenhuma das categorias da enciclopédia chinesa de Borges nos é estranha, mas causa perplexidade justamente situá-las lado a lado. A Arqueologia foucaultiana vai buscar justamente buscar, nessa camada intermediária, as condições de possibilidade dos saberes de cada época, seu a priori histórico:

Justapostas, as duas palavras provocam um efeito um pouco gritante; quero designar um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. A priori, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas. (FOUCAULT, 2008a, p.144)

A Arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidade do saber, condições essas que dependeriam da “experiência nua da ordem” (FOUCAULT, 2000, p.18). Nesse sentido, em “A Palavra e as Coisas”, Foucault vai mostrar, com sua Arqueologia, em vez de uma continuidade e um progresso na razão europeia, a existência de descontinuidades separando as *épistèmes* do Renascimento, da Idade Clássica e da Modernidade. Para tanto, analisa as transformações na teoria da linguagem, da classificação e da moeda:

Ora, esta investigação arqueológica mostrou duas grandes descontinuidades na epistémê da cultura ocidental: aquela que inaugura a idade clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade. A ordem, sobre cujo fundamento pensamos, não tem o mesmo modo de ser que a dos clássicos. Por muito forte que seja a impressão que temos de um movimento quase ininterrupto da ratio europeia desde o Renascimento até nossos dias, por mais que pensemos que a classificação de Lineu, mais ou menos adaptada, pode de modo geral continuar a ter uma espécie de validade, que a teoria do valor de Condillac se encontra em parte no marginalismo do século XIX, que Keynes realmente sentiu a afinidade de suas próprias análises com as de Cantillon, que o propósito da Gramática geral (tal como o encontramos nos autores de PortRoyal ou em Bauzée) não está tão afastado de nossa atual linguística — toda esta quase continuidade ao nível das ideias e dos temas não passa, certamente, de um efeito de superfície; no nível arqueológico, vê-se que o sistema das positivities mudou de maneira maciça na curva dos séculos XVIII e XIX. Não que a razão tenha feito progressos; mas o modo de ser das coisas e da ordem que, distribuindo-as, oferece-as ao saber, é que foi profundamente alterado. Se a história natural de Tournefort, de Lineu e de Buffon tem relação com alguma coisa que não ela mesma, não é com a biologia, a anatomia comparada de Cuvier ou o evolucionismo de Darwin, mas com a gramática geral de Bauzée, com a análise da moeda e da riqueza tal como a encontramos em Law, em Véron de Fortbonnais ou em Turgot. (FOUCAULT, 2000, p. 18-19)

Em nota de rodapé do prefácio de “As palavras e as coisas”, cujo subtítulo é “Uma Arqueologia das Ciências Humanas”, Foucault menciona que ‘os problemas de método suscitados por tal “arqueologia” serão examinados em uma próxima obra’ (FOUCAULT,

2000, p.18), obra essa que será “A Arqueologia do Saber”.

A Arqueologia, em vez de descrever os conhecimentos segundo um ponto de vista externo de validade ou de progresso em direção a uma objetividade, o que seria o papel da Epistemologia, vai analisá-los desde o interior, realizando uma descrição intrínseca, específica, sem buscar estabelecer uma transição entre o que o antecede e o sucede. Assim, ela objetiva descrever o discurso enquanto prática, como ele relaciona os objetos sobre os quais fala, as regras imanentes a essa prática, daí vindo o conceito de formações discursivas: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008a, p.133).

O Enunciado é como um átomo do discurso e será a unidade de análise da Arqueologia. É uma função que se exerce verticalmente com respeito a unidades como a proposição ou a frase, ou seja, se exerce através de elementos significantes efetivamente produzidos, por meio de frases e proposições, mas não se confunde com eles. Distingue-se do que os lógicos chamam de proposição (“ninguém ouviu” e “é verdade que ninguém ouviu” são idênticas do ponto de vista lógico, mas são enunciados diferentes, não podem se encontrar no mesmo lugar do discurso, além disso não é necessário que exista uma estrutura proposicional para falar de enunciado) e do que os gramáticos chamam de frase (um quadro classificatório de espécies botânicas, um livro contábil ou um gráfico são enunciados, mas não atendem aos critérios que permitem, em língua natural, definir uma frase) (FOUCAULT, 2008a, p.97-99). Um enunciado não pode ser isolado como um objeto ou indivíduo designado pela palavra de uma frase ou um estado de coisas ou uma relação a ser confrontado em uma proposição:

Um enunciado não tem diante de si (e numa espécie de conversa) um correlato – ou uma ausência de correlato, assim como uma proposição tem um referente (ou não), ou como um nome próprio designa um indivíduo (ou ninguém). Está antes ligado a um "referencial" que não é constituído de "coisas", de "fatos", de "realidades", ou de "seres", mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade. (FOUCAULT, 2008a, p.103)

A descrição arqueológica dos enunciados distingue-se da análise linguística e da análise da história do pensamento. A análise linguística vai se preocupar com as regras

segundo as quais um enunciado foi construído e segundo quais regras outros semelhantes poderiam ser construídos. Já a Arqueologia vai questionar como apareceu determinado enunciado e não outro em seu lugar. A história do pensamento vai buscar a intenção ou a manifestação do inconsciente do sujeito emissor do enunciado, ou seja, reconstituir um outro discurso. Já a Arqueologia vai buscar compreender o enunciado na estreiteza e singularidade da sua situação, determinar suas condições de existência e suas correlações ou exclusões com outros enunciados (FOUCAULT, 2008a, p.30-31).

Discurso trata-se do conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação. Daí virá o discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátrico e tantos outros mencionados por Foucault. (FOUCAULT, 2008a, p.122).

Com relação a esses discursos, a investigação arqueológica foucaultiana preocupava-se em entender como, adotando-se por exemplo duas de suas áreas de pesquisa, a criminalidade pôde tornar-se objeto de parecer médico, ou como o desvio sexual pôde delinear-se como um objeto possível do discurso psiquiátrico. Trata-se de entender as por ele denominadas “relações discursivas”:

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2008a, p.51-52)

É por isso que, de uma maneira muito similar a Thomas Khun, Foucault conclui que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2008a, p.50). No entanto, diferentemente da noção de paradigma Khuniana, Foucault não se preocupa como o que torna possível a constituição da “ciência normal”, mas sim mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas (FOUCAULT, 2008a, p.203). Trata-se, portanto, de uma etapa prévia ao discurso científico que, para ser alcançado deve superar a mera positividade que caracteriza uma prática discursiva, mas também superar o que Foucault chama de limiar de cientificidade:

O momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia, o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação de enunciados, ou ainda o momento em que esse sistema se transforma, poderá ser chamado limiar de positividade. Quando no jogo de uma formação discursiva um conjunto de enunciados se delinea, pretende fazer

valer (mesmo sem consegui-lo) normas de verificação e de coerência e o fato de que exerce, em relação ao saber, uma função dominante (modelo, crítica ou verificação), diremos que a formação discursiva transpõe um limiar de epistemologização. Quando a figura epistemológica, assim delineada, obedece a um certo número de critérios formais, quando seus enunciados não respondem somente a regras arqueológicas de formação, mas, além disso, a certas leis de construção das proposições, diremos que ela transpôs um limiar de cientificidade. Enfim, quando esse discurso científico, por sua vez, puder definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usam, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas e as transformações que aceita, quando puder assim desenvolver, a partir de si mesmo, o edifício formal que constitui, diremos que transpôs o limiar da formalização. (FOUCAULT, 2008a, p.209)

Portanto, a arqueologia de Foucault não se ocupa em saber se um discurso é verdadeiro ou não, mas sim com o que permitiu a sua existência. Trata-se, portanto, de uma análise em um nível mais fundamental do que o de Khun. Assim, enquanto a Arqueologia se preocupa com saberes, não necessariamente científicos, a Epistemologia vai se ocupar dos critérios de cientificidade:

A *épistème*, ainda, como conjunto de relações entre ciências, figuras epistemológicas, positividades e práticas discursivas, permite compreender o jogo das coações e das limitações que, em um momento determinado, se impõem ao discurso; mas essa limitação não é aquela que, negativa, opõe ao conhecimento a ignorância, ao raciocínio à imaginação, à experiência já acumulada a fidelidade às aparências, e às inferências e às deduções o devaneio; a *épistème* não é o que se pode saber em uma época, tendo em conta insuficiências técnicas, hábitos mentais, ou limites colocados pela tradição; é aquilo que, na positividade das práticas discursivas, torna possível a existência das figuras epistemológicas e das ciências. Finalmente, vê-se que a análise da *épistème* não é uma maneira de retomar a questão crítica ("sendo apresentado algo como uma ciência, qual é seu direito ou sua legitimidade?"); é uma interrogação que só acolhe o dado da ciência a fim de se perguntar o que é, para essa ciência, o fato de ser conhecida. No enigma do discurso científico, o que ela põe em jogo não é o seu direito de ser uma ciência, é o fato de que ele existe. E o ponto onde se separa de todas as filosofias do conhecimento é que ela não relaciona tal fato à instância de uma doação originária que fundaria, em um sujeito transcendental, o fato e o direito; mas sim aos processos de uma prática histórica. (FOUCAULT, 2008a, p.215)

Apesar das diferenças, ambos os autores compartilham da noção de descontinuidade, tanto é que Thomas Khun, no prefácio de “A Estrutura das Revoluções Científicas”, faz referência a membros da Epistemologia Francesa que também influenciaram Foucault:

Minha primeira oportunidade de aprofundar algumas das ideias expostas a seguir foi-me proporcionada por três anos como Junior Fellow da Society of Fellows da Universidade de Harvard. Sem esse período de liberdade, a transição para um novo campo de estudos teria sido bem mais difícil e poderia não se ter realizado. Parte do meu tempo durante esses anos foi devotada à História da Ciência propriamente dita. Continuei a estudar especialmente os escritos de Alexandre Koyré e encontrei pela primeira vez os de Émile Meyerson, Hélène Metzger e Anneliese Maier. (KHUN, 1998, p.10)

Assim, essa noção de descontinuidade compartilhada por ambos reflete na constatação da influência que a época e as circunstâncias possuem sobre os saberes e, conseqüentemente a ciência, exercendo um jogo de coações e limitações. Enquanto Foucault diz que

Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma

coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (FOUCAULT, 2008a, p.55)

Thomas Khun exemplifica:

Se o sujeito de uma experiência coloca óculos de proteção munidos de lentes que invertem as imagens, vê inicialmente o mundo todo de cabeça para baixo. No começo, seu aparato perceptivo funciona tal como fora treinado para funcionar na ausência de óculos e o resultado é uma desorientação extrema, uma intensa crise pessoal. Mas logo que o sujeito começa a aprender a lidar com seu novo mundo, todo o seu campo visual se altera, em geral após um período intermediário durante o qual a visão se encontra simplesmente confundida. A partir daí, os objetos são novamente vistos como antes da utilização das lentes. A assimilação de um campo visual anteriormente anômalo reagiu sobre o próprio campo e modificou-o. Tanto literal como metaforicamente, o homem acostumado às lentes invertidas experimentou uma transformação revolucionária da visão. (...)

O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver. Na ausência de tal treino, somente pode haver o que William James chamou de “confusão atordoante e intensa”. (KHUN, 1998, 146-147)

Esse feixe complexo de relações que geram as condições de possibilidade dos objetos dos discursos não será apenas discursivo. A articulação com as práticas não discursivas será uma preocupação crescente nas pesquisas de Foucault e não aparecem como elementos exógenos ou prévios ao discurso, como instrumentos conscientes ou inconscientes dos diferentes sujeitos, mas sim nele se desenrolam na forma de possibilidades estratégicas:

Relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto; não são elas que são desenvolvidas quando se faz sua análise; elas não desenham a trama, a racionalidade imanente, essa nervura ideal que reaparece totalmente, ou em parte, quando o imaginamos na verdade de seu conceito. Elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreduzibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. (FOUCAULT, 2008a, p.55)

A determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende também de uma outra instância. Essa instância se caracteriza, de início, pela função que deve exercer o discurso estudado em um campo de práticas não discursivas. Assim, a gramática geral desempenhou um papel na prática pedagógica; de um modo muito mais manifesto e muito mais importante, a análise das riquezas desempenhou um papel não só nas decisões políticas e econômicas dos governos, mas nas práticas cotidianas, pouco conceitualizadas e pouco teorizadas, do capitalismo nascente e nas lutas sociais e políticas que caracterizaram a época clássica. Essa instância compreende também o regime e os processos de apropriação do discurso: pois, em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso - entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao corpus dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas - está reservada de

fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos; nas sociedades burguesas que conhecemos desde o século XVI, o discurso econômico jamais foi um discurso comum (não mais que o discurso médico, ou o discurso literário, ainda que de outro modo). (FOUCAULT, 2008a, p.75)

Estratégias, portanto, seriam temas ou teorias que são formados a partir de certas possibilidades de organização de conceitos, objetos e enunciados nos discursos. Além do não discursivo, outros discursos, contemporâneos e vizinhos, podem desempenhar papéis ou serem influenciados pelo discurso em estudo. É o que Foucault denomina “economia da constelação discursiva”:

Esse discurso pode desempenhar, na verdade, o papel de um sistema formal de que outros discursos seriam as aplicações em campos semânticos diversos; pode ser, ao contrário, o de um modelo concreto que é preciso levar a outros discursos de um nível de abstração mais elevado (assim, a gramática geral, nos séculos XVII e XVIII, aparece como um modelo particular da teoria geral dos signos e da representação). O discurso estudado pode estar também em uma relação de analogia, de oposição, ou de complementaridade com alguns outros discursos (há, por exemplo, relação de analogia, na época clássica, entre a análise das riquezas e a história natural: a primeira é para a representação da necessidade e do desejo o que a segunda é para a representação das percepções e dos juízos; pode-se notar também que a história natural e a gramática geral se opõem entre si como uma teoria dos caracteres naturais e uma teoria dos signos de convenção; todas as duas, por sua vez, se opõem à análise das riquezas, como o estudo dos signos qualitativos se opõe ao dos signos quantitativos de medida; cada uma, enfim, desenvolve um dos três papéis complementares do signo representativo: designar, classificar, trocar). Podem-se finalmente descrever, entre diversos discursos, relações de delimitação recíproca, cada um deles apresentando as marcas distintivas de sua singularidade pela diferenciação de seu domínio, seus métodos, seus instrumentos, seu domínio de aplicação (isso vale para a psiquiatria e a medicina orgânica, que praticamente não se distinguem uma da outra antes do final do século XVIII e que estabelecem, a partir desse momento, uma separação que as caracteriza). Todo esse jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um dado discurso, um certo número de enunciados: há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos que teriam sido possíveis (e cuja ausência não pode ser justificada no nível de suas regras próprias de formação), mas que são excluídos por uma constelação discursiva de um nível mais elevado e de maior extensão. Uma formação discursiva não ocupa, assim, todo o volume possível que lhe abrem por direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; ela é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de formação de suas escolhas estratégicas. Daí o fato de que, uma vez retomada, situada e interpretada em uma nova constelação, uma dada formação discursiva pode fazer aparecerem possibilidades novas (assim, na distribuição atual dos discursos científicos, a gramática de Port-Royal ou a taxionomia de Lineu podem liberar elementos que são, em relação a elas, ao mesmo tempo intrínsecos e inéditos); mas não se trata de um conteúdo silencioso que teria permanecido implícito, que teria sido dito sem sê-lo e que constituiria, sob enunciados manifestos, uma espécie de subdiscurso mais fundamental, voltando agora à luz do dia; trata-se de uma modificação no princípio de exclusão e de possibilidade das escolhas, modificação que é devida à inserção em uma nova constelação discursiva. (FOUCAULT, 2008a, p.74-75).

Assim, o método arqueológico de Foucault volta-se à análise de discursos e de práticas, nunca buscando uma verdade escondida ou um “erro” que impede o acesso à verdade, como faz a ideologia segundo o Marxismo. Para Foucault, não há lugar para “verdade” ou “erro” e a ideologia trata-se de uma racionalização, uma significação de uma

prática que é tomada como um objeto natural. Para Foucault, não há coisas, só existem práticas.

Essas coisas são objetificadas pelas práticas e pelos discursos, “o método consiste, então, para Foucault, em compreender que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe” (VEYNE, 1998, p. 163). Assim, a Arqueologia foucaultiana vai se ocupar da “história dos saberes”, em vez de procurar uma “verdade” ocultada por erro ou ideologias:

A cada momento, este mundo é o que é: que suas práticas e seus objetos sejam raros, que haja vazio em volta deles, isso não quer dizer que haja, em derredor, verdades que os homens ainda não apreenderam: as figuras futuras do caleidoscópio não são nem mais verdadeiras nem mais falsas do que as precedentes. Não há, em Foucault, nem recalque nem retorno do recalque, não há nenhum não dito que bata à porta; as positivities que tentei estabelecer não devem ser compreendidas como um conjunto de determinações que se impõem, do exterior, ao pensamento dos indivíduos ou como o preexistente habitante do interior; elas constituem, antes, o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática: trata-se menos dos limite colocados à iniciativa dos indivíduos do que do campo em que ela se articula (L'archéologie du savoir, p. 272). A consciência não pode opor-se às condições da história, já que ela não é constituinte, mas constituída. (VEYNE, 1998, p.248)

O método arqueológico de Foucault busca explicitar as condições que permitiram às práticas e ao discurso a objetificarem as coisas que, apesar de raras (pois poderiam ser completamente diferentes), “parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores que nem uns nem outros sequer os percebem” (VEYNE, 1998, p.241). São as práticas (discursivas ou não) que devem ser objeto de estudo, pois dela derivam os “fatos raros” que não são naturais ou óbvios, mas construídos a partir de relações de poder e saber. Nesse momento, quando Foucault percebe o Discurso como “vontade de verdade”, resultado da influência de Nietzsche, inaugura-se o seu método Genealógico onde se busca identificar o efeito dos discursos que se colocam como científicos, como a Medicina e Psicologia, nas práticas que surgem.

A Arqueologia é um método de análise de discursos que não busca ser interpretação (referindo os discursos a outra coisa como à verdade ou à consciência), nem formalização (condições linguísticas ou lógicas), mas sim uma análise das condições históricas de possibilidade (a priori histórico) que permitiram certos enunciados serem possíveis e outros não. Sem obedecer às categorias tradicionais dos discursos (ciência/poesia/romance ou autor/livro/obra etc.), a Arqueologia não fica restrita aos discursos, mas articula práticas discursivas e não discursivas:

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo

(esta é a pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos; procura definir formas específicas de articulação. (FOUCAULT, 2008, p.182-183)

Essa articulação das formações discursivas com o político, o social, o econômico é uma tarefa que quase sempre esteve presente nas obras de Foucault – em graus variados, é bem verdade, dependendo do assunto a ser tratado. (MACHADO, 2009, p.149). Em vez de uma “análise simbólica” que buscaria reflexos do discursivo no não discursivo (e vice-versa) ou numa “análise causal” em que o não discursivo determinaria a consciência de quem emite o discurso, a Arqueologia atua em outro nível:

Os fenômenos de expressão, de reflexos e de simbolização são, para ela, apenas os efeitos de uma leitura global em busca das analogias formais ou das translações de sentidos; quanto às relações causais, elas só podem ser assinaladas no nível do contexto ou da situação e de seu efeito sobre o sujeito falante; de qualquer modo, **umas e outras só podem ser demarcadas uma vez definidas as positivities em que aparecem e as regras segundo as quais essas positivities foram formadas.** O campo de relações que caracteriza uma formação discursiva é o lugar de onde as simbolizações e os efeitos podem ser percebidos, situados e determinados. Se a arqueologia aproxima o discurso médico de um certo número de práticas é para descobrir relações muito menos “imediatas” que a expressão, mas muito mais diretas que as de uma causalidade substituída pela consciência dos sujeitos falantes. Ela quer mostrar não como a prática política determinou o sentido e a forma do discurso médico, mas como e por que ela faz parte de suas **condições de emergência, de inserção e de funcionamento.** Essa relação pode ser assinalada em vários níveis. Inicialmente, no do recorte e da delimitação do objeto médico: não, é claro, que a prática política, desde o século XIX, tenha imposto à medicina novos objetos como as lesões dos tecidos orgânicos ou as correlações anatomofisiológicas; mas ela abriu novos campos de demarcação dos objetos médicos (tais como são constituídos pela massa da população administrativamente enquadrada e fiscalizada, avaliada segundo certas normas de vida e saúde, analisada segundo formas de registro documental e estatístico; são constituídos, também, pelos grandes exércitos populares da época revolucionária e napoleônica, com sua forma específica de controle médico; são constituídos, ainda, pelas instituições de assistência hospitalar que foram definidas, no final do século XVIII e no início do século XIX, em função das necessidades econômicas da época e da posição recíproca das classes sociais). Vemos aparecer também a relação entre a prática política e o discurso médico no *status* atribuído ao médico, que se torna o titular – não apenas privilegiado, mas quase exclusivo - desse discurso, na forma de relação institucional que ele pode ter com o doente hospitalizado ou com sua clientela particular, nas modalidades de ensino e de difusão que são prescritas ou autorizadas para esse saber. Finalmente, podemos compreender tal relação na função que é atribuída ao discurso médico, ou no papel que dele se requer, quando se trata de julgar indivíduos, tomar decisões administrativas, dispor as normas de uma sociedade, traduzir – para “resolvê-los” ou mascará-los - conflitos de uma outra ordem, apresentar modelos de tipo natural às análises da sociedade e às práticas que lhe são pertinentes. **Não se trata, portanto, de mostrar como a prática política de uma dada sociedade constituiu ou modificou os conceitos médicos e a estrutura teórica da patologia, mas como o discurso médico, como prática que se dirige a um certo campo de objetos, que se encontra nas mãos de um certo número de indivíduos estatutariamente designados, que tem, enfim, de exercer certas funções na sociedade, se articula em práticas que lhe são exteriores e que não são de natureza discursiva.** (FOUCAULT, 2008a, p.189, grifos meus).

Em “O Nascimento do Hospital”, Foucault mostra a transformação do papel do médico. No século XVII, este profissional não aparecia no hospital, a não ser de forma

coadjuvante, já que até então o hospital era uma instituição de assistência aos pobres que estava nas mãos das ordens religiosas. O médico, até então, atendia prioritariamente de forma particular, adquirindo prestígio graças a certas curas espetaculares. A instituição hospitalar tornou-se medicalizada no século XVII como decorrência não de uma ação positiva frente ao doente ou às doenças, mas sim como para buscar afastar seus efeitos negativos de desordem interna. Para reforçar essa tese, Foucault destaca que o ponto de partida da reforma foram os hospitais militares, justamente em razão do contrabando de mercadorias e afluência de doenças epidêmicas do exterior. Assim, a nova realidade da criação dos estados nacionais no século XVIII trouxe a necessidade de controle, o poder disciplinar. Como fruto dessa realidade, o médico do século XVIII surge como decorrência dessa nova prática, nos hospitais, de observação e de registros sistemáticos e comparados. Assim, o hospital torna-se não apenas um local para se curar, mas sim de acúmulo de saber e de formação de médicos. Há uma profunda transformação no profissional médico devido a um novo esquadramento do poder, uma nova “tecnologia política” decorrente de novas práticas surgidas com os Estados nacionais.

Em “Como se escreve a história”, Paul Veyne pesquisa as causas da suspensão dos combates dos gladiadores em Roma no século dos imperadores cristãos. Ainda que seja tentador associar o desenvolvimento do Cristianismo com fim dessas atrocidades, o autor mostra que diversas práticas eram ainda mais reprovadas pelo Cristianismo, como o teatro, com todas suas indecências, por exemplo, e ainda sim permaneceram. Na verdade, quando que se tornaram cristãos, no século IV, os imperadores deixaram, também, de governar por meio do Senado romano. Isso levou a uma mudança da prática política. O imperador que antes era um “guia do rebanho” passou a uma prática de “mimar crianças”, em função do vácuo deixado pela saída do Senado:

Livre do Senado, administrando por meio de um corpo de simples funcionários, o imperador deixa de exercer o papel de chefe dos guias do rebanho: assume um dos papéis que se oferecem aos verdadeiros monarcas, pais, sacerdotes, etc. E é também por isso que se faz cristão. Não foi o cristianismo que fez com que os imperadores adotassem uma prática paternal, que resultou na proibição dos gladiadores, mas o conjunto da história (desaparecimento do Senado, nova ética do corpo que não é um brinquedo, assunto que não, etc.) que levou a uma mudança de prática política, com duas consequências gêmeas: os imperadores tornaram-se, muito naturalmente, cristãos, já que paternos, e acabaram com a gladiatura, já que paternos. Vê-se o método seguido: consiste em descrever, muito positivamente, o que um imperador paternal faz, o que faz um chefe-guia, e em não pressupor nada mais; em não pressupor que existe um alvo, um objeto, uma causa material (os governados eternos, a relação de produção, o Estado eterno), um tipo de conduta (a política, a despolitização). Julgar as pessoas por seus atos e eliminar os eternos fantasmas que a linguagem suscita em nós. A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a prática está, em certo sentido, "escondida", e se podemos,

provisoriamente, chamá-la "parte oculta do iceberg", é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, frequentemente, consciência deles, mas não temos o conceito para eles. (...)

Da mesma forma como ocorreu a suspensão dos combates de gladiadores e a profissão médica alterou-se completamente com a medicalização do hospital, em “Vigiar e Punir”, Foucault mostra todo o *a priori* histórico do fim da pena de suplício e sua posterior substituição pelo encarceramento como pena por excelência. Em vez de associar tal transformação com um ideal humanizador dos reformistas do sistema penal no século XVIII, Foucault denuncia a constituição de uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir. Ele analisa as práticas penais mais como um capítulo da anatomia política (buscar a parte imersa do “iceberg político”) em vez de uma consequência das teorias jurídicas:

Não são tanto, ou não são só os privilégios da justiça, sua arbitrariedade, sua arrogância arcaica, seus direitos sem controle que são criticados; mas antes a mistura entre suas fraquezas e seus excessos, entre seus exageros e suas lacunas, e sobretudo o próprio princípio dessa mistura, o superpoder monárquico. O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos; mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social. A reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, de acordo com modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos; enfim, que aumentem os efeitos diminuindo o custo econômico (ou seja, dissociando-o do sistema da propriedade, das compras e vendas, da venalidade tanto dos ofícios quanto das próprias decisões) e seu custo político (dissociando-o do arbitrário do poder monárquico). A nova teoria jurídica da penalidade engloba na realidade uma nova “economia política” do poder de punir. Compreende-se então por que essa “reforma” não teve um ponto de origem único. Não foram os mais esclarecidos dos expostos à ação da justiça, nem os filósofos inimigos do despotismo e amigos da humanidade, não foram nem os grupos sociais opostos aos parlamentares que suscitaram a reforma. Ou antes, não foram só eles; no mesmo projeto global de uma nova distribuição do poder de punir e de uma nova repartição de seus efeitos, vêm encontrar seu lugar muitos interesses diferentes. A reforma não foi preparada fora do aparato judiciário e contra todos os seus representantes; foi preparada, e no essencial, de dentro, por um grande número de magistrados e a partir de objetivos que lhes eram comuns e dos conflitos de poder que os opunham uns aos outros. Os reformadores não eram a maioria, entre os magistrados, naturalmente: mas foram legistas que idearam os princípios gerais da reforma: um poder de julgar sobre o qual não pesasse o exercício imediato da soberania do príncipe; que fosse independente da pretensão de legislar; que não tivesse ligação com as relações de propriedade; e que, tendo apenas as funções de julgar, exercesse plenamente esse poder. Em uma palavra, fazer com que o poder de julgar não dependesse mais de privilégios múltiplos, descontínuos, contraditórios da soberania às vezes, mas de efeitos continuamente distribuídos do poder público. (...)

Durante todo o século XVIII, dentro e fora do sistema judiciário, na prática penal cotidiana como na crítica das instituições, vemos formar-se uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. E a “reforma” propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade

atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.

A conjuntura que viu nascer a reforma não é portanto a de uma nova sensibilidade; mas a de outra política em relação às ilegalidades. (...)

Foi porque a pressão sobre as ilegalidades populares se tornou na época da Revolução, depois no Império, finalmente durante todo o século XIX, um imperativo essencial, que a reforma pôde passar da condição de projeto à de instituição e conjunto prático. (...)

Deslocar o objetivo e mudar sua escala. Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue mas também mais largamente difuso no corpo social. Encontrar novas técnicas às quais ajustar as punições e cujos efeitos adaptar. Colocar novos princípios para regularizar, afinar, universalizar a arte de castigar. Homogeneizar seu exercício. Diminuir seu custo econômico e político aumentando sua eficácia e multiplicando seus circuitos. Em resumo, constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir: tais são sem dúvida as razões de ser essenciais da reforma penal no século XVIII. (FOUCAULT, 2006a, p. 68-76)

Em “Vigiar e Punir”, Foucault articula sua Arqueologia com sua Genealogia: “o objetivo deste livro: uma história correlata da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário em que o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, entende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade” (FOUCAULT, 2006a, p. 23).

2.2. A Fase Genealógica

Já não restrito ao “como” da Arqueologia, Foucault passará a buscar o “porquê” com a Genealogia. A partir daí, articulado com o pensamento Nietzscheano, Foucault volta-se para a questão do poder e sua importância para a constituição dos saberes, agora não mais tão restrito à história epistemológica, como fez no caso em “História da loucura”, “Nascimento da clínica” e “As palavras e as coisas”, e também destacando a existência de formas de poder não necessariamente associadas ao Estado, diferentemente da tradição da Ciência Política e da Filosofia Política:

Uma coisa é clara nas análises genealógicas do poder: elas produzem um importante deslocamento com relação à ciência e à filosofia políticas, que privilegiam em suas investigações sobre o poder a questão do Estado. Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas precisas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo de sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder. O que de modo algum é inteiramente novo ou inusitado. Quando revemos suas pesquisas anteriores sob essa perspectiva, principalmente a História da loucura, não será indiscutível que aquilo que poderíamos chamar de condições de possibilidades políticas de saberes específicos, como a medicina ou a psiquiatria, podem ser encontradas, não por uma relação direta com o Estado, considerado como um aparelho central e exclusivo de poder, mas por uma articulação com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação, que Foucault analisava em termos de instituição? Com a análise genealógica, essa questão não só foi explicitada com maior clareza, mas formulada de modo mais minucioso e sistemático. O que aparece então claramente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e indispensáveis inclusive à eficácia de sua ação. (MACHADO, 2009, p.168)

Foucault passará a abordar os reflexos do poder no cotidiano, dando um enfoque maior nas articulações do não discursivo com discursivo, entre o saber e o poder. Mudanças em um nível macro (sociais, políticas, econômicas etc.) passam a repercutir no nível micro, investindo no funcionamento das instituições, daí o que ele passará a denominar de “microfísica do poder”. Essa rede de poderes que vigora na sociedade, e que não se confunde com o Estado (que pode ser apenas um instrumento eventual), possui existência própria em níveis mais elementares, daí sua metodologia voltar-se aos diversos micropoderes para verificar como estes se relacionam com os níveis mais altos, em vez de partir do Estado para os níveis mais baixos:

O importante não é fazer uma espécie de dedução do poder que, partindo do centro, procuraria ver até onde se prolonga para baixo, em que medida se reproduz, até chegar aos elementos moleculares da sociedade. Deve-se, antes, fazer uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são, ao mesmo tempo, relativamente autônomas e infinitesimais. Para que isto fique mais claro pode-se dar o exemplo da loucura. A análise descendente, de que se deve desconfiar, poderia dizer que a burguesia se tornou a classe dominante a partir do final do século XVI e início do século XVII; como é então possível deduzir desse fato a internação dos loucos? A dedução é sempre possível, é sempre fácil e é exatamente esta a crítica que lhe faço. Efetivamente, é fácil mostrar como se torna obrigatório desfazer-se do louco justamente porque ele é inútil na produção industrial. Poder-se-ia dizer a mesma coisa a respeito da sexualidade infantil e, de resto, foi o que algumas pessoas fizeram, como por exemplo, e até certo ponto, W. Reich: a partir da dominação da classe burguesa, como é possível compreender a repressão da sexualidade infantil? Muito simplesmente: já que o corpo humano se tornou essencialmente força produtiva, a partir dos séculos XVII e XVIII, todas as formas de desgastes irreduzíveis à constituição das forças produtivas – manifestando, portanto, sua própria inutilidade – foram banidas, excluídas e reprimidas. Estas deduções são sempre possíveis, são simultaneamente verdadeiras falsas, são sobretudo demasiado fáceis porque se pode fazer exatamente o contrário e mostrar como o fato de a burguesia ter-se tornado uma classe dominante não implica que os controles da sexualidade infantil fossem, de modo nenhum, desejáveis. Pelo contrário, teria sido preciso um adestramento sexual, uma precocidade sexual, na medida em que se tratava, no fundo, de reconstituir uma força de trabalho cujo estatuto ótimo, como bem o sabemos, pelo menos no começo do século XIX, era o de ser infinita: quanto mais força de trabalho houvesse, mais condições teria o sistema de produção capitalista de funcionar melhor e em plena capacidade.

Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar; por exemplo, quanto à exclusão da loucura ou à repressão e proibição da sexualidade, ver como, ao nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade, esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades; mostrar

quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (que podem ser a família, a vizinhança, os pais, os médicos, etc.) e como estes mecanismos de poder, em dado momento, em uma conjuntura precisa e por meio de um determinado número de transformações começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis. Desse modo, creio ser possível demonstrar facilmente que, no fundo, a burguesia não precisou da exclusão dos loucos ou da vigilância e proibição da masturbação infantil, e nem foi por isto que o sistema demonstrou interesse (o sistema burguês pode perfeitamente suportar o contrário) mas pela técnica e pelo próprio procedimento de exclusão. São os mecanismos de exclusão, os aparelhos de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, é toda esta micromecânica do poder que representou um interesse para a burguesia a partir de determinado momento. Melhor ainda: na medida em que esta noção de burguesia e de interesse da burguesia não tem aparentemente conteúdo real, ao menos para os problemas que ora nos colocamos, poderíamos dizer que não foi a burguesia que achou que a loucura devia ser excluída ou a sexualidade infantil reprimida. Ocorreu que os mecanismos de exclusão da loucura e de vigilância da sexualidade infantil evidenciaram, a partir de determinado momento e por motivos que é preciso estudar um lucro econômico e uma utilidade política, tornando-se, de repente, naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais do sistema do Estado. E focalizando estas técnicas de poder e mostrando os lucros econômicos ou as utilidades políticas que delas derivam, num determinado contexto e por determinadas razões, que se pode compreender como estes mecanismos acabam efetivamente fazendo parte do conjunto.

Em outras palavras, a burguesia não se importa com os loucos; mas os procedimentos de exclusão dos loucos puseram em evidência e produziram, a partir do século XIX, novamente devido a determinadas transformações, um lucro político, eventualmente alguma utilidade econômica, que consolidaram o sistema e fizeram-no funcionar em conjunto. A burguesia não se interessa pelos loucos mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil mas pelo sistema de poder que a controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não têm muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente. (FOUCAULT, 2014, p.285-288)

Assim, diante da insuficiência explicativa da concepção jurídico-discursiva do poder, ou seja, aquele centrado na enunciação da lei e em que aqueles que possuem poder, no exercício da soberania, o aplicam de forma racional sobre os que não tem (poder negativo, que proíbe), Foucault opõe um outro modelo que se baseará na análise da forma como se conduz a conduta dos homens, o que denominará “governamentalidade”:

O próprio termo "poder" não faz mais que designar um [campo] de relações que tem de ser analisado por inteiro, e o que propus **chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se** conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder.

Tratava-se portanto de testar essa noção de governamentalidade e tratava-se, em segundo lugar, de ver como essa grade da governamentalidade – podemos supor que ela é válida quando se trata de analisar a maneira como se conduz a conduta dos loucos, dos doentes, dos delinquentes, das crianças –, como essa grade da governamentalidade também pode valer quando se trata de abordar fenômenos de outra escala, como por exemplo uma política econômica, como a gestão de todo um corpo social, etc. O que eu queria fazer – e era esse o objeto da análise – era ver em que medida se podia admitir que a análise dos micropoderes ou dos procedimentos da governamentalidade não está, por definição, limitada a uma área precisa, que seria definida por um setor da escala, mas deve ser considerada simplesmente um ponto de vista, um método de decifração que pode ser válido para a escala inteira, qualquer que seja a sua grandeza. Em outras palavras, a análise dos micropoderes não é uma questão de escala, não é uma questão de setor, é uma questão de ponto de vista. Bom, era essa, por assim dizer, a razão de método. (FOUCAULT, 2008b,

p.258)

Em vez de focar apenas no aspecto negativo do Poder que envolve reprimir, proibir, mascarar e recalcar, a originalidade da pesquisa Genealógica foucaultiana está em destacar seu aspecto positivo, de produção do real, produção de saber, produção de individualidade:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2006a, p.27)

Foucault distingue duas tecnologias de poder que passaram a se exercer a medida em que se desenvolvem as ciências do homem e em que o poder organizado na forma de soberania passou a ser insuficiente para lidar com o corpo político e econômico de uma sociedade em franca expansão: a disciplina e a biopolítica. São modalidades distintas, mas que não se excluem, e ambas envolvem a inclusão no “viver” no âmbito do saber e das intervenções do poder (daí o nome “biopoder”, a vida como objeto do poder, o que engloba as duas modalidades):

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em tomo dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (FOUCAULT, 1988, p.130)

A partir daí (...), essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar

mecanismos que tem certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, e claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles tem de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em tomo desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês veem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo. Não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar ó indivisão no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 1999, p.293-294)

Em “Vigiar e Punir”, Foucault destaca o surgimento do poder disciplinar na prática das prisões, tendo o panóptico de Bentham como modelo. Nesse momento, o poder passa a ser o foco de suas pesquisas genealógicas. Ao observar as práticas na prisão, Foucault percebe que, muito além dos objetivos previstos pelos reformadores, a prisão era uma instituição formadora do que chamou “corpos dóceis”. Em vez dos caráteres preventivos ou repressivo da pena atribuíveis a um sujeito de direito que viola o contrato social, percebe-se que há uma verdadeira formação de indivíduos disciplinados, úteis socialmente. Em vez da sanção da lei, uma sanção normalizadora:

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto — que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a “classe vergonhosa” da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza.

Opõe-se então termo por termo a uma penalidade judiciária que tem a função essencial de tomar por referência, não um conjunto de fenômenos observáveis, mas um corpo de leis e de textos que é preciso memorizar; não diferenciar indivíduos, mas especificar atos num certo número de categorias gerais; não hierarquizar mas fazer funcionar pura e simplesmente a oposição binária do permitido e do proibido; não homogeneizar, mas realizar a partilha, adquirida de uma vez por todas, da condenação. Os dispositivos disciplinares produziram uma “penalidade da norma” que é irreduzível em seus princípios e seu funcionamento à penalidade tradicional da

lei. O pequeno tribunal que parece ter sede permanente nos edifícios da disciplina, e às vezes toma a forma teatral do grande aparelho judiciário, não deve iludir: ele não conduz, a não ser por algumas continuidades formais, os mecanismos da justiça criminal até à trama da existência cotidiana; ou ao menos não é isso o essencial; as disciplinas inventaram — apoiando-se aliás sobre uma série de processos muito antigos — um novo funcionamento punitivo, e é este que pouco a pouco investiu o grande aparelho exterior que parecia reproduzir modesta ou ironicamente. O funcionamento jurídico antropológico que toda a história da penalidade moderna revela não se origina na superposição à justiça criminal das ciências humanas, e nas exigências próprias a essa nova racionalidade ou ao humanismo que ela traria consigo; ele tem seu ponto de formação nessa técnica disciplinar que fez funcionar esses novos mecanismos de sanção normalizadora. (FOUCAULT, 2006a, p. 152-153)

E a dinâmica da prisão se repetiria em diversas outras instituições como os quartéis, escolas, fábricas, conventos etc. O objetivo passa a ser aumentar a utilidade (particularmente econômica) dos indivíduos e reduzir os inconvenientes (ou perigos políticos):

A “observação” prolonga naturalmente uma justiça invadida pelos métodos disciplinares e pelos processos de exame. Acaso devemos nos admirar que a prisão celular, com suas cronologias marcadas, seu trabalho obrigatório, suas instâncias de vigilância e de notação, com seus mestres de normalidade, que retomam e multiplicam as funções do juiz, se tenha tornado o instrumento moderno da penalidade? Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões? (FOUCAULT, 2006a, p.187)

Segundo Foucault, essas práticas políticas disciplinares serão as condições de possibilidade para o surgimento das ciências do homem. A observação permanente, a organização do tempo e do espaço, a vigilância, o registro, as comparações etc. permitiram o surgimento do saber. A Pedagogia nas escolas, a Psicologia e Psiquiatria nos presídios e hospícios, a Clínica Médica nos hospitais medicalizados etc. As práticas institucionais promovem, assim, acúmulo de saber e formação de especialistas:

Uma grande novidade dessa pesquisa foi não procurar as condições de possibilidade históricas das ciências do homem nas relações de produção, na infraestrutura material, situando-as como uma resultante superestrutural, um epifenômeno, um efeito ideológico. A questão não foi relacionar o saber considerado como ideia, pensamento, fenômeno de consciência — diretamente com a economia, situando a consciência dos homens como reflexo e expressão das condições econômicas. O que fez a genealogia foi considerar o saber — compreendido como materialidade, prática, acontecimento — como peça de um dispositivo político que, como tal, se articula com a estrutura econômica. Ou, mais especificamente, a questão da genealogia foi a de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares. (MACHADO, 2009, p. 176)

O poder disciplinar impõe um padrão de comportamento ou de desempenho diante do qual poderá classificar/hierarquizar/excluir os corpos, definindo, em função da conformidade a esse padrão, o que seria normal ou anormal. Portanto, a normalidade não é algo intrínseco, mas sim definido, a priori, em função de um padrão arbitrado. Diante disso, em vez de normalização, no caso das disciplinas, Foucault propõe o termo “normação”:

A disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a partir daí que se faz a

demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis. Essa característica primeira da norma em relação ao normal, o fato de que a normalização disciplinar vá da norma a demarcação final do normal e do anormal, é por causa disso que eu preferiria dizer, a propósito do que acontece nas técnicas disciplinares, que se trata muito mais de uma normalização do que de uma normalização. Perdoem-me o barbarismo, mas é para melhor salientar o caráter primeiro e fundamental da norma. (FOUCAULT, 2008c, p.75-76)

Como desdobramento de seus estudos sobre mecanismos de poder, Foucault passa a abordar o governo dos homens. Em “Segurança, Território e População”, Foucault mostra uma mudança da arte de governar que ocorreu com o surgimento dos Estados Nacionais. O chamado “poder pastoral” passa a ser uma “razão de estado”. Suas análises de poder, antes restritas às disciplinas, passaram a envolver os mecanismos de “governamentalidade” (o que engloba a própria disciplina), mostrando toda uma mudança nas práticas governamentais que passarão a exercer no âmbito da população, regulando a vida em si, o que posteriormente será denominado por “biopolítica”:

Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida, da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social. O que não significa que as estratégias e táticas de poder substituam o indivíduo pela população. A posição de Foucault é que, mais ou menos na mesma época, cada um foi alvo de mecanismos heterogêneos, mas complementares, que os instituíram como objeto de saber e de poder. Neste sentido, se as ciências do homem têm como condição de possibilidade política a disciplina, as “regulações da população”, os “dispositivos de segurança” estão na origem de ciências sociais como a estatística, a demografia, a economia, a geografia etc. (...)

O outro tipo de gestão dos indivíduos e das populações estudado por Foucault nessa época foi a racionalidade de uma arte de governar voltada para o Estado, a racionalidade política moderna que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII, mais precisamente, o tipo de racionalidade política produzido pelo Estado moderno. Foi, portanto, nesse momento que a questão do Estado, até então não tematizada diretamente, adquiriu grande importância para a genealogia. Pois só então aparece nos estudos de Foucault o projeto de explicar a gênese do Estado a partir das práticas de governo que têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos. Essa emergência de uma “governamentalidade” política moderna, ou de uma racionalidade própria da arte moderna de governar, se manifesta através da doutrina da “razão de Estado”, de uma nova razão governamental no sentido de um governo racional capaz de conhecer e aumentar a potência do Estado. (MACHADO, 2009, p. 178-180)

O curso “Segurança, Território e População” dado no Collège de France em 1978 por Michel Foucault teve por objeto a gênese de um saber político que ia colocar no centro das suas preocupações a noção de população e os mecanismos capazes de assegurar sua regulação (FOUCAULT, 2008c, p.489). Comparando o tratamento dispensado para o controle da lepra,

peste e varíola, Foucault mostra como evoluiu o exercício do poder a partir de um modelo discursivo jurídico centrado na lei, separando o permitido do proibido, e gerando exclusão (a lepra foi controlada com a exclusão dos doentes), passando para um dispositivo disciplinar (a peste foi controlada a partir do controle estrito das pessoas que eram expostas a inspeções e submetidas a procedimentos de modo a impedir o contágio) e terminando nos chamados dispositivos de segurança (a varíola foi controlada por meio de vacinação a partir da possibilidade de se pensar a doença em termos de probabilidade, graças ao instrumental estatístico que se passou a dispor):

Outro exemplo que vou simplesmente esboçar aqui, mas para introduzir outra ordem de problemas ou para realçar e generalizar o problema (aqui também são exemplos de que já falei n vezes). Ou seja, podemos dizer, a exclusão dos leprosos na Idade Média, até o fim da Idade Média. É uma exclusão que se fazia essencialmente, embora também houvesse outros aspectos, por um conjunto mais uma vez jurídico, de leis, de regulamentos, conjunto religioso também de rituais, que em todo caso traziam urna divisão, e urna divisão de tipo binário entre os que eram leprosos e os que não eram. Segundo exemplo: o da peste (deste também já lhes havia falado", logo tomo a ele rapidamente). Os regulamentos relativos a peste, tais como os vemos formados no fim da Idade Média, no século XVI e ainda no século XVII, dão urna impressão bem diferente, agem de urna maneira bem diferente, tem urna finalidade bem diferente e, sobretudo, instrumentos bem diferentes. Trata-se nesses regulamentos relativos a peste de quadrilhar literalmente as regiões, as cidades no interior das quais existe a peste, com urna regulamentação indicando as pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem fazer em casa, que tipo de alimentação devem ter, proibindo-lhes este ou aquele tipo de contato, obrigando-as a se apresentar a inspetores, a abrir a casa aos inspetores. Pode-se dizer que ternos, aí, um sistema que é de tipo disciplinar. Terceiro exemplo: o que estudamos atualmente no seminário, isto é, a varíola ou, a partir do século XVIII, as práticas de inoculação. O problema se coloca de maneira bem diferente: não tanto impor urna disciplina, embora a disciplina [seja] chamada em auxílio: o problema fundamental vai ser o de saber quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um indivíduo vir a morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos sobre a população em geral, em suma, todo um problema que já não é o da exclusão, como na lepra, que já não é o da quarentena, como na peste, que vai ser o problema das epidemias e das campanhas médicas por meio das quais se tentam jugular os fenômenos, tanto os epidêmicos quanto os endêmicos (FOUCAULT, 2008c, p.13-14)

E foi assim que se estabeleceu – nesse ponto, todas as estatísticas, tais como foram feitas no século XVIII, concordam – que a taxa de mortalidade normal devida a varíola era, portanto, de 1 para 7,782. Dá para ter portanto ideia de uma morbidade ou de uma mortalidade "normal". Essa é a primeira coisa.

A segunda coisa é que, em relação a essa morbidade ou a essa mortalidade dita normal, considerada normal, vai-se tentar chegar a uma análise mais fina, que permitirá de certo modo desmembrar as diferentes normalidades umas em relação as outras. Vai-se ter a distribuição "normal" dos casos de afecção por varíola ou de morte devida a varíola em cada idade, em cada região, em cada cidade, nos diferentes bairros da cidade, conforme as diferentes profissões das pessoas. Vai-se ter portanto a curva normal, global, as diferentes curvas consideradas normais, e a técnica vai consistir em que? Em procurar reduzir as normalidades mais desfavoráveis, mais desviantes em relação à curva normal, geral, reduzi-las a essa curva normal, geral. Foi assim, por exemplo, que, quando se descobriu, o que ocorreu bem cedo evidentemente, que a varíola afetava muito mais depressa, muito

mais facilmente, com muito mais força e uma taxa de morbidade muito mais alta as crianças abaixo de três anos, o problema que se colocou foi procurar reduzir essa morbidade e essa mortalidade infantis de tal modo que ela tentasse chegar ao nível médio de morbidade e de mortalidade, o qual se verá aliás deslocado pelo fato de que uma faixa de indivíduos que figuram dentro dessa população geral terá uma morbidade e uma mortalidade mais fracas. É nesse nível do jogo das normalidades diferenciais, do seu desmembramento e do rebate de umas sobre as outras que - ainda não se trata da epidemiologia, da medicina das epidemias - a medicina preventiva vai agir.

Temos portanto um sistema que é, creio, exatamente o inverso do que podíamos observar a propósito das disciplinas. Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas as que são mais favoráveis. Temos portanto aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização. (FOUCAULT, 2008c, p.81-83)

A prática da variolização e da vacinação, o sucesso da variolização e da vacinação eram impensáveis nos termos da racionalidade médica da época, Era um puro dado de fato, estava-se no empirismo mais despojado, e isso até que a medicina, *grosso modo* em meados do século XIX, com Pasteur, possa dar uma explicação racional do fenômeno. (FOUCAULT, 2008c, p.77)

Além do exemplo da epidemia, em no seu curso “Segurança, População e Território”, Foucault ainda usa os exemplos da escassez de cereais e da circulação nas cidades. Eles ilustram o que ele chama de tecnologia das seguranças que aparece por volta do meado do século XVIII, na medida em que a cidade colocava problemas econômicos e políticos, problemas de técnica de governo que eram novos. A cidade era uma inovação ao modelo feudal anterior, pois era, via de regra, aberta a circulações (de pessoas, doenças, mercadorias etc.), exigindo-se assim uma atualização dos mecanismos territoriais de poder característicos do feudalismo:

Creio que a integração da cidade aos mecanismos centrais de poder, melhor dizendo, a inversão que fez que a cidade tenha se tomado o problema primeiro, antes mesmo do problema do território, creio que esse é um fenômeno, uma inversão característica do que aconteceu entre o século XVII e o início do século XIX. Problema a que foi preciso responder com novos mecanismos de poder cuja forma, sem dúvida, deve ser encontrada no que chamo de mecanismos de segurança. No fundo, foi necessário reconciliar o fato da cidade com a legitimidade da soberania. Como exercer a soberania sobre a cidade? Não era simples, e para isso foi necessária toda uma série de transformações, da qual o que lhes indiquei não passa, evidentemente, de um minúsculo esboço. (FOUCAULT, 2008c, p.84)

O problema tradicional da soberania era manter o território e poder do príncipe, e nesse contexto estavam as lições de Maquiavel. Com as cidades, as circulações deverão ser administradas, separar as boas das ruins, anular os perigos das circulações, mas promovendo-

as. Para tanto, não haverá uma simples imposição de vontade dos soberanos como na era feudal. Agora se buscara entender para influenciar os fenômenos naturais, que os fisiocratas na economia chamaram de físicos.

Diferentemente dos mecanismos da disciplina que buscavam vigiar e controlar de forma exaustiva os indivíduos, daí o paradigma do panóptico, a segurança vai atuar dentro da necessidade e suficiência:

Em compensação, o que vemos surgir agora não é a ideia de um poder que assumiria a forma de uma vigilância exaustiva dos indivíduos para que, de certo modo, cada um deles, em cada momento, em tudo o que faz, esteja presente aos olhos do soberano, mas o conjunto dos mecanismos que vão tornar pertinentes, para o governo e para os que governam, fenômenos bem específicos, que não são exatamente os fenômenos individuais, se bem que - e será preciso tomar sobre esse ponto porque é importantíssimo -, se bem que os indivíduos figurem aí de certo modo e os processos de individualização sejam aí bem específicos. É uma maneira bem diferente de fazer funcionar a relação coletivo/indivíduo, totalidade do corpo social/fragmentação elementar, é uma maneira diferente que vai agir no que chamo de população, E a governação das populações é, creio, algo totalmente diferente do exercício de uma soberania sobre até mesmo o grão mais fino dos comportamentos individuais. Temos aí duas economias de poder que são, parece-me, totalmente diferentes. (FOUCAULT, 2008c, p.87).

Os mecanismos de segurança, posteriormente denominados biopolíticos, não excluem os demais, pelo contrário, muitas vezes, dependem das disciplinas e das leis para atuarem. Assim como Foucault mostra o dispositivo disciplinar dependendo da lei ao exemplificar a penalidade da norma voltada à criação de corpos-dóceis, extrapolando a penalidade da lei, também no caso dos dispositivos biopolíticos haverá relação com as outras tecnologias de poder:

Aqui também, por sinal, basta ver o conjunto legislativo, as obrigações disciplinares que os mecanismos de segurança modernos incluem, para ver que não há uma sucessão: lei, depois disciplina, depois segurança, A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina (FOUCAULT, 2008c, p.14)

Enquanto os mecanismos disciplinares buscam criar artificialmente uma resposta “normal”, os mecanismos de segurança vão lidar com algo que já é dado, natural e extrairá, dessa naturalidade, as respostas que considera as mais adequadas, maximizando os elementos positivos e minimizando o que considera risco, inconveniente. Daí falar que, em vez de lidar com a certeza, como nos mecanismos disciplinares, os de segurança vão lidar com probabilidades dentro de uma variação. Em vez de lidarem com o binário (proibido/permitido), vão tratar de séries abertas de eventos possíveis de acordo com as suas probabilidades. Esses eventos vão se desenrolar, circular em um “meio” no qual os mecanismos de segurança vão intervir:

Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de

casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. Portante, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. E, enfim, o meio aparece como um, campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles (FOUCAULT, 2008c, p.28)

Em seu estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política, ou mais brevemente, da arte de governar, Foucault analisa as práticas governamentais tais como elas se apresentam, mas também como ela é refletida e racionalizada, em vez de fazer o caminho inverso normalmente adotado pelos historiadores que seria partir de termos universais como, por exemplo, o soberano, a soberania, o povo, os súditos, o Estado a sociedade civil e utilizá-los como grade de inteligibilidade para as práticas governamentais concretas. Sua decisão teórico-metodológica foi supor que os universais não existiam e fazer a história das práticas que se pautam por esse suposto algo que foi racionalizado nesse termo universal (FOUCAULT, 2008b, p.4-5).

Assim, analisando a emergência de um novo tipo de racionalidade das práticas governamentais, Foucault identifica que, até os séculos XV e XVI, o governante atua como alguém que deve ajudar na salvação, em outro mundo, de suas ovelhas, ou melhor, de seus súditos, um “poder pastoral”. Uma arte de governar cujos princípios eram tomados de empréstimo as virtudes tradicionais (sabedoria, justiça, liberalidade, respeito as leis divinas e aos costumes humanos) ou as habilidades comuns (prudência, decisões pensadas, cuidado de rodear-se dos melhores conselheiros). O objetivo dessa governamentalidade é aumentar o poder do príncipe, daí os conselhos de Maquiavel estarem inseridos nessa tradição

Posteriormente, surge uma a “razão de estado”, passa-se para uma arte de governar cuja racionalidade tem seus princípios e seu campo de aplicação específico no Estado. O Estado passa a ser um fim em si mesmo. Tem que perseguir seus interesses, aumentando seu poder para assegurar sua independência perante os vizinhos, era o equilíbrio de poder segundo as diferentes teorias da “balança europeia” da época, diferentemente da época dos impérios que buscavam uma única monarquia universal. Essa nova “matriz de racionalidade” alterou o exercício do poder político, segundo Foucault.

A razão de estado tinha como fim último aumentar o poder do estado, mas autolimitando-se externamente. Isso levou à conjugação de um aparelho diplomático-militar e do poder de polícia. Externamente, os tratados e as guerras entre os estados buscam essa autolimitação dos estados, de forma a evitar que um dominasse os outros, concorrendo de forma equilibrada. Já internamente, o poder de polícia terá um objeto quase infinito, regulando todos os aspectos da vida dos súditos (sua atividade econômica, sua produção, o preço pelo qual vão vender as mercadorias etc.) de forma a aumentar as forças do Estado. A limitação do objetivo internacional do governo segundo a razão de Estado, essa limitação nas relações internacionais têm por correlato a ilimitação no exercício do Estado de polícia (FOUCAULT, 2008b, p.10-11). A governamentalidade segundo a razão de estado não se fundará em relação a normas transcendentais, como no caso do poder pastoral, mas sim aos elementos próprios do Estado, o que exigirá uma forma específica de saber que será chamada “estatística”:

A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia. Porque é justamente o conjunto dos procedimentos instaurados para fazer as forças crescerem, para combiná-las, para desenvolvê-las, é todo esse conjunto, numa palavra, administrativo que vai permitir que se identifique em cada Estado em que consistem suas forças, onde estão as possibilidades de desenvolvimento; Polícia e estatística se condicionam mutuamente, e a estatística e, entre a polícia e o equilíbrio europeu, um instrumento comum. A estatística é o saber do Estado sobre o Estado, entendido como saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados. E é nessa medida que a estatística vai se encontrar na articulação dos dois conjuntos tecnológicos. (FOUCAULT, 2008c, p.424)

A razão governamental, ao administrar de uma nova maneira o problema população – riqueza dá origem à economia política. O que antes era gerido através de forte intervenção direta de forma a evitar a escassez ou excesso passou-se a ser entendido através de regras naturais que se manifestam justamente quando não há intervenção (*Laissez-faire*). O entendimento dessas regras, o conhecimento do curso natural das coisas, tornou-se crucial no sucesso e sobrevivência do Estado, como será aprofundado em “O Nascimento da Biopolítica”. Nesse curso, Foucault relaciona a governamentalidade com o surgimento desse “sistema de verificação” associado às regras naturais de mercado. É essa governamentalidade, ligada em seu esforço de autolimitação permanente à questão da verdade, que Foucault chama de “Liberalismo”. O princípio de limitação externa da razão de Estado, que o direito representava, é substituído, no século XVIII, por um princípio de limitação interna, sob a forma de economia. O objeto do curso é, portanto, o de mostrar em que o liberalismo é condição de inteligibilidade da biopolítica (FOUCAULT, 2008c, p.523).

Posteriormente, com o neoliberalismo, essa ação do estado deixa de ser passiva (*Laissez-faire*) como era no liberalismo e passa a ser ativa. A concorrência não é mais vista

como um elemento natural, o que seria uma “ingenuidade naturalista” (FOUCAULT, 2008c, p.163), mas sim deve ser estimulada pelo Estado. Diante disso, o Estado não mais deve respeitar uma área de liberdade para o mercado, mas sim agir, buscando estimular a concorrência para o mercado funcionar.

Segundo Foucault, ordoliberalismo alemão (nome veio em razão da “revista *Ordo*” ao redor da qual orbitavam os economistas da Escola de Friburgo) no pós-guerra foi o berço do neoliberalismo. Com o fim da guerra, como não havia um estado que pudesse “deixar” o mercado “fazer”, teve-se um problema inverso: fundar a legitimidade de um Estado com a liberdade dos parceiros econômicos. Isso permitiria fugir das interferências, particularmente americana e britânica, na nascente República Federal da Alemanha:

Essa ideia de uma fundação legitimadora do Estado sobre o exercício garantido de uma liberdade econômica é, de fato, a meu ver, uma coisa importante. Claro, é necessário retornar essa ideia e a formulação dessa ideia no contexto preciso em que a vemos surgir, e com isso reconheceremos facilmente uma artimanha tática e estratégica. Tratava-se de achar um paliativo jurídico para pedir a um regime econômico 0 que não se podia pedir diretamente nem ao direito constitucional, nem ao direito internacional, nem mesmo, simplesmente, aos parceiros políticos. Era, mais precisamente ainda, uma habilidade em relação aos americanos e à Europa, pois, garantindo a liberdade econômica a Alemanha, a Alemanha que estava se reconstituindo – e antes de qualquer aparelho estatal –, garantia-se aos americanos e, digamos, aos diferentes *lobbies* americanos a certeza de que poderiam ter com essa indústria e com essa economia alemãs as livres relações que quisessem escolher. E, segundo, tranquilizava-se a Europa, claro, tanto a Ocidental como a Oriental, garantindo que o embrião institucional que estava se formando não apresentava em absoluto os mesmos perigos do Estado forte ou do Estado totalitário que ela havia conhecido nos anos anteriores. (FOUCAULT, 2008b, p.111).

O fundamento foi atribuir à intervenção estatal, e não à economia do mercado, o desfecho no Nazismo que, na narrativa dos ordoliberais, foi colocado como apogeu da intervenção na economia. Assim, a experiência nazista alemã foi fundamental para sustentar a tese ordoliberal:

Ora, o que o nazismo finalmente fez foi par em estrita coalescência com esses diferentes elementos, ou seja, a organização de um sistema econômico em que a economia protegida, a economia de assistência, a economia planificada, a economia keynesiana formavam um todo, um todo solidamente amarrado: cujas inversas, partes eram solidamente ligadas pela administração econômica implantada (...)
Os neoliberais dizem: peguem qualquer um desses elementos; adotem uma economia protegida ou uma intervenção de tipo keynesiano. Claro, aparentemente são coisas diferentes, mas vocês nunca poderão desenvolver uma sem chegar, de uma ou de outra maneira na outra. Vale dizer que esses quatro elementos que a história econômica e política alemã havia feito sucessivamente aparecer na cena da ação governamental, esses quatro elementos dizem os neoliberais, estão economicamente ligados uns aos outros e vocês não escaparão dos três outros se adotarem um (FOUCAULT, 2008b, p.149-150).

Outra raiz do neoliberalismo foi a sua vertente americana, também abordada em “O Nascimento da Biopolítica”. O neoliberalismo americano decorreu como resposta, segundo Foucault, a medidas antiliberais que surgiram entre a crise de 29 e o pós-guerra:

Ou seja, os três principais elementos de contexto desse desenvolvimento do

neoliberalismo americano foram primeiro, e claro, a existência do *New Deal* e a crítica ao *New Deal* e a essa política que poderíamos chamar, grosso modo, de keynesiana, desenvolvida a partir de 1933-34 por Roosevelt. O texto primeiro, fundador, desse neoliberalismo americano, escrito em 1934 [por] Simons, que foi o pai da Escola de Chicago, e um artigo que se chama "Um programa positivo para o *laissez-faire*". O segundo elemento de contexto é, evidentemente, o plano Beveridge e todos aqueles projetos de intervencionismo econômico e de intervencionismo social que foram elaborados durante a guerra. Todos esses elementos tão importantes que poderíamos chamar, se vocês quiserem, de pactos de guerra, esses pactos pelos termos dos quais os governos — essencialmente o governo inglês e até certo ponto o governo americano — diziam as pessoas que tinham acabado de atravessar uma crise econômica e social muito grave: agora pedimos a vocês para darem a sua vida, mas prometemos que, feito isso, vocês manterão seus empregos até o fim dos seus dias. Todo esse conjunto de documentos, todo esse conjunto de análises, de programas, de pesquisas seria interessantíssimo estudá-lo por si mesmo, porque me parece, salvo engano aliás, que é a primeira vez afinal que nações inteiras fizeram a guerra a partir de um sistema de pactos, que não eram simplesmente os pactos internacionais de aliança entre potência e potência, mas uma [espécie] de pactos sociais segundo os quais [elas] prometiam - aqueles mesmos que [elas] pediam para fazer a guerra e dar a vida, portanto - um certo tipo de organização econômica, de organização social, em que a segurança (segurança do emprego, segurança em relação as doenças, as diversas vicissitudes, segurança quanta a aposentadoria) seria assegurada. Pactos de segurança no momento em que havia demanda de guerra. E a demanda de guerra por parte dos governos foi acompanhada continuamente e bem cedo — desde 1940, na Inglaterra, vocês têm textos sobre esse tema — por essa oferta de pacto social e de segurança. Foi contra esse conjunto de programas sociais que, mais uma vez, Simons redigiu um certo número de textos e de artigos críticos. O mais interessante e sem dúvida um artigo que se chama *Program Beveridge: an unsympathetic interpretation* - nem é preciso traduzir, o próprio título indica muito bem o sentido dessa crítica.

Em terceiro lugar, terceiro elemento de contexto, estão evidentemente todos os programas sobre a pobreza, a educação, a segregação, que se desenvolveram na América desde a administração Truman até a administração Johnson e através desses programas, claro, o intervencionismo de Estado, o crescimento da administração federal, etc.

Creio que esses três elementos — a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais —, foi tudo isso que constituiu o adversário, o alvo do pensamento neoliberal, que foi aquilo em que ele se apoiou ou a que ele se opôs, para se formar e para se desenvolver. (FOUCAULT, 2008b, p.298-299).

E esse liberalismo americano acabou sendo reativado na forma do neoliberalismo por uma crítica interna contra as medidas antiliberais tanto à esquerda, que via nelas o risco do desenvolvimento de um Estado imperialista e militar, quanto à direita, hostil a tudo que possa soar socialista. (FOUCAULT, 2008b, p.300-301).

Assim como o neoliberalismo foi na Alemanha, o Liberalismo foi fundamento do Estado americano com sua independência, mas, diferentemente do modelo alemão, não foi uma opção política ou econômica tomada pelos governantes, mas se trata de “toda uma maneira de ser e de pensar” (FOUCAULT, 2008b, p.301).

Foi justamente essa maneira de ser e de pensar que permitiu Foucault distinguir o neoliberalismo americano do Europeu e que se tornou uma referência para todo o mundo: a expansão da lógica do mercado para os mais diversos campos da vida humana, inclusive os

que nunca foram encarados como fato econômico:

O que, afinal, e a mutação epistemológica essencial dessas análises neoliberais e que elas pretendem mudar o que havia constituído de fato o objeto, o domínio de objetos, o campo de referência geral da análise econômica. Praticamente, a análise econômica de Adam Smith, até o início do século XX, tinha, como objeto, grosso modo, o estudo dos mecanismos de produção, dos mecanismos de troca e dos fatos de consumo no interior de uma estrutura social dada, com as interferências desses três mecanismos. Ora, para as neoliberais, a análise econômica deve consistir, não no estudo desses mecanismos, mas no estudo da natureza e das consequências do que chamam de opções substituíveis, isto é, o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, e, para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros. Em outras palavras, tem-se recursos raros, tem-se, para a utilização eventual desses recursos raros, não um só fim ou fins que são cumulativos, mas fins entre os quais é preciso optar, e a análise econômica deve ter por ponto de partida e por quadro geral de referência. O estudo da maneira como os indivíduos fazem a alocação desses recursos raros para fins que são fins alternativos. (FOUCAULT, 2008b, p.306).

É o que Foucault exemplifica com sua teoria do “capital humano”, em que o homem será visto como um “empresário de si mesmo” (FOUCAULT, 2008b, p.311) e, nesse sentido, o salário será visto como uma remuneração a este capital (humano). Daí uma lógica em que todos os gastos como educação, cultura, lazer, saúde e previdência (seguro) são vistos como investimentos nesse capital e a economia passa a ser a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos que vão decidir onde alocar seus recursos raros. Haverá uma espécie de “quantificação” da vida, onde o homem empresário de si mesmo, após análises do tipo custo-benefício, decidirá como investir no seu capital humano.

A concorrência, antes restrita ao mercado no liberalismo, tende a se disseminar por todos os campos da vida em função desse tipo de análise, que passa a ser uma constante, estimulando, assim, uma ação competitiva, individualista e utilitária.

Essa disseminação da forma empresa, segundo Foucault, terá um impacto nas demandas judiciais. Com a pulverização de “empresas”, antigas formas de coalizão que permitiriam negociações conjuntas como sindicatos e organizações comunitárias perdem espaço para o empresário de si mesmo que, numa lógica individualista, levará ao Judiciário os eventuais conflitos que tenha com as outras “empresas”. Aumenta-se, assim, a superfície de contato com essa menor granularidade das empresas, daí dizer que a sociedade de empresa e a sociedade judiciária são duas faces de um mesmo fenômeno. (FOUCAULT, 2008b, p. 204)

A análise da governamentalidade foi o desdobramento da analítica do poder feita por Foucault. Desde o poder pastoral até a biopolítica do liberalismo e neoliberalismo, passando pela razão de estado, o governo estava associado à condução dos outros. Ao estudar as formas de resistir a esse poder, a não se deixar governar, como governar a si mesmo para resistir ou para ser apto a governar, Foucault chega à terceira fase do seu pensamento.

2.3. A Fase Ética

Como visto, o conceito de normal está intimamente ligado ao exercício do poder, seja por meio de uma “normação” nos dispositivos disciplinares ou na “normalização” nos biopolíticos. Diante disso, tais práticas seriam individualizantes, pois consideram cada indivíduo, e totalizantes, já buscam governar um conjunto de pessoas. Tais práticas que prescrevem um modo de ser e agir são subjetivadoras, criam sujeitos. Assim a resistência e as lutas, segundo Foucault, deveriam se opor aos efeitos de poder ligados à determinação de identidade:

E atualmente, a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – está se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido. Muito pelo contrário. (...)

A razão pela qual este tipo de luta tende a prevalecer em nossa sociedade deve-se ao fato de que, desde o século XVI, uma nova forma política de poder se desenvolveu de modo contínuo. Esta nova estrutura política, como todos sabem, é o Estado. Porém, a maior parte do tempo, o Estado é considerado um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade ou, eu diria, de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos.

E isto é verdade. Mas eu gostaria de enfatizar o fato de que o poder do Estado (e esta é uma das razões da sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Acho que nunca, na história das sociedades humanas – mesmo na antiga sociedade chinesa –, houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização.

Isto se deve ao fato de que o Estado moderno ocidental integrou, numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs. Podemos chamar esta tecnologia de poder pastoral (...)

Esta forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva à vida e constitui seu prolongamento; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo. (FOUCAULT, 1995, 236-237)

A chamada fase ética da obra de Foucault volta-se mais para a subjetividade, com um retorno à cultura greco-romana. Por meio da noção de “Estética da Existência”, Foucault traz a ideia clássica grega de fazer da vida uma obra de arte a partir do exercício de liberdade. Enquanto que no poder pastoral a confissão era uma forma de se exigir a produção da verdade pelo governado, na *parresia* (“dizer-verdadeiro”) grega, trata-se de um ato espontâneo e de coragem, pois dizer a verdade no espaço público poderia trazer sérias consequências. Daí relacionar o governo de si mesmo (ética) ao governo dos outros (política). Apesar de ter sido muito associado às suas pesquisas relacionadas ao poder, particularmente em razão do temas do poder disciplinar e do biopoder, Foucault retrospectivamente considerou a relação do sujeito com a verdade o que constitui o tema geral de suas investigações. Ao traçar essa história do sujeito, ou o que chama de “modos de subjetivação”, Foucault se desloca da

questão da *épistème* para o dispositivo e depois para as práticas de si como formas de constituir o sujeito:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise.

Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tomaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos.

O primeiro é o modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *grammaire générale*, na filologia e na linguística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia.

Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de “práticas divisoras”. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o sã, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”.

Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual – o modo pelo qual um ser humano toma-se um sujeito. Por exemplo, eu escolhi o domínio da sexualidade - como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de “sexualidade”.

Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa. (FOUCAULT, 1995, p.231-232)

Em síntese, em sua análise arqueológica Foucault estudou como se constituíram saberes sobre o sujeito; na genealógica, como o poder, por meio de estratégias de governamentalidade, cria sujeitos. Na sua fase ética, Foucault estuda as técnicas da relação com o próprio sujeito, como o sujeito pode ser constituído por meio de práticas de si.

3. GENEALOGIA DO BIG DATA

Alain Desrosières, estatístico, sociólogo e historiador da ciência, em seu livro de referência *The Politics of Large Numbers: A History of Statistical Reasoning*, faz uma leitura comparativa e histórica da Estatística, Probabilidade e Econometria, segundo a perspectiva da Sociologia das Ciências, utilizando quatro países como referência em razão da maior disponibilidade da documentação e por terem sido sede dos episódios mais importantes: França, Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos. Segundo o autor, o sentido original do termo “Estatística”, o do século XVIII, refere-se à descrição do Estado e não se confunde com a noção contemporânea, surgida no século. XX, de ramo da Matemática que lida com a análise de dados empíricos (DESROSIÈRES, 1998, p. 11-14).

Essa descrição do estado, referente ao sentido original do termo Estatística, consistia na realização, pelos birôs de estatística (*bureaus of statistics*), de censos e compilação de dados administrativos que eram indexados, codificados e organizados em gráficos e planilhas, justamente o que Foucault identificou em “As Palavras e as Coisas” ao lidar com a *épistème* Clássica, identificando a permanente busca por ordenação e o quadro como centro do saber

(FOUCAULT, 2000, p.102). As relações sociais, que dependiam da estrutura particular do Estado em questão, eram então classificadas, ou seja, “objetificadas” pelos birôs de cada Estado, mas não de uma maneira inquestionável ou natural. As disputas internas pelo sentido desses objetos eram frequentes e foram garantidas pela legitimidade particular dos estatísticos oficiais que se apoiavam na autoridade tanto da técnica quanto da força do estado a que serviam (DESROSIÈRES, 1998, p. 147-148), indicando novamente a convergência com Foucault, particularmente a noção de relação entre saber e poder.

Inicialmente os birôs de estatística, desenvolvidos a partir da *political arithmetic* inglesa ou da *Statistik* alemã, foram criados para atender às necessidades de governo (saber para governar), como identificado por Foucault a partir da emergência da Razão de Estado. Posteriormente o cálculo de probabilidade foi utilizado para pensar a racionalidade do comportamento humano e a teoria dos erros para deduzir valores centrais, como a conhecida figura do “homem-médio”. No entanto, a integração dessas três tradições (Estatística, probabilidade e teoria dos erros) somente começou a ocorrer no século XIX (DESROSIÈRES, 1998, p. 16).

Quando, no século XIX, a razão de estado passa a incorporar uma razão governamental que envolverá o livre jogo da vontade da população, realizando a transição para uma arte liberal de governar, com uma sociedade civil distinta Estado, a Estatística passa a ter uma função de transformar a sociedade humana (DESROSIÈRES, 1998, p. 17), mormente na forma de estimular as médias que fossem mais favoráveis, gerando a subjetivação por meio da normalização descrita por Foucault nos chamados mecanismos de segurança (FOUCAULT, 2008c, p.28).

3.1. Contribuição Alemã

A palavra Estatística surgiu na Alemanha, em 1749, como “Statistik” no tratado de Gottfried Achenwall (FOUCAULT, 2008c, p.382). Achenwall utilizou-se da nomenclatura inspirada na lógica aristotélica que já havia sido codificada por volta de 1660 por Conring (causa material – descrevia território e população; causa formal – leis e costumes; causa final – os objetivos do estado; causa eficiente – os meios disponíveis ao estado) e que objetivava oferecer ao rei ou ao oficial uma estrutura para organizar as várias formas de conhecimento disponíveis para um estado em particular. Trata-se da origem do aspecto organizacional e taxinômico da Estatística como conhecemos hoje, apesar de não ter o aspecto quantitativo e pragmático, por ser um gênero descritivo, não numérico, literário e com uma visão mais holística. A Alemanha (na época, Sacro Império Romano-Germânico) tinha uma peculiaridade

de ser um império disperso e bastante enfraquecido após a guerra dos trinta anos (1618-1648). Com quase 300 microestados atingidos pela pobreza e em conflito entre si, a definição de direitos e obrigações exigia muito mais um conhecimento de catalogação sistemática do que a criação de novos objetos. A estatística concebida por Conring era uma forma de justamente facilitar a memorização e de ensinar para permitir governar (DESROSIÈRES, 1998, p. 19-20).

Essa tradição deu origem a um modelo de tabela que permitiria, a um simples golpe de olhar, comparar os estados segundo certos elementos. Isso acabou requerendo a formação de equivalências para construir espaços de comparação que acabaram sendo criticados por fazer desaparecer as singularidades dos estados uma vez que estes se viam reduzidos a um conjunto limitado de características; crítica essa cujos ecos temos até hoje. Ainda que no início essa forma de apresentação tabelada fosse literária, não demorou muito para que isso encorajasse a inclusão de números, levando à estatística quantitativa. Tal uso de tabelas está associado a uma visão dos estatísticos alemães, acadêmicos que trabalhavam para o Estado, portanto partindo do ponto de vista do poder, e em uma época em que a sociedade se confundia com o Estado. (DESROSIÈRES, 1998, p. 21) Não havia uma noção de sociedade civil distinta, noção essa que era típica de estados liberais, como a Inglaterra (FOUCAULT, 2008c, p.470). Era justamente essa perspectiva que os diferenciava da aritmética política (“political arithmetic”) da Inglaterra onde, desde o final do século XVII uma nova relação entre o monarca e as classes sociais permitia uma relativa autonomia.

3.2. Contribuição Inglesa

As tabelas de mortalidade de Graunt na Inglaterra inspiraram Petty a sistematizar e teorizar seu método. Graunt era um negociante de tecidos que se interessou pelos boletins de morbidade publicados por ocasião da peste que dizimou Londres no século XVII (FOUCAULT, 2008c, p.112). Como bem nota Foucault, a população até então não era vista em sua positividade como será vista na biopolítica. Os boletins de mortalidade, ainda que datassem de muito tempo atrás, não significavam que a população tinha uma naturalidade ou positividade própria:

As tabelas de mortalidade, é claro, nem sempre existiram e, principalmente, nem sempre foram contínuas. Na Inglaterra, que foi o primeiro país a fazer essas tabelas de mortalidade, só se faziam, durante o século XVI e, creio eu, até o início do século XVII – não me lembro mais muito bem da data em que as coisas mudaram –, em todo caso durante todo o século XVI, só se faziam tabelas de mortalidade na época das grandes epidemias e nos momentos em que algum flagelo tomava a mortalidade tão dramática que não saber exatamente quantas pessoas morriam, onde morriam e de que morriam”, Em outras palavras, a questão da população não era considerada

de maneira nenhuma em sua positividade e em sua generalidade. Era em relação a uma mortalidade dramática que se colocava a questão de saber o que é a população e como se poderá repovoar. (...)

Ora, acredito que, com os fisiocratas – de uma maneira geral, com os economistas do século XVIII –: a população vai parar de aparecer como uma coleção de súditos de direito, como uma coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis, decretos, etc. Ela vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural.

Mas o que significa essa naturalidade da população? O que faz que a população, a partir desse momento, seja percebida não a partir da noção jurídico política de sujeito, mas como uma espécie de objeto técnico político de uma gestão e de um governo? O que é essa naturalidade? Creio, para dizer as coisas muito brevemente, que ela aparece de três maneiras (...)

Não é portanto uma coleção de sujeitos jurídicos, em relação individual ou coletiva, com uma vontade soberana. **A população é um conjunto de elementos, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo** (grifo meu) (FOUCAULT, 2008c, p.88-98)

A descoberta dessas regularidades iniciou-se justamente com as tabelas de mortalidade de Graunt:

Ora, esses fenômenos que deveriam ser irregulares, basta observá-los, olhá-los e contabilizá-los para perceber que na verdade são regulares. Foi essa a grande descoberta, no fim do século XVII, do inglês Graunt, que, justamente a propósito dessas tabelas de mortalidade pôde estabelecer não apenas que a cada ano havia, de qualquer modo, um número constante de mortos numa cidade, mas que havia uma proporção constante dos diferentes acidentes, variadíssimos porém, que produzem essas mortes. A mesma proporção de pessoas morre de consumpção, a mesma proporção de pessoas morre de febres, ou de pedra, ou de gota, ou de icterícia. E o que evidentemente deixou Graunt totalmente estupefato foi que a proporção de suicídios é exatamente a mesma de um ano para o outro nas tabelas de mortalidade de Londres. Veem-se também outros fenômenos regulares, como, por exemplo, que há mais homens que mulheres no nascimento, mas que há mais acidentes diversos que atingem os meninos do que as meninas, de modo que, ao fim de certo tempo, a proporção se restabelece. A mortalidade das crianças é, em todo caso, sempre maior que a dos adultos. A mortalidade é sempre mais elevada na cidade do que no campo, etc. (FOUCAULT, 2008c, p.97)

A partir desses dados que eram tornados públicos em certos momentos, como no caso das epidemias, foi possível o trabalho dos pioneiros da aritmética política inglesa. Como censos gerais eram vistos, na Inglaterra, como algo que violaria direitos fundamentais, uma intromissão inadmissível do Estado na vida das pessoas, foram desenvolvidos métodos matemáticos para, indiretamente, a partir dos dados disponíveis, gerar outros como o tamanho da população total, o número total de mortos etc. partindo-se de hipóteses quanto ao tamanho das famílias, ao número de nascimentos ou mesmo a realização de censos localizados, estando aí os primórdios da teoria da amostragem. Novamente, diferente de uma noção de evolução tranquila e acumulativa do conhecimento, houve críticas pela “representatividade” dessas amostras que eram extrapoladas do local para o geral. Isso gerou um novo papel social, o do especialista (expert) que, a partir das suas técnicas, tentava convencer aqueles no poder de

que, antes de atuarem, precisariam passar por suas consultorias para agir propriamente (DESROSIÈRES, 1998, p. 22-25).

A aritmética política, diferentemente da visão holística da “Statistik” alemã, era mais pragmática. Colocava o foco em um pequeno número de dados e estimativas para um uso específico, que poderia exigir legitimidade e reconhecimento social. Em vez de acadêmicos que trabalhavam para o Estado tentando construir uma descrição global e lógica, eram detentores de um conhecimento prático que detinham em razão de suas atividades (Graunt chamava de “aritmética do comerciante”) e que era oferecido ao Estado (DESROSIÈRES, 1998, p. 24).

3.3. Contribuição Francesa

Na França houve uma espécie de mistura entre a tradição alemã e inglesa, particularmente após a revolução francesa e o império napoleônico, como decorrência de haver, simultaneamente, um estado centralizado, o que já era uma realidade desde 1660 com o poder monárquico do antigo regime, e uma academia externa ao estado. Desde o antigo regime, havia tabelas descritivas, semelhante à estatística alemã, que eram enviadas pelos intendentés ao rei com um fim mais educacional, mas também dados mais quantificados que eram enviados aos administradores com uma finalidade mais prática (DESROSIÈRES, 1998, p. 27).

Fora do Estado, uma tradição de descrição se desenvolvia a partir dos relatos de aventureiros, médicos e acadêmicos, segundo o espírito do iluminismo. Eles se reuniam em grupos para discutir suas descobertas. Nesse grupo se destacam os médicos cuja influência perdurou até o fim do século XIX nos movimentos higienistas (DESROSIÈRES, 1998, p. 28).

Métodos algébricos foram desenvolvidos, tanto da França quanto na Inglaterra, para obter conclusões a partir de informação parcial. No entanto, o motivo da falta de completude era distinto: enquanto na Inglaterra a visão liberal via a realização de censo geral como algo que violaria direitos fundamentais, uma intromissão inadmissível do Estado na vida das pessoas, na França essa indisponibilidade de dados se deu por conta do sigilo mantido sobre os censos realizados pela monarquia absolutista. (DESROSIÈRES, 1998, p. 29) Assim, a sociedade civil francesa, lidava com os dados parciais que tinha acesso ou que levantava por meio de amostragens para inferir, indiretamente, os dados que necessitava, assim como foi feito na Inglaterra, desde os primórdios das tabelas de mortalidade de Graunt (DESROSIÈRES, 1998, p. 24) (FOUCAULT, 2008c, p.97). A sociedade civil francesa ao realizar levantamentos independentes daqueles realizados pela monarquia – tendência que se

manteve após a revolução francesa, abriu espaço para a reformulação do sentido original alemão do termo Estatística que está associado a um levantamento feito pelo Estado, sobre o Estado e para o Estado (DESROSIÈRES, 1998, p. 30).

A Revolução Francesa e o império napoleônico tiveram um impacto importante para destacar a Estatística francesa da dos demais países com a criação sistemática e, em um curto espaço de tempo, de classes de equivalência: um sistema métrico e a unificação do sistema de pesos e medidas; padronização da língua e supressão de dialetos; proclamação dos direitos universais dos homens; fim de privilégios da nobreza e das guildas profissionais; instituição de um código civil; divisão do território em partes iguais para fins administrativos. Todas essas iniciativas permitiram que todas as medições, julgamentos e codificações ficassem, teoricamente, independentes das circunstâncias locais, permitindo a generalização da descrição. (DESROSIÈRES, 1998, p. 31-32).

A nova administração napoleônica, pela urgência de refundar a sociedade após a revolução, fez com que se convocassem os intelectuais que, antes fora do estado, lidavam com o levantamento dos mais diversos dados e descrições. A peculiaridade da estatística francesa foi, diferentemente do que era feito no antigo regime, agora de acordo com o espírito republicano, tornar os dados públicos; tornaram-se literalmente coisa pública. Oferecer à sociedade um espelho dela mesma (em oposição ao que era um espelho do príncipe no antigo regime) por meio de pesquisas foi a missão do novo birô de estatística da república.

Um dos maiores obstáculos dessas pesquisas foi a estruturação de equivalências que não existiam até então. As características supostamente relevantes a serem selecionadas, como as diversidades eram percebidas e quais foram os obstáculos percebidos para esse empreendimento de unificação política e cognitiva. A mudança de uma França pré para pós-revolucionária não implicava não apenas mudar o território, mas também as palavras e o modo de descrevê-lo. Foi o desejo de agir nas coisas que gerou a necessidade de nomeá-las e descrevê-las. (DESROSIÈRES, 1998, p. 41).

Analisando as respostas que eram dadas às requisições de informações feitas pelo Birô, Desrosières mostra exemplos de disputas pelas divisões taxinômicas dos grupos sociais. A análise foi feita com base nas respostas dos prefeitos aos questionários do ministro do interior Jean-Antoine Chaptal:

To describe social groups, three quite different grids were available. The first one had been handed down by the France of the Ancien Régime, and was supposed to have been completely eliminated in 1789: the nobility, the clergy, the third estate. The society of three orders then disappeared, replaced by an egalitarian society in which men were “born free and equal under the law.” The new official grid was based on property ownership and source of revenue. The sale of national possessions

and the division of the land into numerous new properties gave this group of landowners great importance, and the distinction between “real estate owners” and all the others formed the essential criterion of the grid proposed by the circular of 19th Germinal, year IX (April 9, 1801), in which Chaptal sent the prefects the questionnaire they would have to answer. They had to indicate the number of

1. real estate owners
2. persons living solely from the proceeds of their real estate
3. persons living entirely from monetary income
4. persons employed or paid by the state
5. persons living off their work, either mechanical or industrial
6. unskilled or casual laborers
7. beggars

This second grid, published thus in an administrative circular, gave groups consistency according to a clearly objectified criterion: that of the source of income. It placed landowners at the head of the list, then investors and officials. On the other hand, wage earners in the modern sense were not yet seen as a distinct group, since Category 5 groups together *compagnons* (journeymen) and *maîtres* (masters) (in the terminology of the corporations). The future working class was even less in evidence, since craftsmen are included in Category 5, and unskilled laborers in Category 6.

But from the comments made by the prefects in regard to social differences among the various populations of their departments, it becomes clear that this grid offered a major drawback for them: it did not distinguish enlightened persons—that is, rather urbane and cultivated people, with habits and interests that separated them fairly clearly from the common people. The third kind of grid is therefore apparent in the descriptions of lifestyles, but it is hard to objectify and its boundaries are always presented as vague. The contradiction between the two grids is in fact mentioned. Certain landowners (notably in the country) were not very “civilized” (and were sometimes quite poor). On the other hand, “talented persons” (doctors, teachers) often were not landowners.

This distinction between enlightened persons and the common people corresponded to a significant vacillation in the analysis of the internal heterogeneity of the two groups: which of these large masses was the more homogeneous? Or rather: in what manner should this homogeneity be determined? The ambiguity of the answers given to this question reflects the numerous ways of establishing equivalence. In certain cases, the educated elite were presented as being the same everywhere: it was useless to describe them in detail, since their refined mores had been standardized by the same requirements, by the same process of *civilizing mores* (Elias, 1973). In contrast to the élite, the ways in which ordinary people lived were splintered into numerous local customs, characterized by dialects, festivals, and rituals that differed greatly, not only from one region to another, but even from one parish to another. Yet in other cases, the prefects interpreted their realities in opposite ways: only cultivated people could have a distinct individuality and personal modes of living, whereas the common people were defined as a group, in a large mass, and were all the same.² (DESROSIÈRES, 1998, p. 42-43).

2 O trecho correspondente na tradução é: “Para descrever os grupos sociais, estavam disponíveis três malhas muito diferentes. A primeira foi transmitida pelo Antigo Regime francês, e deveria ter sido completamente eliminada em 1789: a nobreza, o clero e o terceiro estado. A sociedade das três ordens desapareceu, tendo sido substituída por uma sociedade igualitária na qual os homens “nasciam livres e iguais perante a lei.” A nova malha oficial era baseada em títulos de propriedade e fontes de renda. A venda das posses nacionais posse e a divisão das terras em diversas novas propriedades deu uma grande importância a este grupo de proprietários de terras, e a distinção entre “proprietários imobiliários” e todas os outros deram origem aos critérios fundamentais da malha proposta pela circular do 19º Germinal, ano IX (9 de abril de 1801), no qual Chaptal enviou aos prefeitos o questionário que eles deveriam responder. Eles tinham que indicar o número de

1. proprietários imobiliários
2. pessoas vivendo exclusivamente da renda de seus imóveis
3. pessoa vivendo exclusivamente de renda monetária
4. pessoa empregadas ou pagas pelo Estado
5. pessoa vivendo do seu trabalho, seja ele mecânico ou industrial

O Birô de estatística foi fechado em 1812, após uma reorganização do Ministério do Interior que atribuiu a cada uma de suas subdivisões a estatística referente às suas próprias atribuições. (ISSELIN, 2010, p. 3). Supõe-se que essa reestruturação deveu-se à ineficiência do Birô quando Napoleão solicitou uma relação completa das manufaturas da França em uma semana e não obteve resposta (HACKING, 2013). Após a revolução de 1830 ocorrida na França contra o rei Carlos X que, após a restauração dos Bourbons promovida pelo Congresso de Viena após a queda de Napoleão, ressuscitava o absolutismo monárquico no estilo pré-revolução francesa, houve uma “avalanche de números” em razão da “ciência moral” que pôde se aproveitar de toda uma infraestrutura de estatística criada pela revolução francesa, desde a unificação de pesos e medidas até a criação de uma burocracia que geraria e acumularia dados:

The era of enthusiasm (...) began with the revolutions of 1830 and ended with those of 1848, which takes us back to overt biopolitics. Statistical enthusiasm, then, bracketed the two years of revolution. It represented an overt political response by the state. Find out more about your citizens, cried the conservative enthusiasts, and you will ameliorate their conditions, diminish their restlessness, and strengthen their character. Statistics, in that period, was called moral science: its aim was information about and control of the moral tenor of the population. The motives were genuinely philanthropic, but that, as we have come to realize, means that they aimed at the preservation of the established state.³ (HACKING, 1983, p. 3)

6. trabalhadores não qualificados ou eventuais

7. mendigos

Esta segunda malha, publicado em uma circular administrativa, deu consistência aos grupos conforme um critério claramente objetivo: a fonte de renda. Ele colocou os proprietários de terras no topo da lista, seguidos pelos investidores e oficiais. Por outro lado, os assalariados no sentido moderno ainda não eram vistos como um grupo distinto, uma vez que a Categoria 5 juntava os *compagnons* (trabalhadores) e os *maîtres* (mestres) (na terminologia das empresas). A futura classe trabalhadora estava ainda menos evidente, uma vez que os artesãos estavam incluídos na Categoria 5, e os trabalhadores não qualificados na Categoria 6.

Mas a partir dos comentários feitos pelos prefeitos em relação às diferenças sociais entre as diversas populações dos seus departamentos, é nítido que esta malha era um grande inconveniente para eles: ela não distinguia as pessoas iluminadas — isto é, pessoas, cultas e urbanas, com hábitos e interesses que as separavam muito claramente das pessoas comuns. Portanto, o terceiro tipo de malha é aparente nas descrições dos estilos de vida, mas é difícil de objetificar e seus limites sempre são vagos. A contradição entre as duas malhas é, de fato, mencionada. Determinados proprietários de terras (notavelmente no país) não eram muito “civilizados” (e algumas vezes eram muito pobres). Por outro lado, “pessoa talentosas” (médicos, professores) geralmente não eram proprietárias de terras.

Esta distinção entre pessoas iluminadas e pessoas comuns correspondia a uma vacilação significativa na análise da heterogeneidade interna dos dois agrupar: qual dessas grandes massas era mais homogênea? Ou melhor: de que forma poderia ser determinada esta homogeneidade? A ambiguidade das respostas a esta pergunta reflete as diversas formas de estabelecer equivalência. Em certos casos, a elite educada era apresentada como sendo a mesma em todo lugar: era inútil descrevê-la detalhadamente, uma vez que seus costumes refinados tinham sido padronizados pelas mesmas exigências, pelo mesmo processo de hábitos civilizatórios (Elias, 1973). Em contraste com a elite, as formas como as pessoas comuns viviam eram fragmentadas em diversos costumes locais, sendo caracterizadas por dialetos, festas e rituais que eram muito diferentes, não apenas de uma região para outro, mas mesmo de uma paróquia para outra. Já em outros casos, os prefeitos interpretaram suas realidades de formas opostas: somente pessoas cultas poderiam ter uma individualidade e meios de vida pessoais distintos, ao passo que as pessoas comuns eram definidas como um grupo, em uma grande massa, e eram todas iguais.”

3

O trecho correspondente na tradução é: “A era do entusiasmo (...) começou com as revoluções de 1830

As ciências morais se iniciaram na França pré-revolucionária e buscavam estudar as pessoas e suas relações sociais. Condorcet foi seu maior expoente e foi quem primeiro comparou a certeza nas regularidades estatísticas com as leis da natureza. No entanto, essas regularidades, segundo Condorcet, não seriam segundo uma lei estatística, mas sim, segundo uma visão iluminista, leis de razão prévias, ou seja, um determinismo. Condorcet não teve sua teoria considerada pela academia, mas ela serviu de base para outros que, no futuro, usassem essa ideia de que haveria uma regra a priori para buscá-la em dados que Condorcet não tinha à sua disposição, criando as ciências morais empíricas. Por exemplo, a análise de Condorcet sobre como deveria ser composto e funcionar um júri foi retomada por Poisson que pôde formular leis probabilística do comportamento de jurados só depois de 1829, quando passaram a ser impressas tabelas com as decisões do júri.

Como consequência da expansão do liberalismo após as revoluções de 1830, as ciências morais empíricas surgem como forma de obter informação, controlar e melhorar as condições da população a partir de leis estatísticas envolvendo o comportamento humano. Por meio de tabelas que reunissem o comportamento dos indivíduos, seria possível encontrar tendências, regularidades, em resumo, em consonância com o ideal liberal, uma síntese dos comportamentos individuais. Segundo Foucault, seria essa uma segunda forma em que a naturalidade da população aparece:

Poderíamos dizer também que a naturalidade da população aparece de uma segunda maneira no fato de que, afinal de contas, essa população é evidentemente feita de indivíduos, de indivíduos perfeitamente diferentes uns dos outros, cujo comportamento, pelo menos dentro de certos limites, não se pode prever exatamente. Apesar disso existe, de acordo com os primeiros teóricos da população no século XVIII, pelo menos uma invariante que faz que a população tomada em seu conjunto tenha um motor de ação, e só um. Esse motor de ação é o desejo. O desejo – velha noção que havia feito sua aparição e que havia tido sua utilidade na direção de consciência (poderíamos eventualmente tomar sobre esse ponto) –, o desejo faz aqui, pela segunda vez agora, sua aparição no interior das técnicas de poder e de governo. O desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada. Como diz Quesnay: você não pode impedir as pessoas de virem morar onde consideraram que será mais proveitoso para elas e onde elas desejam morar, porque elas desejam esse proveito. Não procure mudá-las, elas não vão mudar. Mas – e é aqui que essa naturalidade do desejo marca a população e se toma penetrável pela técnica governamental – esse desejo, por motivos sobre os quais será necessário tomar e que constituem um dos elementos teóricos importantes de todo o sistema, esse desejo é tal que, se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população. O desejo é a busca do interesse para o indivíduo. O indivíduo, de resto, pode perfeitamente se enganar, em

e terminou com a de 1848, o que nos leva de volta à biopolítica. Então, o entusiasmo estatístico delimitou os dois anos de revolução. Ele representou uma resposta política do Estado. Sabendo mais sobre os seus cidadãos, ele criou os entusiastas conservadores, e vai melhorar suas condições, diminuir suas inquietações e fortalecer seu caráter. Naquele período, a estatística era chamada de ciência moral: seu objetivo eram as informações e o controle da solidez moral da população. Os motivos eram genuinamente filantrópicos, mas, como viemos a perceber, significavam que eles visavam a preservação da situação estabelecida.”

seu desejo, quanto ao seu interesse pessoal, mas há uma coisa que não engana: que o jogo espontâneo ou, em todo caso, espontâneo e, ao mesmo tempo, regrado do desejo permitirá de fato a produção de um interesse, de algo que é interessante para a própria população. Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la.

É importante, porque vocês veem que com essa ideia de urna gestão das populações a partir de urna naturalidade do desejo delas e da produção espontânea do interesse coletivo pelo desejo, que com essa ideia tem-se algo que é o exato oposto do que era a velha concepção ético jurídica do governo e do exercício da soberania. Pois, o que é o soberano para os juristas, e isto para os juristas medievais, mas também para todos os teóricos do direito natural, tanto para Hobbes como para Rousseau? O soberano é aquele que é capaz de dizer não ao desejo de todo indivíduo, sendo o problema o de saber como esse "não" oposto ao desejo dos indivíduos pode ser legítimo e fundado na própria vontade dos indivíduos. Enfim, esse é um enorme problema. Ora, vemos formar-se, através desse pensamento econômico-político dos fisiocratas, urna ideia bem diferente, que é a seguinte: o problema dos que governam não deve ser absolutamente o de saber como eles podem dizer não, até onde podem dizer não, com que legitimidade eles podem dizer não; o problema é o de saber como dizer sim, como dizer sim a esse desejo. Não, portanto, o limite da concupiscência ou o limite do amor-próprio, no sentido do amor a si mesmo, mas ao contrário tudo o que vai estimular favorecer esse amor-próprio, esse desejo, de maneira que possa produzir os efeitos benéficos que deve necessariamente produzir. Temos aí portanto a matriz de toda uma filosofia, digamos, utilitarista. E como creio que a ideologia de Condillac, enfim, o que se chamou de sensualismo era o instrumento teórico pelo qual se podia embasar a prática da disciplina, direi que a filosofia utilitarista foi o instrumento teórico que embasou esta novidade que foi, na época o governo das populações. (FOUCAULT, 2008c, p.94-96)

Hacking conclui que a visão liberal permitiu que leis estatísticas florescessem, pois, nesse ambiente, a sociedade é vista como síntese dos indivíduos, diferentemente do que ocorreu na Prússia em que a estatística era muito pouco quantitativa e muito mais literária, pois, segundo a tradição alemã, a sociedade forma os indivíduos:

Mainline western thought was atomistic, individualistic and liberal. The eastern, in contrast, was holistic, collectivist and conservative.

The western sovereign, whether it be a king or the people, was constituted by the individuals in its domain, just as Hobbes had taught. Further east, as Herder's successors were to insist, the group – its civilization and language – conferred identity upon the individuals who comprised it. Western individuals (so ran their philosophy) constitute their sovereign. Eastern states (so said their philosophers) constitute the individuals. (...)

Why, if you are a conservative, who regards law as a social product, are you disinclined to think that statistical laws can be read into the printed tables of numerical data, or obtained from summaries of facts about individuals? Because laws are not the sort of thing to be inferred from individuals, already there and counted. Laws of society, if such there be, are facts about the culture, not distillations of individual behavior. Why, if you are a liberal who regards law (in the political sphere) as a product of the will of individuals, are you content to find statistical laws in facts about crime and conviction published by the ministry of justice? Because social laws are constituted by the acts of individuals.⁴ (HACKING,

4 O trecho correspondente na tradução é: “A linha principal de pensamento ocidental era atomística, individualista e liberal. A oriental, por sua vez, era holística, coletivista e conservadora.

A soberania ocidental, seja de um rei ou das pessoas, era formada pelos indivíduos em seu domínio, como Hobbes ensinou. No Leste, como os sucessores de Herder insistiam, o grupo – sua civilização e língua – dava identidade aos indivíduos que faziam parte dele. Os indivíduos ocidentais (e suas filosofias) constituíam sua soberania. Os Estados orientais (e seus filósofos) constituíam os indivíduos. (...)

Por que, se você é um conservador, que considera a lei como um produto social, era inclinado a pensar

2013).

Desde o século XVIII, a aritmética política inglesa pôde encontrar regularidades nas taxas de mortes, nascimentos etc. No entanto, essas regularidades eram vistas como uma manifestação de uma ordem divina superior dirigindo a sociedade. Foi a partir dessas regularidades que, na França, inicialmente com a Fisiocracia e posteriormente com a economia política, segundo Foucault, a população vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que tem de natural e a partir do que tem de natural, uma terceira forma em que a naturalidade da população aparece:

Na verdade, a população não é um dado primeiro, ela está na dependência de toda uma série de variáveis. A população varia com o clima. Varia com o entorno material. Varia com a intensidade do comércio e da atividade de circulação das riquezas. Varia, é claro, de acordo com as leis a que é submetida: por exemplo, os impostos, as leis sobre o casamento. Varia também com os hábitos das pessoas: por exemplo, a maneira como se dá o dote das filhas, a maneira como se assegura os direitos de primogenitura, a maneira como se criam as crianças, como são ou não confiadas a uma ama. A população varia com os valores morais ou religiosos que são reconhecidos a este ou aquele tipo de conduta: por exemplo, valorização ético religiosa do celibato dos padres e dos monges. Ela varia também e principalmente com, é claro, o estado dos meios de subsistência, e é aí que encontramos o célebre aforismo de Mirabeau, que diz que a população nunca irá variar além, e não pode, em caso algum, ir além dos limites que lhe são estabelecidos pela quantidade dos meios de subsistência. Todas essas análises, sejam elas as de Mirabeau, do abade Pierre Jaubert ou de Quesnay no verbete "Homens" da *Enciclopédia*, tudo isso mostra com clareza que, nesse pensamento, a população não é essa espécie de dado primitivo, de matéria sobre a qual vai se exercer a ação do soberano, esse *vis-a-vis* do soberano. A população é um dado que depende de toda uma série de variáveis que fazem que ela não possa ser transparente à ação do soberano, ou ainda, que a relação entre a população e o soberano não possa ser simplesmente da ordem da obediência ou da recusa da obediência, da obediência ou da revolta. Na verdade, as variáveis de que depende a população fazem que ela escape consideravelmente da ação voluntarista e direta do soberano na forma da lei. (...)

É aí que a análise dos fisiocratas e dos economistas se torna interessante, porque essa naturalidade que se nota no fato da população é perpetuamente acessível a agentes e a técnicas de transformação, contanto que esses agentes e essas técnicas de transformação sejam ao mesmo tempo esclarecidos, refletidos, analíticos, calculados, calculadores. É necessário, evidentemente, não apenas levar em conta a mudança voluntária das leis, se as leis são desfavoráveis a população, mas principalmente, se se quiser favorecer a população ou conseguir que a população esteja numa relação justa com os recursos e as possibilidades de um Estado, e necessário agir sobre toda uma série de fatores, de elementos que estão aparentemente longe da própria população, do seu comportamento imediato, longe da sua fecundidade, da sua vontade de reprodução. É necessário, por exemplo, agir sobre os fluxos de moeda que vão irrigar o país, saber por onde esses fluxos de moeda passam, saber se eles irrigam de fato todos os elementos da população, se não deixam regiões inertes. Vai ser preciso agir sobre as exportações quanto mais houver demanda de exportação, mais haverá evidentemente possibilidades de trabalho, logo possibilidades de riqueza, logo possibilidades de população. Coloca-se o problema das importações: importando, beneficia-se ou prejudica-se a população? Se se

que as leis estatísticas podem ser interpretadas nas tabelas impressas de dados numéricos ou obtidas de resumos de fatos sobre os indivíduos? Porque as leis não era o tipo de coisa deduzida dos indivíduos, já estando lá. As leis sociais, se existem, são fatos sobre a cultura, não extraídas do comportamento individual. Por que, se você é um liberal que considera as leis (na esfera política) como um produto da vontade dos indivíduos, está satisfeito em encontrar leis estatísticas em fatos sobre crimes e condenações publicados pelo Ministério da Justiça? Porque as leis sociais são formadas pelos atos dos indivíduos.”

importa, tira-se trabalho das pessoas daqui, mas, se se importa, dá-se também comida. Problema, portanto, capital no século XVIII, da regulamentação das importações. Em todo caso, e por todos esses fatores distantes, pelo jogo desses fatores que vai efetivamente ser possível agir sobre a população. É portanto uma técnica totalmente diferente que se esboça, como vocês veem: não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população. É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder (FOUCAULT, 2008c, p. 93-94)

No século XIX, tornou-se possível ver que o mundo poderia ser regular e, ainda assim, não sujeito a leis universais da natureza. Isso começou justamente com a enumeração das pessoas e seus hábitos por meio da Estatística. Passou-se a observar uma naturalidade do homem e, a partir de leis que regiam essa naturalidade (“leis” de regularidade que não se confundiam com as antigas leis causais do determinismo), surgiram conceitos probabilísticos de norma e desvio. O conceito iluminista de homem natural foi substituído pelo de homem normal

As contribuições de padronização, de coletas e publicação de dados iniciada na revolução francesa ganharam novo fôlego após às revoluções de 30. No século XVIII os dados eram predominantemente biológicos (mortes, nascimentos etc.), mas no século XIX houve um grande acúmulo de dados sociais (casamentos, divórcios, crimes, produção etc.). Assim, a nascente ciência social do século XIX, diferentemente dos cientistas morais do século XVIII como Condorcet, não buscava mais, segundo um ideal iluminista, especular sobre os critérios de racionalidade de decisão de uma pessoa informada, o homem razoável e prudente, mas passa-se a ver a sociedade como um objeto distinto dos indivíduos, com regras próprias, busca-se agora o homem-médio, uma média de um grande número de homens diferentes. Essas duas abordagens (homem racional X homem-médio) correspondem a dois tipos de concepção de probabilidade: a epistêmica e a frequentista.

A teoria de probabilidades semelhante a que conhecemos tem origem no século XVII a partir do estudo de jogos de azar. Antes disso os jogos de azar já eram objeto de estudo, mas a partir de casos restritos e numéricos. A primeira abordagem genérica foi dada a partir de uma troca de correspondências entre Fermat e Pascal para resolver o chamado “problema dos pontos”⁵. Em resumo, tratava-se de descobrir, como dividir de maneira justa os valores apostados em um jogo de azar que é interrompido antes do fim. A partir dessa troca de mensagens, Fermat propõe uma solução que envolvia, basicamente, investigar as combinações de jogos possíveis que existiriam dada a condição atual do jogo e descobrir,

entre elas, a proporção de casos vantajosos para cada apostador, dividindo, segundo essa proporção, os valores apostados.

Apesar de não ter originado nenhum teorema de probabilidade, essa discussão entre Pascal e Fermat permitiu a Jacques Bernoulli, em trabalho publicado postumamente (1713) demonstrar sua lei dos grandes números. Segundo tal lei, a frequência de concretização de um fenômeno que tem certa probabilidade de acontecer tenderá a essa probabilidade quanto mais vezes ele for tentado. Por exemplo, cada face de um dado não viciado tem $1/6$ de chances de aparecer. No entanto, em poucas tentativas, não é raro que apareça, por exemplo, a mesma face mais vezes que as outras. No entanto, a medida que se avolumarem o número de lançamentos, cada vez mais o número de vezes que cada face aparecer tenderá a $1/6$ do número de lançamentos. Um outro exemplo seria uma urna com bolas brancas e pretas cujas quantidades são conhecidas. Após retirar bolas da urna, repondo cada uma após retirada para conferência da cor, a medida que se acumularem as retiradas a frequência de aparecimento de cada cor tenderá à proporção de bolas da urna.

Essa abordagem de Bernoulli é tipicamente frequentista e está intimamente associada a jogos de azar: cabe ao pesquisador apenas descrever as frequências do fenômeno que se repete. Nesse caso, a probabilidade está intimamente ligada à facilidade, à propensão, à possibilidade física de um fenômeno ocorrer.

Além dos jogos de azar, seguros (particularmente na navegação), cálculos de juros de títulos a serem emitidos pelos governos e outros contratos ditos “aleatórios”, ou seja, que dependem da alea (sorte), foram outros campos em que tais cálculos foram inicialmente empregados, sempre buscando a ideia de uma divisão “justa”. Pascal ao abordar o problema do “jogo dos pontos” adota uma linguagem típica de jurista, quando se refere da justiça entre as partes e também busca uma posição típica a de um juiz no que se refere a determinar às condições em que seja indiferente aos jogadores parar ou continuar no jogo:

The regulation of what should be theirs must be so proportionate to what they could justifiably expect from fortune, that it's a matter of indifference to them whether they take what is assigned or continue with the luck of the game (Pascal, quoted by Coumet, 1970, p. 584)⁶ (DESROSIÈRES, 1998, p. 49).

Essa noção de “justiça” a ser empregada na solução do problema de interrupção no jogo de pontos sem que ninguém se sinta prejudicado, a mesma empregada pelos juízes, será utilizada para aconselhar as tomadas de decisão sobre eventos futuros, como no caso dos contratos aleatórios. Ao se buscar entender a causa dos fenômenos chaga-se a uma formulação

⁶ O trecho correspondente na tradução é: “A regulamentação do que deve ser deles deverá ser proporcional ao que eles poderiam justificadamente esperar de fortuna, isso é uma questão de indiferença a eles, quer eles recebam o que lhes é atribuído, quer eles continuem com a sorte do jogo.

epistêmica da probabilidade que consiste em uma razão para acreditar.

A distinção entre a visão frequentista e epistêmica é fonte de diversos paradoxos teóricos na matemática quanto na resolução de problemas reais de tomada de decisão. O paradoxo de São Petersburgo é representativo do primeiro tipo:

O problema é o seguinte: suponhamos que Pedro e Paulo concordam em jogar um jogo de cara ou coroa. Se o primeiro lance der cara, Paulo dará duas moedas a Pedro; se o primeiro lance der coroa e o segundo der cara, Paulo dará a Pedro quatro moedas. Se cara só aparece no terceiro lance, Pedro receberá oito moedas. Em resumo, se só aparecer cara no n-ésimo lance, Pedro receberá 2^n moedas. Então, quanto deve Pedro pagar a Paulo pelo privilégio de jogar tal jogo? ⁷

O grande paradoxo do problema reside no fato de que, calculando-se o valor esperado para um número infinito de jogos, a soma não converge. O somatório do produto de cada probabilidade da ocorrência de cara multiplicada pelo número de moedas a ser dado. Assim, seria: $2 \cdot (50\%) + 4 \cdot (25\%) + 8 \cdot (12.5\%) \dots$ que tende a infinito. Logo, a resposta matemática ao problema seria: Pedro deve pagar tudo o que puder para jogar este jogo que sempre será favorável. Trata-se de uma resposta do ponto de vista frequentista, onde se nota a posição típica do juiz desinteressado e indiferente à realidade do apostador. E aí é que se apresenta o paradoxo: o jogador não tem dinheiro nem tempo infinito para jogar sucessivamente até recuperar uma grande soma que venha a ser paga no jogo. Essa diferença de visão frequentista, “de cima”, associada à noção de justiça indiferente comparada à epistêmica, que busca entender a causa, associada à prudência foi percebida pelos irmãos Bernoulli que o propuseram ainda no século XVIII:

The problem was set by Nicolas Bernoulli in 1713. A solution was proposed by his cousin, Daniel Bernoulli, in 1738 at the academy of St. Petersburg (whence the problem's name).

This paradox gave rise to a most animated debate, especially between the two cousins, Nicolas and Daniel Bernoulli. The debate, which has been analyzed by Jorland and Daston, had the merit of showing the various possible meanings of the calculation of probabilities. Without entering into the details of this discussion, the contrast between the points of view is significant. For Daniel, a classic calculation of expectations would be suggested by a disinterested judge ignorant of the gambler's individual characteristics, whereas for the gambler it was less a case of fairness than of prudence. Daniel thus opposed a “moral” expectation—produced by the probability of the event through its “utility” (in the sense of economic theory)—to “mathematical” expectation. Daniel drew his argument from the world of business, whereas Nicolas, a jurist, objected that this “moral expectation” did not conform to “equal-ity and justice.” Daniel retorted that his reasoning “was perfectly in accordance with experience.” In fact, Nicolas was basing his remarks on the sense of equality produced by aleatory contracts, whereas Daniel was upholding a kind of commercial prudence. The cunning merchant stood opposed to the disinterested judge. As for the first, simpler paradox mentioned above, we find on the one hand a judge in the position of being able to look down from on high (or even a Utopian gambler of unlimited wealth, who could play the game an infinite number of times, while wagering enormous sums), and on the other hand the “normal” player, likened

⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paradoxo_de_S%C3%A3o_Petersburgo. Acesso em: 10 de janeiro de 2017

to the prudent merchant of limited fortune, who could not allow himself to bet a large sum against an enormous but very unlikely profit.⁸ (DESROSIÈRES, 1998, p. 55)

Várias das resoluções do paradoxo e que atacam justamente a diferença entre uma visão frequentista e epistêmica envolvem calcular uma função de utilidade associada com a probabilidade (um evento muito impactante, mas muito raro é útil?), algo que a perspectiva puramente frequentista ignora.

Exemplos semelhantes, mais cotidianos, envolvem a mesma questão. No caso das eleições em que o voto não é obrigatório, do ponto de vista racional do indivíduo que vota, não faz sentido perder seu tempo indo votar, uma vez que a diferença que faz no cômputo geral é marginal. No entanto, se todos agirem da mesma forma, a eleição não funciona ou pequenos grupos podem eleger um candidato que na verdade a maioria nunca quis. A teoria econômica trata da mesma forma ações vantajosas do ponto individual (não pagar o imposto não vai quebrar a Fazenda), mas cujo efeito acumulado exigem uma resposta do estado (criminalização da conduta ainda que não haja dano minimamente lesivo ao erário, o que seria, em tese, exigência para a resposta penal). No caso de vacinação, para se conseguir a erradicação da doença é necessário que todos se vacinem (ponto de vista frequentista, geral. Ainda que uma investigação da causa – questão tipicamente epistêmica – exigisse entender o funcionamento do microrganismo causador). No entanto, há reações adversas à vacina a quem ninguém quer estar sujeito (outro ponto de vista epistêmico, particular), o que mostra ser vantajoso, individualmente, não se vacinar, contanto que todos os outros se vacinem levando à erradicação da doença. Este debate já ocorria na época da vacinação contra a varíola:

This preventive measure significantly reduced incidences of the illness, but unfortunately caused the death of one in every three hundred people in the year

8 O trecho correspondente na tradução é: “O problema foi definido por Nicolas Bernoulli em 1713. A solução foi proposta por seu primo, Daniel Bernoulli, em 1738 na Academia de São Petersburgo (daí o nome do problema).

Este paradoxo deu origem a um debate mais animado, especialmente entre os dois primos, Nicolas e Daniel Bernoulli. O debate, que foi analisado por Jorland e Daston, teve o mérito de demonstrar os diversos significados possíveis do cálculo das probabilidades. Sem entrar em detalhes sobre esta discussão, o contraste entre os pontos de vista é significativo. Para Daniel, um cálculo clássico de expectativas seria sugerido por um juiz ignorante desinteressado das características individuais do participante, considerando que para o participante era menos um caso de justiça do que de prudência. Então Daniel opôs uma expectativa “moral” - produzida pela probabilidade do evento através de sua “utilidade” (no sentido da teoria econômica) — a uma expectativa “matemática”. Daniel tirou seu argumento do mundo de negócios, ao passo que Nicolas, um jurista, alegou que esta “expectativa moral” não estava em conformidade com a “igualdade e justiça.” Daniel replicou que seu argumento “estava em perfeita conformidade com a experiência.” De fato, Nicolas baseou suas observações no senso de igualdade produzido por contratos aleatórios, ao passo que Daniel manteve uma certa prudência comercial. O comerciante esperto opôs-se ao juiz desinteressado. Primeiramente, para o paradoxo mais simples mencionado acima, encontramos de um lado um juiz em posição de poder olhar para baixo (ou mesmo um participante utópico de riqueza ilimitada, que poderia jogar um número infinito de vezes, apostando somas enormes), e por outro lado há o participante “normal”, comparado ao comerciante prudente de fortuna limitada, que não poderia permitir-se apostar uma grande soma contra um imenso, porém muito improvável lucro.”

following the inoculation. On balance, however, the results were still positive, and Daniel Bernoulli calculated that, despite these tedious accidents, the life expectancy of inoculated persons was three years more than it was for everyone else. From the point of view of public health this measure could thus be made obligatory, or at least be strongly recommended. Understandably, however, some individuals (often described as “fathers of a family”) were more than reticent, either on their own account or in regard to their children. It can be seen from this example that the frequentist viewpoint went hand in hand with a macrosocial position (the state, or some public authority) whereas the epistemic position was that of someone having to decide for himself. The problem recurs in the nineteenth century in other debates dealing with the use of statistical method in medicine.⁹ (DESROSIÈRES, 1998, p. 55)

No entanto, no século XVIII, foi o problema de probabilidade inversa¹⁰, problema esse que está nos primórdios da inferência estatística, que jogou nova luz sobre o emprego da probabilidade para resolver problemas de tomada de decisão. Adotando-se como exemplo a urna contendo bolas brancas e pretas, não se trata mais, sabendo-se, a composição da urna (causa), a frequência de aparecimento das bolas (evento), mas sim o inverso, ou seja, sabendo-se apenas com que frequências as bolas aparecem (evento), estimar a composição da urna (causa). Foi Bayes e, posteriormente, Laplace que permitiram resolver esse problema. (DESROSIÈRES, 1998, p. 56). A probabilidade inversa era o problema das ciências experimentais do século XVIII e XIX que precisavam estimar um parâmetro a partir de dados empíricos.

Assim, continuando com o exemplo da urna, eventos futuros (novas bolas a serem retiradas) podem ser conectados a eventos passados (bolas já retiradas e repostas) a partir de uma causa comum (composição da urna estimada), o que constitui uma classe de equivalência. São eventos equivalentes em razão de uma causa comum.

Assim, haverá uma razão para acreditar (probabilidade subjetiva) quanto à própria composição (probabilidade objetiva) da urna. Se após uma certa quantidade de retiradas de bolas com reposição da urna os resultados de bolas brancas e pretas retiradas sejam iguais, é provável que a urna tenha a mesma composição, mas haverá toda uma distribuição de probabilidade da distribuição da composição dessa urna (uma probabilidade de probabilidade). Ou seja, é possível, por exemplo, que as bolas pretas sejam 70% da urna

9 O trecho correspondente na tradução é: “Esta medida preventiva reduziu significativamente a incidência de doenças, mas infelizmente causou a morte de uma em cada trezentas pessoas no ano seguinte à inoculação. Contudo, os resultados ainda eram positivos no balanço, e Daniel Bernoulli calculou que, apesar desses acidentes, a expectativa de vida das pessoas inoculadas era três anos maior que a das demais pessoas. Do ponto de vista da saúde pública, esta medida poderia ser obrigatória, ou pelo menos fortemente recomendada. Entretanto, compreensivelmente alguns indivíduos (geralmente descritos como “pais de família”) eram mais do que reticentes, quer em relação a si próprios, quer em relação a seus filhos. A partir deste exemplo, pode-se observar que o ponto de vista frequentista andava de mãos dadas com uma posição macrosocial (o Estado ou alguma autoridade pública), ao passo que a posição epistêmica era a daqueles que decidiam por si próprios. O problema ressurgiu no século XIX em outros debates sobre o uso do método estatístico na medicina.”

10 Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Inverse_probability. Acesso em: 10 de janeiro de 2017

(causa), mesmo que, nas retiradas com reposição que se faça, elas apareçam 50% das vezes (evento). É uma composição menos provável, mas ainda possível. Dessa maneira há uma distribuição de probabilidade de causas dada a distribuição de probabilidade dos eventos.

Um outro exemplo, muito comum nas aulas iniciais de estatística, é o caso em que é selecionada uma amostra de uma população e se calcula a média de altura de indivíduos. Quando se calcula a média de altura, muitos alunos entendem essa altura média como a média de altura da população, mas é simplesmente a média da amostra que, com o conceito de grau de confiança (como a “razão para acreditar”), será usada para estimar a altura da população. Assim, se por azar, a minha amostra teve indivíduos muito pequenos, a média da amostra pode dar 1,50, mas observando essa amostra como apenas uma das diversas outras amostras que poderiam ter sido feitas, não se pode excluir a possibilidade (improvável segundo nossa amostra) de que a média da população, na verdade, seja 1,80m.

Deste modo, tanto no caso da urna como no da amostra da população, observa-se a urna ou a amostra como uma entre várias outras que poderiam existir, o que traz o problema da distribuição de probabilidade dessas urnas ou amostras, ou seja, uma probabilidade a priori ou condicional. Esse é o ponto em que a formulação de classes de equivalência de Bayes e de Laplace sofre mais crítica ao ser aplicada, pois, na visão individualista, cada indivíduo é único e, ao se criar uma classe, agrupa-se coisas distintas numa mesma realidade.

A distribuição das probabilidades das composições da urna ou da amostra, a medida que o número de eventos aumenta, tende à distribuição normal (ou gaussiana, ou distribuição de Laplace-Gauss). Esse é o famoso teorema do limite central (ou teorema central do limite). A formalização dessa teoria em 1810 foi possível unindo-se a teoria de probabilidade da lei dos grandes números de Bernoulli com método dos mínimos quadrados que, também elaborado por Gauss e Laplace, remonta aos trabalhos empíricos de determinação da posição dos astros por Legendre, em 1805, a partir de medições feitas em épocas e posições diversas.

Essas teorias dos probabilistas do século XVIII foram fundamentais para a criação de equivalências (cognitivo). Além disso, houve a questão institucional das equivalências criadas (político) pelo Estado após as inovações trazidas pela França a partir da revolução (unificação de pesos, medidas, moeda etc.) além da criação de uma burocracia para codificar e acumular dados, gerando a “avalanche de números”. São essas as condições de possibilidade para que, no século XIX, Quételet criasse o homem-médio, objeto de uma ordem mais elevada que a dos indivíduos que o constituem, uma noção portanto holística/universalista. Esse conceito aparece em seu livro publicado em 1835. Essa união de dois reinos, um do pensamento probabilístico e o outro criado pela administração, foi essencial:

Things engendered by the calculations of averages are endowed with a stability that introduces rigor and natural science methods into human sciences. We can understand the enthusiasm aroused by this possibility among those who, between 1830 and 1860, established the bureaus of statistics and the international congresses designed to propagate this new, universal language and to unify recording methods. The process of objectification, providing solid things on which the managing of the social world is based, results from the reuniting of two distinct realms. On the one hand, probabilistic thinking aims at mastering uncertainty; on the other, the creation of administrative and political spaces of equivalence allows a large number of events to be recorded and summarized according to standard norms. The possibility of drawing representative samples from urns, in order to describe socioeconomic phenomena at less expense, thanks to sampling surveys, results from this reunion. It was because the spaces of equivalence, which were practical before being cognitive, were constructed politically that probability systems involving urns could be conceived and used. Before drawing lots, one must first compose the urn and the actual balls, and define the terminology and procedures that allow them to be classified.¹¹ (DESROSIÈRES, 1998, p. 10).

Foi a partir do conceito de homem-médio de Quételet no século XIX que surgiu uma leitura holística, universal, em que haveria uma realidade de nível superior estável e consistente, distinta da realidade dos indivíduos (que seria a única realidade possível segundo à visão individualista) e que poderia circular como uma síntese que substituiria múltiplas coisas. Além dessa estabilidade e consistência permitida tanto pela equivalência cognitiva, gerada pelas ferramentas probabilísticas, e pela equivalência prática, criada politicamente pelo Estado, a formulação de Quételet permitiu superar o paradoxo que havia nas formulações anteriores em que uma regularidade devida a uma ordem divina coexistia com uma grande diferença de comportamentos morais ou traços físicos, ou ainda, permitiu conciliar essa ordem divina com o livre arbítrio. Foi esse problema que Quételet pôde resolver (DESROSIÈRES, 1998, p. 75).

Quételet iniciou sua pesquisa a partir do levantamento da altura dos conscritos do exército francês. Ao fazer um histograma (gráfico com as frequências de cada medida encontrada), percebeu que, nos casos em que houvesse muitas medições, a distribuição das frequências das alturas encontradas era similar a distribuições das diversas medições feitas de um mesmo objeto real, já que estas são dispersas em torno do valor central em razão de erros

11 O trecho correspondente na tradução é: “Coisas engendradas pelos cálculos das médias são dotadas de uma estabilidade que introduz métodos de rigor e ciências naturais nas ciências humanas. Podemos compreender o entusiasmo originado por esta possibilidade dentre aquelas que, entre 1830 e 1860, estabeleceram as agências de estatísticas e os congressos internacionais criados para propagar esta linguagem nova e universal e para unificar métodos de registro. O processo de objetificação, fornecendo coisas sólidas nas quais a gestão do mundo social é baseada, resulta da reunião de dois domínios distintos. Por um lado, o pensamento probabilístico visa dominar a incerteza; por outro lado, a criação de espaços de equivalência administrativos e políticos permite que um grande número de eventos seja registrado e resumido de acordo com as normas padrão. A possibilidade de delinear amostras representativas das urnas para descrever fenômenos socioeconômico ao menor custo, graças a pesquisas por amostragem, resulta desta reunião. Isto ocorre porque os espaços de equivalência, que eram práticos antes de serem cognitivos, foram construídos politicamente em sistemas de probabilidade envolvendo urnas que poderiam ser concebidas e usadas. Antes de delinear, primeiro é preciso compor a urna e as bolas reais, e definir a terminologia e os procedimentos que permitem que elas sejam classificadas.”

de medição, como por exemplo, as diversas medições da posição de um astro. Ambas as distribuições se assemelham à curva Gaussiana que já tinha emprego na astronomia (Quételet também era astrônomo). Assim, uma média objetiva (diversas medições de um mesmo objeto) foi comparada a uma média subjetiva (diversos objetos com uma medida) graças à noção de uma causa constante que, para Quételet, tratava-se da intenção de Deus. As variações que se media eram as tentativas de reprodução desse modelo perfeito divino. Essa noção de uma causa comum permitiu a construção de objetos, como o homem-médio, independentes dos indivíduos, que eram tidos como cópias imperfeitas.

Assim, graças à forma normal de distribuição nos casos que obedecem a lei dos grandes números, a semelhança encontrada entre várias medições de um mesmo objeto e um conjunto formado pela medição única de cada objeto diferente confirmou a ideia que os dois processos seriam de mesma natureza caso assumida a existência de um homem médio além das contingências dos casos individuais, casos esses que seriam tomados como cópias imperfeitas de um modelo divino. Da mesma maneira, a estabilidade de casamentos, crimes, ou seja, ações que seriam relacionadas ao livre arbítrio, mas que parecem reféns de um determinismo estatístico, são explicadas por Quételet como a distribuição aleatória em torno de uma intenção divina quanto aos atributos morais (DESROSIÈRES, 1998, p. 75-77).

Nas palavras de Foucault, emerge um novo tipo de racionalidade das práticas governamentais. Quételet, portanto, surge como resposta a essa nova prática liberal de governar e, por isso, sua resposta é original, uma vez que, até então, a população não era vista com a naturalidade e positividade que tem nas práticas liberais. As condições de possibilidade para o surgimento desse saber, constituído em boa parte por ferramentas dos probabilistas do século anterior, permitiu que soluções a problemas novos fossem colocadas. Problemas novos exigindo novas respostas:

A clear line separated Condorcet, Laplace, and Poisson from Quetelet, the Bertillons, and the nineteenth-century "moral statisticians." They did not set themselves the same questions and did not have much to say to each other as is shown by the tepid communications between Poisson, Cournot, and Quetelet, who were nonetheless partly contemporaries.

The apparition of this new entity, *society*, objectified and seen from the outside, endowed with autonomous laws in relation to individuals, characterizes the thought of all the founding fathers of sociology, a science taking shape precisely at this time. Comte, Marx, Le Play, Tocqueville, Durkheim: despite their differences (Nisbet, 1984), all were confronted with the disorders and the breakdown of the old social fabric brought about by the political upheavals in France and the industrial revolution in England. How were they to rethink the social bonds destroyed by individualism, be it the individualism of the market economy or of democracy? In his work on the "sociological tradition" Nisbet develops this seemingly paradoxical idea by uniting all these very different authors behind a "constant cause": the concern with responding to the worries and crises in society resulting from these two revolutions, the French political revolution and the English economic revolution.

In sketching this gallery of portraits, Nisbet does not mention Quetelet, whose properly so-called sociological thinking can seem rather simplistic compared with that of the others. However, his thinking is situated in a very comparable context of political anxiety. Endowed with every virtue, Quetelet's "waverage man" was presented as a kind of prudent centrist, who avoided every conceivable form of excess—for perfection lies in moderation. But beyond this naivete, already sensed by some of his contemporaries, Quetelet's mode of reasoning—which allowed the birth and instrumentation of new entities then capable of circulating autonomously in relation to their elements of origin—would enjoy a posterity at least as important as that of more famous social thinkers. Although his numerous activities were much celebrated at the time (he was often dubbed the "famous Quetelet"), his name has partly disappeared, in accordance with a process not unlike that of statistics, lumping together individuals and the conditions of its birth. The key tool once constituted by the average has now become so trivial that the fact, if not of inventing it, but of having greedily changed its use no longer seems significant; in particular, the intellectual feat that led to the fusion of objective and subjective averages behind the idea of "constant cause" no longer has anything surprising about it. But the reflection on the "consistency" of statistical objects would remain important in other forms, in relation to the question of the identification and description of these objects.¹² (DESROSIÈRES, 1998, p. 79-80).

O homem-médio de Quételet baseia-se no modelo de uma urna com um número de fixo de bolas brancas e pretas, tendo retirado essa noção a partir da constatação de uma distribuição de probabilidades semelhante à curva normal quando fez o levantamento de diversas medidas, tendo iniciado como a altura dos conscritos do Exército francês. Assim, entendeu que, segundo a lei dos grandes números, haveria uma causa constante (divina)

12 O trecho correspondente na tradução é: "Uma linha clara separou Condorcet, Laplace e Poisson de Quetelet, os Bertillons, e os "estatísticos morais" do século XIX. Eles não fizeram as mesmas perguntas e não tinham muito a dizer uns aos outros como demonstrado pelas comunicações mornas entre Poisson, Cournot e Quetelet, que, no entanto, eram contemporâneos.

O surgimento desta nova entidade, a sociedade, objetificada e vista de fora, dotada de leis autônomas em relação aos indivíduos, caracteriza o pensamento de todos os fundadores da sociologia, uma ciência que tomava forma precisamente nesta época. Comte, Marx, Le Play, Tocqueville, Durkheim: apesar de suas diferenças (Nisbet, 1984), todos foram confrontados com os transtornos e o colapso do velho tecido social trazidos pelas convulsões políticas na França pela Revolução Industrial na Inglaterra. Como eles deveriam repensar os vínculos sociais destruídos pelo individualismo, seja o individualismo da economia de mercado ou da democracia? Em seu trabalho na "tradição sociológica" Nisbet desenvolve esta ideia aparentemente paradoxal unindo todos esses autores muito diferentes por trás de uma "causa constante": o problema de responder às preocupações e crises na sociedade resultantes dessas duas revoluções, a revolução política francesa e a revolução econômica inglesa.

Ao elaborar esta galeria de retratos, Nisbet não menciona Quetelet, cujo pensamento sociológico propriamente dito pode ser visto como simplista quando comparado com os demais. No entanto, seu pensamento está localizado em um contexto muito comparável de ansiedade política. Dotado de todas as virtudes, o "homem assalariado" de Quetelet era apresentado como um tipo de centrista prudente, que evitava toda forma concebível de excesso — para quem a perfeição reside na moderação. Mas para além desta ingenuidade, já sentida por alguns de seus contemporâneos, a forma de raciocínio de Quetelet — que permitiu o nascimento e a instrumentação de novas entidades então capazes de circular autonomamente em relação aos seus elementos de origem — desfrutaria de uma posteridade ao menos tão importante quanto a dos mais famosos pensadores sociais. Embora suas diversas atividades tenham sido muito celebradas na época (frequentemente ele foi apelidado de o "famoso Quetelet"), seu nome desapareceu parcialmente, conforme um processo não muito diferente do das estatísticas, agrupando indivíduos e as condições de seu nascimento. Agora a ferramenta chave formada pela média tenha tornou-se tão trivial que o fato, se não de sua invenção, mas de ter alterado muito o seu uso não mais parece ser significativa; particularmente, o medo intelectual que levou à fusão das médias objetiva e subjetiva por trás da ideia de "causa constante" já não tem mais nada de surpreendente. Porém, a reflexão sobre a "consistência" dos objetos estatísticos permaneceria importante em outras formas, em relação à questão da identificação e descrição desses objetos."

definidora de um modelo de perfeição onde as variações seriam cópias imperfeitas desse modelo, criando uma classe de equivalência. Nota-se no entanto, que Quételet fez o caminho inverso da lei dos grandes números: ele encontrou uma distribuição normal e, a partir dela, supôs uma “urna de composição fixa”.

Essa questão está na raiz das críticas que essa formulação sofreu, mais precisamente quanto à natureza de realidade do agregado (homem-médio, por exemplo) distinta da dos casos individuais que o compõem. É a distinção entre holismo e individualismo que remonta à distinção realismo-nominalismo da idade média:

The debates on the relationships among universal ideas, words with a general meaning, and individualized things are, of course, as old as classical philosophy. Classical philosophy distinguishes three separate references in the word *homo* (man): the two syllables that make up the actual word; a particular man; and mankind in general (in other words, the actual signifier, and two levels of things signified, singular or general). The fourteenth century witnessed a period of controversy between realists and nominalists (represented metaphorically in Umberto Eco's novel *The Name of the Rose*), with the realists maintaining that only ideas and general concepts had real existence (a view that may seem quite contrary to our present idea of realism [Schumpeter, 1983]). The nominalists, whose principal theoretician was William of Occam, held that there were only singular individuals: words designating a group of individuals or a concept were useful conventions, but did not designate a reality, and were therefore to be mistrusted. Occam thus maintained that “one should not needlessly increase the number of abstract entities,” a principle of economy often known as “Occam's razor”.¹³ (Largeault, 1971). (DESROSIÈRES, 1998, p. 69).

A dúvida basicamente que coloca, utilizando o modelo da urna como metáfora, é se a urna realmente teria uma composição fixa. É esse o fundamento de críticas a modelos que “reúne coisas muito diferentes” e que, portanto, proibiria a extrapolação. Decorre daí a preferência dada, até o século XIX, a censos exaustivos, sendo criticadas as extrapolações que eram feitas, desde a aritmética política inglesa, entre o número de nascimentos e a população de localidades tomadas como amostras supondo-se que essa relação seria uniforme em todo o país.

A ideia de criação de um objeto distinto das manifestações contingentes, como o homem-médio de Quételet, baseia-se numa perspectiva frequentista, preocupada somente em

13 O trecho correspondente na tradução é: “As discussões sobre as relações entre as ideias universais, palavras com um significado geral e coisas individualizadas, é claro, são tão velhas quanto a filosofia clássica. A filosofia clássica diferencia três referências separadas na palavra *homo* (homem): as duas sílabas que formam a palavra real; um homem específico; e a humanidade em geral (em outras palavras, o significante real e dois níveis de coisas significadas, individual ou geral). O século XIV testemunhou um período controverso entre realistas e nominalistas (representados metaforicamente pelo livro de Umberto Eco, *O Nome da Rosa*), com os realistas sustentando que apenas ideias e conceitos reais tem existência real (uma visão que pode parecer bastante oposta à atual ideia de realismo [Schumpeter, 1983]). Os nominalistas, cujo principal teórico foi Guilherme de Ockham, consideram que só havia indivíduos singulares: palavras designando um grupo de indivíduos ou um conceito eram convenções úteis, mas não representavam a realidade e, portanto, não eram confiáveis. Assim, Ockham sustentou que “não se deve aumentar desnecessariamente o número de entidades abstratas,” um princípio da economia geralmente conhecido como “a navalha de Occam.”

descrever as variações em função de uma causa comum, diferente, portanto, da visão iluminista do século XVIII, epistêmica, que buscava “razões para acreditar” na ocorrência de certos eventos:

But Quetelet and his successors were so fascinated by the novelty of the macrosocial construction induced by this model that they did not think to reason—as Bayes, Laplace, and Poisson had done—in terms of the probability of causes; that is, of tracing effects back to an assessment of the degree of certainty of their causes. The “frequentist” perspective relies on an *objective* concept of probabilities, linked to things and to the variable combinations between constant causes and accidental causes, whereas the “epistemic” viewpoint of the eighteenth-century probabilists was based on *subjective* probabilities, linked to the mind and to the degree of belief it can confer upon a cause or an event. The speculations of the philosophers of the Enlightenment aimed at making explicit the criteria of rationality for the choices and decisions of an informed person—the embodiment of a universal human nature, based on reason. In the nineteenth century, in contrast, the French Revolution and its unpredictable convulsions substituted questions about society and its opaqueness in place of questions concerning rational people and their judicious choices. Not only was this society henceforth seen as a mysterious whole, but it was seemingly viewed as if from the outside.¹⁴ (DESROSIÈRES, 1998, p. 78).

A ideia de uma causa constante, criadora de classes de equivalência que permitem a reunião de eventos considerados contingentes a um modelo de nível superior (como o homem-médio de Quételet) foi objeto de críticas. Chatterjee, em seu livro, *Statistical Thought: A Perspective and History*, resume a inovação do trabalho de Quételet como a quebra de uma “barreira conceitual” (CHATTERJEE, 2004, p. 272). A partir desse momento, os indivíduos são agrupados segundo certas características selecionadas, descartando-se outras, recorte esse que é feito subjetivamente pelo pesquisador. Trata-se de uma ideia trazida da estimativa da posição dos astros, onde basicamente os fatores tempo e posição são os relevantes. Quételet adota a mesma abordagem em pesquisas antropométricas onde a individualidade é ignorada e as observações são feitas supondo uma determinada população de membros formalmente iguais – nota-se aqui, inclusive como o Liberalismo tem relação com essa nova forma de abordar os indivíduos. O homem é tratado como espécie humana e não mais como indivíduo, o que nos remete à biopolítica de Foucault.

O homem-médio de Quételet estava sempre associado a um conjunto populacional

14 O trecho correspondente na tradução é: “Contudo, Quetelet e seus sucessores eram tão fascinados pela novidade da construção macrosocial introduzida por este modelo que não pensaram em raciocinar — como Bayes, Laplace e Poisson tinham feito — em termos de probabilidade das causas; isto é, traçar os efeitos secundários para uma avaliação de grau de certeza das suas causas. A perspectiva “frequentista” confia em um conceito *objetivo* de probabilidades ligado a coisas e a combinações variáveis entre causas constantes e causas acidentais, ao passo que o ponto de vista “epistêmico” dos probabilistas do século XVIII baseava-se em probabilidades *subjetivas* ligadas à mente e ao grau de crença em uma causa ou evento. As especulações dos filósofos da Iluminação visavam explicitar os critérios de racionalidade para as escolhas e decisões de uma pessoa informada — a concretização de uma natureza humana universal baseado na razão. Em contraste, no século XIX a Revolução Francesa e suas convulsões imprevisíveis substituíram perguntas sobre a sociedade e sua opacidade por perguntas sobre as pessoas racionais e suas escolhas criteriosas. Essa sociedade não era vista apenas como um todo misterioso, mas era vista aparentemente como se de fora.”

considerado homogêneo e não à natureza humana de forma geral. Essa homogeneidade era verificada por Quételet a partir da observação da distribuição segundo a curva normal das medidas, como já visto, utilizando de forma inversa o teorema central do limite. No entanto, a distribuição normal, que era para ser um teste, passou a ser vista como uma lei da natureza em razão da sua quase ubiquidade. Era possível notá-la em várias distribuições empíricas. Várias hipóteses alternativas, incluindo muitas requerendo uma classificação diferente dos dados, levavam a uma distribuição normal (STIGLER, 1986, p.166).

A realidade autônoma desses agrupamentos, independente dos casos contingentes, passou a ser criticada. A questão da arbitrariedade das classificações, mais especificamente agrupar os dados de certa maneira, mostrou-se um prejulgamento do pesquisador e determinante do resultado. Como os recortes que podem ser feitos são infinitos, a própria aleatoriedade dos recortes gerará casos em que ocorrerá o fenômeno que se quer provar. O exemplo que Cournot usa é a chance de a probabilidade de um bebê nascer homem seja maior que 50%:

Suppose for example that it is required to determine, by issuing from a large number of observations collected in a country such as France, the chance of a male birth known to exceed $1/2$. We can at first distinguish those born in and out of wedlock, and find out, when having a large number of observations, that there is a high probability that that chance is much higher in the former case. We can also distinguish births in the countryside and in towns and arrive at a similar conclusion. These two classifications so naturally come to mind that they became the object of study for all statisticians.

It is clear that the births can also be classified according to primogenitures [?], age, profession, fortune, religion of the parents. We can distinguish first and second marriages and births in different seasons of the year. In a word, we can study many accessory circumstances and an indefinite number of indications as a basis for the same number of distributions among categories. It is also evident that with that number increasing without limit it is ever more probable in advance that solely by the effect of randomness at least one of them will provide essentially differing rates of the number of male births for two contrary categories.

Therefore, as we have already explained, for the statistician occupied by grouping and comparisons, the probability that a given difference is not attributable to anomalies of chance will take very different values depending on the number of groups tested before encountering that difference. We invariably suppose that large numbers are available so that by virtue of the indicated principles (§ 95) in each system of tests that probability will have an objective value as being proportional to the number of bets which the experimenter will actually win if the same bet is repeated a large number of times always after perfectly similar tests and if he has a sure criterion for distinguishing the cases in which he was in the right or not. However, unsuccessful tests usually leave no traces; the public only knows the results which the experimenter thought to be deserving notice. It follows that a person alien to the testing is absolutely unable to regulate bets on whether the result is, or is not attributable to anomalies of chance. Even approximately assigning the rate of erroneous judgements, when having a very large number of similar judgements made under identical circumstances, will be impossible.¹⁵ (COURNOT,

15 O trecho correspondente na tradução é: “Por exemplo, suponha que é necessário determinar, através de um grande número de observações coletadas em um país como a França, a chance do nascimento de um homem conhecido ser maior que $1/2$. Primeiramente, podemos distinguir aqueles nascidos dentro e fora do casamento e

1984, p.97-98)

Cournot mostrou como a retórica argumentativa pode ser decomposta em uma parcela arbitrária, que depende do recorte do pesquisador, e outra objetivável por meio da probabilidade e estatística. Ao analisar uma tabela estatística há um elemento insuscetível de medida que é a arbitrariedade do recorte. Assim, para que uma conclusão fundada em estatística seja realmente significativa, deve-se saber se houve um julgamento prévio que definiu aquele recorte, uma vez que há infinitos recortes que foram ignorados, ou se desvio encontrado não se deve ao acaso, tendo, somente por esse motivo, chamado a atenção do pesquisador.

Para ilustrar esse raciocínio, Cournot elabora ao longo do capítulo 8 de sua obra, um exemplo envolvendo seleção de bolas brancas e pretas de duas urnas contendo composições diversas, x_1 e x_2 respectivamente. Após um grande número de retiradas com reposição, é possível provar, dentro de alguma probabilidade, se uma urna possui uma proporção maior de bolas brancas do que a outra ($x_1 > x_2$). A probabilidade objetiva de cada urna, quando o número de ensaios tende a infinito (lei de Bernoulli), vai se aproximar do número de bolas brancas retiradas dividido pelo número de ensaios realizados no teste empírico. Para verificar se essa diferença entre as razões encontradas em cada urna é significativa, há testes matemáticos para tanto.

Suponha nas bolas seja colocada a letra “a” ou “b”. Quer se saber se a colocação da letra tem relação com a cor da bola (por exemplo, quem colocava as letras tendia a colocar a letra “a” com mais frequência nas bolas brancas) ou se elas foram colocadas de maneira

descobrir, quando houver um grande número de observações, que há uma alta probabilidade dessa chance ser muito maior no primeiro caso. Também podemos distinguir nascimentos no campo e nas cidades e chegar a uma conclusão semelhante. Então essas duas classificações vêm à mente naturalmente e se tornavam objeto de estudo para todos os estatísticos.

Resta claro que os nascimentos também podem ser classificados de acordo com primogenituras [?], idade, profissão, fortuna, religião dos pais. Podemos distinguir o primeiro e o segundo casamento e os nascimentos em diferentes estações do ano. Em uma palavra, podemos estudar muitas circunstâncias acessórias e um número indeterminado de indicações como base para o mesmo número de distribuições entre as categorias. Também é evidente que com esse número aumentando sem limites, é ainda mais provável que apenas pelo efeito da aleatoriedade pelo menos um deles proporcionará taxas essencialmente diferentes do número de nascimentos masculinos para duas categorias opostas.

Portanto, como já explicamos, para o estatístico ocupado pelo agrupamento e as comparações, a probabilidade de uma certa diferença não ser atribuível a anomalias do acaso terá valores muito diferentes dependendo do número de grupos testados antes de encontrar essa diferença. Invariavelmente supomos que estão disponíveis grandes números de modo que, em virtude dos princípios indicados (§ 95), em cada sistema de testes a probabilidade terá um valor objetivo proporcional ao número de apostas nos quais o experimentador efetivamente ganhará se a mesma aposta for repetida diversas vezes sempre após testes perfeitamente semelhantes e se ele tiver um critério certo para distinguir os casos nos quais estava certo ou não. Entretanto, geralmente testes malsucedidos não deixam traços; o público só conhece os resultados que o experimentador considera digno de aparecerem. Então uma pessoa estranha aos testes é absolutamente incapaz de dizer se o resultado das apostas é atribuível ou não a anomalias do acaso. Mesmo determinando a taxa de julgamentos errados, quando um grande número julgamentos semelhantes é feito em circunstâncias idênticas, será impossível.”

independente. Novamente um teste similar pode ser feito para verificar se são independentes ou não. No entanto, Cournot chama a atenção para o fato de que há um número infinito de formas de identificar as bolas de forma binária, ou seja, em vez de usar o sistema (a, b), poderia ter colocado “c” e “d” (numa formalização matemática, $(a^{(i)}, b^{(i)})$, onde “i” varia até um número muito grande “s” de formas diferentes de se identificar as bolas). Bernard Bru, comentador da versão traduzida do livro menciona que Cournot foi o primeiro a chamar a atenção para este fenômeno (COURNOT, 1984, p.93). Diante disso, mesmo que haja teste de significância estatística, eles nunca são 100% (hoje se convencionou utilizar teste de significância de 95%), o que faz com que, num número infinito de possibilidades de se definir identificadores binários para as bolas, algumas relações aleatórias (entre $x_1^{(i)}$ e $x_2^{(i)}$) surgirão (por exemplo, muitas letras “y” estão nas bolas brancas), mas que na verdade são apenas casos fortuitos. No entanto, seria muita coincidência se, por algum juízo prévio, esperando de antemão que certa relação aparecesse, o caso fortuito justamente coincidisse com o que esperamos. Por exemplo, utilizando-se o sistema (b,p) para identificar as bolas, tendo em vista a associação da inicial do nome com a cor, pode-se esperar que quem coloque as letras tenda a colocar mais a letra “b” nas bolas brancas. É um teste esperado que pode ser comparado com outros pares para identificar as bolas. Coisa bastante distinta é fazer testes os mais variados possíveis e, chegando numa relação sem base teórica alguma, alegar que, em razão somente do teste empírico, por exemplo, que “x” é mais comumente utilizado nas bolas brancas do que “z”. É muito provável que seja apenas um caso espúrio intrínseco à forma de análise estatística utilizada. Assim,

A person not knowing how the data were analysed and whom the experimenter told the result of that analysis concerning the system $(a^{(i)}, b^{(i)})$, but not how many attempts he made to achieve that result, is unable to judge with a *determined chance of error* whether the chances $x_1^{(i)}$ and $x_2^{(i)}$ are equal or not. Actually that person could have had prior reasons to believe in their inequality and by similar reasons the system $(a^{(i)}, b^{(i)})$ rather than many other equally possible systems interested the experimenter independently from the results of the analysis. However, to appreciate these motives is not equivalent to [revealing] a measurable probability having an objective value and representing the veracity or error really affecting a judgement when the conditions of randomness are strictly defined.¹⁶ (COURNOT, 1984, p.92)

Cournot, portanto, destaca o ponto de vista do pesquisador, particularmente na

16 O trecho correspondente na tradução é: “Uma pessoa que não sabe como os dados são analisados e a quem o experimentador disse o resultado da análise sobre o sistema $(a^{(i)}, b^{(i)})$, mas que não sabe quantas tentativas foram feitas para atingir aquele resultado, é incapaz de julgar com *uma certa chance de erro* se as possibilidades $x_1^{(i)}$ e $x_2^{(i)}$ são iguais ou não. Na verdade, essa pessoa poderia ter tido motivos prévias para acreditar em sua desigualdade e, por motivos semelhantes, no sistema $(a^{(i)}, b^{(i)})$ ao invés de em muitos outros sistemas igualmente possíveis interessarem ao experimentador independentemente dos resultados da análise. Contudo, avaliar esses motivos não é equivalente a [divulgar] uma probabilidade mensurável com um valor objetivo e representar a veracidade ou o erro que realmente afetam o julgamento quando as condições de aleatoriedade são rigorosamente definidas.”

criação das classes de equivalência, tem influência na análise dos dados. Conclui-se que a base teórica que orienta os cortes do pesquisador modificação a sua observação. Cournot joga luz para o fato de a forma como se elabora a categorização, os cortes do pesquisador, influenciam diretamente o resultado. Trata-se de um prejulgamento que direciona a distribuição das frequências de uma certa maneira e isso não pode ser resolvido de forma objetiva.

It follows that the probable judgement, pronouncing that an observed deviation is not attributable to anomalies of chance, results from two elements. One of them can be precisely and mathematically determined; it is the rate denoted until now by P of the fortuitous combinations which provide a smaller deviation for a randomly selected distribution. The other element is the preliminary judgement according to which we consider the distribution leading to the observed deviation as one of those among their infinite possible multitude which it is natural to study, but not only because it is one of those to which the observed deviation turns our attention. That preliminary judgement, which in our opinion should direct statistical studies to some distribution rather than to another, is based on motives which can not be rigorously appreciated and can be differently appraised by different minds. It is a conjectural judgement also founded on probabilities which can not be reduced to enumeration of chances and whose discussion does not properly belong to the doctrine of mathematical probabilities.¹⁷ (COURNOT, 1984, p.99)

The essential goal of the statistician, just like of any other observer, is to penetrate as deep as possible into the knowledge of the essence of things. To achieve this, he should by a rational discussion separate as distinctly as possible the immediate data of observation and their modifications introduced solely by the observer's point of view and his means of observation.¹⁸ (COURNOT, 1984, p.95)

It is clear that nothing restricts either the number of viewpoints from which statistically researched natural events or social facts can be considered, or, as it follows, the number of indications according to which they can be distributed into many groups or distinct categories.¹⁹ (COURNOT, 1984, p.97)

Como a aleatoriedade pode gerar um resultado que satisfaça os testes de significância, em tese, pode-se encontrar um recorte dos dados em que a relação sob

17 O trecho correspondente na tradução é: “Daí decorre que o provável julgamento, pronunciando que um desvio observado não é atribuível a anomalias do acaso, resulta de dois elementos. Um deles pode ser determinado precisamente e matematicamente; é a taxa indicada até agora por P das combinações fortuitas, fornecendo um desvio menor para uma distribuição selecionada aleatoriamente. O outro elemento é o julgamento preliminar de acordo com o qual consideramos a distribuição que leva ao desvio observada como uma daquelas dentre sua infinita multidão de possibilidades naturais ao estudo, mas não apenas porque é uma daquelas cujo desvio observado chama a nossa atenção. Esse julgamento preliminar, que em nossa opinião deve direcionar os estudos estatísticos para uma distribuição ao invés de para outra, é baseado em motivos que não podem ser avaliados rigorosamente e que podem ser avaliados de forma diferente por mentes diferentes. É um juízo conjectural fundado também em probabilidades que não pode ser reduzido à enumeração de oportunidades e cuja discussão não pertence propriamente à doutrina das probabilidades matemáticas.”

18 O trecho correspondente na tradução é: “O objetivo fundamental do estatístico, assim como de qualquer outro observador, é penetrar o mais fundo possível no conhecimento da essência das coisas. Para atingir isso, através de uma discussão racional ele deve separar o mais claramente possível os dados imediatos de observação e suas alterações introduzidas pelo ponto de vista do observador e seus meios de observação.”

19 O trecho correspondente na tradução é: “É claro que nada restringe nem o número de pontos de vista sobre os eventos naturais estatisticamente pesquisados ou os fatos sociais que podem ser considerados, ou o número de indicações de acordo com as quais elas podem ser distribuídas em muitos grupos ou categorias distintas.”

investigação apareça em alguma subpopulação. E há um valor subjetivo do pesquisador em considerar aquele teste válido para não descartá-lo como aleatório. Cournot ilustra melhor seu ponto usando como exemplo a relação do sexo do bebê com a época do ano. Suponha divisão dos nascimentos em duas categorias: os nascidos entre os solstícios²⁰ de verão e de inverno e os nascidos entre os solstícios de inverno e verão. Normalmente a estação data de nascimento está associada à de concepção em razão da duração da gestação (nove meses, aproximadamente), logo, é de se supor que a concepção dos bebês enquadrados na primeira categoria tenha ocorrido no inverno, entre os equinócios²¹ do outono e da primavera. Em função disso, há um juízo prévio que nos indica não ser absurdo imaginar que, em razão da temperatura, dieta, hábitos etc. haja uma propensão maior a ter nascimentos de um sexo específico em relação a outro. Assim, caso o teste estatístico mostre que há uma diferença significativa (usando a analogia das urnas: se for notada mais letras “a” – nascido entre o inverno e o verão – nas bolas brancas – homens), dificilmente isso será atribuído ao acaso). Por outro lado, se dividirmos os nascidos em dias pares e ímpares, certamente iríamos associar a preponderância de uma dessas categorias (voltando à analogia das urnas: bolas brancas tendendo a ter mais letras “a”) ao acaso em razão das infinitas categorizações que podem ser feitas e que pode ter sido descoberta pela paciência do pesquisador em testar casos os mais variados possíveis. Nesse caso, um novo ensaio provavelmente será feito, pois será muito improvável que esse acaso ocorra novamente. Mostra-se assim que esse desvio significativo de uma tendência maior de uma categoria sobre a outra vai depender da sua magnitude (quantos meninos nasceram a mais no dia par) e de mais observações (repetir o experimento para checar se não foi o acaso), mas qual é o número suficiente? Isso a teoria de probabilidade não explica (COURNOT, 1984, p.99-100).

Em março de 2016, a revista *Nature* abordou exatamente este tema ao explicar o mau uso do teste de p-valor (teste de significância estatística mais moderno que o utilizado por

20 Na astronomia, solstício (do latim sol + sistere, que não se mexe) é o momento em que o Sol, durante seu movimento aparente na esfera celeste, atinge a maior declinação em latitude, medida a partir da linha do equador. (...) No hemisfério norte o solstício de verão ocorre por volta do dia 21 de junho e o solstício de inverno por volta do dia 21 de dezembro. Estas datas marcam o início das respectivas estações do ano neste hemisfério. Já no hemisfério sul, o fenômeno é simétrico: o solstício de verão ocorre em dezembro e o solstício de inverno ocorre em junho. Fonte: Wikipedia.

21 A palavra equinócio vem do latim, *aequus* (igual) e *nox* (noite), e significa "noites iguais", ocasiões em que o dia e a noite duram o mesmo tempo. Ao medir a duração do dia, considera-se que o nascer do sol é o instante em que metade do círculo solar está acima do horizonte, e o pôr do sol (crepúsculo ou ocaso) o instante em que o círculo solar está metade abaixo do horizonte. Com esta definição, o dia e a noite durante os equinócios têm igualmente 12 horas de duração. Os equinócios ocorrem nos meses de março e setembro, quando definem mudanças de estação. Em março, o equinócio marca o início da primavera no hemisfério norte e do outono no hemisfério sul. Em setembro ocorre o inverso, quando o equinócio marca o início do outono no hemisfério norte e da primavera no hemisfério sul. Fonte: Wikipedia.

Cournot e utilizado nas inferências estatísticas, algo que só foi inventado no início do século XX, mas trata-se do mesmo conteúdo da crítica de Cournot):

P values are commonly used to test (and dismiss) a ‘null hypothesis’, which generally states that there is no difference between two groups, or that there is no correlation between a pair of characteristics. The smaller the P value, the less likely an observed set of values would occur by chance — assuming that the null hypothesis is true. A P value of 0.05 or less is generally taken to mean that a finding is statistically significant and warrants publication. But that is not necessarily true, the ASA statement notes.

A P value of 0.05 does not mean that there is a 95% chance that a given hypothesis is correct. Instead, it signifies that if the null hypothesis is true, and all other assumptions made are valid, there is a 5% chance of obtaining a result at least as extreme as the one observed. And a P value cannot indicate the importance of a finding; for instance, a drug can have a statistically significant effect on patients’ blood glucose levels without having a therapeutic effect.

Giovanni Parmigiani, a biostatistician at the Dana Farber Cancer Institute in Boston, Massachusetts, says that misunderstandings about what information a P value provides often crop up in textbooks and practice manuals. A course correction is long overdue, he adds. “Surely if this happened twenty years ago, biomedical research could be in a better place now.”²² (BAKER, 2016, p. 151)

Ao mostrar essa dupla composição da retórica estatística: uma referente ao cálculo probabilístico e a outra do recorte que é necessariamente arbitrário, Cournot coloca em cheque a ideia de realismo das categorias colocada por Quételet, uma vez que a relação entre a causa e a categoria não é objetiva, depende do recorte (muitos dos quais feitos pela própria administração que define politicamente as categorias de equivalência). Cabe destacar que o uso de categorias arbitrárias foi fundamental, no debate político, justificar as práticas defendidas pelos médicos e higienistas no século XIX. O surto de cólera em 1832 na França é representativo deste debate. No Brasil a revolta da vacina ocorre em 1904 em resposta à reforma de Pereira Passos e a vacinação obrigatória idealizada por Oswaldo Cruz. As relações entre o poder e o saber ficam evidenciadas.

A categoria não poderia, assim, tem uma realidade própria, independente dos indivíduos. Essa crítica externa feita por Cournot foi completa por Lexis, discípulo de Quételet. Como visto, Quételet fez o caminho inverso da lei dos grandes números de

22 O trecho correspondente na tradução é: “Os valores P geralmente são usados para testar (e eliminar) a ‘hipótese nula’, que geralmente afirma que não há diferença entre dois grupos, ou que não há correlação entre um par de características. Quanto menor o valor P, é menos provável que um conjunto observado de valores possa ocorrer por acaso — assumindo que a hipótese nula é verdadeira. Um valor P de 0,05 ou menos geralmente é considerado como significando que uma constatação é significativa estatisticamente e garante a publicação. Mas as notas da instrução ASA não são necessariamente verdadeiras.

Um valor P de 0,05 não significa que há 95% de chances que uma certa hipótese esteja correta. Ao contrário, significa que se a hipótese nula é verdadeira, e que todos os outros pressupostos são válidos, há uma chance de 5% de obter um resultado pelo menos tão extremo quanto o primeiro observado. E um valor P não pode indicar a importância de uma constatação; por exemplo, um remédio poder ter um efeito significativo estatisticamente nos níveis de glicose no sangue dos pacientes sem ter um efeito terapêutico.

Giovanni Parmigiani, um bioestatístico do Dana Farber Cancer Institute, em Boston, Massachusetts (EUA), afirma que desentendimentos sobre qual informação um valor P fornece frequentemente aparece em livros didáticos e manuais. Ele também afirma que a correção do curso é muito demorada. ‘É claro que se isso aconteceu há 20 anos, a pesquisa biomédica poderia estar em um lugar melhor agora.’”

Bernoulli: ao identificar uma forma normal, deduzia a existência de uma causa. L  xis comparou a dispersão das curvas encontradas por Quételet (o conceito de desvio padrão ainda não havia sido inventado, mas L  xis utilizou o de erro padrão) com a dispersão teórica de curvas normais e verificou que as de Quételet eram mais dispersas (a única exce  o foi a razão entre sexos), o que arruinava a ideia da existência de uma causa constante. (DESROSI  RES, 1998, p. 95)

Essas críticas aos agregados levaram a uma aplica  o mais pragmática, sem questões ontológicas sobre a sua realidade. Além da consistência desses objetos, buscou-se agora, a partir de um ferramental dos matemáticos ingleses, verificar a consistência da rela  o entre eles. (DESROSI  RES, 1998, p. 103). Essa foi a contribui  o de Galton e Pearson que deu origem a várias ferramentas estatísticas usadas até hoje, como a regressão linear, e que originadas na biometria, encontraram aplica  o na Economia nos anos 20 gerando a Econometria. No Direito, o uso de métodos empíricos quantitativos está relacionado    Jurimetria e ao movimento *Empirical Legal Studies*.

3.4. Nova Contribui  o Inglesa

A busca por rela  es estáveis entre os objetos estatísticos tem um início pouco glorioso: Eugenia. Foram os trabalhos de Galton na virada para o século XX que, refinados pela matematiza  o de Pearson, deram origem a essa nova fase da Estatística. Inicialmente não se tratava de um ramo da Matemática, mas sim da Biologia (Galton sequer tinha os atributos para tanto, tendo por isso buscado o apoio de Pearson). A busca pela Eugenia está associada às condi  oes de pobreza que se colocavam como um problema a ser resolvido na época, mostrando, mais uma vez a articula  o do discurso científico com as práticas não discursivas, como Foucault destaca.

Pearson negava qualquer realidade ou causas primeiras aos agregados de Quételet. Em vez de uma necessária causalidade, Pearson irá adotar a ideia de associa  es que ocorrem de forma contingentes, através do emprego de tabelas de contingência, o que Galton já havia imaginado por meio do conceito de rela  o parcial entre fenômenos, ou correla  o, algo entre a total independência dos fenômenos e a total dependência (DESROSI  RES, 1998, p. 110).

Galton era da família de Darwin, o que justificaria seu interesse em, com base na teoria da evolu  o das espécies, melhorar a espécie humana. Em vez de se contentar com a m  dia, como Quételet, buscava entender as varia  es dos indivíduos para melhorar a raça. Diante disso, utilizou a distribui  o normal que era empregada por Quételet não para buscar um valor médio, mas sim buscar os extremos, os g  nios, homens fora da m  dia

(DESROSIÈRES, 1998, p. 113).

Uma vez que ainda não havia um quociente de inteligência que pudesse ser usado como escala para distribuir a população, Galton utilizou uma classificação social criada por Charles Booth que se baseava nas condições de vida dos habitantes. Essa classificação social foi associada, por Galton a um valor genético: quanto melhor a posição social, melhor a genética. (DESROSIÈRES, 1998, p. 114) Observa-se que Galton ignorou fatores externos como a educação que hoje se sabe serem relevantes para a melhora na posição social.

Como Quételet fez com a altura dos conscritos franceses, Galton distribuiu essa aptidão genética segundo uma distribuição normal que foi presumida, associando as categorias sociais a um elemento interno aos indivíduos, diferentemente do procedimento de Quételet que, se encontrasse tal tipo de distribuição, deduzia daí a existência de um objeto mais geral que os indivíduos.

Conforme reprodução abaixo do gráfico utilizado por Galton em *Essays in Eugenics*, as classes sociais de Booth (u,t,s,r,R,S,T,U) são representadas por letras, onde as maiúsculas estão abaixo da “mediocridade” e as maiúsculas, acima. Assim encontra-se dividida a população dos pais e, em cada classe, a dispersão dos filhos.

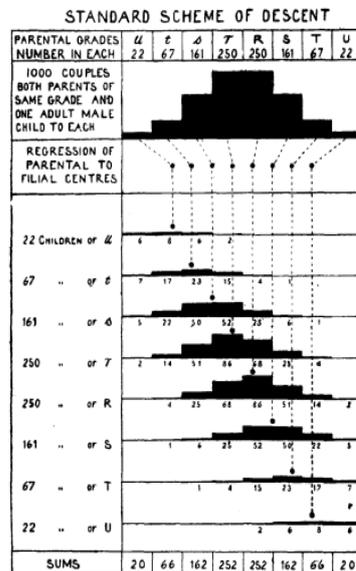


Figura 1: Distribuição normal das classes de Booth - (GALTON, 1909)

Representados na figura 1, o conceito de regressão e o cálculo da dispersão dos filhos – iguais entre si e menor que o dos pais – foram elaborados por Galton por meio de testes com ervilhas e da medição de altura em humanos. A altura dos pais “explicando” a altura dos filhos, dá origem a variáveis explicadas e variáveis explicativas. Ao notar relação de altura

entre irmãos ou entre membros do corpo origina-se a correlação (DESROSIÈRES, 1998, p. 125).

O que foi possível a partir dos trabalhos da formalização matemática dos trabalhos de Galton por Pearson foi a autonomia do discurso Estatístico com relação aos outros discursos em razão da matemática e do antirrealismo de Pearson influenciado pelas ideias de Ernst Mach.

As formulações de Pearson foram aprimoradas por seu discípulo, Yule, que utiliza o método de ajuste dos mínimos quadrados para fazer calcular os parâmetros de uma reta que melhor se ajusta aos pontos, a regressão linear, podendo assim abandonar a necessidade de ajustar as frequências das categorias observadas a uma distribuição normal como propunha Pearson (DESROSIÈRES, 1998, p. 134). Yule fez o primeiro estudo “econométrico” ao buscar explicar o *pauperism* (quem recebe auxílio público contra a pobreza) por meio três variáveis explicativas: a população total, a proporção de idosos e o *out-relief* (assistência financeira dada aos pobres sem a necessidade de contraprestação por meio de trabalho nas *workhouses*). Como lidava com a correlação entre medidas ligadas a um mesmo processo, já que pobreza era definida por quem recebia assistência *in-relief* ou *out-relief*, a inovação de Yule foi poder ler sua conclusão tanto como uma evidência matemática quanto como informação de política social. Assim, ele traduziu um problema político em um problema de medida que permitia solucionar a controvérsia sobre a eficiência da assistência financeira para combater a pobreza (DESROSIÈRES, 1998, p. 139-140). A construção da categoria de equivalência “pauperism” aparece como um objeto definido por uma rotina de registro do estado, desta forma somente esta “pobreza” se torna visível. Nas palavras de Desrosières, trata-se da “reificação de um procedimento de codificação”, resultando da criação de uma coisa – “pauperism” – que existe antes dessa codificação (*poverty*) (DESROSIÈRES, 1998, p. 142).

A utilização da classe de equivalência “pauperism”, aproveitando-se da classificação feita pela administração pública, Pearson acusou Yule de ser realista, no sentido medieval do termo, por estar jogando com o nome das categorias como se elas representassem coisas reais e tratando como idênticos todos os indivíduos categorizados da mesma forma (DESROSIÈRES, 1998, p. 144).

No século XIX, essa distinção entre uma visão holística/universalista (realista, no sentido medieval) e outra individualista (nominalista, no sentido medieval) teve reflexos no desenvolvimento da Estatística, particularmente no desenvolvimento do conceito de classes de equivalência. Enquanto os primeiros reconheciam uma realidade às categorias ou grupos, que

seriam reunidos segundo uma causa única, os últimos só reconheciam a realidade dos indivíduos, criticando as classes de equivalência por unirem coisas que são diferentes. O espaço entre essas perspectivas foi reduzido primeiramente, por matemáticos como Poisson que produziram testes de homogeneidade dessa coletividade que era agregada para permitir o uso da lei dos grandes números. Posteriormente a lei de regressão permitiu a transição para formalizações do século XX da Matemática Estatística totalmente diferentes das questões do século XIX ligadas a Quételet (DESROSIÈRES, 1998, p. 86).

Nos EUA dos anos 30 houve uma conexão dessa Matemática Estatística com a Estatística da administração do Estado, particularmente em razão do contexto de crise econômica. A estatística foi parte indispensável de uma transformação radical nas políticas econômicas e sociais da qual o *New Deal* é a expressão sintetizadora.

3.5. Contribuição Norte-Americana

Da mesma forma em que a pobreza (ou, mais especificamente o “pauperismo) da Inglaterra Vitoriana foi o problema para o qual Yule adaptou o método de regressão de Pearson e Galton para o debate público sobre a concessão de auxílios no âmbito da *Poor Law*, a crise econômica dos anos 20 e 30 nos EUA fez com que houvesse uma reestruturação da Estatística americana a partir da junção da Matemática Estatística com a Estatística Administrativa no âmbito do Estado como forma de orientar a planificação econômica associada às práticas do Keynesianismo. Desrosière analisa esse momento histórico segundo três momentos: de 1920 a 1929, de 1930 a 1932 e de 1933 a 1940 (DESROSIÈRES, 1998, p. 199). Nesse período, há a crise de 1929 e, em 1933, há a transição de um governo Republicano – presidente Herbert Hoover – para um governo democrata – presidente Franklin D. Roosevelt.

O governo Republicano de Hoover seguia a cartilha liberal (no sentido europeu do termo), ou seja, defendia o estado mínimo, com o mínimo de intervenção federal na economia, delegando aos poderes locais o trato dos problemas econômicos que eram vistos como consequências do ciclo de queda da economia correspondentes aos gastos desenfreios no período de bonança anterior (*Gilded Age* ou Era Dourada, referente ao período que iniciou pós-Guerra de Secessão).

Diante dessa perspectiva do problema do desemprego, uma análise estatística detalhada das causas e efeitos da crise não se mostrava necessária, pois se aguardava o retorno do ciclo econômico. No máximo foram feitos estudos para propor medidas, a serem tomadas no nível local de forma a reduzir as consequências das flutuações dos ciclos econômicos e

fortalecer os mercados. Sequer havia medição da quantidade do desemprego ou da qualidade de vida dos desempregados, uma vez que, segundo um paradigma não intervencionista, não se vislumbrava lançar mão de políticas públicas para ajudá-los (DESROSIÈRES, 1998, p. 200).

No entanto, em 1930, ano de realização de censo decenal (há previsão constitucional para realizar este censo a cada dez anos), o desemprego chegou a um nível crítico e sua medida nacional tornou-se objeto do debate entre democratas e republicanos, onde os primeiros exigiam uma política nacional de combate ao desemprego. Segundo o censo de 1930, o desemprego foi medido em apenas 2.4 milhões de desempregados, o que levou a críticas sobre a definição de “desempregado” adotada pelo governo republicano. Como até então o “desemprego” nunca havia sido definido, foi adotado um viés conservador segundo o qual não considerou os trabalhadores que já tinham sido informados que seriam demitidos nem os jovens que nunca trabalharam, mas estavam buscando trabalho (DESROSIÈRES, 1998, p. 201). Até então esse tipo de debate não era comum:

What was an unemployed person? If he or she was defined as a person *without employmenty looking for a job*, and *immediatly available*, each of these three conditions was problematic and led to discussion, since dubious cases could abound: people who worked intermittently, for want of anything better; people who had grown discouraged and were no longer trying hard to find a job; people in serious difficulties, in weak physical or mental health, as was frequent among the poor. If in addition one measured not only the number of unemployed but also the unemployment rate, the definition of the denominator posed a further problem: should one relate unemployment to the total population, or to a potentially active population? In this case, the boundary between the potentially active and inactive populations was strewn with doubtful cases. These questions were seldom raised before 1930, and only took on meaning because the Democratic opposition was demanding a nationally organized policy to fight against unemployment. No one had raised them in 1920-1921, because the idea that health in business depended on local circumstances and initiatives was then most prevalent. This was the position Hoover continued to maintain in 1930. He did however suggest that local help be organized, that part-time employment and the sharing of tasks should be encouraged, and that illegal aliens be expelled. But he rejected proposals to modify the historical balance between the power of local councils, states, and the federal government.²³ (DESROSIÈRES, 1998, p. 201-202)

23 O trecho correspondente na tradução é: “O que era uma pessoa desempregada? Se ela foi definida como uma pessoa *sem emprego procurando por um trabalho*, e *disponível imediatamente*, cada uma dessas três condições era problemática e gerou discussão, uma vez que poderiam abundar casos duvidosos: pessoas que trabalhavam intermitentemente, por falta de algo melhor; pessoas desanimados e que não se esforçavam mais para encontrar um emprego; pessoas passando por sérias dificuldades, com saúde física ou mental frágil, como era frequente entre os pobres. Se, além disso, foi medido não apenas o número de desempregados, mas também a taxa de desempregado, a definição do denominador trouxe um outro problema: o desemprego deve ser relacionado com a população total ou com a população potencialmente ativa? Neste caso, as fronteiras entre as populações potencialmente ativas e inativas estavam cheias de casos dúbios. Essas perguntas raramente eram levantadas em 1930 e apenas assumiram um significado porque a oposição democrática demandava uma política organizada nacionalmente para lutar contra o desemprego. Ninguém havia levantado isso em 1920-1921 porque prevalecia a ideia de que a saúde nos negócios dependia das circunstâncias e iniciativas locais. Esta posição foi mantida por Hoover em 1930. Contudo, ele não sugeriu que a ajuda local fosse organizada, que o emprego em tempo parcial e a divisão de tarefas fossem incentivados e que estrangeiros ilegais fossem expulsos. Mas ele rejeitou propostas para alterar o equilíbrio histórico entre o poder dos conselhos locais, dos estados e do governo federal.”

Com a posse de Roosevelt em 1933, uma nova forma de atacar o problema do desemprego, particularmente a partir de medidas macroeconômicas (*New Deal*), gerou a necessidade de ação coordenada de vários atores sociais e medidas, por meio de indicadores, tornaram-se necessárias para que todos “falassem a mesma língua”. Essa “nova língua” serão os objetos construídos pelos estatísticos que, pela primeira vez, de dentro do Estado, irão incorporar a matemática estatística. Isso foi possível graças à contribuição de jovens acadêmicos, conhecedores das novas técnicas associadas à matematização da Estatística, incluindo teoria de amostragem que permitiu a realização de pesquisas mais frequentes, independentes do censo anual e, mais tarde, o emprego de computadores (Em 1937, a IBM desenvolveu máquinas leitoras de cartão perfurado para viabilizar o trabalho do seguro social fundado por Roosevelt). Esses jovens substituíram os antigos diretores dos birôs de estatística, pois foram atraídos pelo trabalho na Administração Pública em um momento em que o empreendedorismo americano se via restrito pela crise (DESROSIÈRES, 1998, p. 202-203).

Mais especificamente no âmbito do Direito Norte-americano, o New Deal esteve associado ao realismo jurídico norte-americano, onde a mistura entre o Direito e a política ficou clara, com a aprovação, pelo Judiciário, das medidas antirrecessivas de Roosevelt realizando o mote do movimento: “o direito é o que os juízes dizem que é”.

Na França pós-Plano Marshall, o *welfare state* gerou um esforço para unir o debate econômico e social em torno de uma linguagem comum que desse as bases de referência para as decisões. Essa linguagem foi criada a partir da terminologia e das ferramentas estatísticas, todos passam a “falar a mesma língua” nas negociações de políticas econômicas, políticas de quotas, negociações salariais, políticas de combate à desigualdade. Os diversos índices (de desemprego, de produção etc.) eram apresentados como objetos confiáveis e regularmente medidos para serem empregados nas mais diversas mesas de negociação (DESROSIÈRES, 1998, p. 333).

A incapacidade de prever crises, como a dos anos 70, mostrou a fragilidade dos modelos econômicos. A expansão do neoliberalismo levando à informalidade levou a críticas sobre os objetos estatísticos (o trabalhador informal é desempregado?). A perda de representatividade dos sindicatos e organização política pulverizam o espaço público de debate onde uma linguagem única outrora fazia sentido. A ação do estado fica menos interventora da macroeconomia, passando mais a criar regras que estimulem a competição (homem empresário de si mesmo). Esses fatores, segundo Desrosières, que escreveu sua obra em 1998, levavam a uma crise da linguagem estatística:

Thus for thirty or so years a cognitive space of negotiation and calculation existed,

endowed with the legitimacy of science and the state. Within this space a large number of debates and technical studies were conducted, preceding or accompanying decisions in economic policy. However, this relatively coherent space, comprised of institutions, social objects, and words for debating them, itself entered into a crisis in the late 1970s. The networks of equivalences leading to political and statistical additions have been partly unraveled. The Plan has less importance as a place for concerting and making medium-term forecasts for major public decisions. The econometric models that simulated the development of relationships between the most central macroeconomic and macrosocial objects of this system of addition are often deemed incapable of predicting tensions and crises. Debates over the actual measurement of certain of these objects and their significance have become more bitter: active population, unemployment, monetary mass, poverty, so-called informal economics (in other words, that eluded administrative coding). There is no one, general “explanation” for this evolution, precisely because the previous language is inadequate to account for its own crisis. No explanation is therefore more general than another. One can mention a few. The halt of growth makes it harder to assemble the social partners for debates, the topic of debate no longer being how to share benefits, but how to divide the effects of the crisis. The greater integration of the French economy into global trading henceforth inhibits the use of Keynesian models valid for an autonomous economy. A decrease in the representativeness of trade unions and political organizations, which were partly responsible for adding claims and projects in a unified and stable language, makes their spokesmen more vulnerable, whereas previously those spokesmen were intermediaries allowing a relatively well delineated public space to function. As a place for accumulating information and producing representations adequate for political action, the national state finds itself increasingly torn between local communities—whose importance increased with laws of decentralization—and European institutions and regulations. The action of the state is less voluntarist and macroeconomic, and more oriented toward the production of rules facilitating a free market and competition. Firms are now less often managed in a centralized manner according to Taylorian and Fordian principles which, in favoring the standardizing of tasks and products of large consumption, were well suited to the construction of integrated systems of industrial statistics. In contrast, “Japanese” modes of decentralized management are based on the local circulation of information through direct horizontal contacts between people rather than by hierarchic path, thus diminishing the pertinence of previous statistical syntheses.²⁴ (DESROSIÈRES,

24 O trecho correspondente na tradução é: “Por cerca de 30 anos, existiu um espaço cognitivo de negociação e de cálculo, com a legitimidade da ciência e do Estado. Dentro desse espaço, foi conduzido um grande número de debates e estudos técnicos, precedendo ou acompanhando decisões na política econômica. No entanto, este espaço relativamente coerente, composto por instituições, objetos sociais e palavras para debatê-lo, entrou em crise no final dos anos 1970. As redes de equivalência levando a inclusões políticas e estatísticas foram parcialmente desvendadas. O Plano tem menos importância como um lugar para o planejamento e previsões de médio prazo para as principais decisões públicas. Os modelos econométricos que simularam o desenvolvimento das relações entre os objetos macroeconômicos e macrosociais mais centrais desse sistema de inclusão geralmente são considerados incapazes de prever tensões e crises. Os debates sobre a real medição de certeza desses objetos e seus significados tornaram-se mais amargos: a população ativa, desempregada, a massa monetária, a pobreza, a chamada economia informal (em outras palavras, que eludiram a codificação administrativa). Não há nada ou nenhuma “explicação” geral para esta evolução, precisamente porque a linguagem prévia é inadequada para explicar sua própria crise. Portanto, nenhuma explicação é mais geral que outra. Pode-se mencionar algumas. A suspensão do crescimento dificulta a reunião dos parceiros sociais para discussões, o tema da discussão deixa de ser sobre compartilhar benefícios e passa a ser sobre como dividir os efeitos da crise. A maior integração da economia francesa em um comércio global inibe o uso de modelos keynesianos válidos para uma economia autônoma. Uma redução na representatividade dos sindicatos e organizações políticas, que eram parcialmente responsáveis por incluir reivindicações e projetos em uma linguagem unificada e estável, torna seus porta-vozes mais vulneráveis, ao passo que anteriormente esses porta-vozes eram intermediários permitindo um espaço público relativamente bem delineado para funcionar. Como um lugar para acumular informações e produzir representações adequadas para a ação política, o Estado nacional encontra-se cada vez mais dividido entre as comunidades locais — cuja importância aumentou com as leis de descentralização — e com as instituições e regulamentos europeus. A ação do Estado é menos voluntária e

1998, p. 334-335).

No entanto, na virada do milênio, uma inovação da área da Computação gerou uma nova descontinuidade no desenvolvimento da Estatística: a mineração de dados.

A mineração de dados (no inglês, *data mining*) refere-se à busca de padrões (daí o nome “mineração”) em grandes volumes de dados a partir do uso de ferramentas computacionais. A localização de padrões é um procedimento antigo dentro da estatística. Até na sua versão não quantificada, na origem alemã, a estatística sempre tratou de resumir a diversidade, comparar e encontrar padrões. A regressão linear é um excelente exemplo de padrão encontrado relacionando dados que, à primeira vista, são incomensuráveis.

No entanto, o desenvolvimento da tecnologia, gerando maior capacidade de processamento e, principalmente, o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias como redes neurais, algoritmos genéticos, inteligência artificial, computação paralela, entre outros, permitiu que fossem criadas soluções escaláveis, ou seja, soluções que conseguiam se adaptar ou que eram facilmente adaptáveis a um volume crescente de dados.

Com a criação dos bancos de dados computacionais, foi criada toda uma organização de forma a manter os dados íntegros, facilmente acessíveis e sem redundância. Para isso, os dados eram estruturados (organizados em tabelas) e normalizados (submetido a processos de eliminação de redundância e distribuição em diversas tabelas de forma a facilitar o acesso e garantir integridade).

A medida que os bancos de dados cresceram, as soluções antigas de consultas não se mostravam suficientes. Havia uma lacuna entre os dados que eram armazenados e o tratamento deles. A mineração de dados, utilizando as novas tecnologias, superou essa lacuna a partir de algoritmos que conseguiam lidar com volumes maiores de dados, reconhecendo padrões inclusive em dados não estruturados como texto corridos, por exemplo. A medida que mais padrões eram “minerados”, maior foi o interesse em acumular dados, gerando bases de dados cada vez maiores.

Assim, não se concretizou a crise na Estatística que se iniciava, segundo Desrosières, a partir da crise dos anos 70 e o conseqüente neoliberalismo que levavam a uma espécie de “desestruturação” e desierarquização com a cada vez maior informalização e diminuição da hierarquia, fenômenos que Foucault associou à figura do homem-empresário. Muito pelo

macroeconômica e mais guiada em direção à produção de regras, facilitando um mercado e uma competição livres. Agora as empresas são menos gerenciadas de forma centralizada de acordo com os princípios taylorianos e fordianos que, favorecendo a padronização das tarefas e produtos de grande consumo, foram bem adaptados à construção de sistemas integrados da estatística industrial. Em oposição, o meio “japonês” de gestão descentralizada é baseado na circulação local de informações através de contatos horizontais diretos entre as pessoas ao invés do caminho hierárquico, reduzindo a pertinência das sínteses estatísticas prévias.”

contrário, os dados puderam ser recolhidos numa granularidade muito menor e com uma abrangência muito maior. Por exemplo, se antes a informalidade gerava problemas para a obtenção de informações sobre os rendimentos dos indivíduos que não possuem uma fonte pagadora formal, as novas tecnologias permitiram identificar padrões de consumo a partir de dados bancários e do uso de cartões de crédito. Todo um ramo (*data broker* ou *information broker*) associado à disponibilização de dados minerados nos mais diversos bancos de dados surge:

Beginning in the late twentieth century, technological developments such as the development of the internet, increasing computer processing power and declining costs of data storage made it much easier for companies to collect, analyze, store and transfer large amounts of data about individual people. This gave rise to the information broker or data broker industry.

Brokers collect information about individuals from public records and private sources including census and change of address records, motor vehicle and driving records, user-contributed material to social networking sites such as Facebook, Twitter and LinkedIn, media and court reports, voter registration lists, consumer purchase histories, most-wanted lists and terrorist watch lists, bank card transaction records, health care authorities, and web browsing histories. The data are aggregated to create individual profiles, often made up of thousands of individual pieces of information such as a person's age, race, gender, height, weight, marital status, religious affiliation, political affiliation, occupation, household income, net worth, home ownership status, investment habits, product preferences and health-related interests. Brokers then sell the profiles to other organizations that use them mainly to target advertising and marketing towards specific groups, to verify a person's identity including for purposes of fraud detection, and to sell to individuals and organizations so they can research people for various reasons. Data brokers also often sell the profiles to government agencies, such as the FBI, thus allowing law enforcement agencies to circumvent laws that protect privacy.²⁵

A capacidade de fazer frente a esse gigantesco volume de dados que passou a ser gerado (ainda em 2010, a cada 2 dias era produzido um volume de dados igual ao produzido pela história da humanidade até 2003²⁶) permitiu dar continuidade a uma nova governabilidade que surge com o neoliberalismo. Em tecnologia da informação, o termo *big*

25 O trecho correspondente na tradução é: “No final do século XIX, os desenvolvimentos tecnológicos, como a Internet, aumentaram o poder de processamento dos computadores e diminuíram os custos de armazenamento de dados, tornando muito mais fácil para as empresas coletar, analisar, armazenar e transferir grandes volumes de dados sobre as pessoas. Isso deu origem ao corretor de informações ou à indústria de corretores de informação.

Os corretores coletam informações sobre as pessoas em registros públicos e fontes privadas, inclusive de censo e mudança de endereços, registros de veículos e de licença de motorista, materiais fornecidos pelo usuário em redes sociais, como Facebook, Twitter e LinkedIn, mídia e relatórios judiciais, listas de registro de votos, histórico de compras, listas de pessoas mais procuradas e listas de observação de terroristas, transações bancárias, autoridades de saúde e históricos de navegação na Internet. Os dados são reunidos para criar perfis individuais, geralmente compostos por centenas de partes individuais de informação, como idade, raça, gênero, altura, peso, estado civil, religião, partido político, profissão, renda familiar, patrimônio líquido, se têm casa própria ou não, hábitos de investimento, preferências de produtos e interesses de saúde. Então corretores vendem os perfis para outras organizações que as utilizam principalmente para direcionar propaganda e marketing para grupos específicos, para verificar a identidade das pessoas, inclusive para a identificação de fraudes e para vendê-las para pessoas e empresas que as utilizam para diversos fins. Geralmente os corretores de dados vendem os perfis para órgãos governamentais, como o FBI, permitindo que agências de aplicação da lei as apliquem para proteger a privacidade”

26 Disponível em: <https://techcrunch.com/2010/08/04/schmidt-data/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017

data começou a ganhar força no final de 2010. Diferentemente das tecnologias anteriores que trabalhavam com análise de dados estruturados (tabelas, bancos de dados relacionais etc.), o *big data* trabalha com dados que, em grande parte, não apresentam estrutura e que apresentam um grande volume continuamente crescente. Em relações entre poder e saber são evidentes uma vez que “o big data está mudando como cidadãos e lugares são governados, organizações gerenciadas, economias funcionam e ciência é praticada”²⁷(Kitchin, 2014a, p. 127).

Como os indivíduos agem como empresários de si mesmos, há toda análise estratégica de como eles se comportam nesse ambiente competitivo. Como a Estatística é capaz de encontrar padrões, tendências mesmo nessas novas relações cada vez mais informais, ela permite intervenções ambientais, ou seja, nas regras do “jogo” em vez de atuar sobre os “jogadores”:

no horizonte de uma análise como esta, o que aparece não é de forma alguma o ideal ou o projeto de uma sociedade exaustivamente disciplinar em que a rede legal, encerrando os indivíduos, será retransmitida e prolongada a partir do interior pelos mecanismos, digamos, normativos. Também não é uma sociedade na qual o mecanismo da normalização geral e da exclusão do não normalizável será requerido. Pelo contrário, no horizonte dela, a imagem ou a ideia ou o tema-programa de uma sociedade na qual haveria otimização dos sistemas de diferença, nos quais o campo será deixado livre aos processos oscilatórios, nos quais haveria uma tolerância acordada aos indivíduos e às práticas minoritárias, haveria uma ação não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo e, enfim, haveria uma intervenção que não seria do tipo de sujeição interna dos indivíduos, mas uma intervenção do tipo ambiental (FOUCAULT, 2008b, p. 354).

Segundo Foucault, o neoliberalismo está associado a uma mutação epistemológica, a mudança de objeto das análises econômicas, que passam a envolver campos que nunca tinham se submetido a esse tipo de análise:

Eles adotam, ou antes, aplicam uma definição de objeto econômico que havia sido proposta em 1930 ou 1932, não me lembro mais, por Robbins, que, pelo menos desse ponto de vista, também pode passar por um dos fundadores da doutrina econômica neoliberal: “A economia e a ciência do comportamento humano, a ciência do comportamento humana como uma relação entre fins e meios raros que tem usos mutuamente excludentes”. Vocês veem que essa definição da economia lhe propõe como tarefa, não a análise de um mecanismo relacional entre coisas ou processos, do gênero capital, investimento, produção, em que, neste momento, o trabalho se encontra de fato inserido somente a título de engrenagem; ela lhe dá por tarefa a análise de um comportamento humano e da racionalidade interna desse comportamento humano. O que a análise deve tentar esclarecer é qual cálculo, que aliás pode ser despropositado, pode ser cego, que pode ser insuficiente, mas qual cálculo fez que, dados certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não àquele. A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008b, p.306 307)

Essa generalização da racionalidade econômica do mercado em todo o corpo social, espalhando o modelo de empresa pela sociedade de forma a permitir o funcionamento dos

27 O texto em língua estrangeira é: “(...) big data are reshaping how citizens and places are governed, organisations managed, economies work, and science is practised”.

mecanismos concorrenciais, constitui uma nova forma de governar as pessoas:

Trata-se, agora de regular o governo não pela racionalidade do indivíduo soberano que pode dizer "eu, o Estado", [mas] pela racionalidade dos que são governados, dos que são governados como sujeitos econômicos e, de modo mais geral, como sujeitos de interesse, interesse no sentido mais geral do termo, [pela] racionalidade desses indivíduos na medida em que, para satisfazer a esses interesses no sentido geral do termo, eles utilizam certo número de meios e os utilizam como querem: é essa racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regulação para a racionalidade do governo. É isso, parece-me, que caracteriza a racionalidade liberal: como regular o governo, a arte de governar como [fundar] o princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados. (FOUCAULT, 2008b, p.423)

O neoliberalismo ganha novo fôlego com a Estatística e também a Estatística ganha novo fôlego com o neoliberalismo. Há uma retroalimentação: a partir dos dados gerados são obtidas mais informações de forma a influenciar o ambiente dos jogadores, que passam a orientar suas atitudes segundo esse ambiente. A atuação gera cada vez mais dados e, como os dados retornam informações úteis, cada vez mais há uma preocupação em coletar novos tipos de dados. Nota-se portanto que as métricas implicam e são implicadas pelos objetos e relações que se propõem a descrever e a organizar.

As aplicações de tais tecnologias têm sido as mais diversas: antecipar movimentos do mercado consumidor, medir a performance de pessoas e instituições, uso em pesquisa científica etc. Particularmente com relação a instituições públicas e privadas, o que se observa é exatamente o fenômeno que observou Foucault como condição de possibilidade das ciências humanas e sociais: a medida que as organizações passam a ter uma avalanche de dados a respeito de seus produtos, serviços, clientes, funcionários etc. surge uma demanda por quem possa extrair sentido de tais dados, particularmente em termos de medição de performance, ainda que eles não tenham sido inicialmente gerados para este fim. A prática de gerar medições torna-se tão arraigada, normalizada, (bem como sua autoridade) que já não se reflete criticamente quanto a isso, pelo contrário, já se tornou uma característica esperada e desejada de qualquer organização que se proponha ser vanguardista. Os dados passam a constituir um novo sistema de verificação:

The data is seen to be objective, neutral and telling – it is not something to be questioned or interrogated, it is rather a social fact around which behavior should be bent. It is seen to be a tool for governance that cannot be questioned or rivalled with subjective opinions. Data is seen, in this formation, to be unquestionable, accurate and over-arching in its panoramic view of the social world. These positions provide some revealing opening insights, but we have not easy gone much further than this acknowledgment that there is a need to think about the conceptual and discursive frames that accompany these data. It is this project that needs to be attended to, with some urgency. This now needs sustained attention to build upon some of these insights and to reinvigorate the type of project that Foucault, if you will pardon the assumption, may have taken on were he to have

been around to observe the emergence or birth of Big Data.²⁸ (BEER, 2016a, p.7)

A governabilidade (ou o “controle”, termo que será utilizado por Deleuze ao dar continuidade nessa temática iniciada pela analítica foucaultiana do poder) será conseguida pela interiorização, pelo homem-empresa, da lógica da competição. Ao buscar seu auto-perfeioamento, bater suas metas, competir com os pares, investir em si mesmo, o homem-empresário acaba por vigiar e disciplinar a si mesmo. Trata-se de uma tecnologia de poder ainda mais sutil e invasiva: “Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente” (DELEUZE, 1992, p. 216).

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Após a apresentação dos conceitos de Foucault e das noções de Estatística, particularmente suas articulações com o Estado e a sociedade civil, que serão úteis na fase final deste trabalho, passa-se agora à apresentação da FGV, de suas escolas de Direito e do Projeto Supremo em Números que será objeto deste estudo. Apesar de não ser essencial, esse destaque da história da instituição associada ao Projeto, além de ter permitido uma melhor compreensão do tema da pesquisa, permite uma melhor análise na parte final do trabalho, particularmente a articulação entre a Estatística e a administração estatal, entre o saber e o poder. Assim, atua-se como Foucault procedeu, para ele de forma incomum, em “O Nascimento da Biopolítica” ao falar da biografia de certas pessoas centrais no nascimento do ordoliberalismo alemão, particularmente em torno da revista *ordo* (FOUCAULT, 2008b, 141).

4.1. Origem Histórica da FGV

A Fundação Getúlio Vargas surgiu no fim do Estado Novo como uma forma de fazer sobreviver o modelo de racionalização burocrática que havia sido implantado para superar as práticas clientelistas, empreguistas e patrimonialistas da administração pública da Primeira República.

28 O texto em língua estrangeira é: “Os dados são vistos como objetivos, neutros e reveladores – não é algo a ser questionado ou interrogado, mas sim é um fato social em torno do qual deve circular o comportamento social. É visto como uma ferramenta para a governança que não pode ser questionada ou competir com opiniões subjetivas. Nesta formação, os dados são vistos como indiscutíveis, precisos e abrangentes em sua visão panorâmica do mundo social.

Essas posições fornecem alguns insights reveladores, mas realmente não fomos muito além desse reconhecimento de que há uma necessidade de pensar sobre os quadros conceituais e discursivos que acompanham esses dados. É este projeto que precisa ser realizado com alguma urgência. Agora é necessário atenção para basear-se nessas percepções e revigorar o tipo de projeto que Foucault, se me permite a suposição, poderia ter assumido se estivesse por perto para observar a emergência ou o nascimento do Big Data.

Com o fim da República Velha, por conta da Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foram criados diversos órgãos buscando a racionalização da administração pública, em busca da eficiência, segundo o modelo burocrático weberiano. Assim, após a criação da Comissão Permanente de Padronização em 1930, da Comissão Central de Compras em 1931 e do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC) em 1936, surgiu, pelo Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que já estava previsto na Constituição de 1937 que criou o Estado Novo. Entre as funções do DASP estava organização, ingresso e aperfeiçoamento do serviço público, buscando instituir um sistema de mérito na gestão de recursos humanos como forma de blindar a administração pública contra o empreguismo.

Durante todo o Estado Novo, o DASP teve como chefe Luiz Simões Lopes, ex-presidente do CFSPC. Segundo entrevista concedida a Celina Vargas do Amaral Peixoto, Luiz Simões Lopes vislumbrava que, com saída de Getúlio Vargas do poder, as medidas adotadas no sentido de modernizar e racionalizar a burocracia estatal estariam em risco. Assim, Luiz Simões Lopes vislumbrou a criação de uma instituição que, protegida de influências políticas, pudesse dar fôlego às inovações trazidas pelo DASP (ARAÚJO, p. 13-14, 1999).

Assim, o Decreto-Lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, dispunha sobre a criação de uma entidade que se ocuparia “do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal para as administrações pública e privada”, tendo sido assinada, em 20 de dezembro de 1944, a escritura de constituição da Fundação Getúlio Vargas.

Inicialmente se dedicando a cursos técnicos como o de Secretariado, cursos esses que posteriormente deram origem à Escola Técnica de Comércio, a FGV posteriormente iniciou seus cursos de Administração e Economia. No Rio de Janeiro, foi estabelecida, em 1952, a Escola de Administração Pública e, em São Paulo, em 1954, a Escola de Administração de Empresas, ambas, segundo depoimento do fundador, contando inicialmente com professores estrangeiros. Numa primeira etapa, vieram professores de vários países enviados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que teria levado a problemas de uniformização, depois, um conjunto mais homogêneo oriundo de universalidades americanas. Ambas as escolas da administração, no contexto da Guerra Fria, beneficiaram-se de programas de ajuda norte-americana à América Latina – “Ponto IV” do segundo mandato do presidente americano Harry S. Truman e “Aliança para o Progresso” de John F. Kennedy/Lyndon B. Johnson, todos do partido Democrata.

Em seu depoimento para o projeto “História Oral da Fundação Getúlio Vargas”, um dos organizadores da Escola de Administração de Empresas em São Paulo, o engenheiro

naval Geraldo José Lins, oficial da Marinha do Brasil, indica momentos em que foi se consolidando a escolha por um modelo americano de Administração:

Como o senhor se aproximou dos responsáveis pela montagem do curso de administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo?

Geraldo Lins — Eu era oficial de Marinha e tinha terminado o curso de mestrado em engenharia naval no MIT. Depois, em vez de tirar um PhD em área tecnológica, escolhi o curso de administração industrial, com o objetivo de melhorar a eficiência do nosso Arsenal de Marinha, com o qual eu já tinha tido uma experiência. No meio do curso, no início de 1952, precisei voltar, porque minha esposa, que estava no Brasil, ficou doente. Como minha tese tratava da adaptação das técnicas de administração industrial americanas às condições nacionais, resolvi visitar as instituições que cuidavam de administração no Brasil. (...)

Existia, na Fundação, o Instituto Brasileiro de Administração, o IBRA, do qual era diretor Luiz Alves de Mattos (...). Começamos a conversar, ele disse que estavam cogitando criar uma escola de administração de empresas em São Paulo e comentou que uma comissão ia se reunir dali a pouco para tratar do assunto. Olhou para o relógio: “Por que o senhor não vem à reunião? (...)

Fui, e lá chegando havia uma mesa grande, com professores de administração de várias faculdades: César Cantanhede, da Faculdade de Engenharia, o professor Porto Moitinho, da Faculdade de Economia. Estava presente também o diretor de ensino superior do MEC, Jurandir Lódi. Havia ainda vários representantes do Sindicato dos Economistas, um representante do Sesi, outro da Associação Comercial. Além desses, havia um americano representando a Usaid.

Iniciada a reunião, foi distribuída a última versão do currículo da escola, que achei muito acadêmico, muito teórico, pois falava-se em “ciência da administração”, “filosofia da administração” etc. O professor Mattos me apresentou, dizendo que eu estava fazendo um curso de administração no MIT, e perguntou o que eu achava do currículo. Respondi que, como não tinha acompanhado as discussões, não podia fazer uma crítica. A única coisa que podia fazer era dizer o que eu estava estudando lá. Comecei a citar: finanças, contabilidade, produção, marketing, administração de pessoal, organização de empresas... Enquanto dizia isso, o americano, que estava quase dormindo, acordou: “Dr. Mattos, se os senhores me apresentarem um currículo com as disciplinas que o comandante Lins mencionou, poderemos fornecer professores americanos, treinar professores brasileiros nas nossas escolas, oferecer material de aula. Agora, com esse currículo que estou vendo aqui, eu sugeriria até que os senhores entrassem em contato com a Sorbonne”(...)

Consta que o conde Francisco Matarazzo tinha a ideia de fazer uma escola inspirada no Instituto Bocconi, de Milão. Como o senhor compararia os dois estilos, o europeu e o americano?

Geraldo Lins — O modelo europeu era uma coisa um pouco mais atrasada, muito mais orientada para a parte financeira, contábil. No fundo, era uma escola de contabilidade. A parte de eficiência e marketing, a que os americanos davam tanta importância, não tinha um desenvolvimento muito grande. Como já estávamos em contato com os americanos, houve um choque, e o conde não cedia. Tivemos uma reunião no edifício Matarazzo: Simões Lopes, Rafael Xavier, que era então o diretor executivo da Fundação, e eu. Conversamos, tentando convencer o conde a concentrar sua contribuição numa doação em dinheiro, mas ele não quis. Insistia em criar a sua escola. (ARAÚJO, 1999, p.138-140)

De fato, foi firmado um acordo com a *Michigan State University*, no qual professores americanos lecionavam na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), mas que também recebia brasileiros como alunos. O acordo, inicialmente previsto para 4 anos, foi renovado duas vezes, vigorando de 1954 a 1966. (ARAÚJO, 1999, p.140)

4.2. O Indipo e o CEPED

Ainda em 1947, foi criado por Themístocles Brandão Cavalcanti, um dos fundadores da FGV, o núcleo de Direito Público, tendo funcionado como núcleo por cinco anos e, em 1952, foi transformado no Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP). Em 1973, o instituto, mantendo a mesma denominação, passou a atender pela sigla INDIPO. (ARAÚJO, 1999, p.106). O instituto, voltado ao estudo e a pesquisa da vida política brasileira e de seus institutos jurídicos, promovia seminários em que diversos expoentes do estudo jurídico debatiam, sendo Caio Tácito, um dos membros do INDIPO, um frequente debatedor. (ARAÚJO, 1999, p.109).

Caio Tácito, consultor jurídico do DASP de 1952 e 1953, durante o segundo governo Vargas, e que, em 1956²⁹, período do governo de Juscelino Kubitschek, passou a lecionar na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas, foi diretor da Faculdade de Direito da UERJ, de 1967 a 1970. Caio Tácito, sob a influência das ideias de San Tiago Dantas, foi um dos líderes da criação do CEPED, Centro de Estudos e Pesquisas do Ensino de Direito, que buscava modificar a formação didática para o ensino do Direito. Foram justamente as inovações didáticas trazidas pelo CEPED que vieram a inspirar a metodologia de ensino da Escola de Direito da FGV-Rio, sendo o seu fundador e atual diretor, Joaquim Falcão, um ex-aluno do CEPED (TRUBEK, 2011).

Uma vez que foi tido como inspiração para um processo de mudança do ensino jurídico que acabou culminando com a criação do CEPED e, mais recentemente, as Escolas de Direito da FGV, cabe transcrever um resumo da biografia de San Tiago Dantas:

Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de agosto de 1911, filho do almirante Raul de San Tiago Dantas e de Violeta de Melo de San Tiago Dantas. Seu pai foi comandante-em-chefe da Esquadra de 1949 a 1951 e chefe do Estado-Maior da Armada de 1951 a 1953. Ingressou em 1928 na Faculdade Nacional de Direito, concluindo o curso em 1932. Nesse ano, filiou-se à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista. Ativo militante integralista, afastou-se do movimento por ocasião da preparação do levante para depor o presidente Getúlio Vargas, em 1938. A partir de então, passou a dedicar-se à carreira acadêmica e à advocacia. Afastado da militância integralista, San Tiago Dantas passou a se dedicar à prática da advocacia e à vida acadêmica, onde se destacou nos anos seguintes. Ainda em 1938, foi aprovado no concurso para professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil e tornou-se professor visitante da Universidade de Montevideú, cargo que voltaria a ocupar dez anos depois. Em 1939, assumiu a cadeira de instituições de direito civil e comercial da Faculdade de Ciências Econômicas e, novamente por concurso, passou à condição de professor catedrático de direito civil da Faculdade de Direito, ambas ligadas à Universidade do Brasil. No ano seguinte começou a ensinar economia política na Escola de Estado-Maior do Exército. Exerceu a direção da Faculdade Nacional de Filosofia entre 1941 e 1945, período em que também lecionou direito romano na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, dirigiu a *Revista Forense* e participou, como

29 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/caio-tacito-sa-viana-pereira-de-vasconcelos>. Acesso em 04 de fevereiro de 2016.

delegado do Brasil, da I Conferência de Ministros da Educação das Repúblicas Americanas, realizada no Panamá em setembro de 1943.

Em 1945, San Tiago Dantas trabalhou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, permanecendo afastado das atividades político-partidárias então reiniciadas. Em outubro desse ano, o Estado Novo foi derrubado e em 2 de dezembro seguinte o general Eurico Dutra, ex-ministro da Guerra, foi eleito presidente da República, sendo empossado em fevereiro de 1946. Nesse ano, San Tiago Dantas saiu do CNPIC e passou a lecionar na Faculdade de Direito de Paris, na condição de professor conferencista.

Em 1948, representou o Brasil nos seminários sobre direito francês e latino-americano, realizados em Paris. Participou, também da Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, formada esse ano sob a direção de John Abbink e de Otávio Gouveia de Bulhões com o objetivo de analisar a situação da economia brasileira e suas possibilidades de desenvolvimento. Conhecida como Missão Abbink, ela agrupou técnicos, economistas, advogados, industriais, banqueiros e militares, distribuídos por diversos grupos de trabalho. San Tiago Dantas foi o relator da comissão de comércio e estudos gerais, e participou também da subcomissão de investimentos. Em fevereiro de 1949 ficou pronto o relatório final da missão, que atribuía à iniciativa privada o papel dinamizador da atividade econômica e defendia a intervenção do Estado apenas como coordenador dos investimentos. Esse trabalho não teve resultado prático, pois não foi liberado nenhum empréstimo ou financiamento para a execução dos projetos propostos.

Ainda em 1949, San Tiago Dantas assumiu a vice-presidência da refinaria de petróleo de Manguinhos, no Rio, pertencente ao grupo Peixoto de Castro, permanecendo nesse cargo durante nove anos. Em março de 1951, já no segundo governo constitucional de Getúlio Vargas, desempenhou a função de conselheiro da delegação brasileira enviada à IV Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, realizada em Washington. Durante a permanência nessa cidade, participou, também, junto com Válder Moreira Sales, Valentim Bouças, Glycon de Paiva e Roberto Campos, das negociações desenvolvidas com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) sobre as possibilidades de investimento de capital norte-americano no Brasil. Esses entendimentos influíram na liberação, em fins de 1954, de um empréstimo de quinhentos milhões de dólares.

San Tiago Dantas atuou como assessor pessoal de Vargas durante os estudos preparatórios do anteprojeto de criação da Petrobrás, encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional em outubro de 1951. O projeto, que previa a criação de uma empresa mista sob controle majoritário do governo, sofreu modificações durante a tramitação legislativa, resultando na Lei nº. 2.004, assinada por Vargas em outubro de 1953, instituindo o monopólio estatal sobre o petróleo brasileiro.

A partir de 1952, San Tiago Dantas participou ativamente de reuniões e organismos internacionais. Em janeiro desse ano, passou a integrar a Corte Permanente de Arbitragem, com sede em Haia, na Holanda, encarregada de resolver litígios entre países contratantes. Em agosto seguinte, tornou-se perito jurídico do Comitê sobre Obrigações Alimentares e Execução de Sentenças no Estrangeiro, sediado em Genebra e ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). Chefiou a delegação que representou o Brasil na III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, realizada em Buenos Aires em 1953 e, no ano seguinte, foi conselheiro da delegação brasileira presente à IV Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada no Rio de Janeiro. Representou o Brasil em maio de 1955 na reunião da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio, tornando-se de então até 1958 presidente dessa entidade.

Retornou à vida política em 1955, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais. Nomeado pelo presidente Jânio Quadros embaixador do Brasil na ONU em 22 de agosto de 1961, não chegou a assumir o cargo em virtude da renúncia de Quadros, três dias depois. Esse fato provocou uma grave crise política, pois os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart na presidência. Foi então apresentada uma emenda constitucional instituindo o regime parlamentarista de governo. Goulart assumiu a presidência em 7 de setembro de 1961, indicando

Tancredo Neves, do Partido Social Democrático (PSD) como primeiro-ministro. San Tiago Dantas foi escolhido para a pasta das Relações Exteriores.

Seguidor da chamada "política externa independente", iniciada no governo Quadros, San Tiago Dantas promoveu o reatamento das relações com a União Soviética, e na reunião de chanceleres dos países americanos, realizada em janeiro de 1962, em Punta del Este, discordou da posição dos Estados Unidos, que pretendia expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos. Em março, chefiou a delegação brasileira enviada a Genebra para participar da Conferência de Desarmamento, onde o Brasil se definiu como "potência não alinhada". Deixou o ministério em junho, para poder disputar um novo mandato na Câmara. Ainda em junho, Tancredo Neves renunciou. Para substituí-lo, Goulart encaminhou ao Congresso o nome de San Tiago Dantas, que era apoiado pelos setores nacionalistas e de esquerda do Parlamento e pelos sindicatos. Contudo, as forças conservadoras vetaram sua indicação. Em outubro de 1962, foi reeleito deputado federal.

Em janeiro de 1963, um consulta popular determinou por larga margem de votos o retorno ao regime presidencialista. O presidente formou então um novo ministério e San Tiago Dantas assumiu a pasta da Fazenda, comprometendo-se com um programa de austeridade econômica baseado no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, de autoria de Celso Furtado, ministro extraordinário para o Planejamento. O plano previa a retomada de um índice de crescimento econômico em torno de 7% ao ano, e a redução da taxa de inflação, que em 1962 chegara a 52%, para 10% em 1965. Logo após sua posse no ministério, San Tiago Dantas tomou medidas voltadas para a estabilização da moeda e aboliu os subsídios para as importações de trigo e de petróleo a fim de aliviar a situação do balanço de pagamentos, conforme exigência do Fundo Monetário Internacional. Em março, viajou para os Estados Unidos, com o objetivo de discutir a ajuda norte-americana ao Brasil e a renegociação da dívida externa.

Em meio à crescente polarização entre conservadores e reformistas, San Tiago Dantas fez um pronunciamento pela televisão em abril, apontando a existência de "duas esquerdas": a "positiva", onde ele mesmo se inseria; e a "negativa", onde incluía a ala esquerda do PTB. Diante das dificuldades encontradas na aplicação do Plano Trienal, em junho Goulart mudou mais uma vez seu ministério. Celso Furtado deixou a pasta do Planejamento e San Tiago Dantas a da Fazenda.

Quando San Tiago Dantas reassumiu seu mandato, setores militares, políticos e empresariais já se organizavam em torno da deposição de Goulart. A pedido do presidente, ele começou a articular as correntes políticas próximas do governo com o objetivo de evitar a sua derrubada. Em janeiro de 1964, concluiu a elaboração de um programa mínimo voltado para a formação de um governo de frente única, que incluiria desde o PSD até o Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, o PSD e a Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Brizola, manifestaram-se contra. A FMP acusava Goulart de conciliar com grupos contrários às reformas de base e só passou apoiar a formação da frente única quando o golpe militar era iminente. Deflagrado em 31 de março de 1964, o movimento foi vitorioso, levando o general Humberto Castelo Branco ao poder.

San Tiago Dantas faleceu no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1964.³⁰

Nota-se que San Tiago Dantas teve efetiva participação em momentos importantes da história brasileira desde os momentos que precederam o estado novo até o fim do governo de João Goulart, incluindo-se aí atuações, tanto políticas quanto acadêmicas, no exterior. Em 1955, na aula inaugural da Faculdade Nacional de Direito, San Tiago Dantas faz críticas ao ensino jurídico da época e propondo alterações didáticas e no currículo escolar. O discurso proferido nesta aula inaugural foi publicado na forma de um artigo intitulado "A Educação

30 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas> e https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/san_tiago_dantas. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

Jurídica e a Crise Brasileira”³¹ e é tido como fonte de inspiração dos fundadores do CEPED (LACERDA, 2012, p.75).

Após a 2^a. Guerra Mundial, e mais notadamente no segundo governo Vargas, anos que antecederam a criação do CEPED, houve grande aumento da participação de empresas multinacionais na economia nacional, concessões de empréstimos internacionais, além de grande mudança legislativa buscando a adequação a esta realidade. Para alguns, tais mudanças teriam exposto deficiências dos métodos tradicionais de ensino jurídico:

Em relatório sobre o significado e as atividades do CEPED apresentado à Conferencia sobre la Enseñanza del Derecho y el Desarrollo, reunida no Chile em 1971, o professor Alfredo Lamy Filho salientou que o processo acelerado de transformação da vida econômica, social e política do Brasil concorreu para ainda mais agravar os efeitos da crise no ensino do direito, pois provocou constantes mutações nas instituições da sociedade com a edição de copiosa legislação (1.039 leis publicadas entre setembro de 1963 e setembro de 1966) e a introdução de novas práticas nos meios financeiro e de negócios. Tais transformações não foram percebidas pelos estudiosos do direito, que continuaram circunscrevendo seu interesse à doutrina consagrada e à exegese dos textos legais.

As palavras de Durkheim proferidas em 1887 profetizaram a inquietação traduzida por San Tiago Dantas e Lamy muitas décadas após, e a frustrante sensação que nós, advogados de empresa, experimentamos ao prover assistência jurídica na negociação e formulação dos projetos de grandes empreendimentos que se implantavam no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 do século passado. O país experimentava o chamado “milagre do desenvolvimento”, e os advogados se viam diante de muitas novidades, das quais sequer tinham ouvido nos cursos de direito ou mesmo na prática profissional pretérita: *joint ventures*, memorandos de entendimento, acordos de acionistas, estudos de viabilidade, fluxo de caixa, relação *debt-equity*, técnicas de contratação de financiamentos de longo prazo adotadas por bancos internacionais, securitização de recebíveis, *negative covenants*, *project finance*, fusão e aquisição de empresas, declarações e garantias do vendedor, *due diligence*, *leasing*, contratos de transferência de tecnologia etc. Tínhamos de nos defrontar com advogados estrangeiros, que eram capazes de analisar um estudo de viabilidade e obter um conhecimento profundo dos fatos ínsitos em um projeto empresarial, que conheciam os procedimentos e critérios adotados pelas instituições financiadoras, que tinham familiaridade com o mercado de capitais, que trafegavam nos princípios e técnicas de administração de empresas, que conheciam contabilidade a ponto de entenderem a linguagem contábil para bem interpretar os fatos refletidos em demonstrações financeiras e sobre eles dialogar com os homens de empresa à mesa de negociações. (LACERDA, 2012, p.92)

Em entrevista concedida no âmbito do projeto “História Oral CEPED” da FGV-RIO, Marcílio Marques Moreira³², que de 1957 a 1961 serviu como secretário na Embaixada do Brasil em Washington D.C., onde exerceu também as funções de diretor temporário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que em 1963 foi assessor do Ministro da Fazenda na gestão de San Tiago Dantas e, até fins de 1965, Assessor Geral de Operações Internacionais do BNDE (criado no segundo governo Vargas e posteriormente transformou-se no BNDES), narra conversa que teria tido com David

31 Publicado originalmente na Revista Forense nº 159, p. 453, 1955.

32 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marc%C3%ADlio_Marques_Moreira. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

Trubek³³, que entre 1964 e 1966, foi consultor legal (e posteriormente chefe) do departamento de moradia e desenvolvimento urbano da USAID (*United States Agency for International Development*), no Rio de Janeiro:

T.R. - Ah, que interessante. E aí é nesse momento que o senhor se aproxima então de David Trubek?

M.M. - É, a aproximação com David Trubek, voltando um pouco para ...

G.L. - Estávamos em Georgetown.

M.M. - Voltando um pouco para Georgetown, aí em fevereiro de 1962, o Ministro do Trabalho André Franco Montoro, faz uma conferência em Georgetown, em que ele defende a idéia de que salário não é renda, o que foi recebido com certa perplexidade pelos americanos, *wages are not income*, uma coisa assim... Mas antes da conferência, Alberto Venâncio Filho andando conosco em volta da universidade onde tínhamos chegado muito cedo, derrapou no gelo e quebrou o pé. [riso]

G.L. - O Venâncio estava lá em que condição?

M.M. - Ele estava em Washington, como membro da Comitiva do Professor Carlos Chagas, participando de uma Conferência da Aliança para o Progresso sobre Educação, Ciência e Cultura. E aí nós tivemos que abrigá-lo em meu porão, por uns 15 dias, e ele ficou lendo os livros que eu estava preparando para a tese [riso]. Já nos conhecíamos, mas esse convívio mais íntimo não programado aumentou muito os laços entre nós. Ao mesmo tempo, em 1958, eu tinha conhecido, a pedido do embaixador Amaral Peixoto, três professores que vieram ao Brasil pela Fundação Ford: professor Carlson, um professor cujo nome eu não me lembro, e um outro professor, este de Harvard, Lincoln Gordon. Iniciei, aí, longa amizade com Lincoln Gordon. Em 1960, uma vez eleito Kennedy, eu sugeri ao nosso embaixador, Alfredo Bernardes, e ele concordou, que eu fosse passar quinze dias em Harvard para captar o quê o Kennedy estava preparando para o seu governo. Então aí eu estive com o Gordon, e outros – Mc Clelland, por exemplo, que chamava atenção para o papel dos padrões de valores, no processo de desenvolvimento. E fiquei muito amigo do Lincoln Gordon, tanto que em 61, já em 61, quando Jânio renuncia e Jango, que se encontrava na China, viaja para Paris, e de lá chama o Carlos Alfredo Bernardes, é aquele negócio: "por favor, diga ao governo americano que eu estou voltando, mas não tenho nenhuma ideia contrária, antiamericanas". E Bernardes pede a mim para eu comunicar isso ao Gordon, que entrementes tinha sido envolvido na Aliança para o Progresso e tinha sido *nominated*, quer dizer, indicado para ser embaixador no Brasil.

T.R. – Ah, então o Gordon depois se torna embaixador dos Estados Unidos aqui?

M.M. – No Brasil. Então nessa época ele era embaixador aqui. E então ele sempre me convidava para todos os eventos da Embaixada, e assim conheci o grupo que estava trabalhando na Embaixada e na USAID, que eram três advogados: Jerome Levinson, que era o mais antigo, era um pouco o sênior deles, David Trubek e Peter Hornbostel. [silêncio]

T.R. – E como é que surge essa ideia do CEPED, nisso?

M.M. – Essa ideia surge exatamente de um almoço, que, eu não tenho certeza se foi... Na Rua do Ouvidor, eu tenho certeza. Então, um dia o Trubek disse que precisava conversar comigo, e marcamos um almoço. Há dois restaurantes no fim da Rua do Ouvidor: um era o “Cabaça Grande” e o outro é o “Rio Minho”. Eu não tenho certeza se foi em um ou foi no outro, mas em um dos dois foi. E aí o Trubek me falou que, enfim, ele era responsável pelos assuntos jurídicos, com o Levinson, na Embaixada e na USAID, que achava que um dos problemas que ele via no Brasil era...

G.L. – Nessa ocasião, você ocupava que função no Brasil?

M.M. – Nessa ocasião, eu era diretor da Copeg - Companhia Progresso do Estado da Guanabara. Mas eu já tinha sido anteriormente, tinha trabalhado três anos no BNDES, onde era assessor geral de relações internacionais, então eu tinha um contato muito estreito com a embaixada, e a embaixada naquela época financiava o

33 Disponível em: https://clp.law.harvard.edu/assets/Trubek_Resume-2015.pdf. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

BNDES através da PL480, da Agricultura. Eles vendiam trigo para o Brasil, e o Brasil pagava em moeda local, e eles emprestavam essa moeda local. [risos]

G.L. – Era o famoso Acordo do Trigo.

M.M. – É, do Trigo PL. *Four hundred and eighty*, quatrocentos e oitenta eu acho, não é?

T.R. – Mas aí nessa época o senhor continuava vinculado ao Itamaraty, não? Tinha saído?

M.M. – Eu tinha sido, como é que se chama? Convocado, agregado.

T.R. – Ah, estava como se fosse emprestado?

M.M. – Emprestando, exatamente. Emprestando, mas estava no serviço público ainda. Na Copeg, na época o governador, aí já do Estado da Guanabara, era o Negrão de Lima. O Trubek ainda, há dois meses atrás, jantando aqui, lembrou que dessas conversas nasceram dois projetos: o CEPED e o projeto da urbanização das favelas, através de uma companhia que nós fundamos para esse fim. Chamava-se Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – Codesco. As duas coisas são quase contemporâneas, nasceram quase juntas. CEPED nasceu em 1966. Nesse mesmo ano em janeiro, quer dizer, foi o primeiro ano, no segundo mês do Negrão de Lima, uma das medidas que ele tomou tinha sido cancelar o feriado de São Sebastião, dia 20 de janeiro. E aí caiu uma chuva, uma coisa louca, e no ano seguinte se repetiu de novo, caíram prédios inteiros, em Laranjeiras, morreu muita gente.

G.L. – A família inteira de um dos irmãos de Nelson Rodrigues.

M.M. – É exatamente. E aí eu fui com o Armando Mascarenhas que era o presidente da Copeg para o Palácio Laranjeiras, conversar com o Presidente – naquela época, as coisas eram mais fáceis que era o General Castelo Branco e o chefe de gabinete era meu amigo, Luis Viana. E aí, só para dar exemplo de como eram mais fáceis, as coisas naquela época: houve a reunião, depois o Luis Viana disse: “você vai para o telex, e dá as instruções ao Roberto Campos, o que tem que fazer para conseguir ajuda dos Estados Unidos, eram, sobretudo, vacinas que o pessoal estava preocupado, vacinas contra o tifo. Bom, dito isso, no almoço, com o Trubek e o Hornbostel, falaram-me dessa ideia de certa maneira melhorar o ensino jurídico dando-lhe mais praticidade, sobretudo mais objetividade, digamos assim. E Trubek a quem ele deveria procurar. Então eu falei em dois grupos: José Luis Bulhões Pedreira, Alberto Venâncio e Antônio Bulhões de Carvalho, e o grupo jurídico da Light.

T.R. – Por que o grupo da Light? O que é que eles tinham de diferente assim os dois grupos?

(...)

G.L. – Por que você escolheu o José Luis e a Light para indicar ao Trubek, como sendo os ideais para desenvolver o projeto?

M.M. – É, é. O José Luis porque ele...

T.R. – Vocês trabalharam juntos não é?

M.M. – Trabalhamos juntos na gestão San Tiago, como Ministro da Fazenda E, enfim, criamos uma relação muito boa....A Light porque, o serviço jurídico da Light era em si um centro de pensamento do Direito. Estava lá o Lamy, estava lá o Caio Tácito, estava lá o Rubem Fonseca antes, e também o Roberto Paulo Cesar de Andrade...

G.L. – Almílcar Falcão?

M.M. – É, é. O próprio Galotti era jurista.

G.L. – Tinha aquele outro que dizem que escreveu o Ato institucional número 1, não é?

M.M. – O Chico,...

G.L. – Não, o Chico escreveu o de 37, o do ato 1, um outro nome famosíssimo também na Light.

M.M. – Era um grupo muito, Com o Trubek, teve muitas conversas também o Roberto Paulo Cesar de Andrade, advogado. Com quem ele tinha discutido exatamente o empréstimo para a Light. Então eram os dois...³⁴

David Trubek, em entrevista concedida no âmbito do mesmo projeto “História Oral

34 Disponível em: <http://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/Marc%C3%Adlio.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

CEPED” da FGV-RIO, confirma a sua perspectiva, como advogado de agência de fomento norte-americano, de que tinha dificuldades ao formalizar os termos dos contratos de empréstimo junto a advogados brasileiros em razão da formação jurídica deles, particularmente os que atuavam junto ao governo, que agiam como “guardiões neutros aplicando uma lógica formalista para definir o Direito” (no original: *neutral gatekeepers applying formalistic logic to determine the law*). Ademais, Trubek compara com sua visão “criativa” de Direito que era alinhada com o realismo norte-americano, mencionando inclusive ter trabalhado com o Juiz Charles E. Clark³⁵, que foi o diretor da escola de direito de Yale que reformulou o currículo de ensino de um dos berços do realismo jurídico norte-americano³⁶.

O mesmo David Trubek, explicando o interesse político norte-americano no projeto, confessa também que:

Estávamos oferecendo uma alternativa ao comunismo, e isto incluía a capacidade de ter um crescimento econômico mais rápido e, para ter mais crescimento econômico, você precisava ter leis eficazes regendo a economia e, a fim de ter leis eficazes regendo a economia, você tem que ter advogados que saibam elaborar as leis, interpretar as leis, implementar as leis, assim você pode rastrear CEPED até isso, o interesse americano no CEPED, até essa ideia de que teríamos que ajudar a América Latina a encontrar uma alternativa ao comunismo que levaria à satisfação das necessidades básicas e mostrar que eles não tinham que ir naquela direção.³⁷

Neste contexto, sob liderança de Caio Tácito, do lado brasileiro, e David Trubek, do lado norte-americano, foi criado o CEPED em 1966, contando com financiamento da USAID e da Fundação Ford, tendo funcionado durante 7 (sete) anos. Apesar de formalmente criado na então faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (atualmente UERJ), onde Caio Tácito era diretor, o curso de fato funcionava na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, na sede de sua Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE). A nova proposta de ensino estaria voltada para advogados já formados e enfatizaria interdisciplinaridade e estudos de casos, como já ocorria nas universalidades americanas, particularmente após a reforma de ensino realizada por Langdell, quando foi diretor da faculdade de Direito de Harvard de 1870

35 Disponível em: <http://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/DavidTrubek.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

36 Disponível em: <http://drs.library.yale.edu/HLTransformer/HLTransServlet?>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

37 O texto em língua estrangeira é: “We were offering an alternative to communist whatever, and this included the capability to have more rapid economic growth and in order to have more economic growth you needed to have effective laws governing the economy and in order to have effective laws governing the economy you have to have lawyers who knew how to draft the laws, interpret the laws, implement the laws, so you can trace CEPED back to this, the American interest in CEPED, back to this idea that we have to help Latin America to find an alternative to communism that would lead to do satisfaction of basic needs and show that, that they didn’t have to go in that direction”.

a 1895, passando a privilegiar o método de estudo de casos³⁸.

Segundo consta em trechos de entrevistas do projeto “História Oral CEPED”, Caio Tácito não teria querido efetivar o CEPED dentro da USG por temer resistência ao novo método de ensino por parte dos antigos catedráticos, optando por realizar o curso na FGV, contanto com o apoio de jovens advogados como professores, além de profissionais de outras áreas que já lecionavam na FGV, como o economista Mário Henrique Simonsen.

Em entrevista concedida por Caio Tácito por ocasião dos trabalhos que originaram o livro “Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um Ideal”, Caio Tácito faz um pequeno resumo da proposta do CEPED, destacando resistências ao novo método e a identificação com a FGV-Rio para “contribuir para a melhoria da metodologia de ensino nas faculdades de direito” (ARAÚJO, p.109, 1999).

Antes de iniciar o CEPED, os fundadores realizaram visitas a universidades americanas, com financiamento da Fundação Ford. O contato com instituições americanas permaneceu ao longo do curso. Além da presença de professores americanos, como o professor Trubek de Yale e o professor Henry J. Steiner de Harvard, que trabalhou 18 meses como consultor da Fundação Ford no CEPED, através de “bolsas de estudo oferecidas pela USAID e pela Fundação Ford, treze de seus alunos realizaram estudos pós-graduados nas universidades de Harvard, Yale, Califórnia, (Berkeley) e Michigan” (FILHO, 1977, p.328).

Um dos que beneficiaram-se desse intercâmbio, realizando o mestrado na Escola de Direito de Harvard, foi o professor Joaquim Falcão que posteriormente assumiria a direção do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-Rio e, mais recentemente, criaria a Escola de Direito da FGV-RIO:

Quando vou para a PUC, vou com esse ideal, vamos dizer “cepediano”, de mudar o ensino. E, com algumas diretrizes que se exemplificam no CEPED, por exemplo, o *case method*, a interdisciplinaridade, a questão da economia, ou seja, a questão do direito como mecanismo de desenvolvimento econômico. Essas diretrizes básicas, o modelo do CEPED, que é o que se leva para a PUC. Então, se tivesse que resumir cinco pontos básicos: o método de caso, a interdisciplinaridade, a pesquisa, a vinculação do professor não somente horista, e *law and development*. Então, basicamente, é isso que se leva lá. Mas aí vou vendo uma série de outras diretrizes e dificuldades. O CEPED, a essa altura, estava limitado como um projeto ou um curso anfíbio dentro da FGV. Era da FGV, mas não era da FGV. Começa então a tensão sobre se o CEPED se limita a isso ou se o CEPED vai além. Eu sempre achei, e os colegas todos que foram pra lá, Eduardo Fagundes, Gabriel, Jorge Hilário, Roberto Portela, Bruno Silveira, todos que a gente levou pra lá, achavam que através da PUC se teria instrumentos maiores para influenciar não somente a PUC, mas o país. (LACERDA, p.52, 2012)

A ditadura militar, segundo entrevistas obtidas por pesquisadores junto a pessoas

38 Disponível em: <http://casestudies.law.harvard.edu/the-case-study-teaching-method/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

envolvidas no CEPED, teve influência indireta no término do curso. Além de críticas ao projeto feitas por GARDNER³⁹ que associavam o apoio americano a uma política imperialista, a ditadura militar e a reticência de Caio Tácito em expandir o projeto para outros cursos jurídicos (especula-se que justamente em razão do ambiente antidemocrático da época) fizeram com que acabasse o financiamento externo ao projeto, levando ao seu fim nos moldes como se dava na FGV. Tanto a USAID quanto a Fundação Ford abandonaram o projeto.

Em um artigo intitulado 'Reabrindo o Arquivo do CEPED: O que Podemos Aprender de um “Caso do Arquivo Morto”?', Trubek explica as razões que acreditaria terem impedido tanto a expansão do CEPED quanto o êxito do projeto capitaneado por Joaquim Falcão de trazer a metodologia do CEPED para a Faculdade de Ciências Jurídicas da PUC-Rio:

Formalmente, o CEPED era parte da Universidade do Estado da Guanabara, mas isso era em grande parte uma ficção. Ele era, na realidade, uma operação própria, alojada na Fundação Getúlio Vargas e conduzida pelos professores sob a liderança de Caio Tácito. Em 1973, Tácito anunciou que o CEPED estava fechando suas portas. Por que a liderança do CEPED decidiu cessar as operações depois de 7 anos de sucesso?

Muitos de nós pensamos que a principal razão para o final do CEPED fosse o encerramento do financiamento externo. O CEPED recebia dotações substanciais da USAID e da Fundação Ford, e essas dotações permitiram que o centro montasse um curso muito efetivo, mas caro. Claramente, a perda desse apoio teria sido um golpe forte.

Mas sabemos agora que o curso do CEPED terminou antes que acabasse o apoio externo. É verdade que o dinheiro da USAID tinha secado em 1973. Tanto quanto eu posso dizer, isso não foi por causa de uma insatisfação com o CEPED. Foi, isto sim, parte de uma diminuição de todas as operações da USAID no Brasil. E se a USAID estava fora, o financiamento da Fundação Ford ainda estava disponível. Esse apoio, contudo, era condicional a que o CEPED caminhasse para o próximo estágio, disseminando o que tinha sido feito no curso-piloto. Isso poderia envolver compartilhar materiais, realizar seminários, desenvolver programas de treinamento para professores. A Ford tinha destinado uma quantia substancial para ser usada pelo CEPED para esses propósitos, mas o CEPED nunca usou os fundos. Afinal, a alocação foi cancelada e a dotação, encerrada.

Assim, a questão de por que o CEPED terminou abruptamente em 1973 acaba se transformando em por que a liderança não queria levar o projeto para o estágio seguinte. A decisão parece ter sido tomada por Caio Tácito sem muita consulta aos outros professores. Infelizmente, ele morreu antes que nosso estudo começasse, e assim nunca poderemos realmente conhecer suas razões. Mas suspeito que ele achou que a tarefa de reformar as faculdades de direito era simplesmente desanimadora demais.

As escolas de direito brasileiras nos anos 1960 e 1970 não estavam focadas nas necessidades da profissão legal, e os bacharéis encaminhavam-se a uma variedade de carreiras. Eram conduzidas quase exclusivamente por advogados militantes e juízes que recebiam salários simbólicos e devotaram apenas algumas poucas horas por semana a dar aula. Estudantes entediados assistiam a palestras de rotina. Os que queriam seguir a carreira jurídica adquiriam conhecimento profissional e faziam contatos valiosos estagiando em escritórios de advocacia. As universidades gastavam pouco nas escolas de direito, pagavam aos professores uma ninharia, e o curso de direito não precisava de acomodações caras. Havia um currículo

39 GARDNER, James A. – Legal Imperialism – American Lawyers and Foreign Aid in Latin America – The University of Wisconsin Press, 1980

obrigatório ditado pelo Ministério da Educação que deixava pouco espaço à inovação.

Nesse sistema, o CEPED era revolucionário. O curso do CEPED foi organizado para treinar profissionais do direito, não para oferecer educação geral. Para adotar seus métodos e materiais, os professores teriam que gastar muito mais tempo em trabalho de classe; os estudantes teriam que dedicar muito mais tempo ao estudo; novos cursos, não incluídos nos currículos obrigatórios, teriam que ser desenvolvidos e os cursos-padrão, repensados. E isto certamente custaria muito dinheiro.

Embora o CEPED apoiasse ideias revolucionárias, era uma revolução sem clientela. A maioria dos professores estava feliz com a estrutura existente e resistiria à necessidade de repensar os materiais e dedicar mais tempo a ensinar. Não havia entre os estudantes demanda por reformas. A liderança universitária não tinha interesse em lançar mudanças caras e potencialmente impopulares. Os escritórios de advocacia e os departamentos jurídicos estavam satisfeitos com o sistema existente, que dependia mais do aprendizado que da educação universitária para comunicar valores e habilidades profissionais.

Se o desafio da reforma das escolas de direito pode ter parecido esmagador para algumas da liderança do CEPED, pode também não ter parecido necessário. Se o objetivo primário era treinar um quadro de “novos advogados” para trabalho avançado nos setores público e privado, não havia realmente uma necessidade de confrontar o *establishment* da educação jurídica.

Os fundadores sabiam o tempo todo que a experiência iria encontrar uma oposição forte; por isso, o CEPED foi criado fora do sistema existente. Se a necessidade de um quadro de novos advogados podia ser atendida em cursos especializados como o CEPED, por que provocar uma tempestade tentando confrontar as escolas de direito?

Acrescente-se a isso o clima político repressivo daqueles dias e é fácil entender por que os mais conservadores dentre os líderes do CEPED recuavam quando confrontados com as demandas de que se dedicassem a uma reforma mais abrangente. Mas essa relutância levou a uma ruptura maior entre o CEPED e a Fundação Ford. Tanto a Ford como a USAID tinham entendido que o projeto seria para a reforma da educação em geral, não apenas a educação de uma elite que servisse aos atores econômicos no governo e no setor privado. Essa divisão revelou que ambos os doadores externos tinham objetivos mais ambiciosos para o projeto do que a liderança do CEPED, e/ou muito menos consciência dos obstáculos à reforma. A força desses obstáculos foi confirmada pela experiência subsequente na PUC-Rio. Uma das coisas que o CEPED fez foi dar bolsas a 14 advogados, principalmente aos formados pelo curso do CEPED, para estudar nos EUA.

Esses bolsistas foram mais influenciados pelo cenário americano do que os professores originais do CEPED. Nenhum dos fundadores tinha estudado nos EUA. Alguns tinham feito uma curta viagem aos EUA para observar diversas escolas antes que o curso começasse, e muitos participaram de discussões ocasionais sobre a educação legal com o professor de Harvard Henry Steiner, que ensinou no CEPED durante 18 meses. Mas a experiência dos bolsistas foi muito diferente: eles passaram 1 a 2 anos nos programas de mestrado em Yale, Harvard, Berkeley e escolas americanas semelhantes, e realmente absorveram completamente a postura da educação jurídica americana. Como resultado, voltaram entusiastas da reforma da educação jurídica e ansiosos para prosseguir além de onde o CEPED tinha parado.

Quando o CEPED estava fechando suas portas, eles tiveram sua oportunidade quando vários antigos estudantes e bolsistas do CEPED, liderados por Joaquim Falcão, Jorge Hilário Gouveia Viera e Gabriel Lacerda, conduziram uma grande reforma na escola de direito da PUC. Inspirada pelo CEPED, esta reforma procurou implementar as mudanças que a Ford e a USAID tinham esperado que o CEPED levasse adiante. Os ex-cepedistas da PUC obtiveram financiamento de curto prazo da *Inter-American Foundation* e desenvolveram uma programação inovadora tanto para a graduação quanto para o mestrado. A experiência, contudo, enfrentou forte resistência do corpo docente e dos estudantes. Depois de alguns anos, a administração acabou com ela. O controle da escola de direito voltou às forças conservadoras e os ex-cepedistas, em sua maioria, foram embora. (LACERDA, 2012, p.105-107)

Assim, apesar de formalmente estruturado até hoje na UERJ, o CEPED que de fato existia na FGV-RIO terminou em 1973, durante o regime militar.

4.3. As Escolas de Direito da FGV

Apesar da tentativa de ex-alunos replicarem o modelo de ensino do CEPED em outras instituições de ensino, somente nas recentes escolas de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, teria sido encontrado um modelo sustentável para a adoção da metodologia. Na FGV-Rio, a criação de uma nova Escola de Direito foi dirigida por Joaquim Falcão, ex-aluno do CEPED, que já havia tentado, em outras circunstâncias, repetir o modelo do CEPED na PUC-RIO sem êxito.

Em síntese, segundo o exposto na sessão anterior, haveria 3 (três) fatores que, relacionados entre si, levaram ao fim do CEPED: (a) falta de iniciativa do diretor, Caio Tácito, em promover a expansão da metodologia de ensino jurídico para outras escolas, muito provavelmente em razão do (b) regime ditatorial da época que não aprovaria uma visão, segundo os pesquisadores, mais crítica do direito, além da resistência dos setores tradicionais das universidades à adoção de um novo modelo, o que teria levado a (c) suspensão do financiamento externo, o que era essencial tendo em vista a metodologia exigir um maior quantidade de recursos financeiros.

Segundo exposto no projeto pedagógico do curso, além da ambição em contribuir com a renovação do ensino jurídico e retomar a publicação de obras jurídicas como já ocorreu na época do CEPED e INDIPO, haveria uma terceira razão para a proposta de um novo curso:

A FGV detectou uma forte demanda no mercado de trabalho ainda não suficientemente atendida. Não se trata de mais um curso a produzir profissionais iguais para um mercado cada vez mais diferenciado. Na verdade, a mais minuciosa análise do mercado profissional indica que sobram profissionais de formação enciclopédica, generalista, formal e pouco prática. Faltam profissionais com uma formação interdisciplinar, prática, e especializada. Não é aquele o profissional que se pretende formar. É este.

O curso assume uma sintonia entre mercado e ensino que começa na própria formulação do projeto, amplamente fundamentado em pesquisa de mercado que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro.

O interesse em pesquisa e ensino jurídico está inserido num contexto maior da estratégia da FGV de expansão de cursos que, após a morte do seu fundador e até então único presidente, Luiz Simão Lopes, e um longo período de crise, passou a ser presidida por Carlos Ivan Simonsen Leal, sobrinho de Mário Henrique Simonsen (ANGARITA, 2010, p.39,41).

Assim, segundo as políticas de uma nova gestão, a FGV teria identificado um nicho de mercado em que uma nova proposta de ensino jurídico poderia ser ofertada:

Conta Simonsen Leal: “Em 1991, iniciei um trabalho de geração de receita na Fundação Getúlio Vargas. Comecei criando cursos de *business*, ainda na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), pois eu possuía experiência como consultor e também uma boa visão de negócios. Criei, então, uma série de produtos para serem vendidos pela FGV. Embora isso não representasse uma novidade para algumas das unidades da Fundação em São Paulo, no Rio de Janeiro não havia ainda uma cultura enraizada de venda de produtos. Em um segundo momento, passamos a oferecer serviços de consultoria pública e privada no Rio de Janeiro, até que surgiu a ideia de expandir o oferecimento dos nossos cursos de educação continuada para outros estados brasileiros”. E mais adiante: “As mudanças que introduzi obviamente mexiam nas estruturas de poder da Fundação, já que colocavam em xeque as práticas de gestão vigentes. Diante de uma política de geração de receitas, perdem voz aqueles que não são capazes de gerar produtos, e de contribuir para o saneamento financeiro da FGV. Ainda que o teste de mercado seja, às vezes, muito duro, ele é totalmente necessário para que a instituição possa cumprir adequadamente a sua missão, que não se confunde com a satisfação de interesses fragmentários de certos grupos” (...)

Da mesma forma, a criação de duas novas escolas de Direito, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, no começo da década de 2000, fundamentou-se em um diagnóstico do estado do ensino jurídico brasileiro naquele momento, percebido pelo presidente Simonsen Leal como carente de novas experiências em produção e difusão de conhecimento. Nesse contexto, portanto, havia uma boa oportunidade para que a Fundação Getúlio Vargas buscasse desenvolver uma atuação *inovadora* no setor: “No planejamento da difusão de conhecimento, é preciso identificar as deficiências e as lacunas existentes no sistema de ensino. Mesmo em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, há várias áreas que carecem de bons cursos. Sem desmerecer outras instituições, minha interpretação é que havia um enorme espaço não preenchido por outras escolas para a difusão de conhecimento na área de Direito. Entendo que no país inteiro, naquele momento, não havia nenhuma faculdade investindo seriamente na produção de conhecimento e que desse especial atenção à área de Direito Empresarial, por exemplo. Esse diagnóstico também pôde ser aplicado aos cursos de Economia na cidade de São Paulo. Ao me dar conta disso, eu decidi voltar meus esforços para vencer resistências oriundas da própria Fundação Getúlio Vargas, temerosas da perda do monopólio das escolas do Rio de Janeiro”

Tendo identificado a oportunidade e tomado a decisão de criar duas escolas de Direito no âmbito da FGV, Simonsen Leal convidou dois conhecidos professores para dirigir as novas unidades de ensino e pesquisa. Para a direção da escola do Rio de Janeiro foi convocado Joaquim de Arruda Falcão Neto, consagrado autor de trabalhos sobre a evolução do ensino jurídico brasileiro. Já no caso de São Paulo, o profissional convidado para conduzir a criação da nova faculdade foi Ary Oswaldo Mattos Filho, advogado de renome e dono de um longo currículo como professor da EAESP (ANGARITA, 2010, p.42,43).

Apesar de não ser ex-aluno do CEPED como Joaquim Falcão, Ary Oswaldo Mattos Filho também cursou mestrado em Direito em Harvard e esteve ligado à tentativa de se repetir, em 1972, a fórmula do CEPED na cidade de São Paulo (ANGARITA, 2010, p.37-38). Além disso, Simonsen Leal menciona um dos motivos que o levaram a convidar Ary Oswaldo Mattos Filho como para a direção da Escola de Direito da FGV em São Paulo:

Certa feita, li uma entrevista do professor Ary Oswaldo publicada em um livro sobre a história da Fundação Getúlio Vargas. Aquele seu depoimento me causou um grande impacto, pois ali ele afirmava que a FGV precisava inovar, precisava ocupar novos nichos de mercado. Essa era uma opinião da qual eu compartilhava fortemente. Desde então, não tive dúvidas de que para criar uma escola de Direito inovadora, tal como era a minha intenção, seria preciso contar com a ajuda de uma pessoa como ele. O nome do professor Ary Oswaldo surgiu antes, portanto, que aparecesse a oportunidade de estabelecimento da escola. (ANGARITA, 2010, p.43-

44).

David Trubek, quase 40 anos depois do seu envolvimento com o CEPED, conclui que a mudança das circunstâncias brasileiras teria levado às escolas de Direito da FGV do Rio de Janeiro e São Paulo a superarem os obstáculos que outrora teriam se apresentado ao CEPED:

Por que pôde a FGV superar todas as barreiras que o CEPED tinha enfrentado e que tinha se intimidado de confrontar?

Para responder a essa pergunta, precisamos olhar para as mudanças que ocorreram no Brasil durante esse período de 30 anos. A experiência da FGV surgiu em um Brasil muito diferente do mundo que o CEPED experimentou. Em 2000, embora muitos dos velhos obstáculos ainda persistissem, novas possibilidades tinham surgido. Essas possibilidades foram capturadas pela FGV.

O sucesso da experiência da FGV deve muito à visão da liderança da FGV, à energia e à imaginação dos diretores fundadores – Joaquim Falcão, no Rio; e Ary Oswaldo Mattos Filho, em São Paulo –, que conceberam e lideraram a experiência, e ao trabalho duro de jovens professores brilhantes em ambas as escolas. Os dois diretores tinham acompanhado a experiência do CEPED no auge do projeto. Conheciam os problemas que tinham encontrado. Ambos sabiam que muitos dos velhos obstáculos à reforma ainda estavam lá. Mas eles viram também que as condições modificadas poderiam tornar mais fácil superar algumas dessas barreiras.

Quais as mudanças que facilitaram a experiência da FGV? Essas mudanças podem ser resumidas em quatro palavras: democratização, liberalização, privatização e globalização. Nos 30 anos entre o final do CEPED e o começo da experiência da FGV, surgiu um novo Brasil. (LACERDA, 2012, p.109)

Em resumo, democratização, liberalização, privatização e globalização são as razões apontadas por Trubek que permitiram a concretização do projeto de Escolas de Direito da FGV no Rio de Janeiro e em São Paulo. A democratização trouxe uma preponderância das carreiras jurídicas, principalmente em cargos públicos. A chamada liberalização provocada com o Estado deixando de atuar diretamente na economia e a privatização provocando um maior crescimento do mercado de capitais e investimento estrangeiro levaram a uma maior demanda por serviços na área do Direito corporativo. A globalização trouxe maior troca de informações com centros de produção de conhecimento no exterior, seja pela maior disponibilidade de acesso à produção acadêmica, seja pela maior facilidade em se estudar no exterior.

Diante dessas novas circunstâncias, ainda segundo Trubek, houve demanda que pudesse pagar pelos elevados custos de uma educação integral, vendo isso como um investimento que os permita ocupar posições bem remuneradas, seja em cargos públicos (principalmente no caso do aluno do Rio de Janeiro), seja no setor corporativo (principalmente no caso do aluno do Rio de Janeiro). Interessante notar, apesar de não mencionado por Trubek em seu artigo, que se repetiram as premissas que iniciaram as escolas de administração da FGV, inicialmente voltadas ao serviço público no Rio de Janeiro e às empresas em São Paulo. Além disso, segundo Trubek, o fato de as Escolas de Direito serem instituições completamente novas eliminava o risco de oposição de professores ou alunos que

não concordassem com o novo modelo de ensino que poderia existir no caso de reformulação de um curso previamente existente:

A FGV viu a necessidade de uma nova forma de educação jurídica que atendesse às necessidades da profissão legal e de seus clientes no século XXI. Sentiu que o sistema de educação jurídica existente não estava fornecendo o tipo do conhecimento legal e o tipo de advogados que eram demandados pelo novo mundo do direito brasileiro. O Brasil precisava de melhores advogados tanto no setor privado como no setor público. Mas as firmas e as agências governamentais não poderiam mais se basear primordialmente nas redes sociais e estágios para os advogados que precisavam contratar. Algumas começaram a olhar para o treinamento nas escolas de direito como um fator importante na contratação. Havia um nicho de mercado para as escolas que pudessem atender a essas necessidades. E graças em parte ao crescimento econômico, havia mais gente disposta a pagar por esse tipo de treinamento e conhecimento.

A FGV conseguiu aproveitar a experiência do CEPED para fazer coisas que o CEPED não tinha conseguido realizar. O novo mercado para treinamento e conhecimento legal resultou em que a FGV pudesse superar um dos maiores obstáculos que tinham impedido o CEPED de progredir: o custo da educação legal integral. Usando um plano financeiro que combinava mensalidades altas na graduação e compensação substancial para cursos de pós-graduação de educação profissional continuada, a FGV conseguiu contratar um grupo de professores de tempo integral, encorajá-los a fazer pesquisa inovadora, e criar dependências bem equipadas e boas bibliotecas. Os estudantes em potencial, especialmente em São Paulo, estavam dispostos a pagar mensalidades muito altas para obter o tipo de treinamento que eles achavam que o setor do direito corporativo estava procurando. Isso também aconteceu no Rio, mas, além disso, muitos estudantes no Rio olhavam para a FGV como um ponto de entrada para as posições bem pagas no governo e no Judiciário.

A FGV teve outra vantagem: estava começando instituições completamente novas. Não havia professores entrincheirados que combateriam qualquer reforma, estudantes zangados não dispostos a aceitar mensalidades mais altas combinadas com mais trabalho, nenhum ex-aluno para se opor a mexer em tradições sagradas.

Quanto à replicabilidade do modelo da FGV em outras faculdades de Direito, Trubek novamente chama a atenção para o aspecto financeiro envolvido:

Mas uma coisa está clara: será muito difícil replicar o modelo da FGV como um todo. Isso porque as escolas da FGV ocupam um nicho único que repousa em uma estrutura financeira difícil, se não impossível, de ser copiada por outras escolas. É certo que algumas das novas ideias curriculares, métodos de ensino e materiais de instrução desenvolvidos pela FGV podem se difundir para outras escolas de direito. Mas outros traços, como um grande contingente de professores de tempo integral, apoio aos professores para realizarem pesquisas, dependências modernas e dispendiosas conexões globais, serão mais difíceis de desenvolver em instituições às quais falte a base financeira e o poder de mercado das escolas da FGV.

Em primeiro lugar, a demanda dos estudantes por educação jurídica muito dispendiosa pode ser limitada. Os estudantes da FGV parecem dispostos a pagar as mensalidades altas que essas escolas cobram em parte porque veem isso como um investimento em educação que lhes dará acesso a empregos bem pagos, tanto no setor privado como no setor público. Quantos desses empregos existem e quantas pessoas estarão dispostas a investir grandes somas para ter melhor acesso a eles? Em segundo lugar, as escolas da FGV têm outra fonte de renda não facilmente replicada por outras escolas. Por causa do sucesso em áreas como administração de negócios e economia, a FGV é uma marca poderosa. O plano financeiro das escolas da FGV repousa em parte na renda de cursos de educação continuada ministrados por advogados praticantes. A marca geral FGV deu a esses cursos um selo de qualidade antes mesmo que as reputações altamente merecidas das escolas de direito se tivessem estabelecido: seria difícil a outras instituições competir por esse mercado.

Além dos cursos de educação continuada mencionados por Trubek no contexto do

plano financeiro da FGV, são cada vez mais frequentemente noticiados na imprensa convênios realizados entre órgãos do Judiciário e a FGV, particularmente envolvendo a área de gestão e planejamento, seja em seus cursos de capacitação de magistrados⁴⁰, seja na análise de banco de dados de tribunais⁴¹.

4.4. Medindo o Judiciário no Brasil

No Brasil, o uso sistemático de métricas para avaliação e proposição de mudanças no funcionamento do Judiciário iniciou-se com a Emenda Constitucional 45 de 2005 sobre a reforma do Judiciário, em que foi dado enfoque na mensuração e gestão de desempenho do Poder Judiciário como uma das atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que na ocasião era criado. Segundo o Art. 103-B, § 4º, incisos VI e VII, da CF/1988, compete ao CNJ elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário; e elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País.

A proposta de Emenda Constitucional sobre a reforma do Judiciário tramitou por 13 anos no Congresso Nacional, mas suas origens remontam o chamado "diagnóstico das necessidades da Justiça" elaborado durante a presidência de Ernesto Geisel durante o regime militar, conforme a exposição de motivos da EC 45/2004:

(...) em visita protocolar ao Supremo Tribunal Federal, logo após a sua posse na chefia do Executivo, o então Presidente Ernesto Geisel, tomando conhecimento da situação de crise e que se debatia o Judiciário, concordou com os ministros que o receberam quanto à necessidade de o submeter à tão falada e ampla reforma, a fim de lhe emprestar condições para o cumprimento da missão que lhe cabia dentro dos ideais de desenvolvimento socioeconômico do País.

Com a finalidade de planejá-la, a Corte Suprema procedeu a uma metódica colheita de dados, os quais, devidamente selecionados e estudados, deveriam indicar o caminho a seguir.

Desde então, movimentaram-se juízes, advogados e representantes do Ministério Público, procurando oferecer alternativas válidas para a transformação do panorama judiciário brasileiro num sistema eficiente de distribuição da justiça.

Afinal, o Supremo Tribunal ofereceu, em junho de 1975, um alentado relatório ao Presidente da República, que qualificou de "diagnóstico".

Contudo, de um diagnóstico, o que se esperaria é que tivesse tornado o mal transparente, de modo a que pudesse ser atacado em profundidade, e nas causas: o diagnóstico se opõe à consideração superficial, que atende apenas aos sintomas. Em 1974, quando os ministros do Supremo Tribunal Federal clamaram por uma "reforma ampla e global" na Justiça brasileira, seu interlocutor, o Presidente Ernesto Geisel, deferiu-lhes a iniciativa da empresa, ressaltando que caberia ao próprio Supremo levantar um "diagnóstico das necessidades da Justiça". É sob este nome que chegou às mãos do Presidente o extenso relatório com a resposta do Supremo. O conteúdo do documento, entretanto, ficou aquém do nome convencionado:

40 Disponível em: <http://diretorio.fgv.br/programa-de-capacitacao>. Acesso em 22 de maio de 2016.

41 Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15167>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

escaparam-lhe algumas áreas críticas do mal, prejudicando a profundidade do conjunto. Faltava simetria entre o "diagnóstico" e a reforma "ampla e global" que se reclamou. (BRASIL, 1992)

Como concretização de sua atribuição, o CNJ, em 2005, criou seu “Sistema de Estatística do Poder Judiciário” (SIESPJ) em substituição ao Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ), que teria sido criado em 1989, mas que só veio a funcionar formalmente em 2004 (BRASIL, 2004b):

O SIESPJ, coordenado pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ com o apoio operacional do DPJ, tem como principal objetivo a coleta de informações e indicadores estatísticos precisos, padronizados e confiáveis que possibilitem comparações, diagnósticos, análises estatísticas, mensurações e avaliações de desempenho ou produtividade de órgãos, unidades, magistrados e servidores, para subsidiar a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão estratégica das instituições do Judiciário.⁴²

Assim, a criação dessas ferramentas estava em um contexto em que se buscava uma modernização e um controle externo da Justiça, pois o Poder Judiciário era, dentre os três Poderes da República, o único infenso à fiscalização. Enquanto o Executivo é Fiscalizado pelo Legislativo, este pelo povo e ambos pelo Poder Judiciário. Os juízes não se submetiam a qualquer modalidade de censura externa (BRASIL, 1992).

Assim, há uma crescente busca por transparência, mecanismos de controle e *accountability*, ou seja, obrigação de prestar contas, na Administração Pública em geral. Isso trouxe uma cultura para a abertura das informações, de modo que, por meio da análise dos dados do poder Judiciário mediante certos índices, a sociedade e os órgãos de gestão estratégica do sistema judicial possam identificar problemas e planejar a sua solução. (SERBENA, 2013)

Com a informatização da gestão dos processos judiciais, dos cartórios e dos tribunais, há uma disponibilização cada vez maior de dados que são inseridos durante o cadastramento no sistema e a cada movimentação processual, o que diminui a necessidade de elaboração de relatórios por meio de coleta manual, reduzindo a inserção de erros e aumentando a quantidade de dados disponíveis.

Atualmente, dentro do âmbito do CNJ e do STF, os principais sistemas de coleta de dados do Poder Judiciário em operação são: “Justiça em Números”, “Justiça Aberta”, “Resolução n. 88/2009”, “Resolução n. 102/2009”, “Indicadores estratégicos do Poder Judiciário” e “O Supremo em Números” (SERBENA, 2013). Entre esses sistemas, o “Projeto Supremo em Números” é o único externo à Administração Pública. Além disso, traz o rótulo da FGV, instituição que possui grande credibilidade no país, em razão da sua história no

42 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistemas/sistema-de-estatistica-do-poder-judiciario-siespj>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

ensino e pesquisa em Administração e Economia, sendo, portanto, de especial importância na definição de políticas públicas.

4.5. O Projeto Supremo em Números

Segundo Pablo Cerdeira, professor da FGV-RIO, idealizador do “Projeto Supremo em Números”, antes da criação do CNJ, o STF elaborou o primeiro relatório Justiça em Números:

Como linha de pesquisa, começou institucionalmente apenas em 2004, com a publicação do I Relatório Justiça em Números, à época pelo Supremo Tribunal Federal sob a presidência do ministro Nelson Jobim. Com a instauração do Conselho Nacional de Justiça em 2005, os relatórios do Justiça em Números passaram para este órgão, e desde então vem sendo publicados e aprimorados, ano após ano. Também sob coordenação do CNJ, por sugestão do então conselheiro e diretor da FGV Direito Rio, Joaquim Falcão. Foram estimuladas e financiadas pesquisas sobre dados empíricos do Poder Judiciário. Foi criado o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário e os Núcleos de Estatística e Gestão Estratégica do Poder Judiciário em cada tribunal. Esses núcleos são compostos “preferencialmente por servidores com formação em Direito, Economia, Administração, Ciências da Informação, sendo indispensável servidor com formação em estatística”. Sob coordenação do agora conselheiro José Guilherme Vasi Werner, o CNJ lançou pesquisa com os 100 Maiores Litigantes do Poder Judiciário. A FGV Direito Rio, sob minha coordenação, lançou o Supremo em Números. Prepara-se, agora, para novas empreitadas no que se convencionou chamar de jurimetria, ou seja, medir o Direito. (CERDEIRA, 2011)

O professor Joaquim Falcão, diretor e fundador da Escola de Direito da FGV-RJ, foi conselheiro do CNJ nas duas primeiras composições, entre 2005 e 2009, indicado pelo Senado Federal. Em 2011, na FGV-Rio, Joaquim Falcão, com os professores Pablo Cerdeira e Diego Werneck, elaboraram o primeiro relatório do projeto Supremo e Números.

O “Supremo em Números” é um projeto de pesquisa do Centro de Justiça e Sociedade (CJUS) da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (FGV-Rio). O referido projeto propõe-se a realizar um diagnóstico do funcionamento do Supremo Tribunal Federal a partir da análise de dados de andamentos processuais desde 1988.

Segundo o sítio do projeto na internet,

Para que de fato se conheça as instituições do Poder Judiciário é preciso olhar para elementos geralmente invisíveis em análises qualitativas dos textos ou de decisões isoladas. Assim, o Supremo em Números atenta para dados sobre andamentos dos processos, sua duração, seus atores, suas origens geográficas, seu assunto e as regularidades e correlações entre esses e outros elementos.

(...)

O objetivo do Supremo em Números, em oposição ao modelo de análise qualitativa mais difundido, é fundamentar quantitativa e estatisticamente discussões sobre a natureza, a função e o impacto da atuação do STF na democracia brasileira.

(...)

O Supremo em Números permite uma análise diferenciada do papel do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito brasileiro, assim como também possibilita conhecer melhor o funcionamento interno deste poder.⁴³

Segundo consta do primeiro relatório do projeto:

A unidade básica para se analisar essa crescente participação do Poder Judiciário e, sobretudo, do STF no equilíbrio no cenário institucional do direito brasileiro é familiar: os processos pelos quais o tribunal decide (ou decide não decidir) questões cada vez mais centrais na política brasileira. Os processos e decisões judiciais são um registro tangível da influência que o Judiciário tem exercido sobre questões políticas. No caso específico do STF, expressam como, quando e sobre o que decidem seus ministros — isto é, o comportamento desses atores judiciais. (FALCÃO, 2011, p.7)

O embrião do projeto foi o trabalho realizado pelo professor Pablo Cerdeira em 2010 que foi consolidado na forma do primeiro relatório do projeto intitulado “O Múltiplo Supremo”. Até a publicação desse primeiro relatório, o projeto não era de conhecimento do Supremo, tendo sido desenvolvido a partir de técnicas de computação que extraíam dados diretamente de páginas do STF na internet, por meio de técnica automatizada de extração de dados de páginas web (*webscrapping*) e uso de “expressões regulares” que permitem a busca por padrões em textos (COELHO, 2012).

A partir da publicação do primeiro relatório, o projeto passou a ser apoiado institucionalmente pelo STF, que fornece, a partir de um convênio, cópia de parte do seu Banco de Dados para ser objeto de estudo pelo projeto Supremo em Números. Além disso, tanto no segundo quanto no terceiro relatórios do projeto são feitas referências explícitas a ministros do STF que de alguma maneira revisaram ou teceram comentários antes da divulgação dos relatórios.

O professor Pablo Cerdeira, com experiência profissional tanto na área da Computação quanto do Direito, saiu da coordenação do projeto Supremo em Números em 2012 e foi coordenar o projeto de uso de grandes volumes de dados para a administração pública da Cidade do Rio de Janeiro (“PENSA – Sala de Ideias”). A partir de então, a coordenação do projeto Supremo em Números passou a ser exercida pelo professor Ivar Alberto Martins Hartmann.

O projeto, particularmente em seu início, contou com o apoio de diversas escolas da FGV-Rio. Apesar de originário do CJUS da Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio), em todos os três primeiros relatórios do projeto, há menção ao apoio da Escola de Matemática Aplicada (FGV/EMAp) da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, o engenheiro-chefe do projeto, Daniel Chada, é aluno de doutorado da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV/EBAPE).

Diferentemente da EBAPE, cuja origem remonta a antiga Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP) criada em 1952⁴⁴, tanto a EMap

44 Disponível em: <http://ebape.fgv.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

quanto a FGV Direito Rio são cursos relativamente recentes. A primeira foi criada em 2011⁴⁵, pouco tempo antes do início do projeto, enquanto a segunda foi criada em 2002⁴⁶.

Segundo página da EMaP mantida na internet, “a Escola tem como missão atuar na aquisição e repasse do conhecimento científico e tecnológico de base matemática que possam ser aplicados, principalmente, nas áreas relacionadas às Ciências Humanas e Sociais”⁴⁷.

Em seu sítio na internet, consta que o CJUS da FGV Direito Rio

Tem a missão de produzir conhecimento sobre o papel institucional e o modo de funcionamento do Poder Judiciário e das outras instituições do sistema de justiça. As atividades do Centro são orientadas não apenas para a produção de conhecimento, mas também para colaborar com a modernização do Judiciário e das instituições do sistema de justiça, assim como fomentar a pesquisa e o desenvolvimento das carreiras jurídicas na área pública.

O Supremo em Números está cadastrado como linha de pesquisa no CNPQ dentro do grupo “Instituições, Sociedade e Regulação da Administração da justiça” e possui como objetivo:

Investigar a carga de trabalho e atuação do Supremo Tribunal Federal de modo a produzir propostas regulatórias sobre a gestão e o direito processual de acesso ao Tribunal. O projeto Supremo em Números surge da convergência entre a produção empírica de conhecimento jurídico e a aplicação de tecnologias de computação para melhor compreender informações em larga escala. São aliadas habilidades jurídicas e informáticas para produzir dados inéditos sobre o Supremo Tribunal Federal.⁴⁸

Desde o início do projeto, foram divulgados quatro relatórios temáticos no seu sítio da internet⁴⁹. Alguns artigos voltados à comunidade acadêmica foram produzidos com base nos dados do projetos, mas, até a presente data, não se encontram centralizados e disponibilizados no referido sítio, sendo possível encontrar alguns a partir de buscas em revistas científicas ou consulta ao currículo Lattes dos pesquisadores envolvidos no projeto.

Em ordem cronológica os quatro relatórios elaborados pelo Supremo em Número são⁵⁰:

1. Múltiplo Supremo: nesse relatório, os pesquisadores argumentam que o “Supremo não se comporta como um só tribunal, mas sim como três cortes distintas fundidas na mesma instituição, um tribunal com três *personas*”. Assim a partir do agrupamento dos diferentes tipos de processo com que se pode acessar o STF em 3 categorias (constitucionais, recursais e ordinários) os pesquisadores traçam um diagnóstico do tribunal.

45 Disponível em: <http://emap.fgv.br/quem-somos>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

46 Disponível em: <http://diretorio.fgv.br/institucional>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

47 Disponível em: <http://emap.fgv.br/quem-somos>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

48 Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/5487556485165852285298. Acesso em: 22 de maio de 2016.

49 Disponível em: www.supremoemnumeros.com.br. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

50 Disponível em: <http://www.fgv.br/supremoemnumeros/publicacoes.html>. Acesso em: 13 de junho de 2016.

2. O Supremo e a Federação: aqui os pesquisadores agrupam os processos em função dos entes federativos do tribunal de origem. A partir desta abordagem buscam identificar os entes que mais demandam o STF, bem como os assuntos dos processos correspondentes.

3. O Supremo e o Tempo: no terceiro relatório, os pesquisadores utilizam dados sobre o tempo de tramitação de processos para obter indicadores da atuação do STF como, por exemplo, o tempo até uma decisão liminar ou até o efetivo trânsito em julgado.

4. O Supremo e o Ministério Público: no último relatório disponível até a presente data, os pesquisadores buscam identificar características da atuação do MP a partir de que tribunal sua atuação original ocorre, sua taxa de sucesso, o tempo de duração de certas fases processuais e os assuntos dos processos.

5. ANÁLISE

Em maio de 2011, o primeiro relatório do Projeto Supremo em Números, que foi publicado no mês anterior, foi apresentado na Sala de Sessões da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal⁵¹. Este primeiro relatório identifica um “múltiplo supremo” no STF, uma vez que este se apresentaria como “três cortes distintas” de acordo com as classes processuais dos processos julgados, um supremo “constitucional”, um “recursal” e outro “ordinário”, sendo que essas três categorias correspondem a certos tipos de classes processuais:

1. Processos constitucionais

Dizem respeito, sobretudo, ao controle concentrado em abstrato de constitucionalidade. Foram aqui incluídos os processos pertencentes às classes: Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), Mandado de Injunção (MI) e Proposta de Súmula Vinculante (PSV).

2. Processos recursais

Dizem respeito, sobretudo, ao controle de constitucionalidade a partir de casos individuais, concretos, em sede de recurso, ou seja, cuja constitucionalidade já foi julgada anteriormente por um juiz ou tribunal inferior. Foram aqui incluídos os processos recursais mais representativos, quais sejam, os recursais de massa: os Agravos de Instrumento (AI) e os Recursos Extraordinários (RE).

3. Processos ordinários

Todos os demais casos que não se enquadram na classificação acima, ou seja, não são recursais de massa ou não são constitucionais de controle concentrado, foram classificados como ordinários. Eles incluem, por exemplo, os processos de competência originária — aqueles nos quais o Supremo atua como tribunal de instância única no caso individual, como em processos movidos contra membros do Congresso. (FALCÃO, 2011, p.19-20)

O presidente do STF na ocasião era o Ministro Cezar Peluso, quem já havia proposto a chamada “PEC do Recursos”, proposta de emenda à Constituição para reduzir o número de

51 Notícia no portal do STF informando sobre o evento. Disponível em <http://m.stf.gov.br/portal/noticia/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178260>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

recursos e dar eficácia imediata às decisões judiciais de segunda instância. Segundo o ministro, "no Brasil o STF funciona como quarta instância e os Tribunais Superiores como terceira, e o acúmulo de serviço é responsável pela demora dos processos e pela sensação de impunidade contra a qual a sociedade reclama há muitos anos"⁵². Havia uma sintonia entre a demanda do ex-presidente do STF e os resultados do primeiro relatório do Projeto Supremo em Números que declara:

A primeira e fundamental diferença entre as três cortes é seu tamanho relativo dentro da carga de processos do STF (...) A absoluta maioria dos processos recebidos pelo Supremo origina-se da Corte Recursal, correspondendo a quase 92% dos casos de 1988 até 2009. Quantitativamente, portanto, o Supremo não é uma "corte constitucional" no sentido original em que esse tipo de instituição foi pensada. (FALCÃO, 2011, p.21)

Nota-se então a criação de objetos "corte recursal", "corte constitucional" e "corte ordinária" que são "classes de equivalência". Elas permitem agrupar, sobre uma mesma categoria, diversos casos particulares às custas de eliminação de certas particularidades em função de traços comuns de forma a criar uma referência para tomada de decisões ou para se obter um acordo nos debates no espaço público; a estatística mostra-se como uma tecnologia de intersubjetividade (HACKING, 2011, p.130):

The construction of a statistical system cannot be separated from the construction of equivalence spaces that guarantee the consistency and permanence, both political and cognitive, of those objects intended to provide a reference for debates. The space of representativeness of statistical descriptions is only made possible by a space of common mental representations borne by a common language, marked mainly by the state and by law.⁵³ (DESROSIÈRES, 1998, p. X).

Isso mostra um aspecto duplo, tanto cognitivo quanto de decisão, o que Foucault entenderá com relações entre saber e poder, das ferramentas estatísticas:

How can single units be made out of a multiple? How can this unity be decomposed to make a new diversity? And to what end? These three different but inseparable questions recur throughout the slow development of the statistical tools used in objectifying the social world. Use of the verb "to make," in their formulation, is not intended to imply that this process of producing reality is artificial (and therefore false); rather, it is meant to recall the continuity between the two aspects—cognitive and active—of the analysis. This close overlap, characteristic of the probabilistic and statistical mode of knowledge, may explain why these techniques are seldom described with any subtlety by the philosophy of sciences. The apparent complexity of the field—the technical nature of which alone could justify this relative silence—is itself the result of this particular situation, in which the worlds of action and knowledge are conjoined⁵⁴ (DESROSIÈRES, 1998, p. 67).

52 Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178760>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

53 O trecho correspondente na tradução é: "A construção de um sistema estatístico não pode ser separada da construção de espaços de equivalência que garantem a consistência e a permanência, tanto política quanto cognitiva, daqueles objetos destinados a serem uma referência para as discussões. O espaço de representatividade das descrições estatísticas só se torna possível através de um espaço de representações mentais comuns nascido de uma linguagem comum, marcados principalmente pelo Estado e pela lei."

54 O trecho correspondente na tradução é: "Como as unidades individuais podem ser feitas a partir de um múltiplo? Como esta unidade pode ser decomposta para formar uma nova diversidade? E com qual fim? Essas

A criação dessas categorias pelo projeto responde a um problema de sobrecarga do Supremo: “A discussão (...) a respeito da grande quantidade de recursos que assolam o STF”, “Os números ainda estão além da capacidade de julgamento do Supremo”, “o STF (...) encontra dificuldades para lidar com o volume de casos”. Em face a esse problema, objetos são construídos como forma de obter um acordo, no caso de debate, ou simplesmente orientar tomadas de decisão. Assim, como visto no capítulo 3, o caso do problema da pobreza na Inglaterra vitoriana gerou o “pauperismo” e o desemprego nos EUA gerou os índices de desemprego:

This multiplicity of possible registers of reality is today justified by the fact that each of them is integrated into a construction, an ensemble of things. The various mechanisms have autonomous internal consistency (at least in part). “Statistics” (in the sense of the *summary* of a large number of records) often play an important part in establishing this consistency. These complex constructions are cognitive and active at the same time: a national unemployment rate was only calculated and published after a national policy to fight unemployment in general was conceived and put into effect. Prior to this, unemployment relief was administered locally.⁵⁵ (Salais, Baverez, and Reynaud, 1986) (DESROSIÈRES, 1998, p. 67).

Há um deslocamento do acordo que se pretende obter para um acordo quanto ao espaço de representação, ou seja, tenta se obter uma concordância sobre a comensurabilidade dos objetos para facilitar um acordo sobre a comparação que será feita entre eles. Para tanto, há um custo político na criação dessas classes e, justamente por isso, historicamente envolve a intervenção do estado:

The consistency of the things produced by statistics (...) was also linked to that of the state institutions, to their solidity, to what makes individuals treat these institutions as things, without constantly calling them into question. This solidity can itself result from the arbitrariness of force, or from a carefully created legitimacy, in the states based on the rule of law that were founded during the nineteenth century, and that took various forms. This legitimacy did not fall from the sky by decree. It was shaped and woven day after day, forgotten, threatened, questioned, and rebuilt at further cost. Within the legitimacy enjoyed by state institutions, statistics occupied a particular place: that of common reference, doubly guaranteed by the state and by science and technology, the subtle combination of which constituted the originality

três questões diferentes, mas inseparáveis, se repetem ao longo do lento desenvolvimento das ferramentas estatísticas usadas na objetificação do mundo social. O uso do verbo “tornar” em sua formulação, não pretende indicar que este processo de produzir realidade é artificial (e, portanto, falso); em vez disso, pretende lembrar a continuidade entre os dois aspectos — cognitivo e ativo — da análise. Esta sobreposição fechada, característica dos meios de conhecimento probabilístico e estatístico, pode explicar porque essas técnicas raramente são descritas com qualquer subsídio pela filosofia da ciência. A aparente complexidade do campo - a natureza técnica que sozinha poderia justificar este silêncio relativo — é o resultado desta situação específica, na qual os mundos de ação e conhecimento estão unidos.”

55 O trecho correspondente na tradução é: “Hoje, esta multiplicidade de possíveis registros da realidade justificada pelo fato que cada um deles é integrado numa construção, um conjunto de coisas. Os diversos mecanismos têm consistência interna autônoma (pelo menos em parte). A “estatística” (no sentido de *resumo* de um grande número de registros) geralmente desempenha um papel importante no estabelecimento desta consistência. Essas construções complexas são cognitivas e ativas ao mesmo tempo: uma taxa de desemprego nacional só era calculada e publicada após ter sido planejada e posta em prática uma política nacional para combater desemprego em geral. Antes disso, o alívio do desemprego era administrado localmente.

and particular credibility of official statistics⁵⁶ (DESROSIÈRES, 1998, p. 67).

O fato de criar uma categoria distinta das categorias processuais adotadas pelo STF (definido na lei processual) é justamente o argumento que se encontra no artigo “Supremo em Números: a dimensão política da pesquisa quantitativa sobre a atividade judicial” apresentado em 2012 no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP:

O relatório considera como *processos constitucionais* apenas aqueles ligados ao controle concentrado de constitucionalidade (ação direta de inconstitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental), além dos mandados de injunção (que têm adquirido caráter objetivo) e das propostas de súmula vinculante, que não são uma ação, mas um procedimento interno de edição de súmulas. Nessa divisão, causa espanto o fato de que os recursos extraordinários, que são a forma típica do exercício do controle difuso de constitucionalidade, não foram considerados processos constitucionais. Como o caráter constitucional desses processos é reconhecido na própria definição constante do relatório, é de se estranhar que eles tenham sido alinhados com os agravos de instrumento como uma espécie de competência recursal. O motivo real dessa distinção se mostra apenas em uma nota de rodapé, que indica que o tratamento diferenciado dessas classes se dá em função de elas representarem a ampla maioria dos processos do STF, cerca de 90%, o que permite que a *persona* que os julga seja considerada um Supremo recursal de massa (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2011, p. 19, nota 8).

Já os processos ordinários foram definidos por exclusão, englobando todas as classes que não se enquadram nas duas primeiras classificações. Assim, foram abarcadas por essa categoria tanto os processos de competência originária que não configuram controle concentrado como todos os recursos que não são de natureza constitucional. A inconsistência dessa tripartição é evidente. Em primeiro lugar, as denominações são totalmente desvinculadas dos critérios e do sentido típico desses rótulos na linguagem técnica processual. Porém, o mais importante é que os parâmetros de categorização utilizam-se de distinções categoriais que não se coadunam. Não existe, em especial, nenhuma oposição conceitual entre as categorias recursal e constitucional, dado que recursal se opõe a ordinário e constitucional se opõe a não constitucional. Nada impede que haja um recurso desvinculado de matéria constitucional e tampouco justifica que somente se considere como constitucionais os processos de competência originária.

Se chamarmos de “constitucionais” os processos que lidam com pedidos que envolvam controle de constitucionalidade, teremos de englobar nessa categoria tanto o controle direto quanto o difuso. Se chamarmos de “ordinários” os processos que não têm natureza constitucional, veremos que essas competências foram atribuídas ao STF por conta de ele ser o órgão de cúpula do Judiciário Federal e não por se tratar de uma corte para julgar matérias constitucionais: extradições, habeas corpus, exceções de incompetência, todas essas classes se referem à posição do Supremo e não a uma função constitucional. Esse critério dúplice permitiria uma construção mais adequada de parâmetros de interpretação e, inclusive, indicaria a necessidade de algumas mudanças, pois há processos, notadamente a Reclamação, que são decorrências diretas da competência constitucional da Corte e foram classificadas como processos ordinários.

A essa altura, fica claro que a distinção entre processos “constitucionais”,

56 O trecho correspondente na tradução é: “A consistência das coisas produzidas pela estatística (...) também estava ligada à das instituições estatais, à sua solidez, ao que faz com que os indivíduos tratem essas instituições como coisas, sem questioná-las constantemente. Esta solidez em si pode resultar da arbitrariedade da força ou de uma legitimidade criada cuidadosamente, nos Estados baseados na lei que foram fundados no século XIX, e que tomaram diversas formas. Esta legitimidade não caiu dos céus por um decreto. Ela foi moldada e tecida dia após dia, esquecida, ameaçada, questionada, e reconstruída a um alto custo. Dentro da legitimidade desfrutada pelas instituições estatais, a estatística ocupou um lugar específico: de referência comum, duplamente garantida pelo Estado e pela ciência e tecnologia, a combinação sutil de que constituiu a originalidade e credibilidade especial da estatística oficial.”

“recursais” e “ordinários” presente no relatório da FGV não se baseia, primordialmente, na natureza das ações judiciais em si. A rigor, essa distinção tenta situar a realidade institucional do STF na discussão sobre o papel dos tribunais de cúpula nos dois principais tipos de controle de constitucionalidade conhecidos, a saber: o modelo concentrado e o modelo difuso. (COSTA *et al.*, 2012, p.9-11)

A criação de classe de equivalência implica algum grau de perda de informação em troca de uma simplificação do modelo. Há tanto um custo cognitivo quanto político envolvido da criação de classes de equivalência. Essa convenção deve ser aceita (ou imposta) para que possa ser utilizada de forma corriqueira e sem controvérsias:

Something is sacrificed (contingency, the multiplicity of singular cases) for a subsequent gain: the stabilization of standard forms that can be memorized, handed down, and used again; that can be joined and integrated into more complex machines (Thevenot, 1986). The question of realism and nominalism thus acquires a different content, once it is conceived in terms of the division of the work of constructing objects: initially the product of a mere convention, the object becomes real after being transmitted, key in hand, and used again by others. This alchemy is the bread and butter of any institute of statistics when it publishes unemployment figures or price indexes. The idea of investment is interesting in that it draws attention to the cost of stepping through the mirror, of passing from one world of realities to another—a cost of which the budget of the statistical institution is only a part.⁵⁷ (DESROSIÈRES, 1998, p. 111)

Enquanto as classes de equivalência não forem estabilizadas, pode haver um debate sobre os próprios termos do debate, ou seja, os objetos construídos, como foi o caso do artigo apresentado no 8º ABCP. Uma vez que ainda não há um acordo das pessoas sobre as categorias criadas, estas ficam sujeitas a serem discutidas, algo que normalmente não ocorre nas antigas categorias usadas pelo Estado, mas que também são políticas e que já se estabilizaram após resistirem ao uso. A diferença, nesse caso, são os recursos que o estado pode mobilizar para estabilizar suas categorias, o que lhes confere certa realidade, pois as pessoas delas fazerem uso corrente para orientarem suas condutas:

A further modality of the use of statistics in the language of action can be considered. This is based on the idea that conventions defining objects really do give rise to realities, in as much as these objects resist tests and other efforts to undo them. This principle of reality affords an exit from the dead ended epistemological opposition between these two complementary and complicitous enemies, the realist and the relativist. It does not deny the reality of things once numerous persons refer to them to guide and coordinate their actions. In this respect statistics is above all, by virtue of its objects, nomenclatures, graphs, and models, a conventional language of reference. Its existence allows a certain type of public sphere to develop, but its vocabulary and syntax can themselves be debated: debate on the referent of the

57 O trecho correspondente na tradução é: “Algo é sacrificado (contingência, a multiplicidade de casos específicos) por um ganho subsequente: a estabilização das formas padrão que podem ser memorizadas, transmitidas e usadas novamente; que podem ser desfrutadas e integradas em máquinas mais complexas (Thevenot, 1986). Assim, a questão do realismo e do nominalismo adquire um conteúdo diferente, vez que é concebido em termos da divisão do trabalho de construir objetos: inicialmente, o produto de uma mera convenção, o objeto tornar-se real após ter sido transmitido e usado novamente pelos outros. Esta alquimia é o pão e a manteiga de qualquer instituto de estatística quando publica figuras de desemprego ou índices de preços. A ideia do investimento é interessante na medida em que chama atenção para o custo de olhar através do espelho, de passar de um mundo para outro — um custo no qual o orçamento da instituição de estatística é apenas uma parte.”

debate, and the words used to conduct it, is an essential aspect of any controversy. But, just like other major investments that are almost irreversible, on account of their cost, the conventions of equivalence and permanence of the objects on which statistical practice is based are themselves the product of extremely expensive political, social, and technical investments.⁵⁸ (DESROSIÈRES, 1998, p. 337)

Há, portanto, um investimento político, além de simplesmente cognitivo, na estabilização desses objetos. O grande exemplo foi a unificação de pesos, medidas e outras padronizações realizadas por imposição do Estado durante a Revolução Francesa. Por esse motivo, o estado, que pode impor suas categorias por força de lei, possui uma maior facilidade em garantir a estabilidade das classes de equivalência. Pode-se perceber que índices de produtividade criados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ – apresentam uma grande estabilidade e uso corrente no debate público. Cite-se o exemplo da “taxa de congestionamento” utilizada na reportagem de 23 de setembro de 2014 no jornal O Globo cuja manchete é “Congestionamento de processos em tribunais chega a 71% do estoque de ações”:

Embora tenha um desempenho bom segundo o IPC-Jus, o tribunal fluminense ainda apresenta taxa de congestionamento das mais altas: 79%. A quantidade de processos foi acumulada ao longo de décadas, enquanto o IPC-Jus mede o desempenho do tribunal em apenas um ano. Ou seja: há esperança para a Justiça do estado.

A maior taxa de congestionamento do país está no Tribunal de Justiça de São Paulo, com 82%. Em Mato Grosso, o índice é de 75%. Apresentam os menores congestionamentos o Amapá (36%), o Acre (41%) e o Distrito Federal (49%). Em média, os tribunais apresentam taxa de congestionamento maior no primeiro grau (77%) em relação ao segundo grau (44%). A maior discrepância no índice entre os dois graus de jurisdição se dá no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com apenas 17% no segundo grau e 76% no primeiro⁵⁹

A “taxa de congestionamento” de um tribunal está definida por norma⁶⁰ do CNJ pela fórmula: “ $TC_{2^o} = Cp_{2^o} / (TBaix_{2^o} + Cp_{2^o})$ ”, onde TC_{2^o} – Taxa de Congestionamento Total do 2º Grau, $TBaix_{2^o}$ – Total de Processos Baixados no 2º Grau e Cp_{2^o} – Casos Pendentes no 2º Grau. Trata-se, em síntese, do percentual de processos baixados em relação ao total de processos do período (baixados e pendentes). Tal métrica é, como visto pela reportagem, utilizada para

58 O trecho correspondente na tradução é: “Uma outra modalidade de uso da estatística na linguagem de ação pode ser considerada. Ela baseia-se na ideia de que convenções definindo objetos realmente dão origem a realidades, visto que esses objetos resistem a testes e a outros esforços para desfazê-los. Este princípio da realidade oferece uma saída da oposição epistemológica sem fim entre esses dois inimigos complementares e cúmplices, o realista e o relativista. Isso não nega a realidade das coisas uma vez que diversas pessoas referem-se a ele para guiar e coordenar suas ações. A este respeito, a estatística, devido aos seus objetos, nomenclaturas, gráficos e modelos, é uma linguagem convencional de referência. Sua existência permite um certo tipo de esfera pública para se desenvolver, mas seu vocabulário e sintaxe podem ser debatidos em si: o debate sobre o referente do debate e as palavras usadas para conduzi-lo são um aspecto essencial de qualquer controvérsia. Mas, como outros investimentos principais que são quase irreversíveis, devido ao seu custo, as convenções de equivalência e permanência dos objetos nos quais a prática estatística é baseada são, em si, o produto de investimentos políticos, sociais e técnicos extremamente caros.”

59 Disponível em

60 Resolução nº 76, de 12 de maio de 2009 que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências.

comparar a performance de tribunais, mas também paradigma para propor reforma do Judiciário, como nota-se abaixo em notícia sobre manifestação de antigo presidente do STF em 6 de maio de 2005 sob a manchete “Jobim fala sobre reforma do Judiciário e anuncia custo da Justiça”:

Em palestra apresentada hoje pela manhã na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), o presidente do Supremo, ministro Nelson Jobim, falou sobre a reforma do Judiciário e mencionou alguns dados estatísticos sobre a Justiça no Brasil.

De acordo com Jobim, a taxa geral de congestionamento do sistema, envolvendo a Justiça como um todo, nas esferas federal, estadual e trabalhista, é de 59% (dados de 2003). Isso significa que, de cada cem processos que entraram nos tribunais naquele ano, apenas 41 foram resolvidos.

(...)

Ao final do evento, em entrevista à imprensa, Jobim respondeu questões sobre a relação da taxa de congestionamento processual e o desempenho da Justiça. Ele afirmou que a baixa avaliação atribuída ao Judiciário não se deve aos juízes. “Os 13 mil juízes do Brasil são muito competentes, na grande maioria. O problema é do sistema, e não das pessoas. Hoje, as ‘regras de trânsito’ são nosso principal problema, e é por isso que apresentamos ao Congresso proposta de reforma processual. O problema, repito, não é das pessoas, é do sistema”, disse Jobim.⁶¹

No entanto, a fórmula da “taxa de congestionamento” não faz distinção da complexidade dos processos. Por exemplo, tribunais com uma mesma taxa podem ser equiparados (ou um mesmo tribunal de um ano para o outro), mesmo que um apresente uma pendência de processos mais complexos do que os do outro. Uma outra hipótese que se pode propor é se é possível considerar um tribunal menos eficiente que outro se o primeiro usa seus recursos prioritariamente para baixar processos complexos, mas, por manter pendentes processos poucos complexos, mas numerosos, em estoque, tem sua “taxa de congestionamento” alta frente a um segundo tribunal que faça justamente o oposto, ou seja, dê preferência a atender processos menos complexos, mas em grande quantidade. Isso poderia abrir espaço para uma crítica das categorias que tratam processos distintos da mesma forma. Para tanto, o próprio CNJ, em 2016, criou uma métrica ligada ao tempo:

Há muitos temas em destaque no CNJ, alguns importantes desde sempre, mas que apenas nesta edição do Relatório tiveram possibilidades de serem conhecidos por meio das estatísticas oficiais. O tempo do processo é o exemplo mais emblemático. Até a edição passada, a principal evidência disponível nesta linha era a taxa de congestionamento. Ainda que correto e bastante útil ao planejamento institucional, o congestionamento processual revela apenas o percentual de processos iniciados em anos anteriores e que ainda não tiveram soluções, deixando sem respostas mais precisas uma das principais perguntas sobre a entrega da jurisdição no Brasil (BRASIL, 12, 2016)

Mas tal métrica ainda não se mostra suficiente já que ao fazer uma média de tempo dos processos atendidos e em carga, novamente, trata da mesma maneira processos distintos, como é reconhecido pelo próprio CNJ:

Por ser a primeira coleta de dados relativa ao tempo do processo, alguns tribunais

⁶¹ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=64718>. Acesso em: 22 de maio de 2016

não encaminharam as informações ao CNJ. Antes de iniciarmos as análises que seguem, é importante ter em mente as limitações metodológicas ainda existentes. Neste relatório trataremos da média como medida estatística para representar o tempo. Apesar de extremamente útil, ela é limitada, pois resume em uma única métrica os resultados de informações que sabemos ser extremamente heterogêneas. Para adequada análise de tempo, seria necessário estudar curvas de sobrevivência, agrupando os processos semelhantes, segundo as classes e os assuntos. Tais dados ainda não estão disponíveis, e são complexos para serem obtidos, mas o CNJ, por meio do Selo Justiça em Números, está trabalhando para o aperfeiçoamento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário e planeja obter as informações necessárias para produção de estudos mais aprofundados sobre o tempo de tramitação processual (BRASIL, 2016, p.69)

Assim, nota-se que tanto no caso da “corte recursal” do Projeto Supremo em Números da FGV, quanto na “taxa de congestionamento” do CNJ, vemos questões ligadas à estatística que já eram problemáticas desde o século XIX. A questão política, de como impor as categorias, bem como a cognitiva, de como usar métodos matemáticos para averiguar a homogeneidade das categorias estão intrincadas de forma a garantir alguma plausibilidade do modelo.

O problema envolvendo a quantidade de processos a serem julgados é recorrentemente mencionada nas pesquisas empíricas quantitativas em Direito. A eficiência foi alçada a um dos principais fatores a serem considerados e isso se reflete nas metas que são impostas aos juízes:

As metas nacionais do Poder Judiciário, inicialmente metas de nivelamento, foram definidas pela primeira vez no 2º Encontro Nacional do Judiciário, que aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2009. Ao final do Encontro, os tribunais brasileiros traçaram 10 metas de nivelamento para o Judiciário no ano de 2009. O grande destaque foi a Meta 2, que determinou aos tribunais que identificassem e julgassem os processos judiciais mais antigos, distribuídos aos magistrados até 31.12.2005.

Com a Meta 2, o Poder Judiciário começou a se alinhar com o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros que estabelece a duração razoável do processo na Justiça. Foi o começo de uma luta que contagiou o Poder Judiciário do país para acabar com o estoque de processos causadores de altas taxas de congestionamento nos tribunais. Também foram definidas outras metas importantes para organizar o trabalho nas varas de Justiça, informatizar o Judiciário e proporcionar mais transparência à sociedade.

Celeridade, duração razoável do processo e transparência são exemplos de objetivos secundários que são cada vez mais buscados nos discursos de gestão eficiente da administração, apesar de envolverem o uso de classes de equivalência que, como visto, implicam o sacrifício das peculiaridades do caso concreto em prol de um ente genérico “processo” que é contabilizado, permitindo comparação. Tais objetivos secundários acabam sendo, assim, privilegiados com relação a noções mais fundamentais da Justiça, como a de justiça distributiva⁶². Essa priorização do aspecto quantitativo frente a outros aspectos da

⁶² Segundo John Rawls, “o objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres

administração da justiça já era mencionada desde os primeiros anos do “Justiça em Números” do CNJ:

O professor Hector Chayer, que coordena projeto de qualidade no Ministério do Trabalho argentino, usou a fala do presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, na abertura do seminário para sugerir uma ampliação do Justiça em Números. “A primeira frase do discurso do ministro Peluso foi sobre a justiça e os cidadãos. O Justiça em Números poderia pesquisar o nível de satisfação dos usuários da justiça em relação ao serviço prestado. Isso não é uma crítica, até porque, sem o Justiça em Números eu nem sequer poderia fazer essa sugestão”, afirmou.⁶³

Esses outros aspectos da Administração da Justiça, inclusive mais centrais, porém mais dificilmente quantificáveis, são objeto de atenção, por exemplo, da comissão europeia para eficiência da Justiça – CEPEJ:

The statute of the CEPEJ emphasizes the comparison of judicial systems and the exchange of knowledge on their functioning. The scope of this comparison is broader than ‘just’ efficiency in a narrow sense: it also emphasizes the quality and the effectiveness of justice.⁶⁴

Essa abordagem quantitativa ao problema da demanda frente à capacidade de atendimento do STF adotada pelo Projeto Supremo em Números volta-se, prioritariamente, à questão da gestão processual, seja internamente, por meio de padronização de rotinas, seja externamente, por meio de reformas processuais:

Dito isso, importa enfatizar que os seis indicadores de tempo desse relatório representam porta de entrada para terreno até agora pouco habitado. Fomentam a elaboração de diagnósticos sobre as dificuldades enfrentadas pelo STF para dar celeridade às suas decisões. Permitem, com efeito, identificar percalços não adstritos a aspectos relacionados a reformas processuais. Possibilitam enxergar o Supremo de um ângulo diferenciado: o da gestão processual interna. (FALCÃO, 2014, p. 27)

Ou seja, envolve muito mais a questão da consequência (acúmulo de processos) do que da causa (excesso de litigiosidade). Esse aumento de litigiosidade, não necessariamente em matéria constitucional, foi associado por Foucault, como já visto, ao homem-empresa: sociedade de empresa e a sociedade judiciária são duas faces de um mesmo fenômeno.

fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social” (RAWLS, 1997, p.7-8), apresentado, assim forte oposição à teoria utilitária de Justiça: “a característica surpreendente da visão utilitarista da justiça reside no fato de que não importa, exceto indiretamente, o modo como essa soma de satisfações se distribui entre os indivíduos assim como não importa, exceto indiretamente, o modo como um homem distribui suas satisfações ao longo do tempo. A distribuição correta nos dois casos é aquela que permite a máxima realização (...) Todavia, como acontece com todos os outros preceitos, os da justiça derivam do único objetivo que é o de atingir o saldo máximo de satisfações. Assim em princípio não há razão para que os benefícios maiores de alguns não devam compensar as perdas menores de outros; ou, mais importante, para que a violação da liberdade de alguns não possa ser justificada por um bem maior partilhado por muitos. (...) O utilitarismo não leva a sério a diferença entre as pessoas” (RAWLS, 1997, p.28 e 30)

63 Disponível em:

http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesClipping.php?sigla=portalStfDestaque_pt_br&idConteudo=188120. Acesso em: 13 de janeiro de 2017

64 O trecho correspondente na tradução é: “O estatuto do CEPEJ ressalta a comparação dos sistemas judiciais e a troca de conhecimento sobre seus funcionamentos. O escopo dessa comparação é mais amplo do que ‘apenas’ eficiência em sentido estrito: ele também enfatiza a qualidade e a efetividade da justiça.”

Disponível em: http://www.coe.int/t/dghl/cooperation/cepej/evaluation/default_en.asp. Acesso em: 13 de janeiro de 2017

(FOUCAULT, 2008b, p. 204). Esse aumento de demanda exige uma maior estrutura do Judiciário o que impõe um custo econômico cada vez maior:

O orçamento destinado ao Poder Judiciário brasileiro é muito provavelmente o mais alto por habitante dentre todos países federais do hemisfério ocidental.

Tal despesa é, com efeito, diversas vezes superior à de outros países em diferentes níveis de desenvolvimento, seja em valores proporcionais à renda média, seja em valores absolutos per capita. (DA ROS, 2015, p.4)

Foi justamente o aumento das produções e o crescimento dos aparelhos de produção que Foucault associou ao surgimento das disciplinas no século XVIII, inclusive a disciplina militar:

De uma maneira global, pode-se dizer que as disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. É verdade que não há nisso nada de excepcional, nem mesmo de característico: a qualquer sistema de poder se coloca o mesmo problema. Mas o que é próprio das disciplinas, é que elas tentam definir em relação às multiplicidades uma tática de poder que responde a três critérios: tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discricção, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna; ligar enfim esse crescimento “econômico” do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema. Esse triplo objetivo das disciplinas responde a uma conjuntura histórica bem conhecida. É por um lado a grande explosão demográfica do século XVIII: aumento da população flutuante (fixar é um dos primeiros objetivos da disciplina; é um processo de antinomadismo); mudança da escala quantitativa dos grupos que importa controlar ou manipular (do começo do século XVII às vésperas da Revolução Francesa, a população escolar se multiplicou, como sem dúvida a população hospitalizada; o exército em tempo de paz contava no fim do século XVIII mais de 200.000 homens). O outro aspecto da conjuntura é o crescimento do aparelho de produção, cada vez mais extenso e complexo, cada vez mais custoso também e cuja rentabilidade urge fazer crescer. O desenvolvimento dos modos disciplinares de proceder responde a esses dois processos ou antes sem dúvida à necessidade de ajustar sua correlação. Nem as formas residuais do poder feudal, nem as estruturas da monarquia administrativa, nem os mecanismos locais de controle, nem o emaranhado instável que formavam todos juntos podia desempenhar esse papel: impedia-os de fazê-lo a extensão lacunosa e sem regularidade de sua rede, seu funcionamento muitas vezes conflitante, mas principalmente o caráter “dispendioso” do poder exercido. Dispendioso em vários sentidos: porque diretamente custava muito ao Tesouro, porque o sistema dos ofícios venais ou o da cobrança dos impostos pesava de maneira indireta e muito sobre a população, porque as resistências que encontrava o arrastavam a um ciclo de reforço perpétuo, porque procedia essencialmente por retirada (de dinheiro ou de produtos pelo fisco monárquico, senhorial, eclesiástico; retirada de homens ou de tempo pelos serviços obrigatórios ou pelos alistamentos, pelo encarceramento de vagabundos ou seu banimento). O desenvolvimento das disciplinas marca a aparição de técnicas elementares do poder que derivam de uma economia totalmente diversa: mecanismos de poder que, em vez de vir “em dedução”, integram-se de dentro à eficácia produtiva dos aparelhos, ao crescimento dessa eficácia, e à utilização do que ela produz. As disciplinas substituem o velho princípio “retirada-violência” que regia a economia do poder pelo princípio “suavidade-produção-lucro”. Devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio, a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e como tal deve-se entender não só “produção” propriamente dita, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva

com o exército). (FOUCAULT, 2006a, p.179-180).

O excesso de litigiosidade somado à informatização da movimentação processual e os processos eletrônicos geram as condições de possibilidade desse tipo de abordagem empírico-quantitativa que envolve uma preocupação estratégica de responder ao crescente custo do Judiciário:

Há pouco incentivo para os tribunais controlarem os seus próprios gastos, mas a continuidade da sua autonomia e prestígio no Brasil provavelmente irá requerer que o Poder Judiciário controle os seus próprios gastos antes que os outros Poderes do Estado e a própria população – que é, afinal de contas, quem paga por tudo sintam que a situação excede os parâmetros aceitáveis. (DA ROS, 2015, p.11)

Além do custo econômico, há o custo político de uma eventual interferência direta sobre o Judiciário sob o argumento de reduzir suas despesas. Por mais que não possamos falar propriamente em dispositivo disciplinar no judiciário devido à flexibilidade concedida particularmente aos magistrados, nota-se, no entanto, uma arte de governo tipicamente neoliberal ao se privilegiar instrumentos ambientais que atuam nas “regras do jogo” onde a estatística desempenha importante papel e os bancos de dados são um novo panóptico:

No seu brilhante ensaio sobre os bancos de dados eletrônicos como uma versão ciberespacial atualizada do Panóptico, Mark Poster diz que “nossos corpos são fígados dentro das redes, dos bancos de dados, nas autoestradas da informação” — e assim todos esses locais de armazenamento de informação onde nossos corpos são, por assim dizer, “amarrados informaticamente” “não mais oferecem refúgio à observação ou uma barreira em torno da qual se possa traçar uma linha de resistência” (BAUMAN, 1999, p. 56-57)

Nota-se como o discurso da eficiência é recorrente quando se trata da administração da Justiça, sendo tratada como prioridade. Atualmente, falar em Administração da Justiça necessariamente passa por questões envolvendo eficiência, estatística e base de dados:

O grau de importância atribuída à estatística é tão grande que praticamente todos os governos possuem organismos oficiais destinados à realização de estudos estatísticos. Eles são responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas para a melhoria dos serviços. No caso do Justiça em Números “possibilita o entendimento, em bases sólidas das questões orçamentárias, administrativas e de litigiosidade do Poder Judiciário”, conforme explicou o juiz José Guilherme Vasi Werner, quando da apresentação do relatório do CNJ.⁶⁵

Essa forma de administrar a Justiça (exemplificada pelas análises realizadas pelo projeto Supremo em Números ou pelo Justiça em Números) surge como forma de racionalidade de própria dos dispositivos de regulação biopolítica. Um dos principais objetos de pesquisa de Foucault foi entender como os homens governam (a si e aos outros) pela produção da verdade, chegando a questionar se não seria o mais geral dos problemas políticos a questão da verdade, um *political spiritualité* (Foucault, 1991 p. 82). Foucault denomina a leturgia os processos de manifestação da verdade, que são centrais à formação do poder. Ao trazer algo que é posto como verdadeiro, o poder se exerce com mais facilidade.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/70176-seminario-do-justica-em-numeros-reune-especialistas-estrangeiros-em-brasilia>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017 Acesso em: 13 de janeiro de 2017

Com a generalização da competição, o mercado torna-se o “local de verificação” e, ao estabelecer verdades, privilegiando eficiência por meio do estímulo à concorrência, estabelece limitações e possibilidades à Administração da Justiça. No contexto de reformas processuais, o debate político cada vez mais é substituído por um debate técnico econômico em torno da eficiência, em prejuízo de questões centrais da Justiça. Esse deslocamento em direção a uma avaliação prioritariamente econômica, mesmo em setores que nunca se submeteram a esse tipo de análise, é característica do neoliberalismo:

Will Davies argues that ‘the common thread in all of this—and what makes the term “neoliberalism” a necessary one—is an attempt to replace political judgement with economic evaluation, including, but not exclusively, the evaluations offered by markets’ (Davies 2014: 3). Davies’ claim is that a key feature of neoliberalism is an attempt to move towards economic evaluation, such evaluation requires some form of measure, particularly in the instances where the shift is towards market based evaluations in which comparison is central. Davies’ point is that there is a general rise in ‘hostility’ towards ‘ambiguity’ which is accompanied by a ‘commitment to the explicitness and transparency of quantitative, economic indicators...Neoliberalism is the *pursuit of the disenchantment of politics by economics*’ (Davies 2014: 4, italics in the original). Clearly then, in order for neoliberalism to function, for its hostility towards ambiguity to be placated, the means by which indicators can be located are a necessity. Indeed, it has been argued that the establishment of indicators is crucial part of contemporary governance (Rottenburg and Merry 2015) and of the establishment of the very practice of measurement itself (Desrosières 2015). Here, quantitative properties are foregrounded as indicators of value and worth under the pursuit of economic judgments⁶⁶ (BEER, 2016b, p.18-19)

Assim, a disseminação de métricas, ainda que com intenção de aumentar a transparência e promover a prestação de contas pela Administração, pode ter um efeito contrário à democracia ao promover valores tipicamente de mercado, como a eficiência, indo ao encontro de valores mais fundamentais:

Wendy Brown (2015b: 9) adds that, ‘more than merely saturating the meaning or content of democracy with market values, neoliberalism assaults the principles, practices, cultures, subjects and institutions of democracy understood as rule by the people.’⁶⁷ (BEER, 2016b, p.21)

66 O trecho correspondente na tradução é: “Will Davies argumenta que ‘a ameaça comum em tudo isso — e o que torna o termo “neoliberalismo” uma necessidade — é uma tentativa de substituir o julgamento político com a avaliação econômica, inclusive, exclusivamente, as avaliações dos mercados’ (Davies 2014: 3). A reivindicação de Davies é que uma característica chave do neoliberalismo é uma tentativa de avançar para a avaliação econômica, tal avaliação precisa de algumas formas de medida, particularmente nas instâncias onde a mudança é para o mercado com base nas avaliações nas quais a comparação é central. O ponto de Davies é que há um aumento geral da ‘hostilidade’ em direção à ‘ambiguidade’, que é acompanhado por um ‘compromisso com a clareza e transparência dos indicadores econômicos e quantitativos... O neoliberalismo é a *perseguição do desencantamento da política pela economia*’ (Davies 2014: 4, itálicos no original). Claramente, para o neoliberalismo funcionar, por sua hostilidade em relação à ambiguidade ser aplacada, os meios pelos quais os indicadores podem ser localizados são uma necessidade. De fato, tem sido argumentado que o estabelecimento de indicadores é uma parte crucial da governança contemporânea (Rottenburg e Merry 2015) e do estabelecimento da prática da própria medição (Desrosières 2015). Aqui, as propriedades quantitativas estão em primeiro plano como indicadores de valor e mérito sob a busca de julgamentos econômicos.”

67 O trecho correspondente na tradução é: “Wendy Brown (2015b: 9) acrescenta que, ‘mais do que meramente saturar o significado ou o conteúdo da democracia com os valores de mercado, o neoliberalismo

Decorre daí a importância de não ver a métrica como um instrumento neutro, mas sempre orientados a um propósito ou à resolução de um problema que muitas vezes é político, mas que se tenta contornar por meio de medidas e estatística:

Systems of measurement are the means by which the shift can be made towards calculation and away from judgment and critique. But, it is important that we see these metrics as cultural and political objects as well as being technical and infrastructural by-products. They always have a purpose—or they are given one after the fact. They are never neutral. So we should also see the reach of metrics as being about the cultures and ways of thinking that justify and seek to expand those measures.⁶⁸ (BEER, 2016b, p.24)

Bill Hewlett, cofundador da empresa Hewlett-Packard (ou simplesmente “HP”, bastante conhecida pelos equipamentos de impressão) certa vez disse: "você não pode gerir o que não pode medir". Isso revela um outro aspecto importante da pesquisa empírica quantitativa e sua articulação com a arte de governar neoliberal: métricas induzem competição uma vez que facilitam comparações. Como Foucault aborda em “Nascimento da Biopolítica”, o governo das pessoas por meio da competição envolve uma atuação nas “regras do jogo”, o que ele chama de intervenção do tipo ambiental” (FOUCAULT, 2008b, p. 354) e parte essencial dessa competição é o estabelecimento de uma métrica, pois ela permite aos jogadores se comparem e orientarem suas ações. No livro *Metric Power*, David Beer menciona a noção de “reatividade” elaborada por dois pesquisadores, Espeland e Sauder, que mostram a competição induzida simplesmente pela existência de uma métrica, uma vez que as pessoas ou instituições passam a orientar suas ações privilegiando esse aspecto que é medido em prejuízo a outros, muitas vezes muito mais essenciais, mas que normalmente sequer podem ser quantificáveis.

O caso envolve um ranking criado pela *U.S. News & World Report (USN)*, revista americana especializada em rankings, análises e conselhos a consumidores⁶⁹. Em 1990, a revista criou um ranking das faculdades de Direito. Apesar das críticas feitas pelos diretores das faculdades que denunciavam a métrica utilizada como sendo muito ruim, dentro de alguns anos os pesquisadores puderam observar uma adequação das faculdades aos fatores que eram avaliados, uma vez que, por mais que eles não acreditassem na qualidade da métrica, outras

agrade os princípios, práticas, culturas, sujeitos e instituições da democracia entendida como regra pelas pessoas.”

68 O trecho correspondente na tradução é: “Sistemas de medição são os meios pelos quais a mudança pode ser feita para o cálculo e longe de julgamentos e críticas. Contudo, é importante que vejamos essas métricas como objetos culturais e políticos e como sendo subprodutos técnicos e de infraestrutura. Eles sempre têm uma finalidade — ou é dada uma a eles após o fato. Eles nunca são neutros. Portanto, também devemos ver o alcance das métricas como sendo sobre as culturas e formas de pensamento que justificam e buscam expandir essas medidas.”

69 Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/U.S._News_%26_World_Report. Acesso em: 15 de janeiro de 2017 Acesso em: 15 de janeiro de 2017

peessoas acreditavam, como as empresas que buscavam funcionários ou os estudantes que queriam optar entre várias faculdades:

Responding to the first annual ranking of law schools, Yale's dean called the rankings "an idiot poll," while Harvard's dean described them as "Mickey Mouse," "just plain wacky," and "totally bonkers" (Parloff 1998). Many consider the rankings "too stupid to be taken seriously." Administrators soon learned, though, that even if they view rankings as poor measures, others do take them seriously. Almost all law schools have since adopted strategies to manage rankings. Even so, dramatic improvements in rank are rare because reputations are slow to change and competitor schools quickly imitate successful innovations.⁷⁰ (ESPELAND, 2007, p.68)

Apesar do ambiente explicitamente competitivo das faculdades de Direito, pesquisas brasileiras já se debruçaram sobre análises de comportamento estratégico de juízes de Direito (NORONHA, 2015). A "reatividade" mencionada pelos pesquisadores coincide com o que Hacking chama de "efeito de feedback" que existe nas ciências humanas e que não ocorre nas ciências naturais: um dos efeitos da descrição de fenômenos e, a partir disso, definir o que é normal ou não (o que Foucault chama de "normalização"), está no fato das pessoas tentarem se ajustar à métrica para não sofrerem as consequências do rótulo de "anormal". Daí decorre o fenômeno da subjetivação também descrito por Foucault. Toda essa dinâmica está inserida na arte de governar neoliberal, onde os agentes livres vão se orientando segundo as regras do jogo, onde a métrica determina um importante papel.

Assim, as diversas metas de produtividade⁷¹ definidas pelo CNJ podem ter um impacto semelhante ao influenciarem o comportamento de juízes de modo a se adequarem aos fatores segundo os quais são avaliados, uma vez que a métrica definirá o que é desejável. Ainda que os juízes gozem de diversas garantias que, em tese, deveriam mantê-los alheios a essas métricas, o caso do rankings das escolas de Direito mostra como a classificação dos juízes segundo um escala de produtividade pode levar à internalização de comportamentos objetivando uma avaliação pelo menos "normal".

No entanto, como aponta Stiglitz, métricas ruins geram consequências: *What we measure informs what we do. And if we're measuring the wrong thing, we're going to do the*

70 O trecho correspondente na tradução é: "Respondendo ao primeiro ranking anual das Faculdades de Direito, o reitor de Yale chamou os rankings de "uma enquete idiota," enquanto o reitor de Harvard a descreveu como um "Mickey Mouse," "simplesmente maluco" e "totalmente louco" (Parloff 1998). Muitos consideram os rankings "estúpidos demais para serem levados a sério." Os administradores logo aprenderam, porém, que mesmo se eles verem os rankings como medidas pobres, outros a levam a sério. Desde então, quase todas as Faculdades de Direito adotaram estratégias para gerenciar os rankings. Mesmo assim, melhorias dramáticas no rank são raras porque as reputações mudam lentamente e as faculdades concorrentes imitam rapidamente inovações de sucesso."

71 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metad>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

wrong thing.⁷² Stiglitz foi um dos líderes da comissão montada pelo ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, em meio à crise financeira de 2008, para identificar os limites do PIB – produto interno bruto – como métrica para comparar os países. Os membros da comissão elaboraram o livro *Mismeasuring Our Lives: Why GDP Doesn't Add Up*:

Mismeasuring Our Lives is the result of this major intellectual effort, one with pressing relevance for anyone engaged in assessing how and whether our economy is serving the needs of our society. The authors offer a sweeping assessment of the limits of GDP as a measurement of the well-being of societies—considering, for example, how GDP overlooks economic inequality (with the result that most people can be worse off even though average income is increasing); and does not factor environmental impacts into economic decisions.

In place of GDP, Mismeasuring Our Lives introduces a bold new array of concepts, from sustainable measures of economic welfare, to measures of savings and wealth, to a “green GDP.” At a time when policy makers worldwide are grappling with unprecedented global financial and environmental issues, here is an essential guide to measuring the things that matter.⁷³

As análises mostram o resultado paradoxal que se pode obter: ao se buscar aumentar o PIB, pode-se chegar numa sociedade em que os cidadãos estão em piores condições:

In an increasingly performance-oriented society, metrics matter. What we measure affects what we do,” Stiglitz said today. “If we have the wrong metrics, we will strive for the wrong things. In the quest to increase GDP, we may end up with a society in which citizens are worse off.”⁷⁴

Esse tipo de análise feita com relação ao PIB como uma métrica, mostra os riscos de uma Justiça medida “em números”. Reconhecendo que tais mecanismos atuam como intervenções do tipo ambiental (FOUCAULT, 2008b, p. 354) sobre os juízes, é importante que haja um debate crítico sobre as consequências sociais caso se permita que “esse jogo seja jogado”.

O terceiro relatório do “projeto Supremo em Números” intitulado “O Supremo e o Tempo”, debruçou-se justamente em comparar os ministros do STF segundo o tempo de

72 Disponível em: <https://www.thenation.com/article/sarkozy-stiglitz-commissions-quest-get-beyond-gdp/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

73 O trecho correspondente na tradução é: “Mismeasuring Our Lives é o resultado deste grande esforço intelectual, um com relevância urgente para qualquer pessoa envolvida em avaliar como e se a nossa economia está atendendo às necessidades da nossa sociedade. Os autores fazem uma avaliação abrangente dos limites do PIB como uma medida de bem-estar das sociedades — considerando, por exemplo, como o PIB negligencia a desigualdade econômica (com o resultado de que a maioria das pessoas pode estar pior mesmo se a renda média estiver aumentando); e não considera os impactos ambientais nas decisões econômicas.

No lugar do GDP, o Mismeasuring Our Lives introduz conceitos novos e arrojados, de medidas sustentáveis de bem-estar econômico, de medidas de economia e riqueza, para um “PIB verde.” Numa época em que os formuladores de políticas em todo o mundo estão lutando contra questões financeiras e ambientais globais sem precedentes, este é um guia essencial para medir as coisas que importam.” Disponível em: <http://thenewpress.com/books/mismeasuring-our-lives>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

74 O trecho correspondente na tradução é: “Em uma sociedade cada vez mais orientada para o desempenho, métricas importam. O que medimos afeta o que fazemos,” Stiglitz diria hoje. “Se temos as métricas erradas, faremos esforço para as coisas erradas. Na tentativa de aumentar o PIB, podemos chegar a uma sociedade na qual os cidadãos estão em uma situação pior.” Disponível em: <http://www.newsweek.com/sarkozy-and-stiglitz-new-way-grow-215810>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

atendimento dos processos a eles submetidos. Alguns trechos retirados a título de exemplo são representativos da competição que podem induzir: “os processos de relatório do Min. Peluso são decididos em média 4 anos e meio após a adoção do rito, tempo bastante à frente do segundo colocado” (FALCÃO, 2014, p.112); “Naquelas ações com o mérito ainda pendente após adoção do rito do art. 12, os Mins. Joaquim Barbosa e Marco Aurélio têm as médias mais altas entre aqueles ainda no Supremo”(FALCÃO, 2014, p.113); “Apenas seis ministros da atual composição da Corte publicam os acórdãos dentro do prazo. Por outro lado, o Min. Celso de Mello alcança média de 679 dias, mais do que o dobro do segundo colocado, Min. Néri da Silveira.” (FALCÃO, 2014, p.113); “A despeito da carga descomunal de processos, quando comparada com aquela do início dos anos 90, os ministros nos últimos anos têm conseguido manter as médias muito similares às daquela época, com exceção dos Mins. Joaquim Barbosa, Toffoli, Celso de Mello e Marco Aurélio (FALCÃO, 2014, p.114); “o Min. Toffoli é aquele que pede vista com maior frequência, ao passo que o Min. Jobim tem a maior média de duração.” (FALCÃO, 2014, p.115); “os ministros mais novos no Supremo atualmente parecem, por enquanto, ser capazes de dar resposta rápida às demandas. o Min. Barroso leva 40 dias em média, enquanto o Min. Zavascki leva 55. A grave enfermidade lombar que manteve o Min. Joaquim Barbosa afastado do Supremo durante vários meses ao longo de seu mandato parece deixar marca nos processos que chegam conclusos a ele: média de 283 dias. ela está bem acima daquela do Min. Marco Aurélio, de 163 dias.” (FALCÃO, 2014, p.115).

Antes da posse da atual presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, um “perfil” da magistrada criada pelo projeto da FGV também pode ser visto, numa perspectiva foucaultiana, como possível instrumento de subjetivação, uma vez cria uma expectativa de comportamentos futuros de forma a se garantir uma espécie de coerência com comportamentos passados. Na reportagem de 11 de setembro de 2016 da VEJA cuja manchete é “Cármen Lúcia, nova presidente do STF: entre rosas e espinhos. Ministra gosta de música francesa e cultiva um jardim. Na corte, é uma das que mais rejeitam liminares”:

A mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha, de 62 anos, assumirá o comando da mais alta corte do país no lugar de Ricardo Lewandowski. Com isso, o Supremo ganhará uma titular rigorosa e tão diligente quanto seu antecessor. Um levantamento do projeto Supremo em Números, da Escola de Direito da FGV no Rio, mostrou que ela é, entre os magistrados do STF, a segunda que mais rejeita liminares, a quarta em recusa de recursos e novamente a quarta quando a questão é celeridade na hora de decidir sobre os pedidos de liminar (Lewandowski é o primeiro). O levantamento estudou 367 873 processos que passaram pela corte entre 2011 e 2015. Outro dado, este do próprio STF, reforça a agilidade da ministra: dos 662 casos que estão prontos para ser julgados no tribunal, 180 — mais de um quarto — têm a nova presidente

como relatora.⁷⁵

Um outro aspecto envolvido com a criação de métricas, particularmente no caso de magistrados, refere-se à possibilidade de interferências diretas na prestação jurisdicional. O Pedido de Providências (PP 0001527-26.2014.2.00.0000) foi proposto pelo juiz auxiliar da comarca da capital Roberto Luiz Corcioli junto ao CNJ contra decisão da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP que o afastou da vara criminal para a qual estava designado. "O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, valendo-se da natureza do cargo de juiz auxiliar da capital, fez cessar sua designação para atuar em Varas Criminais no Fórum Central com o fito de afastá-lo cautelarmente do exercício da jurisdição criminal/infracional, uma vez que a representação contra ele oferecida por alguns membros do Ministério Público teria relação com a matéria de competência da Vara pela qual o magistrado respondia até então"⁷⁶. Como tais processos não são públicos, pode-se imaginar as consequências de métricas que possam servir de instrumento para rotular um juiz como "garantista" ou "punitivista", como se vê na entrevista "Independência Judicial | Justificando Entrevista Andre Kehdi", André que é advogado do juiz Corcioli disponível on-line no canal "Justificando" no Youtube⁷⁷

Outro caso envolvendo crítica à metodologia do Projeto Supremo em Números envolve uma declaração contida no 4º relatório do projeto, sobre os recursos dos réus da chamada "Operação Lava Jato" junto ao SFT: "Nos processos da Operação Lava Jato, que tanta atenção têm recebido recentemente, o Supremo dificilmente reverteria uma decisão desfavorável aos réus emitida pelo TRF-4. Em 2013, as chances de isso ocorrer eram de 1%" (FALCÃO, 2015, p.15).

Nesse caso, inclusive ministros do STF se manifestaram segundo notícia de 3 de fevereiro de 2016 do site ConJur cuja manchete é "AQUELE 1%: Estudo gera polêmica ao usar estatística para prever resultado de processo", conforme trecho a seguir:

A ideia impressionou por descartar princípios como o direito do réu a que seu caso seja analisado com todas as suas especificidades. O ministro Marco Aurélio, do STF, lembra a frase clássica "cada cabeça, uma sentença", ao criticar a previsão. "Não julgamos um processo pensando pela capa, não levamos em conta quem é parte. Nunca estivemos preocupados se a balança pende mais para a defesa ou se deixa mais pesado o prato da acusação", vaticina.⁷⁸

A polêmica envolve, como abordado no capítulo 3, a distinção entre a corrente frequentista e epistêmica no cálculo de probabilidades. Uma visão de uma posição

75 Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/carmen-lucia-nova-presidente-do-stf-entre-rosas-e-espinhos/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

76 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61830-cnj-determina-ao-tj-sp-regulamentacao-de-designacao-de-juizes-auxiliares-da-capital>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

77 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gkdE_djgiQo. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

78 Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-fev-03/estudo-gera-polemica-usar-estatistica-prever-fim-acao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017

hierarquicamente superior, normalmente associada à gestão Estatal ou ao juiz desinteressado, trata os casos de forma indiferente. No entanto, cada réu não percebe o problema dessa maneira já que ele não usará o sistema de justiça recorrentemente para orientar sua conduta segundo essa taxa (exceto, por exemplo, empresas que operam a chamada litigância de massa, ou seja, estão envolvidas em ações judiciais em grandes quantidades sobre demandas idênticas). Assim, o réu atua de forma epistêmica, ou seja, quais as razões que o levam a crer que sua demanda será julgada favoravelmente e, assim, tentará buscar os melhores argumentos e instrumentos jurídicos que lhe for possível para tentar obter um julgamento que lhe traga o melhor resultado.

Pode-se ilustrar esse tipo de oposição com o debate que ocorreu durante século XIX com o surto de cólera. Na época os higienistas, a partir de estudos estatísticos, defendiam a necessidade de medidas sanitaristas uma vez que constaram que a doença era transmissível pelo contato com pessoas doentes e isso era agravado em locais com más condições sanitárias. Por outro lado, os críticos dessa atitude “macrossocial” alegavam que essa abordagem quantitativa não envolvia atacar a verdadeira causa da doença, ou seja, intervir num eventual microrganismo causador:

Doctors were of divided opinion as to possible explanations for the illness. The contagionists—among them Moreau de Jonnes—declared it was transmitted by contact with sick people. Others, more numerous, thought the disease was not contagious, but was spread by infection, encouraged by the unsanitary living conditions often found in certain parts of urban areas. They based their conviction on the statistics of death rates, tallied according to the various Paris streets and the economic level of their inhabitants. These proponents of the “miasma” theory were often found among the “hygienists,” whose main organ was the review *Annales d’hygiène*. These statistical averages, characteristic of an “environment,” or a “milieu,” provided them with adequate information for political intervention: they called for measures improving sanitation, requiring sewers to be built, and regulating housing standards. But were these averages, which were consistent with macrosocial action, also effective in discovering the precise and direct causes of the disease? This debate is interesting because it does not lend itself to a teleological narrative of the progress of science: the story of the fight between Enlightenment and the dark night of prejudice. In this case history has, in a way, justified both camps: the contagionists—as would be shown by the discovery of the cholera bacillus in 1833; and the “infectionists,” partisans of averages and public hygiene, who correctly reasoned that the spread of the bacillus was helped by the absence of drains.⁷⁹ (DESROSIÈRES, 1998, p. 84)

79 O trecho correspondente na tradução é: “Os médicos tinham a opinião dividida sobre possíveis explicações para as doenças. Os contagionistas — dentre eles Moreau de Jonnes — declararam que eram transmitidas por pessoas doentes. Outros, em maior número, pensam que as doenças não eram contagiosas, mas eram disseminadas por infecções, incentivadas pelas condições insalubres encontrados geralmente em certas partes das áreas urbanas. Eles baseiam suas convicções na estatística das taxas de morte, computados em várias ruas de Paris e na condição econômica de seus habitantes. Esses proponentes da teoria do “miasma” geralmente são encontrados entre os “higienistas,” cujo principal órgão era a publicação *Annales d’hygiène*. Essas médias estatísticas, características de um “ambiente,” ou um “meio,” fornecem a eles informações adequadas para intervenções políticas: eles pediram medidas de melhoria do saneamento, a construção de redes de esgoto e o regulamento dos padrões de habitação. Mas essas médias, que eram consistentes com a ação macrossocial,

Statistics, they felt, had to assemble facts that were *certain* (not just *probable*), and rigorously recorded. Moreover, the treatment of cholera could not be limited to measures (in both the statutory and the scientific senses) that were uncertain, and effective only in terms of probability or generality: one had to isolate the “germ” (later known as the bacterium or vibrio) and not vague environmental miasmas.⁸⁰ (DESROSIÈRES, 1998, p. 86)

CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho de pesquisa, pôde-se constatar que, longe de ser uma novidade, a utilização de dados estatísticos na Administração da Justiça está no desdobramento de uma “arte de governar” que se iniciou com a criação dos Estados modernos e que adquiriu novas proporções com o liberalismo, a partir da liberdade de mercado, e com o neoliberalismo, pela expansão da lógica do mercado para os mais diversos campos da vida humana, inclusive os que nunca foram encarados como fato econômico.

A administração da Justiça que no passado era vista como ato de soberania ou consequência de um contrato social, hoje passa a ser vista em termos de custos e benefícios, numa análise tipicamente econômica em uma área que nunca fora vista segundo essa perspectiva.

O aumento custo de se manter o aparelho judiciário, particularmente no Brasil, em virtude da explosão de litigiosidade é constantemente mencionado nas medidas que buscam “racionalizar” ou “tornar eficiente” a administração da Justiça. Assim como a disciplina foi o dispositivo que fez frente ao aumento dos custos, políticos e econômicos, do aumento dos exércitos que os Estados Nacionais deveriam manter, percebe-se que o aumento do aparelho judiciário, que não pode ser disciplinado no molde militar, passa a ser paulatinamente submetido a intervenções do tipo ambiental (FOUCAULT, 2008b, p. 354), intervenções essas características do neoliberalismo americano, particularmente quando se faz uso de métricas e metas para medir desempenhos e, conseqüentemente, disseminar um modelo de competição e controle.

também são eficazes na descoberta de causas precisas e diretas das doenças? Esta discussão é interessante porque não se presta a uma narrativa teleológica do progresso da ciência: a história da luta entre a Iluminação e a escuridão do preconceito. Neste caso, a história, de certa forma, tem justificado ambos os campos: os contagionistas — como pode ser visto pela descoberta da cólera em 1833; e os “infeccionistas,” partidários das médias e da higiene pública, que raciocinaram corretamente que a disseminação da cólera foi ajudada pela ausência de drenos.”

80 O trecho correspondente na tradução é: “A estatística, eles notaram, tinha que reunir fatos que eram *certos* (não apenas *prováveis*) e registrados rigorosamente. Além disso, o tratamento da cólera poderia ser limitado por medidas (tanto legais quanto científicas) que eram incertas, e eficazes apenas em termos de probabilidade ou generalidade: tinham que isolar o “germe” (mais tarde chamado de bactéria ou vibrião) e não miasmas ambientais vagos.”

Tornar o Judiciário mais eficiente, o que certamente estabelece limitações e possibilidades à Administração da Justiça, não atua na causa do excesso de litigiosidade. Segundo Foucault, o excesso de litigiosidade é característica do estado neoliberal: sociedade de empresa e a sociedade judiciária são duas faces de um mesmo fenômeno. (FOUCAULT, 2008b, p. 204).

O problema do aumento do custo do aparelho Judicial associado à informatização dos processos e ao controle de movimentação processual permitiu o desenvolvimento de um novo saber sobre os processos, sobre as varas, serventuários e juízes. A busca por maior transparência e prestação de contas no serviço público trouxe uma “avalanche de números” do Judiciário o que, no entanto, também tem efeitos na independência judicial de fato.

O poder, segundo Foucault, age justamente sobre a liberdade. É um conjunto de ações sobre ações possíveis. Assim, não há contradição em dizer que há relações de poder atuando sobre magistrados que sejam independentes. Na verdade há um paradoxo da arte de governar neoliberal: liberdades são produzidas, pois elas são necessárias para o bom funcionamento (manter motivado, senso de cumprimento de uma missão, de realização etc.) em compensação são criados mecanismos de gestão dessa mesma liberdade, que Foucault identificou como mecanismos de segurança e, no caso mais específico do comportamento humano, as intervenções de tipo ambiental.

Além do simples autogoverno provocado pela internalização das novas métricas que são postas, os tribunais podem, a partir dessas métricas, privilegiar certo tipo de magistrado frente a outros, gerando um instrumento eficiente tanto do ponto de vista econômico, pois não exige um controle ou intervenção direta, tanto do ponto de vista político, uma vez que a abstração e pretensa objetividade de um ranking dificulta a contestação do mesmo.

O aspecto da objetividade, como visto desde os primórdios da Estatística, sempre foi sujeito a críticas enquanto as classes de equivalências não foram estabilizadas. Tornar comparável implica necessariamente um recorte, ou seja, privilegiar certas características e ignorar outras de forma a substituir a individualidade por classes. A partir desta simplificação, problemas políticos são cada vez mais substituídos por problemas técnicos ou de medida e a lógica do mercado pode se expandir cada vez mais em áreas que nunca foram pensadas dessa forma. Particularmente no tema desta pesquisa, a pesquisa empírica quantitativa utiliza-se da autoridade desta objetividade construída a custas de simplificações para propor reformas processuais, o que via de regra conflita com valores de Justiça que muitas vezes não comportam quantificação ou que não podem ser medidos em termos econômicos.

Com relação a esta pesquisa, mostrou-se adequada a utilização de conceitos de Foucault para permitir as análises propostas. Perceberam-se, ainda, vários artigos e publicações multidisciplinares recentes relacionando Foucault ao Big Data, apesar de muitos ainda estarem relacionados ao modelo disciplinar do panóptico, provavelmente por “Vigiar e Punir” ser uma das suas obras mais famosas, em vez de envolverem as questões de governabilidade expostas em seus últimos cursos.

No entanto, a fim de permitir a contextualização do uso das noções de poder e de governo que são mais representativas de sua fase genealógica, foi feito um retorno a obras de sua fase arqueológica que, observando-se retrospectivamente, mostraram-se desnecessárias. Particularmente “As Palavras e as Coisas” e “A Arqueologia do Saber” são textos longos e de difícil compreensão, fato esse reconhecido pelo próprio autor (FOUCAULT, 2015, p.157), e não acrescentaram muito ao objetivo geral deste trabalho. No entanto, atenderam ao objetivo específico de conhecer o estilo e o método do autor, além de esclarecer o que distinguiu o autor da intelectualidade francesa da segunda metade dos anos 60.

Na esteira dos trabalhos sobre biopoder de Foucault, Deleuze elaborou a noção de “sociedade de controle” que envolve consequências sociais das inovações tecnológicas do pós-guerra como os dispositivos de vigilância, bancos de dados etc. Esta noção, apesar de brevemente mencionada no capítulo 3, exigiria um estudo a parte e que está fora do escopo deste trabalho que privilegiou as noções mais fundamentais de poder e de governo elaboradas por Foucault.

REFERÊNCIAS

- BAKER, MONYA. *Statisticians issue warning over misuse of P values*. Nature n° 531. Nature Publishing Group: 2016.
- BAUMAN, ZYGMUNT. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.
- BEER, David Gareth. *How should we do the history of big data?* 2016a.
- BEER, David Gareth. *Metric Power*. Palgrave Macmillan, 2016b.
- BRASIL. *Justiça em números 2016: ano-base 2015*. Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2016.
- CASTRO, EDGARDO. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica. 2016.
- CASTRO, EDGARDO. *Introdução a Foucault*. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- CANDIOTTO, C.. *Foucault, Kant e o lugar simbólico da Crítica da Razão Pura em as palavras e as coisas*. Kant e-Prints (Online), v. 4, p. 185-200, 2009.
- CHATTERJEE, SHOUTIR KISHORE. *Statistical Thought: A Perspective and History*. Oxford: Oxford. University Press. 2004.
- COSTA, ALEXANDRE A.; GOMES, KELTON DE OLIVEIRA. *Supremo em Números: a dimensão política da pesquisa quantitativa sobre a atividade judicial*. 2012.
- COURNOT, A. A. *Exposition de la théorie des chances et des probabilités*. Paris, 1843, 1984 Translated by Oscar Sheynin. Disponível em: www.sheynin.de/download/cournot.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.
- DA ROS, LUCIANO. *O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória*. Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR, v. 2, p. 1-15, 2015.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DE MULDER, RICHARD. *Jurimetrics please*. European Journal of Law and Technology, [S.l.], v. 1, n. 1, mar. 2010. ISSN 2042-115X. Disponível em: <http://ejlt.org/article/view/13/12>. Acesso em: 26 de maio 2016.
- DESROSIÈRES, Alain. *The politics of large numbers: a history of statistical reasoning*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- EISENBERG, T. *Why do empirical legal scholarship?* San Diego Law Rev. 41, p. 1741–46. 2004.

EPSTEIN, LEE. *Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência*. São Paulo: Direito GV, 2013. -- (Coleção acadêmica livre) 7 Mb, PDF.

ESPELAND, W. N., SAUDER, M. *Rankings and reactivity: How public measures recreate social worlds*. *American Journal of Sociology*, 113(1), 1–40. 2007.

FALCÃO, JOAQUIM; ARGUELHES, D. W.; CERDEIRA, PABLO DE CAMARGO. *I Relatório do Supremo em Números - O Múltiplo Supremo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. v. 1. 70p.

FALCÃO, JOAQUIM; HARTMANN, I. A. M.; ABRAMOVAY, P.; LEAL, F. A. R. *II Relatório Supremo em Números - O Supremo e a Federação entre 2010 e 2012*. 1. ed. Rio de Janeiro: 2014. v. 1. 29p.

FALCÃO, JOAQUIM; HARTMANN, I.; CHAVES, V. P. *III Relatório do Supremo em Números- O Supremo e o Tempo*. 1. ed. Rio de Janeiro: 2014. v. 1. 150p.

FALCÃO, JOAQUIM; HARTMANN, I. A. M.; MORAES, A. *IV Relatório Supremo em Números: o Supremo e o Ministério Público*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, 2015. 103p.

FOUCAULT, MICHEL. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2008a.

_____. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

_____. *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008b.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo, Martins Fontes, 2008c.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 2006.

_____. *O Governo de Si e dos Outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

_____. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. In: _____ Ditos e escritos. MOTTA, MANOEL BARROS DA (Org.). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. v.3.

_____. *O que são as luzes?* In: _____. Ditos e escritos. MOTTA, MANOEL BARROS

DA (Org.). Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d. v.2.

_____. *A vida: a experiência e a ciência*. In: _____. Ditos e escritos. MOTTA, MANOEL BARROS DA (Org.). Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. v.2.

_____. *A filosofia estruturalista permite diagnosticar o que é a Atualidade*. In: _____. Ditos e escritos. MOTTA, MANOEL BARROS DA (Org.). Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008e. v.2.

_____. *“Michel Foucault explica seu último livro” (entrevista com J.J. Brochier)*. *Magazine littéraire*, n. 26, abril-maio de 1969, p. 23-25. In: _____. Ditos e escritos. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. v.2.

_____. *A tecnologia política dos indivíduos*. In: Ditos e escritos. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. v.5

_____. *Resposta a uma questão*. In: _____. Ditos e Escritos. *Repensar a Política*. MOTTA, MANOEL BARROS DA (Org.). Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. v.6.

_____. *O Sujeito e o Poder*. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

_____. *Questions of Method in The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. G. Burchell, C. Gordon, and P. Miller eds. Chicago, The University of Chicago Press, 1991.

GALTON, F. *Essays in Eugenics*. London: Eugenics Education Society. 1909.

GEORGE, TRACEY E. *An Empirical Study of Empirical Legal Scholarship: The Top Law Schools*. Indiana Law Journal, The Next Generation of Law School Rankings Symposium, 2005; Vanderbilt Law and Economics Research Paper No. 05-20.

HACKING, IAN. *The taming of chance*. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2013.

_____. *The Emergence of Probability: A Philosophical Study of Early Ideas about Probability, Induction and Statistical Inference*. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2007.

_____. *Statistical language, statistical truth, and statistical reason: the self authentication of a style of scientific reasoning*. Notre Dame: Social Dimensions of Sciences. University of Notre Dame Press. 1991.

_____. *Biopower and the avalanche of printed numbers*. *Culture and History*. p.279-295. 1983.

ISSELIN, YVETTE. *Répertoire numérique de la sous-série F20 STATISTIQUE*. Paris: Archives nationales. 2010.

KANT, IMMANUEL. *Crítica da Razão Pura*. Versão eletrônica do livro. Tradução: J. Rodrigues de Meringe. Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia) Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2246. Acesso em 19 jan. 2017.

KITCHIN, R. *The data revolution: Big data, open data, data infrastructures & their consequences*. London: Sage. 2014a.

_____. *Big data, new epistemologies and paradigm shifts*. *Big Data & Society*. 2014b. Disponível em: <http://bds.sagepub.com/content/1/1/2053951714528481.full.pdf+html>. Acesso em: 26/10/2015.

KHUN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2009.

MCMILLAN, R. *How Social Security Rescued IBM From Death by Depression*. *Wired*: 2012. Disponível em: <https://www.wired.com/2012/06/how-social-security-saved-ibm/>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

NORONHA, R. *New judicial architectures: a study of 10 years of "Innovare Award" and its effects under actors and institutions*. *Revista Direito e Práxis*, 6 nov. 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/19229>. Acesso em: 20 fev. 2017.

RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

RAWLS, JOHN. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SILVEIRA, RAFAEL ALCADIPANI DA. *Michel Foucault: poder e análise das organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

STIGLER, STEPHEN M. *History of Statistics: The Measurement of Uncertainty before 1900*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

SUCHMAN, MARK C.; MERTZ, ELIZABETH. *Toward a New Legal Empiricism: Empirical Legal Studies and New Legal Realism*. *Annual Review of Law and Social Science*, Vol. 6, p. 555-579, 2010.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília, Editora UNB, 1992.